



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA
Rua Barão de Geremoabo, nº 147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA
Tel.: (71) 3283 - 6256 - Site: <http://www.ppglinc.lettras.ufba.br> - E-mail: pgletba@ufba.br

GILCE DE SOUZA ALMEIDA

USO VARIÁVEL DOS PRONOMES-OBJETO
NA EXPRESSÃO DO DATIVO E DO ACUSATIVO DE SEGUNDA PESSOA
EM SANTO ANTÔNIO DE JESUS – BA

Salvador
2014

GILCE DE SOUZA ALMEIDA

**USO VARIÁVEL DOS PRONOMES-OBJETO
NA EXPRESSÃO DO DATIVO E DO ACUSATIVO DE SEGUNDA PESSOA
EM SANTO ANTÔNIO DE JESUS – BA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Língua e Cultura.

Orientadora: Profa. Dra. Jacyra Andrade Mota

Salvador
2014

GILCE DE SOUZA ALMEIDA

**USO VARIÁVEL DOS PRONOMES-OBJETO
NA EXPRESSÃO DO DATIVO E DO ACUSATIVO DE SEGUNDA PESSOA
EM SANTO ANTÔNIO DE JESUS – BA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Língua e Cultura.

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Jacyra Andrade Mota (Orientadora)
Universidade Federal da Bahia

Professora Dra. Célia Regina dos Santos Lopes
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Professora Dra. Norma da Silva Lopes
Universidade do Estado da Bahia

Professora Dra. Suzana Alice Marcelino da Silva Cardoso
Universidade Federal da Bahia

Professor Dr. Dante Lucchesi
Universidade Federal da Bahia

Aprovado em 25/07/2014

*A Roldão, meu filho, cuja presença me
traz imensa alegria, de tal modo que já
nem me lembro de como eram os meus
dias antes de ele chegar.*

*A meu pai, Francisco (in memorian), que
queria me ver “doutora”.*

*A minha mãe, Meire, que sempre
empreendeu esforços para que eu tivesse
a melhor formação.*

AGRADECIMENTOS

Escrever os agradecimentos em uma tese é razão de imensa alegria. Primeiramente, pela possibilidade de lembrar de algumas das pessoas que passaram por nós ao longo dos quatro anos de estudo e também daquelas que estiveram conosco ao longo de muitos outros anos. Sem essas pessoas o trabalho teria sido penoso e, às vezes, até impossível. Também é um momento em que contamos um pouco da nossa história ao longo desse percurso. E, depois, indica que tudo está findando e que o texto está prestes a ser depositado. Por isso tudo, é imperioso agradecer! Assim, registro aqui os meus sinceros agradecimentos...

Primeiramente, a Deus, em cujos braços repousei nos momentos de cansaço e de quem recebi o ânimo necessário para ir sempre adiante. Foi a Sua mão forte que segurou a minha e me conduziu aonde estou hoje. Obrigada, Senhor!

À minha orientadora, Jacyra Mota, pela cuidadosa orientação durante esses seis anos que englobam Mestrado e Doutorado e pelo exemplo de pesquisadora dedicada e de profissional competente que me serve de inspiração.

Ao professor Dante Lucchesi e à professora Norma Lopes, pelas observações precisas durante o exame de qualificação e também por comporem a banca de avaliação da tese.

Às professoras Suzana Cardoso e Célia Lopes, que também aceitaram fazer parte da banca de avaliação.

À professora Rosa Virgínia Mattos e Silva (*in memoriam*), de quem fui aluna em duas disciplinas durante o Doutorado, pelo exemplo de dedicação à pesquisa linguística e pelos muitos ensinamentos e casos contados durante dois semestres.

Aos professores do ILUFBA dos quais fui aluna, por todo o saber que me foi acrescentado em suas aulas.

À amiga Vívian Antonino, uma das belas surpresas que a vida me apresentou nessa minha vinda para a UFBA. E, como o destino nos queria mais perto, nos fez vizinhas. Além da amizade, firmamos uma parceria profissional e acadêmica e isso ainda há de render bons frutos! Não dá para falar de Vívian sem mencionar a sua extrema generosidade e solícitude. Agradeço-lhe também pela ajuda na revisão de dois capítulos da tese.

A Vera Lúcia Carvalho, pela bela amizade que construímos ao longo desses quatro anos e por muitas outras razões: pelas horas em que rimos solto, pelo seu toque *gourmet*, que deu sabor a tantos momentos, pelas surpresas de aniversário, pelo carinho dedicado ao meu filho e, sobretudo, porque passou um mês em minha casa, quando, para mim, era impossível ficar sozinha. Obrigada também por ter feito o meu *abstract*.

A Lanuza Lima, que é doce e leve, porque com ela compartilhei tantos momentos bons em nossa época de substitutas na UFBA. Agradeço-lhe também pela leitura criteriosa de um dos capítulos da tese.

A Lila Mendes, que, embora distante, sempre foi uma interlocutora atenta. Obrigada pela leitura e revisão cuidadosas de dois dos capítulos deste trabalho.

A Telma Souza, Ionaia Souza, Viviane de Deus e Vanusa Brasil, porque são minhas amigas queridas, com quem sempre poderei contar.

À minha mãe, que sempre acreditou nos meus sonhos e jamais mediu esforços para me ajudar a realizá-los. Mais do que eu mesma, ela sempre acreditou que as coisas seriam possíveis para mim. É a sua fé que me faz acreditar. Mãe, mesmo estando longe, sinto seu cuidado e proteção todos os dias.

Aos meus irmãos, porque a sua crença em minha capacidade sempre me impulsionou às conquistas. Em especial, à minha irmã Sílvia, minha grande parceira nessa vida, sempre tão cuidadosa comigo. A melhor irmã que alguém poderia ter!

Aos meus sobrinhos, por quem tenho imenso amor. Em especial, a Andrezza e Otti, que conviveram comigo e acompanharam um pouco dessa trajetória e me auxiliaram em alguns momentos. Ela, me socorrendo com as digitalizações quando eu estava longe; ele, acompanhando a reforma do meu apartamento enquanto eu escrevia a tese.

A minha cunhada Aldenir Almeida, pela amizade e pela inestimável colaboração para a transcrição das entrevistas.

A Adélia, que há dez anos, tem sido o anjo que Deus mandou para cuidar do meu filho. Sem ela, seria tudo tão mais difícil para mim e para ele.

À querida Selma, nossa colaboradora na casa dos professores em Santo Antônio de Jesus, pelo cuidado e carinho.

A Ricardo, funcionário do Colegiado de Pós-Graduação do ILUFBA, pela sua simpatia e solicitude.

Aos meus colegas do Departamento de Ciências Humanas da UNEB/*campus V*, sobretudo aos amigos que fiz no Colegiado de Letras, Língua Portuguesa e a Iara Meireles, a sorridente *madame*, minha *psicóloga* e companheira de UNEB e de viagem de Santo Antônio para Salvador.

A Camila Borges, Dayane Oliveira e Tatiane Santos, agora minhas ex-alunas, pela preciosa ajuda na realização da maior parte dos inquéritos.

A Jaqueline Nunes, ex-aluna e agora orientanda do curso de Especialização, também pela colaboração na transcrição das entrevistas.

A Uelington Peixoto, aluno do curso de Geografia da UNEB/*campus V*, que fez para mim o mapa que indica a localização de Santo Antônio de Jesus no Recôncavo Sul.

Aos meus alunos do curso de Letras, Língua Portuguesa da UNEB/*campus V*, sobretudo aos da turma de 2010.1, que me receberam com imenso carinho e me

acompanharam durante todo o Doutorado, sendo meus interlocutores constantes. Também aos meus alunos da época de substituta e do Estágio Docente na UFBA, porque acompanharam um pouco dessa jornada.

Às pessoas, que, generosamente, me forneceram as suas preciosas histórias, das quais extraí o material necessário para realizar este estudo. Sem dúvida, elas são parte fundamental desse processo e tudo o que lhes posso dizer é “muito obrigada”!

Ao CNPq, pela concessão da bolsa que custeou os meus estudos durante os quatro anos de Doutorado.

Finalmente, à pessoa que me proporciona os mais belos instantes de felicidade, o meu filho, para quem, junto com os agradecimentos, segue um pedido de desculpas: Desculpa, filhote, porque nem sempre pude te atender em suas necessidades e porque algumas vezes te *deixei* supor que a tese fosse mais importante do que você. Mesmo reclamando, você sempre foi compreensivo e me fazia chorar quietinha quando dizia: “Mamãe, pega o seu computador e vem ficar aqui comigo”. Eu te amo eternamente!

Meus agradecimentos e reconhecimento sinceros àqueles cujos nomes não foram citados, mas que, de alguma forma, me ajudaram a concretizar este trabalho.

RESUMO

A reorganização do quadro pronominal do português brasileiro atinge diretamente a configuração dos pronomes-objeto. Para a representação do acusativo de segunda pessoa, por exemplo, é possível encontrarmos a concorrência entre, pelo menos, cinco formas: *o/a*, *te*, *lhe*, *você* e *objeto nulo*; na expressão do dativo, além dos clíticos *lhe* e *te*, destacam-se as estratégias com preposição – *para/a ti*, *para/a você* – e o *objeto nulo*. Partindo dessas considerações, este trabalho investiga, com base no aporte teórico-metodológico da sociolinguística laboviana, o uso variável das formas pronominais objetivas em referência ao interlocutor na variedade do português falada em Santo Antônio de Jesus, no Recôncavo Baiano, com o propósito de identificar e analisar os condicionamentos linguísticos e extralinguísticos que atuam sobre as escolhas dessas formas e como elas se encaixam no sistema de tratamento dessa comunidade. Os dados submetidos à análise estatística pelo programa computacional Goldvarb foram extraídos de amostras de fala de 36 informantes, de ambos os sexos, distribuídos em três faixas etárias (25 a 35, 45 a 55 e 65 a 85 anos) e dois níveis de escolaridade (superior e fundamental). Para melhor explorar o nosso objeto de estudo, propusemos dois esquemas de análise, a saber: a) uso alternante dos clíticos *lhe* e *te*; b) alternância entre os clíticos e o pronome tônico *você* na configuração do objeto direto. Dentre os resultados obtidos, destacamos: a atuação do paralelismo discursivo como fator condicionante nos dois confrontos entre variantes; a conservação de *lhe* como forma interlocutória entre os falantes da faixa 3; a atribuição de um traço [+formalidade/respeito/cortesia] a esse clítico sobretudo pelos falantes mais jovens (25 a 35 anos); a prevalência de *lhe* no trato em relações simétricas ascendentes e no discurso genérico; o favorecimento do preenchimento do objeto com clíticos em estruturas simples do tipo VT + OD, em detrimento do pronome tônico *você*, que prevalece em estruturas complexas em que o OD é seguido por complemento oblíquo oracional, predicativo ou oblíquo não-oracional e em estruturas com verbos causativos e perceptivos seguidos de sujeito com traço acusativo e oração infinita. Por fim, destacamos que este trabalho ratifica o emprego bastante acentuado de *lhe* como clítico acusativo de segunda pessoa em variedades do PB faladas no Nordeste.

Palavras-chave: Sistema pronominal. Segunda pessoa. Clíticos. Português Brasileiro. Sociolinguística Variacionista.

ABSTRACT

The reorganization of the current pronoun system in Brazilian Portuguese directly affects the configuration of the object pronouns. For the representation of the second person accusative, for example, it is possible to find the concurrence among, at least, five forms: *o/a/te/lhe/você* and *the null object*; to express the dative, besides the clitics *lhe* and *te*, strategies with prepositions stand out - *para/a ti, para/a você* - and *the null (neutral) object*. Departing from these considerations, this research work, based on the theoretical and methodological assumptions of the Labovian sociolinguistics, investigates the variable usage of objective pronominal forms in reference to the interlocutor in the variety of Portuguese spoken in Santo Antônio de Jesus, in the region known as Recôncavo Baiano, with the purpose of identifying and analyzing the linguistic and extralinguistic conditioning processes which act upon the choice for these forms and how they fit into the addressing system inside this community. The data subjected to statistical analysis through the Goldvarb computational program was extracted from speech samples of 36 participants, including both genders, distributed among three age groups (25 to 35, 45 to 55 and 65 to 85 years old) and two levels of formal education (higher and fundamental). In order to better explore our subject of study, two analytical schemes are proposed: a) alternate usage of the clitics *lhe* and *te*; b) shifting between the clitics and the tonic pronoun *você* in the configuration of the direct object. Among the results obtained, we highlight: the lessening of the discursive parallelism as a conditioning factor in the two confronts between the varieties; the maintenance of *lhe* as an interlocutory form among the speakers of age group 3; the attribution of a feature [+formality/respect/courtesy] to this clitic, especially when used by the younger (25 to 35); the prevalence of *lhe* used in addressing inside ascendant symmetric relations and in the generic discourse; The tendency to fill the object with clitics in simple structures such as Transitive Verb (VT) + Direct Object (DO), in detriment to the tonic *você*, which prevails in complex structures in which the DO is followed by the oblique complement, predicative or oblique non-clausal and in structures with causative and perceptive verbs followed by a subject with accusative feature and infinite sentence. Finally, we emphasize that this work ratifies the much salient application of *lhe* as a second person accusative clitic in the varieties of the Brazilian Portuguese spoken in the Northeastern region.

Keywords: Pronominal system. Second person. Clitics. Brazilian Portuguese. Variationist Sociolinguistics.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

FIGURAS

Figura 01 – Distribuição diatópica das formas de tratamento <i>tu</i> e <i>você</i> nas capitais do Brasil com base em dados do Projeto ALiB	48
Figura 02 – Localização de Santo Antônio de Jesus no Recôncavo Sul	113
Figura 03 – Critérios de estratificação da amostra	152
Figura 04 – Composição das células sociais	153

QUADROS

Quadro 01 – Pronomes pessoais no português do Brasil de acordo com a tradição gramatical	34
Quadro 02 – Subsistemas pronominais de tratamento no PB	35
Quadro 03 – Distribuição dos pronomes pessoais da primeira pessoa do discurso no PB	37
Quadro 04 – Distribuição dos pronomes pessoais da segunda pessoa do discurso no PB	47
Quadro 05 – Distribuição dos pronomes pessoais da terceira pessoa do discurso no PB	52
Quadro 06 – Estratégias de representação do OD e do OI no paradigma de segunda pessoa do português brasileiro	74
Quadro 07 – Informações gerais sobre os informantes de Santo Antônio de Jesus	154
Quadro 08 – Convenções adotadas para a transcrição da fala	162

.....

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – A distribuição de <i>nós</i> e a <i>gente</i> em capitais brasileiras entre falantes cultos e não-cultos de diversas regiões do Brasil	41
.....	
Gráfico 02 – Uso de <i>a gente</i> por falantes cultos e não-cultos do Rio de Janeiro.....	42
Gráfico 03 – Variantes de OI de terceira pessoa no PB dos séculos XVIII e XIX	71
Gráfico 04 – Distribuição das formas de expressão do objeto direto em referência ao interlocutor em Santo Antônio de Jesus	179
Gráfico 05 – Distribuição das ocorrências de <i>lhe</i> e <i>te</i> como objeto direto em SAJ	180
Gráfico 06 – Distribuição das formas de expressão do objeto indireto em referência ao interlocutor em Santo Antônio de Jesus	182
.....	
Gráfico 07 – Distribuição das ocorrências de <i>lhe</i> e <i>te</i> , em Santo Antônio de Jesus, de acordo com a função sintática	187
.....	

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 –	Aumento do imperativo associado à forma indicativa em revistas em quadrinhos da <i>Turma da Mônica</i> entre a década de 70 e a primeira década do século XXI em função do tipo e da posição do pronome com relação ao verbo	40
.....		
Tabela 02 –	A variação <i>tu/você</i> em Santo Antônio de Jesus e Poções	50
.....		
Tabela 03 –	Monitoramento em relação ao uso de <i>tu/você</i> em Santo Antônio de Jesus: gravações secretas e não secretas	50
.....		
Tabela 04 –	Correlação do complemento acusativo (OD) de 2ª pessoa com o sujeito em cartas do Rio de Janeiro (1870-1937)	77
.....		
Tabela 05 –	Correlação do complemento dativo (OI) de 2ª pessoa com o sujeito em cartas do Rio de Janeiro (1870-1937)	77
.....		
Tabela 06 –	Estimativa do número de africanos desembarcados no Brasil entre 1551 e 1870	101
.....		
Tabela 07 –	Demografia geral do Brasil entre 1538 e 1890	102
.....		

Tabela 08 –	Evolução da taxa de urbanização no Brasil	106
.....		
Tabela 09 –	Indicadores demográficos de SAJ entre os anos de 1970 e 2010	118
Tabela 10 –	Vagas ofertadas na rede de ensino básico de Santo Antônio de Jesus	121
.....		
Tabela 11 –	Os pronomes-objeto de segunda pessoa na fala da região Sul	184
Tabela 12 –	Atuação da variável <i>paralelismo discursivo</i> no uso de <i>lhe</i> como objeto de segunda pessoa em comparação a <i>te</i> , em Santo Antônio de Jesus	190
.....		
Tabela 13 –	Atuação da variável <i>forma de tratamento subjetiva</i> no uso de <i>lhe</i> como objeto de segunda pessoa em comparação a <i>te</i> , em Santo Antônio de Jesus	194
.....		
Tabela 14 –	Atuação da variável <i>paralelismo entre clíticos átonos, oblíquos tônicos e possessivos</i> no uso de <i>lhe</i> como objeto de segunda pessoa em comparação a <i>te</i> , em Santo Antônio de Jesus	197
.....		
Tabela 15 –	Atuação da variável <i>tipo de relação entre os interlocutores</i> no uso de <i>lhe</i> como objeto de segunda pessoa em comparação a <i>te</i> , em Santo Antônio de Jesus	202
.....		
Tabela 16 –	Atuação da variável <i>faixa etária</i> no uso de <i>lhe</i> como objeto de segunda pessoa em comparação a <i>te</i> , em Santo Antônio de Jesus	205
Tabela 17 –	Atuação dos grupos de fatores <i>tipo de relação</i> e <i>faixa etária</i> no uso de <i>lhe</i> como objeto de segunda pessoa em comparação a <i>te</i> , em Santo Antônio de Jesus	206
.....		
Tabela 18 –	Atuação da variável <i>sexo</i> no uso de <i>lhe</i> como objeto de segunda pessoa em comparação a <i>te</i> , em Santo Antônio de	208

	Jesus				
Tabela 19 –	Atuação dos grupos de fatores <i>sexo</i> e <i>faixa etária</i> no uso de <i>lhe</i> como objeto de segunda pessoa em comparação a <i>te</i> , em Santo Antônio de Jesus	209			
				
Tabela 20 –	Atuação dos grupos de fatores <i>sexo</i> e <i>tipo de relação</i> no uso de <i>lhe</i> como objeto de segunda pessoa em comparação a <i>te</i> , em Santo Antônio de Jesus	210			
				
Tabela 21 –	Atuação da variável <i>escolaridade</i> no uso de <i>lhe</i> como objeto acusativo em Santo Antônio de Jesus	211			
				
Tabela 22 –	Atuação da variável <i>estrutura do sintagma verbal</i> no uso de clíticos em alternância com o pronome tônico <i>ocê</i> em Santo Antônio de Jesus	214			
				
Tabela 23 –	Atuação da variável <i>paralelismo discursivo</i> no uso de clíticos em alternância com o pronome tônico <i>ocê</i> em Santo Antônio de Jesus	215			
				
Tabela 24 –	Atuação da variável <i>tempo verbal</i> no uso de clíticos em alternância com o pronome tônico <i>ocê</i> em Santo Antônio de Jesus	217			
				
Tabela 25 –	Atuação da variável <i>relação entre os interlocutores</i> no uso de clíticos em alternância com o pronome tônico <i>ocê</i> em Santo Antônio de Jesus	218			
				
Tabela 26 –	Atuação da variável <i>escolaridade</i> no uso de clíticos em alternância com o pronome tônico <i>ocê</i> em Santo Antônio de Jesus	218			

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Apl.	Aplicação
Cf.	Confira
DID	Diálogo entre Informante e Documentador
DOC	Documentador
EF	Ensino Fundamental
ES	Ensino Superior
EXP.	Experienciador
F	Feminino
GT	Gramática Tradicional
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INF	Informante
M	Masculino
NURC	Norma Urbana Culta
OBL.	Oblíquo
OD	Objeto direto
ODP	Objeto direto preposicionado
OI	Objeto indireto
P.R.	Peso Relativo
PB	Português brasileiro
PE	Português Europeu
PEUL	Programa de Estudos do Uso da Língua
S/SU	Sujeito
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SAJ	Santo Antônio de Jesus
SN	Sintagma Nominal
SP	Sintagma Preposicional
SSA	Salvador
SV	Sintagma Verbal
SVO	Ordem sujeito-verbo-objeto
V	Verbo

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	19
1	O SISTEMA DE PRONOMES PESSOAIS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO	26
1.1	OS PRONOMES PESSOAIS: CARACTERIZAÇÃO E FUNCIONALIDADE	26
1.1.1	As categorias de número e pessoa nos pronomes pessoais ..	28
1.1.2	Reflexos da marcação de caso nos pronomes pessoais	31
1.2	A DESCRIÇÃO DO QUADRO DE PRONOMES PESSOAIS: TRADIÇÃO vs. INOVAÇÃO	33
1.2.1	Reorganização das formas pronominais: o que demonstram as pesquisas linguísticas	37
1.2.1.1	O paradigma de primeira pessoa	38
1.2.1.2	O paradigma de segunda pessoa	45
1.2.1.3	O paradigma de terceira pessoa	52
2	COMPLEMENTAÇÃO VERBAL E PRONOMINALIZAÇÃO NO PORTUGUÊS	55
2.1	A NOÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO VERBAL: O TRATAMENTO TRADICIONAL E OS ESTUDOS DE BASE CIENTÍFICA	65
2.1.1	O complemento verbal não-preposicionado	58
2.1.2	O complemento verbal preposicionado	61
2.2	ASPECTOS INOVADORES NA SINTAXE DA	66

	COMPLEMENTAÇÃO VERBAL	
2.2.1	A perda da preposição <i>a</i> na expressão do dativo com verbos ditransitivos e a implementação de estratégias inovadoras	66
2.2.1.1	Alguns estudos sobre a variação na expressão do dativo anafórico de terceira pessoa no português brasileiro	69
2.2.2	Estratégias inovadoras para a representação do objeto direto e do objeto indireto no paradigma de segunda pessoa	74
2.2.2.1	O emprego de <i>lhe</i> como acusativo no paradigma de segunda pessoa	78
2.3	POR UMA ABORDAGEM COERENTE DO SISTEMA PRONOMINAL NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA	87
3	A FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO E O CENÁRIO SOCIOLINGUÍSTICO DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS	95
3.1	O CENÁRIO PLURIÉTNICO E PLURILÍNGUE DA FORMAÇÃO DO PB: PORTUGUESES, ÍNDIOS E AFRICANOS	95
3.1.1	O contato entre índios e portugueses e as repercussões linguísticas	103
3.1.2	Em cena, os africanos e afrodescendentes	100
3.1.3	A industrialização, a urbanização e o papel dos imigrantes na formação do PB	104
3.1.4	Os efeitos da escolarização ou da sua ausência	106
3.2	SANTO ANTÔNIO DE JESUS NO CONTEXTO DO RECÔNCAVO BAIANO	111
3.2.1	Economia e sociedade no Recôncavo Baiano no período	113

	colonial	e	imperial	
			
3.2.2	Urbanização, crescimento econômico e modo de vida em Santo Antônio de Jesus			116
			
3.3	ASPECTOS LINGUÍSTICOS DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS			123
	...			
4	O MODELO TEÓRICO: A TEORIA DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA			131
			
4.1	DE ONDE PARTE O OLHAR DO SOCIOLINGUISTA: O PRINCÍPIO DA HETEROGENEIDADE DA LÍNGUA E A ESTRUTURA SOCIAL			131
			
4.1.1	Do “caos” linguístico emerge a regularidade: a heterogeneidade ordenada			139
			
4.2	O ESTUDO DA MUDANÇA LINGUÍSTICA			142
			
4.2.1	A mudança em progresso			146
			
5	A METODOLOGIA			150
			
5.1	A SELEÇÃO DOS FALANTES			151
			
5.2	A RECOLHA DOS DADOS			155
			
5.2.1	O questionário social			156
			
5.2.2	A entrevista sociolinguística			157
			
5.2.3	Os testes			159
			
5.3	A TRANSCRIÇÃO DOS DADOS			162
			
5.4	DESCRIÇÃO DO ENVELOPE DA VARIAÇÃO			163
			

5.4.1	Os grupos de fatores condicionantes para as variáveis dependentes em estudo	164
5.4.1.1	Os grupos de fatores linguísticos	165
5.4.1.2	Os grupos de fatores pragmático-discursivos	167
5.4.1.3	Os grupos de fatores sociais	170
5.4.1.3.1	<i>Faixa etária</i>	170
5.4.1.3.2	<i>Sexo</i>	171
5.4.1.3.3	<i>Escolaridade</i>	172
5.5	CRITÉRIOS PARA A SELEÇÃO DAS OCORRÊNCIAS	173
5.6	O PROCESSAMENTO ESTATÍSTICO DOS DADOS: O GOLDVARB	174
6	A ANÁLISE DOS DADOS	178
6.1	DESCRIÇÃO GERAL DOS DADOS EMPÍRICOS	178
6.1.1	As formas de representação do objeto acusativo de segunda pessoa em Santo Antônio de Jesus	179
6.1.2	As formas de representação do objeto dativo de segunda pessoa em Santo Antônio de Jesus	182
6.2	USO ALTERNANTE DOS CLÍTICOS <i>LHE</i> E <i>TE</i> NA REPRESENTAÇÃO DO OBJETO	187
6.2.1	Condicionamentos linguísticos para o uso de <i>lhe</i>	188
6.2.1.1	Paralelismo discursivo entre as formas objetivas	188
6.2.1.2	Paralelismo entre os clíticos e as formas de tratamento na	193

	função	subjativa	
		
6.2.1.3	Paralelismo entre clíticos átonos, oblíquos tônicos e possessivos		196
6.2.2	Condicionamento pragmático-discursivo para o uso de <i>lhe</i>		
		198
6.2.2.1	Tipo de relação entre os interlocutores		
		198
6.2.3	Condicionamentos sociais para o uso de <i>lhe</i>		
		204
6.2.3.1	A influência do grupo de fatores <i>faixa etária</i>		
		204
6.2.3.2	A influência do grupo de fatores <i>sexo</i>		
		207
6.2.3.3	A influência do grupo de fatores <i>escolaridade</i>		
		210
6.3	VARIAÇÃO ENTRE CLÍTIOS E O PRONOME TÔNICO <i>VOCÊ</i> NA REPRESENTAÇÃO DO OBJETO DIRETO DE SEGUNDA PESSOA		211
6.3.1	Condicionamentos linguísticos para o uso de <i>ocê</i> na alternância com os clíticos		
		212
6.3.1.1	Estrutura do sintagma verbal		
		212
6.3.1.2	Paralelismo discursivo		214
6.3.1.3	O tempo verbal		215
6.3.2	Condicionamento pragmático-discursivo para o uso de <i>ocê</i> na alternância com os clíticos: Tipo de relação entre os interlocutores		217
6.3.3	O condicionamento social: escolaridade		218
	CONSIDERAÇÕES	FINAIS	
		220

REFERÊNCIAS	224
APÊNDICE A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DA ENTREVISTA	
.....	241
APÊNDICE B – FICHA SOCIAL DO INFORMANTE	242
ROTEIRO DO TESTE DE PRODUÇÃO	
APÊNDICE C – (PARTE A)	
.....	244
APÊNDICE D – ROTEIRO PARA ENTREVISTA	
.....	245
ROTEIRO DO TESTE DE PRODUÇÃO	
APÊNDICE E – (PARTE B)	
.....	246

INTRODUÇÃO

O quadro pronominal do português brasileiro (daqui em diante PB), como nos lembra Lopes (2012), é uma das áreas do português que mais sofreu mudanças nos últimos duzentos anos, tornando-se, sem dúvida, um campo de investigação bastante atraente para diferentes correntes teóricas, cujos estudos enfatizam as transformações ocorridas com a introdução de *você* e as repercussões morfossintáticas daí decorrentes. Esta tese insere-se no domínio desses estudos, definindo como seu objeto de investigação o uso variável dos pronomes-objeto na representação do acusativo e do dativo¹ de segunda pessoa na variedade urbana do português falado em Santo Antônio de Jesus (SAJ), no Recôncavo Baiano. Nesse sentido, apontamos como nosso objetivo geral mapear o uso das formas pronominais acusativas e dativas em referência ao interlocutor em SAJ, com vistas a compreender a sua natureza sócio-pragmática e como se encaixam no sistema de tratamento dessa comunidade.

A análise aqui proposta fundamenta-se nos princípios da Teoria da Variação, ou Sociolinguística Variacionista, o que se justifica pelo entendimento de que, sendo a língua uma forma de comportamento social (LABOV, 2008 [1972]), ecoam, nas escolhas dos falantes, valores culturais e ideológicos, princípios da organização socioeconômica e características do contexto em que se dão as interações comunicativas. Ademais, esse aporte teórico-metodológico agrega à análise aspectos da estrutura interna da língua. Pauta-se, dessa forma, no reconhecimento de que a variação e a mudança linguísticas devem ser examinadas à luz de seus condicionamentos internos e externos.

Os dados utilizados para a análise foram coletados de uma amostra sincrônica especialmente constituída para este trabalho. Entrevistamos 36 pessoas nascidas na comunidade, distribuídas de acordo com a seguinte estratificação: a) ambos os sexos/gênero; b) três faixas etárias: faixa 1 (25 a 35 anos); faixa 2 (45 a 55 anos) e faixa três (65 a 85 anos) e c) dois níveis de escolaridade: fundamental e ensino superior completo. Assim, a partir da amostra organizada, examinamos os

¹ Esclarecemos que usamos o termo acusativo correspondendo a objeto direto (OD) e dativo correspondendo a objeto indireto (OI).

condicionamentos linguísticos, sociais e pragmático-discursivos para o emprego das formas pronominais objetivas em referência ao interlocutor.

Dentre as formas para a expressão do acusativo de segunda pessoa, identificamos, na comunidade pesquisada, a concorrência entre os clíticos *te* (*quem lhe falou que **te** trai*), *lhe* (*desculpa pelo som alto... se tô **lhe** incomodando*), *o/a* (*vai ser um prazer recebê-lo*), os pronomes lexicais *você* (*acho **você** uma pessoa excepcional*) e *o senhor/a senhora* (*eu não ouvi **a senhora** me chamar*) e o objeto nulo (*menina, como tu tá bonita... não conheci \emptyset não*). Para o dativo, também destacamos o emprego de *te* (*quem **te** falou...*) e *lhe* (*eu tô **lhe** dizendo...*), além das estratégias com preposição *a/para* *você* (*Eu digo **a você**.../ eu falo **pra você***) e o objeto nulo (*eu te dava... eu dava \emptyset uma caixa de bombons*).

Os exemplos apontados evidenciam que as transformações ocorridas no quadro pronominal repercutem com intensidade na sintaxe de complementação no paradigma de segunda pessoa, onde podemos observar a fixação do clítico *lhe* como forma acusativa, a utilização de sintagmas preposicionais (SP) para a realização do dativo e o uso da estratégia com o objeto nulo tanto para o acusativo como para o dativo.

Curioso – apenas para não tratar como ilógico – é que, a despeito de todo o material que se tem produzido acerca dessas alterações, as gramáticas e os manuais didáticos que circulam nas escolas ainda insistem na representação de um quadro de pronomes que não se realiza em nenhuma das variedades do PB em uso.

Atualmente, no Brasil, vigoram três subsistemas de tratamento pronominal na posição de sujeito: *tu*; *você*; e *tu~você*, conforme propõe Lopes (2011). Ainda de acordo com esta autora, alguns contextos morfossintáticos foram mais favoráveis à implementação de *você* no PB, a exemplo do pronome sujeito preenchido e do complemento introduzido por preposição, do que decorreu a tão propalada perda da uniformidade no tratamento. Sobre isso, observamos, por exemplo, que, tanto nas áreas do PB em que o *tu* prevalece quanto naquelas onde *você* é a variante preferida como sujeito, manteve-se, na segunda pessoa, o *te*, para o dativo e para o acusativo, em alternância com as formas correlatas ao pronome *você* – *lhe* e *a/para*

você. É este o caso de Salvador, conforme atestamos no estudo sobre as formas de expressão do objeto direto em referência à segunda pessoa na fala dessa cidade (ALMEIDA, 2009).

Na capital baiana, onde prevalece o subsistema de tratamento com a forma *você* (DEUS, 2009²), chamamos atenção para o sincretismo de pessoa e de função experimentado pelo clítico pronominal *lhe*, que, a despeito de sua definição tradicional como dativo anafórico de terceira pessoa, alterna entre o dativo e o acusativo de segunda pessoa. Nesse estudo, constatamos a prevalência do clítico *lhe* como objeto direto na fala dos indivíduos mais velhos, os quais, comumente, empregam-no nas relações solidárias e não-solidárias; todavia, entre os jovens, esse clítico estaria se especializando como variante mais formal, em virtude da “revitalização” de *te* na comunidade como tratamento mais íntimo.

Diante das considerações apontadas acerca da variação no emprego das formas objetivas em Salvador, consideramos profícuo estender a investigação ao interior da Bahia, especialmente a uma área em que o subsistema de tratamento é diferente do da capital. Assim, a escolha de Santo Antônio de Jesus, cuja fala tem sido objeto de estudo de alguns fenômenos em variação no PB (ANTONINO, 2007; OLIVEIRA, 2007; DIVINO, 2008; MENDES, 2007; MENDES, 2009; ASSIS, 2010), atende a esse interesse, por ser essa cidade, reconhecidamente, uma área de alternância *tu/você*, como atestam os trabalhos de Oliveira (2007) e Divino (2008).

Se, na pesquisa sobre a variedade linguística soteropolitana, privilegiamos apenas a análise das formas de endereçamento usadas em posição de objeto direto, agora, nosso olhar sobre a variedade santoantoniense estende-se também às formas de objeto indireto. Nesse sentido, para além do interesse no comportamento alternante do clítico *lhe* e sua natureza sócio-pragmática como expressão de tratamento, ampliamos nosso foco de observação para outras mudanças na sintaxe de complementação no PB, observando, por exemplo, a coocorrência de clíticos e do pronome tônico *você* como objeto acusativo. Embora não tenhamos obtido um número significativo de ocorrências que possibilitasse uma análise quantitativa da

² Em sua dissertação de mestrado, Deus (2009) destaca o uso categórico de *você* em Salvador.

alternância entre as preposições *a* e *para* na configuração do SP, também fornecemos algumas informações sobre essa regra variável.

Para guiar a nossa investigação, formulamos o seguinte questionamento: que fatores estão associados à escolha das formas objetivas de tratamento em Santo Antônio de Jesus? Algumas possíveis respostas a esse problema estão explicitadas a seguir e constituem as nossas hipóteses gerais:

- a) as estratégias com os clíticos pronominais mostram-se mais produtivas do que as demais, o que comprova a preservação do paradigma de clíticos de segunda pessoa³ e fortalece a hipótese de que há uma tendência no PB à preservação dos clíticos associados a antecedentes [+específicos/+referenciais];
- b) considerando que em SAJ alternam-se as formas subjetivas *tu* e *você* no trato com o interlocutor, supomos a fixação de um valor pragmático de [+formalidade/respeito/cortesia] para a variante *lhe* e [-formalidade/respeito/cortesia] para *te*, obedecendo ao princípio do paralelismo discursivo;
- c) assim como em Salvador, em SAJ, a retenção de *lhe* aconteceria, principalmente, entre os falantes mais velhos – em geral, mais formais –, dado o valor de [+formalidade/respeito/cortesia] assumido por esse clítico;
- d) mudanças nas relações sociais da comunidade seriam responsáveis pela alteração no uso das formas objetivas para o trato com o interlocutor.

Outras hipóteses de trabalho serão apontadas posteriormente, à medida que forem sendo apresentados os fatores que potencialmente podem interferir na variação aqui estudada. Destacamos, ainda, alguns objetivos específicos, que nos possibilitarão comprovar ou refutar as hipóteses aventadas e alcançar o nosso objetivo geral, apontado anteriormente. São eles:

³ Estamos considerando *lhe* como clítico de segunda pessoa dado seu desuso como forma correspondente a *a ele/ela*.

- a) identificar as formas acusativas e dativas usadas para o trato com o interlocutor em SAJ;
- b) verificar, recorrendo a alguns princípios da semântica do *poder* e *solidariedade* (BROWN; GILMAN, 1960) e da *teoria da polidez* (BROWN; LEVINSON, 1987), de que maneira se manifesta a diferenciação pragmática de *lhe* na amostra analisada;
- c) identificar características da estrutura social responsáveis pela retenção do pronome *lhe* como variante mais usual entre os falantes mais velhos.

Assim, buscamos reunir informações para chegarmos à compreensão do emprego das estratégias para a codificação do acusativo e do dativo, detendo-nos em aspectos que caracterizam o comportamento do clítico *lhe* no PB. Para conferir maior clareza à abordagem do tema aqui investigado e atender aos objetivos delineados, esta tese está estruturada em seis capítulos, cuja descrição fazemos a seguir.

Seguindo esta *Introdução*, na qual explicitamos as questões motivadoras do estudo bem como as hipóteses e os objetivos estabelecidos, está o primeiro capítulo, intitulado *O sistema de pronomes do português brasileiro*. Nele apresentamos informações que contribuem para uma descrição detalhada do objeto de estudo investigado, reiterando a ideia de que há um permanente estado de tensão no sistema de pronomes pessoais do português brasileiro, do que decorre a existência de subsistemas pronominais conflitantes com o modelo tradicional. Apresenta-se aí uma descrição da configuração pronominal na perspectiva tradicional em confronto com as inovações apontadas pelos estudos linguísticos.

Ainda atendendo ao intuito de caracterizar o nosso objeto de estudo, no segundo capítulo, *Complementação verbal e pronominalização no português brasileiro*, revisitamos algumas questões acerca da configuração sintático-semântica da complementação verbal no PB e destacamos algumas inovações verificadas nesse campo, tais como a redução da pronominalização pelo clítico *lhe* na terceira pessoa

e o seu emprego na função de objeto direto na segunda pessoa. Nesse capítulo, tecemos, ainda, algumas considerações acerca da abordagem do sistema pronominal no ensino de língua portuguesa.

No terceiro capítulo, *A formação do português do Brasil e o cenário sociolinguístico de Santo Antônio de Jesus*, iniciamos a tarefa – a que se propõe todo estudo de natureza sociolinguística – de evidenciar que a história social da língua não pode ser desprezada no entendimento dos fatos linguísticos. Nesse capítulo, lançamos o olhar sobre as condições em que se deu o estabelecimento do português no Brasil, a fim de que possamos, a partir dessa reconstrução, ampliar nossa compreensão acerca das inovações linguísticas apresentadas nos dois primeiros capítulos. Além dos dados sobre a demografia e a composição multiétnica do país, revisitamos a hipótese da polarização linguística (LUCCHESI, 2001), que explica muito da configuração atual de nossa língua. Ainda nesse capítulo, conhecemos a localidade pesquisada, sua dinâmica e sua história no contexto do interior baiano e apresentamos alguns aspectos do seu cenário linguístico, a partir da consulta a trabalhos que analisam fatos morfossintáticos em variação nessa comunidade.

O quarto capítulo, intitulado *O modelo teórico*, apresenta e discute os pressupostos básicos da teoria assumida, a Sociolinguística Variacionista (WEINREICH; HERZOG; LABOV, 2006 [1968]; LABOV, 2008 [1972]), e suas contribuições para o tratamento da variação e da mudança linguísticas. Ao longo de todo o capítulo são examinados alguns conceitos chave que fundamentarão a interpretação dos resultados obtidos.

No quinto capítulo, *A metodologia*, detalhamos os procedimentos metodológicos empregados para se levar a efeito este estudo, desde a definição dos critérios para a seleção dos informantes e as técnicas utilizadas para a captação dos dados às considerações sobre o suporte estatístico utilizado – o Goldvarb. Delimitamos, nesse momento, as nossas variáveis dependentes e suas variantes bem como os fatores que, por hipótese, regem a escolha do falante em relação aos fenômenos investigados.

No último capítulo, *A análise dos dados*, com base na análise matemática fornecida pelo programa computacional, examinamos quantitativa e qualitativamente os resultados, discutindo-os a partir das informações levantadas sobre a configuração pronominal no PB e à luz dos princípios teóricos assumidos

Por fim, na *Conclusão*, apresentamos uma síntese dos resultados obtidos, confrontando-os com as hipóteses e os objetivos, formulados a partir dos fundamentos da teoria e dos estudos acerca da reanálise das formas pronominais no PB.

Dessa maneira, nossa expectativa é ampliar o acervo da literatura linguística sobre o sistema pronominal brasileiro e fornecer contribuições para todos quantos desejarem conhecer e estudar a variedade linguística santoantoniense.

1 O SISTEMA DE PRONOMES PESSOAIS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Uma vez que estamos tratando de um dos aspectos da língua portuguesa que mais tem levado contradições aos espaços escolares e rendido debates no âmbito das pesquisas linguísticas, quisemos iniciar este capítulo retomando a discussão sobre a natureza e a funcionalidade dos pronomes pessoais, a fim de destacar algumas questões conceituais importantes, frequentemente, relegadas pela escola. Feita essa abordagem, concentramo-nos no objetivo principal da discussão, que é a contraposição entre a descrição tradicional do paradigma de pronomes pessoais e as inovações que se verificam no português brasileiro em uso, tendo em vista que o objeto investigado nesta tese insere-se no quadro das repercussões provocadas por essa remodelagem.

1.1 OS PRONOMES PESSOAIS: CARACTERIZAÇÃO E FUNCIONALIDADE

Os pronomes pessoais, como definidos por Ilari et al. (2002, p. 82), são “expressões referenciais que representam na estrutura formal dos enunciados os interlocutores responsáveis pela enunciação”. Em toda interlocução, um locutor dirige-se a um alocutário, havendo a necessidade de marcar essa relação: *aquela que fala* e *a quem se fala*. Há, para tanto, palavras específicas que guardam essa propriedade: os pronomes pessoais de primeira pessoa, os também pessoais de segunda pessoa e os pronomes de tratamento⁴. Essas formas pronominais são definidas como palavras dêiticas, por fazerem referência a elementos que estão presentes no ato de fala – fora do texto, portanto.

Como mencionado por Moura Neves (2000), os pronomes pessoais apresentam função interacional e textual. A primeira seria privativa dos pronomes de primeira e de segunda pessoa, os quais indicam os participantes do discurso (a 1ª e a 2ª) que se alternam na situação de fala. Como é possível observar nos enunciados

⁴ Os pronomes de tratamento são pronomes pessoais, mas, gramaticalmente, comportam-se como elementos nominais.

apresentados a seguir, os pronomes *eu* e *você* não têm um conteúdo próprio e a sua interpretação só é possível na situação de fala: em (01a), *eu* refere-se a *Marta* e *você* a *Antônio* enquanto em (01b) essas formas retomam, respectivamente, *Antônio* e *Marta*:

- (01) a. Marta: **Eu** preciso falar com **você**. É possível?
 b. Antônio: Sim, **eu** ficarei em casa todo o dia. **Você** pode telefonar.

A segunda função, chamada por Moura Neves de textual, é atribuída aos pronomes pessoais de terceira pessoa, que fazem referência aos participantes citados numa situação discursiva, mas estão fora do domínio da interlocução. Assim como os possessivos, os demonstrativos e os artigos definidos, possuem a propriedade de referenciar elementos já mencionados (anáfora) ou que ainda o serão (catáfora). Por essa propriedade endofórica, os itens remetem reiteradamente a elementos do próprio texto, garantindo sua continuidade:

- (02) As **professoras** chegaram cedo, mas não pude recebê-**las** logo. **Elas** tiveram que esperar até que eu me desocupasse.

Os pronomes pessoais de primeira e de segunda pessoa podem, em algumas situações, assumir natureza referenciadora/endofórica, recuperando um elemento mencionado em contextos de discurso reportado:

- (03) a. Aí **Ana** disse assim: “Não está claro que **eu** não quero sair hoje?”
 b. “**Você** janta comigo hoje?” – perguntou Marta a **Ricardo**.

Embora pouco frequentemente, os pronomes pessoais de terceira pessoa assumem caráter dêitico – “dêixis por ostensão” (CASTILHO, 2010) – quando o elemento a que se faz referência está presente no ato de fala, como demonstra o exemplo a seguir:

- (04) Por que questioná-lo? **Ele** aí nada sabe sobre o problema.

Há situações em que os pronomes pessoais assumem uma referência genérica, podendo incluir qualquer pessoa e não exatamente os participantes da interlocução.

Mesmo os pronomes de primeira pessoa, que, em princípio, tem uma referência específica, podem ocorrer em referência genérica. Nesses casos, o falante, colocando-se como sujeito, constrói um enunciado de atribuição arbitrária, como ilustramos nos exemplos a seguir, em que *eu*, *a gente* e *você* podem ser quaisquer pessoas.

- (05) a. Aí **eu** entro em um lugar chique e a pessoa nem me nota simplesmente porque não estou com a chave do carro na mão.
- b. **A gente** luta tanto neste país e pouco consegue alcançar.
- c. **Você** acaba ficando cansado de lutar por alguma coisa.

Os pronomes pessoais apresentam capacidade de identificar a noção exata de pessoa do discurso, enquanto outros pronomes, como os possessivos e demonstrativos, que também remetem a essa propriedade, apresentam paralelamente outra relação: “os possessivos relacionam duas pessoas gramaticais; os demonstrativos localizam algo, em relação com as pessoas do discurso.” (MOURA NEVES, 2000, p. 450).

Tal noção de pessoa do discurso em torno da qual se definem os pronomes pessoais é vista com reservas dentro dos estudos linguísticos, constituindo, na opinião de Monteiro (1994, p. 33), “um dos mais graves inconvenientes que a terminologia gramatical greco-latina nos legou”. Assim, sem a pretensão de uma discussão exaustiva, na seção seguinte, retomamos algumas importantes considerações sobre a noção de pessoa do discurso, iniciadas com a publicação do texto clássico de Benveniste (2005 [1971]) *A natureza dos pronomes*. Consideramos pertinente uma visita às ideias deste autor não apenas para fundamentarmos a abordagem do objeto de investigação mas também para apontarmos que muito do que se diz sobre a classe dos pronomes nas gramáticas tradicionais não consegue abarcar todas as especificidades de seu uso.

1.1.1 As categorias de número e pessoa nos pronomes pessoais

A noção clássica de pessoa do discurso, herdada da tradição greco-latina (a 1^a – a que fala de si; a 2^a – com quem se fala e a 3^a – de quem se fala), embora conservada na maioria das gramáticas e livros didáticos, tem sido motivo de

discussão em estudos contemporâneos menos tradicionais. Bechara (2003), por exemplo, ao identificar os pronomes pessoais como elementos que têm a capacidade de identificar os participantes do discurso, destaca a existência de “duas pessoas do discurso e a não-pessoa [...], considerada, pela tradição, a 3ª pessoa” (BECHARA, 2003, p. 164). É Benveniste (2005 [1971]), contudo, quem rompe com o modelo tradicional ao inaugurar essa discussão, afirmando que apenas aos pronomes *eu* e *tu* cabe a noção de pessoa, uma vez que são o locutor e o alocutário que se encontram no eixo discursivo falante-ouvinte. Em relação à terceira pessoa, referida como não-pessoa, diz o autor: “há enunciados de discurso, que [,] a despeito de sua natureza individual, escapam à condição de pessoa, isto é, remetem não a eles mesmos, mas a uma situação ‘objetiva’. É o domínio daquilo a que chamamos a ‘terceira pessoa’” (BENVENISTE, 2005 [1971], p. 282).

Ao falar sobre a natureza dos pronomes, diz o linguista que a primeira e a segunda pessoas têm natureza muito distinta da terceira. Na primeira pessoa, as formas caracterizam-se pela *unicidade*, ou seja, representam sujeitos únicos, enquanto na terceira pessoa podem ser *uma infinidade de sujeitos ou nenhum*. Além dessa característica, o autor destaca o fato de serem as primeiras pessoas *inversíveis*. Quer isso dizer que os participantes do eixo discursivo se revezam nos papéis de locutor e alocutário, o que não é possível em relação à terceira pessoa: “[...] o que ‘eu’ define como ‘tu’ se pensa e pode inverter-se em ‘eu’, e ‘eu’ se torna um ‘tu’. Nenhuma relação paralela é possível entre uma dessas duas pessoas e ‘ele’, uma vez que ‘ele’ em si não designa especificamente nada nem ninguém” (BENVENISTE, 2005 [1971], p. 282).

Câmara Jr. (1979) também advoga a existência de um paradigma “bipessoal”, na medida em que, apoiando-se no argumento de que há diferenças no nível semântico e morfológico entre as duas primeiras pessoas e a terceira, define o sistema de pronomes pessoais como dicotômico. O autor destaca, de um lado, as formas da primeira e segunda pessoas, que indicam os participantes da interação verbal e têm formas independentes para o singular (*eu, tu*) e para o plural (*nós, vós*), além de não possuírem a categoria de gênero, e, do outro, a propriedade de substituição própria da 3ª pessoa e o fato de esta manter a concordância em gênero e número com o substantivo que substitui (*ele, ela, eles, elas, o, a, os, as*). No âmbito das diferenças

morfológicas entre as pessoas do discurso e a não-pessoa, Câmara Jr. (1979) destaca, ainda, o fato de nas primeiras existirem as mesmas formas para a representação do acusativo e do dativo (*me* e *te*), ao passo que nesta última ocorrem formas diferentes (*o*, *a* e *lhe*, respectivamente, para o acusativo e para o dativo).

Monteiro (1994, p. 33) reitera o pensamento de que existem apenas duas pessoas na situação discursiva, recorrendo ao argumento de que “[...]a terceira pessoa rompe com a simetria do sistema pronominal e se refere a objetos situados fora da enunciação (a relação mediante a qual *eu* e *tu* se especificam)”. O autor chama atenção para a incongruência presente nas gramáticas normativas, que, embora divulguem amplamente essa noção de três pessoas do discurso, apontam a existência de verbos impessoais, definindo-os como aqueles que só se conjugam na terceira pessoa, isto é, sua conjugação não remete às pessoas do discurso, mas à não-pessoa.

A categoria de número também tem suscitado discussões entre alguns linguistas, que consideram ilógico o fato de que *eu* e *tu* têm, respectivamente, como plural *nós* e *vós*. Como discutido em Monteiro (1994) e em outros estudos, *nós* não pode ser plural de *eu*, já que não corresponde a *eu + eu*, mesmo quando o falante usa *nós* sem incluir outra pessoa (plural de modéstia). Embora *vós* possa corresponder a *tu + tu*, também pode indicar *tu + ele*, por exemplo. *Nós*, por sua vez, pode ser *eu + você*, *eu + você(s) + ele(s)*. Entendemos, como assinala Monteiro (1994, p. 38), que “uma forma como *nós* é plural, mas [...] não se correlaciona com *eu*, nem morfológica nem semanticamente”.

Propondo a separação entre a noção de pessoas gramaticais e número, Câmara Jr. (1998) sugere a existência de seis pessoas: P1 (1ª singular), P2 (2ª singular), P3 (3ª singular), P4 (1ª plural), P5 (2ª plural) e P6 (3ª plural). Monteiro (1994, p. 40) não considera adequada essa terminologia e vê aí um duplo paradoxo: “[...] o de atribuir ao pronome *e/le* a categoria de pessoa correlacionada às demais e o de disjungi-lo em duas pessoas gramaticais (a terceira e a sexta), como se a mudança de número instaurasse para esse pronome uma nova noção de pessoa”.

Diante dessas considerações que expõem alguns equívocos conceituais e terminológicos com os quais o ensino de português tem lidado desde sempre, é importante dizer que se pode escolher entre dois caminhos, como aponta Monteiro (1994, p. 32): “ou se reorganiza tudo à luz de critérios mais lúcidos ou se busca aproveitar o que já está feito, chamando a atenção para as falhas de interpretação”. É importante ressaltar, como o fizemos em Almeida (2009), que a nossa opção é pelo segundo caminho, de modo que mantemos nesta tese a terminologia tradicional da classe dos pronomes, fazendo, quando necessário, as devidas observações.

1.1.2 Reflexos da marcação de caso nos pronomes pessoais

Além das funções interacional e textual, já demonstradas, os pronomes pessoais possuem uma terceira função, de acordo com Moura Neves (2000, p. 452): “a de explicitar a natureza temática do referente”. Em outras palavras, as formas pronominais desempenham papéis específicos de acordo com a função sintática que exercem na estrutura da oração, o que revela vestígios do sistema de casos morfológicos do latim, perdido na passagem para as línguas românicas.

O sistema casual do latim clássico era composto de seis casos: nominativo (representava o sujeito e seu aposto e o predicativo do sujeito), vocativo (indicava interpelação e não fazia parte do contexto oracional), genitivo (indicava o adjunto adnominal restritivo, o complemento nominal de substantivos e de adjetivos partitivos, complemento de verbos como *lembrar-se* e *esquecer-se*), acusativo (representava o objeto direto, o predicativo do objeto, adjunto adverbial de movimento, de tempo, de lugar), dativo (indica o beneficiário/destinatário da ação e representa as funções de objeto indireto, complemento nominal de adjetivos) e ablativo (adjuntos adverbiais de companhia, origem, lugar, autoria, modo, causa, etc.). O locativo, existente no latim arcaico, apresentava uso bastante restrito, indicando o tempo ou o lugar da ação realizada. Em português resultou um paradigma pronominal cujas formas distribuem-se de acordo com seu reflexo de caso, numa correspondência biunívoca, entre as funções nominativa, acusativa, dativa, genitiva e ablativa.

(06) a. **Eu** nominativo **me** acusativo encontrei com os amigos ontem à noite.

- b. **Ele** nominativo **lhe** dativo ofereceu flores.
- c. **Nós** nominativo guardamos todos os **nossos** genitivo pertences.
- d. Preciso falar **contigo** ablativo.

Por essa perspectiva, as formas nominativas *eu*, em (06a), e *ele*, em (06b), exercem a função de sujeito e alteram-se morfologicamente para os clíticos *me* e *lhe* para assumirem a função de objeto direto e objeto indireto, respectivamente. De igual modo, o nominativo *nós* modifica-se para representar o possessivo *nosso* em (06c), e *contigo*, alteração da segunda pessoa do singular *tu*, representa o complemento adverbial em (06d). Nesse sentido, os pronomes pessoais seguem a distribuição clássica em retos e oblíquos, sendo agrupados segundo a função que desempenham: os retos empregam-se como sujeito, podendo ainda ser vocativo – os de segunda pessoa – ou predicativo do sujeito, e os oblíquos como objeto ou adjunto adverbial.

Lembramos que, embora os pronomes se alterem formalmente para representarem as funções sintáticas, Câmara Jr. (1979, p. 96) considera inexata a existência de uma flexão casual, afirmando que “estamos muito longe do sistema de casos latinos, em que o caso dependia da função do nome ou do pronome na frase”. O autor busca respaldo no argumento de que apenas as categorias de gênero e número – tanto para os nomes como para os pronomes – atendem ao mecanismo de flexão. Advoga ainda que o que há no português não se trata da conservação da flexão casual latina, representada por morfemas atribuidores do caso, mas da existência de uma distribuição biunívoca de formas, que correspondem: a) ao emprego isolado ou do sujeito; b) ao clítico adverbial; c) ao complemento regido por uma preposição. Reiterando a posição de Câmara Jr. (1979), Monteiro não considera adequado falar em flexão casual e assinala que não há morfemas flexionais para fazerem essa marcação.

O pensamento de que os pronomes pessoais conservam traços dos casos latinos só é plausível quando consideramos a sua distribuição tradicional, não sendo válido para o quadro atualmente em uso. Tomando apenas alguns exemplos desse quadro, vemos que as formas nominativas *você(s)* e *a gente* ora aparecem como sujeito, ora como objeto, e as formas *ele* e *ela* são amplamente utilizadas em lugar do clítico

acusativo correspondente. Citamos também o pronome *lhe*, cujo uso não condiz com a orientação normativa, uma vez que tem sido empregado como objeto direto, com frequências diferentes, em todas as variedades do português.

Para a teoria gerativa, o princípio de atribuição de Caso é comum a todas as línguas, embora em apenas algumas delas haja realização morfológica (CHOMSKY, 1994), como é o caso do latim, do russo e do alemão. Além da marcação morfológica, há uma marcação sintática (Caso abstrato), esta universalmente realizada e realizada sob a forma de caso acusativo – atribuído a um SN pelo verbo transitivo –, caso nominativo – dado ao SN na posição de sujeito – e caso oblíquo – atribuído pela preposição. Isso quer dizer que, em *Vi tu ontem*, a marcação de caso, necessária para que o papel semântico do argumento seja evidenciado, estaria sendo feita por meio do Caso abstrato, que se revela, por exemplo, na fixação da ordem. Dizemos, então, que o pronome *tu*, tradicionalmente nominativo, está recebendo o caso acusativo, representando o objeto direto, por estar ocupando a posição de argumento interno do verbo. Há ainda o caso inerente, que é atribuído juntamente com um papel temático, a exemplo do caso dativo.

A seguir, confrontaremos o quadro tradicional de pronomes com dados coletados a partir de pesquisas linguísticas, de modo que será possível perceber a existência de uma perda total dos vestígios de casos latinos no PB.

1.2 A DESCRIÇÃO DO QUADRO DE PRONOMES PESSOAIS: TRADIÇÃO vs. INOVAÇÃO

O quadro dos pronomes pessoais exibido nas gramáticas e nos livros didáticos de língua portuguesa no Brasil (Cf. Quadro 01, a seguir), ainda fiéis à ideologia conservadora que sustenta o ensino de língua portuguesa, deixa transparecer uma série de contradições e equívocos que podem ser explicados pela inobservância às pesquisas linguísticas atuais. Dessa forma, o que se tem verificado é a manutenção de uma norma linguística ainda pautada no ideal lusitano e a fidelidade a uma concepção equivocada de língua.

A configuração do sistema pronominal explicitada no Quadro 01 ainda é a herdada do latim e, como assinalam Ilari et al. (2002, p. 84), “[...] é compreensível a atração por esse modelo, pois ele recupera uma regularidade da sentença latina que já não sobrevive no português brasileiro: a perfeita correspondência entre *peças do pronome e peças do verbo*”.

Quadro 01 – Pronomes pessoais no português do Brasil de acordo com a tradição gramatical

Pronomes pessoais				
	Pessoa	Retos	Oblíquos	
			Átonos (s/prep.)	Tônicos (c/ prep.)
Singular	1 ^a	eu	me	mim
	2 ^a	tu	te	ti
	3 ^a	ele, ela	o, a, lhe, se	ele, ela, si
Plural	1 ^a	nós	nos	nós
	2 ^a	vós	vos	vós
	3 ^a	eles, elas	os, as, lhes, se	eles, elas, si

Fonte: Bechara (2003, p. 164)

Essa configuração está longe de descrever o sistema de pronomes pessoais que vigora entre os falantes de qualquer uma das variedades do PB. E, com base nela, as gramáticas têm se ocupado, incessantemente, da tarefa de anular todo o conjunto de mudanças morfossintáticas decorrentes da reorganização que atinge o sistema de pronomes da língua, rechaçando qualquer uso que se afaste do padrão. Por causa dessa visão, são frequentes, ainda hoje, discursos como este do início do século XX, do eminente gramático Napoleão Mendes de Almeida:

As formas pronominais oblíquas *o* e *lhe* de terceira pessoa não podem ser usadas indiferentemente; a forma oblíqua *o* jamais poderá funcionar como objeto indireto, e a forma *lhe* jamais como direto. Comete gravíssimo erro quem diz: ‘Eu *lhe* vi’, porque o verbo *ver* é transitivo direto e, portanto, o oblíquo deve ser *o*. (ALMEIDA, 2000, p. 21).

A intransigência em relação à não aceitação das inovações no quadro pronominal, longe de garantir a pretensa homogeneidade da língua, tem servido apenas para produzir desconfortos aos falantes e acentuar o falso pensamento de sua incompetência linguística. Defender que quem fala “Eu *lhe* vi” está errado é, no mínimo, estranho se se considera que esta é uma construção usual na fala de indivíduos cultos e não cultos de algumas variedades do PB e mesmo de outros países de língua portuguesa, como é o caso de Angola, como mencionamos em Almeida (2009).

A distribuição dos pronomes pessoais do português apresentada no Quadro 01, com pequenas variações, é a mesma que predomina na maior parte das gramáticas e livros que circulam nas escolas brasileiras. De modo geral, essas descrições deixam de fora o pronome *você*, cuja variante plural, há muito, suplantou o arcaico *vós*, e, no singular, coocorre com *tu* na maior parte dos dialetos brasileiros, como podemos comprovar a partir do levantamento feito por Scherre et al. (2009) e apresentado por Lopes e Cavalcante (2011, p. 39):

Quadro 02 - Subsistemas pronominais de tratamento no PB

Subsistema Região	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Nordeste	Norte
(1) <i>Você</i>	<i>Você</i>	<i>Você</i>	<i>Você</i>	<i>Você</i>	
(2) <i>Tu</i>			<i>Tu</i>	<i>Tu</i>	<i>Tu</i>
(3) <i>Você/Tu</i>	<i>Você/Tu</i> (DF)	<i>Você/Tu</i>	<i>Você/Tu</i>	<i>Você/Tu</i>	<i>Você/Tu</i>

Fonte: Lopes e Cavalcante (2011, p. 39)

Ressaltamos, ainda, a divergência que há entre as gramáticas acerca da classificação da forma *você*, quase sempre incluída entre os pronomes de tratamento. Em Bechara (2003), por exemplo, aparece como *forma de tratamento indireto de segunda pessoa restrita ao uso familiar*. Dentre os gramáticos tradicionais, Rocha Lima (2011), numa visão mais coerente sobre o uso desse pronome no PB, confere-lhe a natureza de pronome pessoal e o inclui entre as realizações da segunda pessoa, associando a ele os oblíquos: *te*, *você*, *o*, *a*, como OD, e *te*, *lhe*, *a* *você*, como OI. Estranhamente, o gramático não inclui *vocês*, *os*, *as*

na função de objeto direto, mas apresenta, na função de OI, ao lado de *lhes*, a forma *a vocês*.

Lopes (2012), num estudo em que analisou o quadro de pronomes pessoais apresentado em livros didáticos de língua portuguesa usados no Ensino Fundamental e Médio, verificou que, dos 14 livros pesquisados, em apenas cinco a forma *você* aparece ao lado de *tu* no quadro pronominal. Esse é um fato preocupante porque demonstra a falta de sintonia da escola com a realidade linguística do país e leva-nos a questionar a eficácia de um ensino de língua que perpetua equívocos como esse.

Também é visível, no Quadro 01, que a forma *a gente* não encontra lugar no modelo oficial, ficando restrita a comentários marginais nos quais seu uso é sempre atribuído aos registros não-formais da língua. Ignorando por completo o fato de os estudos linguísticos apontarem o uso generalizado de *a gente* em todo o país, nenhum dos manuais pesquisados por Lopes (2012) inclui essa forma como variante da primeira pessoa do plural.

Os pronomes *a gente* e *você* – bem como *o senhor/a senhora* e outras formas pronominais de tratamento – integram o paradigma de pronomes pessoais do PB, uma vez que indicam os interlocutores; porém, do ponto de vista gramatical, comportam-se como nomes, recebendo marcação morfológica de número.

O sistema de clíticos divulgado no modelo tradicional aparece bastante preservado, sugerindo que todas as formas átonas são de uso corrente no PB e que apenas os clíticos atuam como complementos. Prova disso é que, na contramão dos estudos linguísticos, Bechara (2003) adverte sobre o uso da forma pronominal *e/le* como objeto direto, argumentando que esse pronome “no português moderno, só aparece como objeto direto quando precedido de *todo* ou *só* (adjetivo) ou se acentuado de forma enfática, em prosa e verso.” (BECHARA, 2003, p 175). A essa observação seguem alguns exemplos:

- (07) a. “No latim eram quatro os pronomes demonstrativos. Todos *eles* conserva o português” [PL. 1, 398]⁵.
- b. “Subiu! E viu com seus olhos/ *Ela* a rir-se que dançava...” [GD apud SS]⁶.

Cunha e Cintra (2002) caracterizam a construção com *e/le* na função de OD como ilegítima e típica da “fala familiar e vulgar do Brasil”. Os autores afirmam que “embora [...] tenha raízes antigas no idioma, pois se documenta em escritores portugueses dos séculos XIII e XIV, deve ser hoje evitada. Convém, no entanto, não confundir tal construção com outras, perfeitamente legítimas, em que o pronome em causa funciona como objecto directo.” (CUNHA; CINTRA, 2002, p. 290). Os casos legítimos a que os autores se referem são:

- a) quando, antecedido da preposição *a*, repete o objeto direto enunciado pela forma normal átona (*o, a, os, as*): Temia-*a, a ela*, à mulher que o guiava. (G. Rosa)
- b) quando precedido das palavras *todo* ou *só*: *Só elas* é que devíamos frequentar. (O. Andrade). (CUNHA; CINTRA, 2002, p. 290).

Lamentavelmente, os anacronismos se perpetuam no ensino de português Brasil a fora, e a escola, ignorando a existência de regras variáveis, cotidianamente, anula os esforços de pesquisadores que têm se ocupado de dar visibilidade aos usos reais da língua e, dessa forma, ignora a própria natureza da língua.

1.2.1 Reorganização das formas pronominais: o que demonstram as pesquisas linguísticas

De forma inicial de tratamento, o *você* sofreu um longo processo de desgaste semântico e pragmático, perdendo seu caráter inicial de cortesia, e passou a concorrer com o *tu* em situações informais no quadro dos pronomes pessoais retos a partir do século XIX. Como corolário da neutralização do pronome *você*, geram-se no sistema incompatibilidades entre propriedades formais e semântico-discursivas, como mencionado em Lopes (2008), na medida em que este pronome, originário das formas nominais de tratamento, usadas com o verbo na terceira pessoa do

⁵ A identificação ‘PL’ indica que a frase foi extraída da *Gramática da língua portuguesa* de Pacheco da Silva Jr. e Lameira de Andrade publicada no Rio de Janeiro, em 1887.

⁶ A identificação ‘GD apud SS’ indica que se trata de um verso de Gonçalves Dias citado por Álvaro F. de Sousa da Silveira em sua gramática.

singular, continua a ser empregado com o verbo na terceira pessoa, mas, semanticamente, passa a ser interpretado como uma forma interlocutória.

Nas palavras de Galves (2001, p. 129), está aí “o fator fundamental da mudança sintática operada no PB”. A autora segue argumentando que os pronomes de segunda pessoa exercem papel decisivo na reorganização do quadro pronominal e na sintaxe do PB. De acordo com a pesquisadora, o uso generalizado de *você* como forma de tratamento na maior parte dos dialetos brasileiros é responsável pelo enfraquecimento da morfologia verbal de segunda pessoa e pela “instauração da variação livre⁷ entre as formas dativas [e acusativas]⁸ *te* e *lhe* e a especialização de *lhe* como correspondente a *você*” (GALVES, 2001, p. 155).

Desde o estabelecimento dos estudos linguísticos no Brasil, a investigação das inovações do quadro de pronomes do PB tem despertado o interesse dos estudiosos, como Duarte (1989), Monteiro (1994), Menon (1995), Berlinck (1997), Lopes (2008, 2011, 2012) e Galves (2001), os quais têm destacado um intenso processo de variação/mudança nesse campo. A partir das constatações de tais estudos, é possível apresentar um quadro aproximado do que seria o sistema de pronomes em uso atualmente no PB na língua falada culta e na popular. Ocupamo-nos dessa tarefa nas próximas subseções.

1.2.1.1 O paradigma de primeira pessoa

Com base na vasta literatura sobre o assunto, apresentamos, a seguir, as formas usuais de primeira pessoa no PB:

Quadro 03 - Distribuição dos pronomes pessoais da primeira pessoa do discurso no PB

Número Função	Sujeito	Objeto direto	Objeto indireto	Complemento oblíquo
Singular	eu	me eu	me prep. + mim	mim comigo

⁷ A perspectiva teórica que orienta este trabalho rejeita a ideia de variação livre e compreende que a alternância entre *te* e *lhe*, em contextos de dativo e de acusativo, é motivada por diversos fatores, os quais serão discutidos oportunamente.

⁸ Inserimos essa informação baseados no fato de que a autora, em outro momento de seu texto, menciona o uso de *lhe* como acusativo em ‘variação livre’ com *te*, em alguns dialetos do PB. (Cf. GALVES, 2001, p. 140).

			prep. + eu	eu
Plural	nós a gente	nos nós a gente	nos prep. + nós prep. + a gente	nós conosco a gente

Fonte: Elaborado pela autora.

Observamos, no quadro, que os resquícios do sistema casual, outrora perceptíveis entre os pronomes pessoais, já não são conservados, tendo em vista que formas, tradicionalmente nominativas, por exemplo, figuram como OD, OI e complemento oblíquo. Esse sincretismo de função que atinge os pronomes de primeira pessoa são evidências dos efeitos da polarização⁹ sociolinguística (LUCCHESI, 2001) que situa o português brasileiro em duas normas linguísticas: a culta e a popular.

No paradigma de primeira pessoa, o sujeito é tradicionalmente expresso pelas formas *eu* e *nós*. Entretanto em variedades populares, essas formas ocupam também a posição objetiva, como é possível ler nas constatações de Omena (1978, p. 120):

Nossos informantes usam, comumente, a par da forma acusativa *me*, de primeira pessoa, a forma subjetiva *eu*, como objeto direto. São do “corpus” observado, entre outras, as seguintes ocorrências: [...] “xingô eu”, “perguntaro eu se eu era morena”, “ele não vai trocá eu por ela”, “e se um dia ele me chutá? [...] Com a primeira pessoa do plural, há exemplos como: “tinha enconvidado ele prá levá nós”.

Na fala de indivíduos pouco escolarizados, ocupam a função de objeto direto e complemento oblíquo os pronomes *eu* e *nós* (*com eu/nós; de eu; sem eu* etc.). Na norma culta, contudo, essas construções são menos frequentes, dado o estigma social existente em torno delas. Em seu lugar registram-se, de forma mais produtiva, *me*, *mim* e *comigo*, para a primeira pessoa do singular, e, para o plural, *a gente* em todas as posições sintáticas, ficando os clíticos *nos* e *conosco* restritos a contextos em que há mais monitoramento.

Em análise realizada com base em amostras de fala do Projeto Norma Urbana Oral Culta (NURC), Arruda (2006) salienta que, quando se trata da primeira pessoa do singular, o clítico *me* é a forma preferida pelos falantes, destacando em Salvador e Recife a ocorrência de *eu* em posição de complemento. O autor, entretanto, refere-

⁹ Na seção 3.1.3, abordaremos o conceito de *polarização sociolinguística*.

se ao contexto de estruturas sintáticas complexas – verbo + objeto direto + infinitivo verbal –, formadas com verbos causativos e sensitivos. Nesses casos, o pronome *eu* ocorre como sujeito da oração, embora a prescrição da GT seja o emprego do oblíquo *me*, como em (08a):

- (08) a. Deixe-**me** sair daqui.
 b. Deixe **eu** sair daqui.

Scherre (2007), em estudo acerca da expressão do imperativo no PB, com base na análise de quadrinhos da *Turma da Mônica*, observa que, a partir da década de 1980, passa a ser cada vez mais comum o uso do pronome lexical no lugar da forma oblíqua em construções do tipo *deixa/deixe*. Reproduzimos da autora a Tabela 01:

Tabela 01 - Aumento do imperativo associado à forma indicativa em revistas em quadrinhos da *Turma da Mônica* entre a década de 70 e a primeira década do século XXI em função do tipo e da posição do pronome com relação ao verbo

Ano ou período	Me depois do verbo	Me antes do verbo	Eu/ele/nos depois do verbo
	DEIXE-me ver!! DEIXA-me ver	Me DEIXE, Mônica! Me DEIXA falar!	Hum...DEIXA eu ver Bem...DEIXE eu ver
1970 e 1971	0/20 = 0%	0/5 = 0%	Não há
1983	Não há	1/10 = 10%	0/1 = 0%
1985 a 1988	0/5 = 0%	12/25 = 48%	13/15 = 87%
1998 e 1999	0/6 = 0%	23/39 = 59%	22/23 = 96%
2001, 2002, 2004 e 2005	3/21 = 14%	70/116 = 60%	83/83 = 100%
Total	3/52 = 6%	106/195 = 54%	118/122 = 97%

Fonte: Scherre (2007, p. 212).

Pelos dados expostos na tabela, verificamos a evolução do uso dos pronomes nominativos *eu* e *ele* em função objetiva, o qual atinge índices expressivos na metade da década de 1980 até apresentar-se como categórico na primeira década do século XXI.

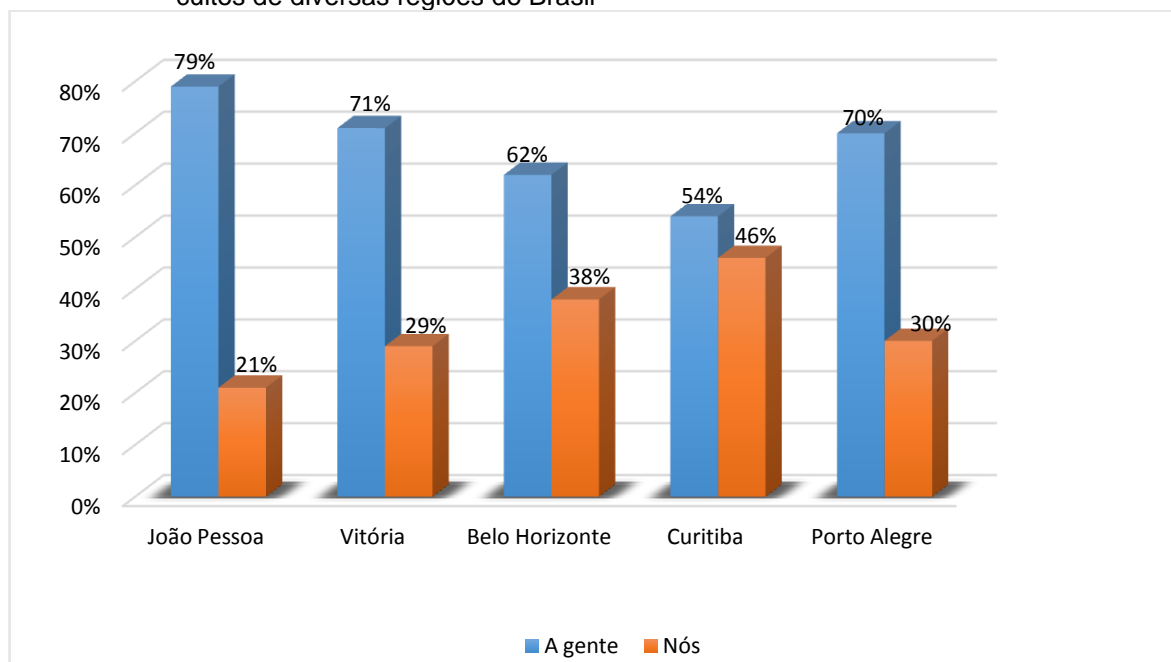
Ainda sobre o paradigma de primeira pessoa, destacamos o emprego de *mim* na função de sujeito de orações infinitivas, mesmo entre falantes urbanos escolarizados:

(09) Traga o livro para **mim** ler.

Um dos aspectos que muito chama atenção no Quadro 03 é a presença de *a gente* em franca concorrência com *nós* e suas formas correlatas, conforme atestado em estudos de Omena (1996), Monteiro (1994), Lopes (1998; 2003) etc. Ao se gramaticalizar, esse item cristalizou-se no paradigma de primeira pessoa, mantendo, porém, o traço formal de terceira, já que se combina com o verbo de terceira pessoa. Além disso, perdeu seu traço de gênero e passou a comportar-se como os demais pronomes pessoais, conservando, porém, características nominais, a exemplo da possibilidade de ocupar diferentes posições sintáticas. Os estudos tradicionais, contudo, evidenciam uma classificação pouco elucidativa de *a gente*, a qual varia de *forma para representação da primeira pessoa* (CUNHA; CINTRA, 2002) a *pronome indefinido* (ALI, 1971 e MELO, 1980).

Em uma recente compilação de dados baseada em diversas pesquisas sobre a alternância *nós/a gente* em várias regiões do país, Vianna e Lopes (a sair apud LOPES, 2012) identificaram um índice bastante elevado da utilização de *a gente*, como podemos acompanhar pelo gráfico a seguir:

Gráfico 01 - A distribuição de nós e a gente em capitais brasileiras entre falantes cultos e não-cultos de diversas regiões do Brasil

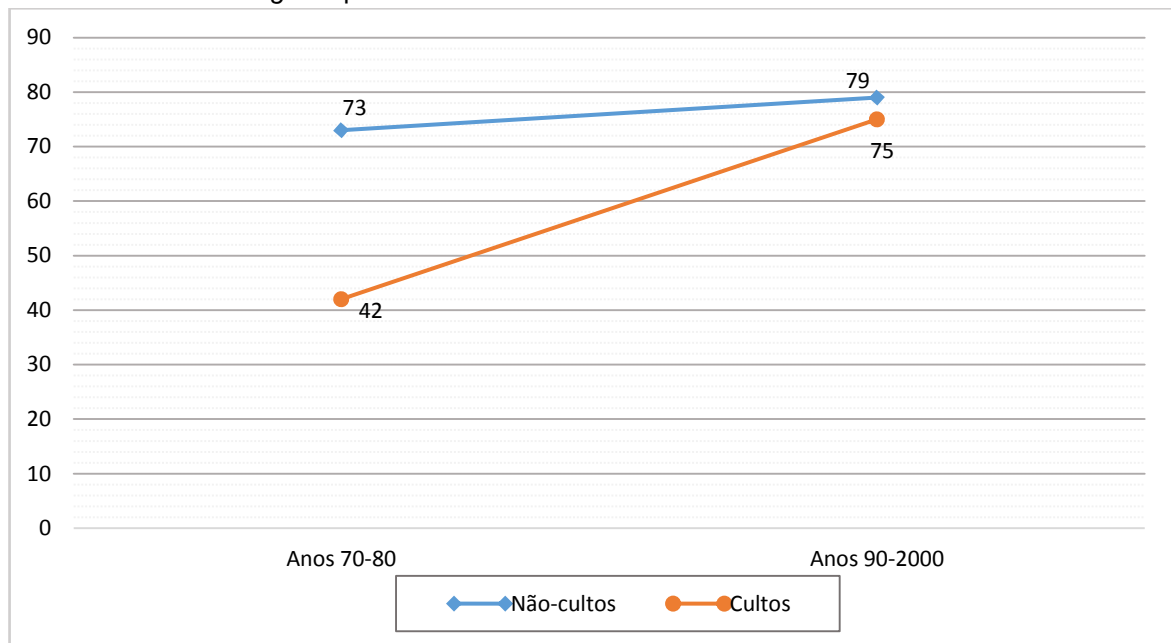


Fonte: Vianna e Lopes (a sair apud LOPES, 2012, p. 132)

Os resultados utilizados pelas autoras pertencem a diferentes décadas do século XX e, embora não possam ser comparados, como nos lembra Lopes (2012), apontam uma expansão do uso do pronome inovador no país, demonstrando, contudo, que, em algumas capitais, esse processo está mais acelerado.

Lopes (2004) apresentou uma revisão do panorama geral do estágio da substituição de *nós* por *a gente* no Rio de Janeiro, com base nos trabalhos de Lopes (2003), que utilizou dados do Projeto NURC dos anos 70 e 90, e de Omena (2003), com dados do Programa de Estudos do Uso da Língua (PEUL) dos anos 80 e 2000. O gráfico a seguir mostra a comparação proposta pela autora:

Gráfico 02 - Uso de *a gente* por falantes cultos e não-cultos do Rio de Janeiro



Fonte: Lopes (2004, p. 69)

Pelo Gráfico 02, notamos que, enquanto a frequência de uso de *a gente* permanece estável entre os falantes não-cultos no intervalo de tempo pesquisado, há um crescimento acelerado do uso desse pronome entre os cultos, suplantando o emprego de *nós*. Nos anos 90 e 2000, os índices de uso igualam-se entre os dois grupos de falantes cariocas. Lopes (2004, p. 69), ao refletir sobre esses dados, sublinha que “a gradativa implementação da forma inovadora se disseminou pela

comunidade, pelo que tudo indica, propagando-se de baixo para cima, ou seja, das classes menos escolarizadas para as mais escolarizadas.”

Em relação à alternância *nós/a gente* em SAJ, destacamos o trabalho de Mendes (2007), que, num *corpus* composto por 24 entrevistas com indivíduos da zona rural e da zona urbana, verificou 93% de frequência de uso da forma inovadora. Analisando a distribuição do pronome no município, a autora verificou a conservação da forma padrão na zona rural, o que se justifica pelo conservadorismo comum a estas áreas, e o domínio de *a gente* na sede do município.

O uso da forma *a gente*, conforme demonstrado no Quadro 03 abrange várias funções sintáticas, como observado por Omena (1996), de quem reproduzimos os exemplos a seguir:

- (10) a. Ele já não conhece *a gente*, fica com medo, sabe? (acusativo)
 b. Aí a minha mãe é que vem abrir a porta *pra gente*. (dativo)
 c. [...] a menina que estava de plantão nesse dia é amiga *da gente*.
 (adjunto adnominal)
 d. Eles falam bem diferente *da gente*. (complemento nominal)
 e. Quem faz a moda é *a gente*. (predicativo do sujeito)

A autora informa-nos que a ocorrência de *a gente* é maior na posição de adjunto adverbial (substituindo *conosco*), seguida das funções de sujeito e de complemento. Embora como possessivo ainda seja predominante o uso de *nosso*, Omena (1996) observa que o *a gente* está começando a se inserir nessa posição. Isso ocorre, segundo Ilari (2002), porque, sendo um sintagma nominal (SN) pleno, assim como *você*, terá distribuição de SN pleno, e não de pronome.

Diferentemente do estudo de Omena (1996), que focaliza a variedade urbana culta, a pesquisa realizada por Araújo (2005) sobre a expressão de posse em variedades rurais afro-brasileiras do interior da Bahia – Sapé, Helvécia, Rio de Contas e Cinzento – constata evidente variação entre as formas *nosso*, *da gente* e, ainda, *de nós*, esta última definida pela autora como resquício do passado linguístico criouliante das comunidades pesquisadas. As frequências registradas por Araújo

(2005) para as variantes são, respectivamente, 48,33%, 47,5% e 4,16%, dados que se opõem aos resultados obtidos para as variedades urbanas nos estudos de Omena (1996) e Monteiro (1994).

Araújo (2005) defende que a implementação de *da gente* em significativa concorrência com *nosso* nas comunidades afro-brasileiras poderia ser explicada pelo uso inicial de *de nós*. O percurso de inserção das formas de posse teria sido *de nós* > *da gente* > *nosso*, o qual foi inferido com base na análise da faixa etária dos informantes: os da faixa 3 (65 a 83 anos) são os que mais usam as formas analíticas (*de nós/da gente*) e os da faixa 2 (42 a 57 anos) dão preferência ao emprego de *nosso* (a) (s).

A inserção de *você* e *a gente* no quadro de pronomes pessoais é responsável pela existência de muitos fatos morfossintáticos em variação ou que já são dados como mudança em curso no PB, a exemplo do preenchimento obrigatório do sujeito, do objeto nulo, da ordem mais rígida da sentença e da configuração de um novo paradigma de clíticos.

Com a inclusão desses itens gramaticalizados, o paradigma verbal passa a ter sua flexão bastante simplificada, com três formas verbais distintas no presente (*eu falo, você/ele/a gente fala/ vocês/ eles falam*) e no pretérito perfeito (*eu falei, você/ a gente/ ele falou, vocês/ eles falaram*) e apenas duas nos demais tempos (*eu/ você/ a gente/ ele falava, vocês/ eles falavam*) para identificar as tradicionais seis pessoas gramaticais. Na variedade popular essa redução é mais drástica, chegando a existir, no pretérito imperfeito, uma única forma (*eu/você/ele/a gente/vocês/eles falava*) e duas formas para os demais tempos.

Comumente, tem-se apontado como consequência da redução do paradigma flexional número-pessoal do verbo a perda progressiva do parâmetro *pro-dop*¹⁰ no português brasileiro. A necessidade de evidenciar o sujeito, haja vista que não é possível fazê-lo pela morfologia flexional do verbo, está fazendo com que o PB deixe de ser uma língua de sujeito nulo para ser caracterizada como língua de sujeito obrigatório (CYRINO, 1996; DUARTE, 2003; TARALLO, 1996).

¹⁰ Parâmetro proposto pela teoria gerativa para explicar diferenças entre línguas que apresentam sujeito nulo e aquelas que apresentam essa posição obrigatoriamente preenchida.

Duarte (2003, p. 124) destaca como resultado dessa mudança em direção à obrigatoriedade do preenchimento do sujeito a “tendência à realização dos sujeitos de referência indeterminada com formas pronominais nominativas, preferencialmente plenas, em detrimento do uso de ‘se’ indeterminador/apassivador, ao contrário do que ocorre no português europeu”. Dentre as estratégias preferidas para a indeterminação estão *você*, *a gente*, o objeto nulo sem antecedente e o pronome de terceira pessoa *eles*, como exemplificam, respectivamente, as construções a seguir, reproduzidas da autora:

- (11) a. **Você** tem que sair (...) Tudo isso **você** tem que fazer, \emptyset não pode parar assim.
- b. **A gente** tem que seguir o que **a gente** sabe, e da forma que **a gente** foi criado.
- c. \emptyset Põe um pouquinho de “Só Alho”, aí \emptyset põe óleo e \emptyset põe um pouquinho de cebola, \emptyset pica a cebola, \emptyset faz uma macarronada.
- d. Às vezes pelo fato da pessoa ter nascido e criado em morro, **eles** acham que é tudo mau elemento.

Embora muitos estudos descritivos venham sendo realizados nos últimos anos, como afirmam Lopes e Rumeu (2007, p. 420), ainda não se tem “um completo mapeamento descritivo da atual situação do sistema pronominal e das repercussões gramaticais ocasionadas pela inserção de *você* e *a gente* e pelo desuso de *vós*”.

1.2.1.2 O paradigma de segunda pessoa

Como já mencionado, os pronomes de segunda pessoa têm papel decisivo no contexto da remodelagem do quadro pronominal e da sintaxe no PB, visto que é nesse paradigma que se iniciam as reformulações, quando ocorre a introdução de *você* no quadro dos pronomes pessoais, a partir do século XIX. Para o entendimento dessas transformações, especialmente em relação aos fatos que investigamos nesta tese, julgamos importante retomar alguns aspectos diacrônicos sobre a questão.

Entre os séculos XIII e XIV, registrava-se a existência de duas formas de tratamento na sociedade portuguesa: *tu* e *vós*, cujo uso era feito segundo o grau de intimidade entre os interlocutores, como ainda o é em francês. Usava-se *tu* no trato com um interlocutor do mesmo nível social e nas relações assimétricas de superior para inferior, e reservava-se a forma *vós* para a referência a mais de um interlocutor, em relações formais ou não, e a um único interlocutor em relações de respeito/cortesia, inclusive para o tratamento do rei.

Essas diferenças entre as formas foi bem discutida no clássico texto de Brown e Gilman (1960), em que foram analisadas as diferenças de tratamento no francês, no alemão e no italiano, com base na semântica do *poder* e da *solidariedade*. No que concerne ao uso das estratégias de tratamento, consoante Brown e Gilman (1960), o uso da forma V (*vós*) é característico de relações simétricas em que não há solidariedade/intimidade entre os participantes do ato discursivo e das relações assimétricas ascendentes. E o uso da forma T (*tu*) circunscreve-se a relações simétricas solidárias e relações assimétricas descendentes.

O uso de tais formas de tratamento em Portugal atendia ao contexto político-social do país em fins da Idade Média. Entre os séculos XIV e XV, período em que ocorre a formação das monarquias europeias, o poder político passa a centralizar-se na figura do rei. Além disso, é o momento de ascensão da burguesia e do crescimento das cidades. Esses fatos que concorrem para a expansão do império português também determinarão o surgimento de novas formas de tratamento na sociedade.

Em fins do século XIV, a forma *vós*, muito popularizada, já não era adequada para dirigir-se à figura do monarca, e para isso foram incorporadas à língua estratégias com formas nominais de tratamento associadas ao possessivo e combinadas com o verbo em terceira pessoa. *Vossa Mercê* foi a mais comum delas, mas tão logo cairia em desuso, uma vez que teve seu contexto pragmático ampliado. Inicialmente era a forma usada unicamente para o trato com o rei, até que passou a ser aplicada à nobreza e à burguesia e, mais tarde, no século XVI, passou a ser o tratamento dispensado pelos servos aos seus senhores, guardando ainda seu caráter cerimonioso. Nas relações solidárias entre os fidalgos, *Vossa Mercê* passou a ser utilizada como forma de cortesia e, ao longo dos séculos, atravessou alguns

estágios intermediários: *vossemecê* > *vosmecê* > *vomecê* > *vosm'cê* > *vossecê* > *voscê* até chegar ao pronome *você/ocê/cê* (NASCENTES, 1956), que, na maior parte do Brasil, é usada como forma de intimidade.

A consolidação do pronome inovador no sistema pronominal ocorreu primeiramente em sua forma plural, visto que o *vós*, considerado arcaizante e provinciano, segundo Faraco (1996), começou a ser preterido desde o século XVIII, abrindo espaço para o uso de *vocês* como expressão do tratamento não íntimo. A forma singular perdeu o seu caráter de cortesia e passou a concorrer com o *tu* em situações informais a partir do século XIX. Ainda conforme o autor, quando se deu a ocupação do território brasileiro, a degradação semântica sofrida por *vós*, a simplificação fonética de *Vossa Mercê* e o seu uso generalizado como *você* estavam em etapa bastante avançada. O Quadro 04, a seguir, sintetiza as alterações promovidas no paradigma pronominal de segunda pessoa com a inserção de *você* no PB:

Quadro 04 – Distribuição dos pronomes pessoais da segunda pessoa do discurso no PB

Número Função	Sujeito	Objeto direto	Objeto indireto	Complemento obliquo
Singular	<i>você/ocê/cê</i> <i>tu, ti</i> ¹¹	<i>você/ocê</i> <i>tu, te, lhe</i> <i>o/a</i>	prep. + <i>você/ocê</i> prep. + <i>tu</i> <i>te, lhe</i>	<i>você/ocê</i> <i>ti</i> <i>contigo</i> <i>tu</i>
Plural	<i>vocês/ocês/</i> <i>cês</i>	<i>vocês/ocês</i> <i>os/as</i>	prep. + <i>vocês/ocês</i>	<i>vocês/ocês</i>

Fonte: Elaborado pela autora

Além da concorrência com *tu* na função subjetiva, registramos o pronome *você* ao lado dos clíticos em outras posições sintáticas. No plural, é perceptível que o seu emprego é generalizado em todas as funções.

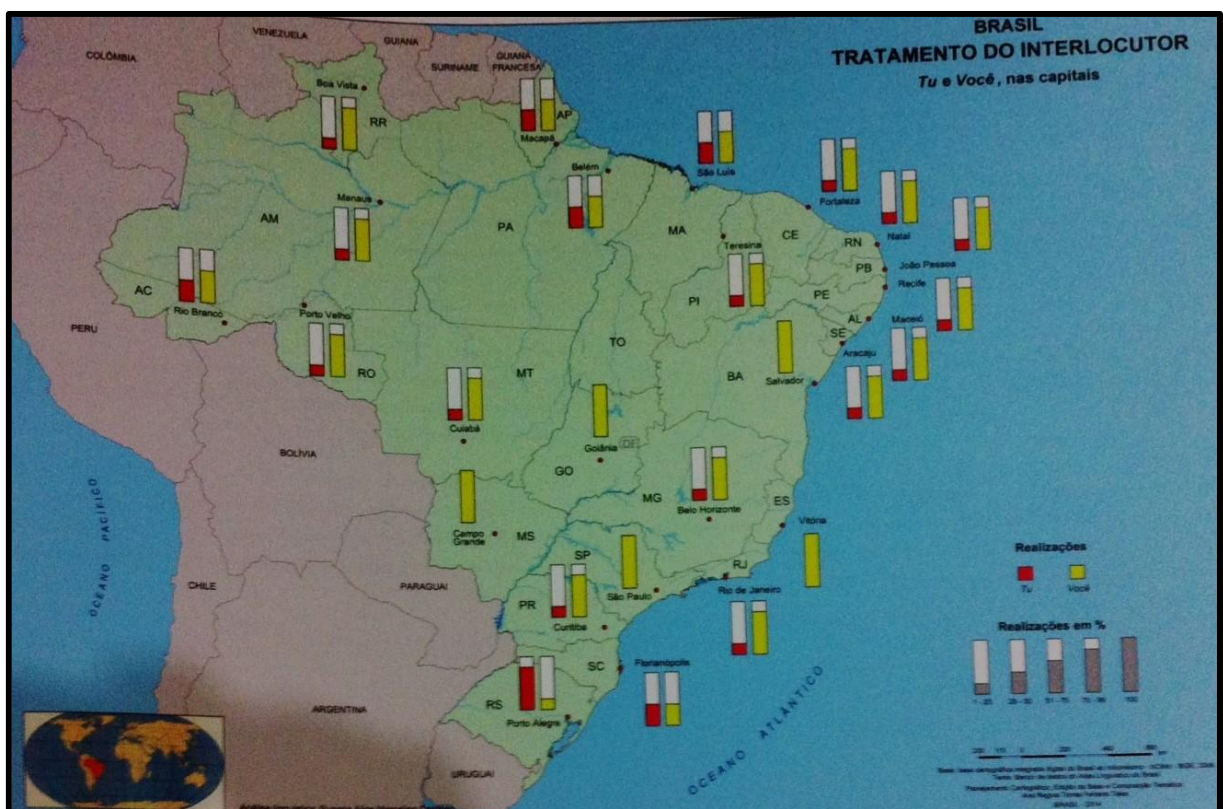
A fim de subsidiar a distribuição demonstrada no Quadro 04, apresentamos a seguir um levantamento empírico do uso das formas de tratamento *tu* e *você* em várias capitais¹² do Brasil, realizado a partir dos dados do Atlas Linguístico do Brasil – ALiB

¹¹ Isso é para *ti* fazer.

¹² Brasília (Distrito Federal) e Palmas (Tocantins) não são áreas mapeadas pelo ALiB.

(CARDOSO et al., 2014). Os dados, compilados na Carta M02, foram registrados a partir da aplicação da pergunta 24 do Questionário Morfossintático, assim formulada: *Quando se vê um amigo com uma mala e se quer saber para onde ele vai, como é que se pergunta?*, e também da ocorrência de tais formas nas respostas dadas às demais questões.

Figura 01 - Distribuição diatópica das formas de tratamento *tu* e *você* nas capitais do Brasil com base em dados do Projeto ALiB – Carta M02



Fonte: Cardoso et al. (2014, p. 349).

Pela distribuição apresentada na carta linguística, verificamos que o emprego de *você* é majoritário na maior parte das capitais do país, destacando-se como exceção Porto Alegre, onde o *tu* suplanta o uso de *você*, e Florianópolis, onde a frequência entre as duas variantes aparece equilibrada. Os estudos que focalizam a distribuição entre *tu* e *você* na Região Sul apontam que, embora em Porto Alegre haja maior

índice de utilização de *tu*, é em Florianópolis que mais se emprega esse pronome associado ao verbo com a concordância canônica.

Os dados do mapa contrastam com as informações desatualizadas sobre a distribuição de *tu* pelo país que ainda são divulgadas por livros didáticos e gramáticas, como podemos comprovar na observação de Cunha e Cintra (2002, p. 293-4): “No português do Brasil, o uso de *tu* restringe-se ao extremo Sul do país e alguns pontos da região Norte ainda não suficientemente delimitados. Em quase todo o território brasileiro, foi ele substituído por *você* como forma de intimidade.” Como já vimos, é verdade que o *você* generalizou-se como forma de tratamento em quase todo o país, mas, de acordo com o levantamento realizado pelo Projeto ALiB nas capitais (Figura 01), as ocorrências de *tu* só não foram registradas em Campo Grande, São Paulo, Goiânia, Vitória e Salvador.

Há ainda estudos mais detalhados que evidenciam o retorno do *tu* em certas localidades, como é o caso do Rio de Janeiro. Paredes Silva (2003), com base em dados do PEUL, coletados em diferentes sincronias do século XX – 1980 e 2000 – e em uma amostra constituída por conversas informais registradas em 1996, identificou a presença de *tu* em posição de sujeito na fala carioca. Os resultados gerados a partir da primeira amostra utilizada por Paredes Silva revelaram 9% de ocorrências de uso *tu*, o que, como sugerido pela autora, não reflete a realidade quanto ao emprego da variante no Rio de Janeiro e justifica-se pelo tipo de interação existente nas situações de fala utilizadas. Na amostra de 1996, composta por dados de gravações secretas, a autora constatou uma frequência de 64% para o uso de *tu*, registrado sobretudo entre falantes homens pertencentes a um grupo etário mais jovem. Está claro, portanto, que a diferença entre os resultados obtidos nos dois estudos explica-se pelo tipo de situação de fala analisado em cada um deles.

Na fala carioca, o *tu* aparece com o verbo sem a marcação morfológica de segunda pessoa, o que lhe confere estigma social, justificando, assim, sua menor produtividade entre as mulheres no estudo em questão. A partir da comparação entre os resultados das duas amostras, Paredes Silva (2003) sugere que estaria ocorrendo um retorno do *tu* à fala carioca.

Lopes et al. (2009) também analisaram a ocorrência de *tu* na fala urbana carioca, utilizando uma amostra piloto constituída com dados de interações produzidas no meio da rua, a partir de perguntas do tipo “Como eu faço para chegar na Rua do Acre?”, dirigidas a ambulantes, vendedores e gerentes. Os autores verificaram que o uso de *tu* revelou-se produtivo, embora menor do que o uso de *você* e destacaram os seguintes aspectos: a) uso generalizado de *você* entre gerentes e vendedores, independentemente do sexo; b) mulher-gerente oscilando entre *você* e *tu*; c) ambulantes também variando entre *você* e *tu*, mas com algumas especificidades: os homens mais jovens usaram apenas *tu* e as mulheres idosas empregaram exclusivamente *você* e d) adultos, independentemente do gênero, ora empregaram *tu* ora *você*.

Na correlação da variável estudada com o sexo, os autores verificaram que, em geral, os homens empregam a variante estigmatizada (80%), *tu*, ao passo que as mulheres demonstram maior equilíbrio na escolha das formas (58%), o que sugere um comportamento mais conservador. Em relação à análise da faixa etária dos informantes, fica evidente que *tu* é a forma preferida pelos mais jovens, especialmente pelos homens, cuja frequência de uso foi categórica.

Em Brasília, também foi observado o uso de *tu*, principalmente para marcar intimidade entre jovens do sexo masculino (LUCCA, 2005). Dias (2007), que também investigou o uso de *tu* na capital federal, identificou esse pronome como parte do repertório linguístico dos falantes jovens brasilienses, usado em oposição a *cê* e *você*. A autora afirma que nessa região há uma gradação etária em relação ao uso do *tu*: os falantes tendem a usar menos essa forma interlocutória à medida que se inserem no mercado de trabalho e passam a sofrer pressões profissionais.

No que respeita aos estudos que focalizam a alternância *tu/ você* na cidade de Santo Antônio de Jesus, destacamos os de Oliveira (2007) e Divino (2008). Oliveira (2007) investigou a variação *tu/você* no interior da Bahia a partir de 48 entrevistas realizadas nas zonas rural e urbana dos municípios de Poções e Santo Antônio de Jesus. Observando a amostra geral, a autora verificou 88% de ocorrências de uso de *você* e 12% de *tu*. Quando feita a correlação desse resultado com a variável *localidade*, os dados obtidos revelaram que, em Santo Antônio de Jesus, a

frequência do pronome *tu* é maior do que em Poções, como evidenciado na Tabela 02:

Tabela 02 – A variação *tu/você* em Santo Antônio de Jesus e Poções

Comunidade	VOCÊ		TU	
	Ocorr./total	%	Ocorr./ total	%
Poções	716/786	91%	70/786	9%
Santo Antônio de Jesus	274/342	80%	68/342	20%
Total	990/1128	88%	138/1128	12

Fonte: Oliveira (2007, p. 11)

Ao relacionar os dados das duas amostras com a variável *sexo*, Oliveira (2007) observou que há preferência das mulheres pela forma *tu*. Segundo a autora, isso se deve ao fato de as mulheres dessas comunidades se dedicarem mais a atividades do ambiente familiar e da própria comunidade, o que as faz preservar a forma de tratamento mais íntimo. A análise da variável *faixa etária* revelou, nesse estudo, que os falantes jovens dão preferência à forma inovadora na comunidade, *você*.

Divino (2008) investigou o uso de *tu/você* em duas amostras de fala em SAJ, uma delas constituída a partir da aplicação de questionário e a outra a partir de gravações secretas. As gravações não-secretas revelam uma fala mais monitorada em comparação com aquela elaborada no contexto de gravações secretas, especialmente pela presença do inquiridor e pela consciência de que se trata de uma situação de gravação. Os resultados obtidos seguem expostos na Tabela 03 a seguir:

Tabela 03 – Monitoramento em relação ao uso de *tu/você* em Santo Antônio de Jesus: gravações secretas e não secretas

Contexto	TU		VOCÊ	
	Ocorr./total	%	Ocorr./total	%
Gravações secretas	242/312	77,6	70/312	22,4
Gravações não-secretas	186//875	21,2	689/875	78,8
Total	428/1.187		759/1.187	

Fonte: Adaptado de Divino (2008, p. 101).

Pelos dados expostos na Tabela 03, é possível inferir que o monitoramento interfere no uso da variante *tu* em Santo Antônio de Jesus. Em contextos com menor nível de monitoramento, o percentual de uso deste pronome é de 77,6%, suplantando o de emprego de *você*. Em situações em que o monitoramento é maior, o percentual cai para 21,2%, o que evidencia “o valor social e pragmático que é dado à forma *tu*, como sendo mais informal e de uso mais íntimo” (DIVINO, 2008, p. 101).

Vale dizer que, na maior parte dos estudos sobre *tu/você*, registra-se uma distinção de natureza pragmático-discursiva entre as formas, no sentido de que a primeira apresenta o traço de [-monitoramento] [+solidariedade] e a segunda denota [+monitoramento] [-solidariedade], revelando um tratamento mais distanciado com indivíduos com quem não se mantém relação de intimidade. Além disso, destacam, em grande parte do país, a neutralização da forma verbal de segunda pessoa.

O pronome *você* assume também as formas *ocê* e *cê* no PB. Esta última, de uso generalizado no Brasil, tem sido recebido o rótulo de clítico, haja vista que enfrenta algumas restrições sintáticas da mesma forma que os clíticos, enquanto a primeira é predominante, sobretudo, em dialetos de Minas Gerais.

No que respeita à reorganização das formas clíticas no paradigma de segunda pessoa, reconhecemos a perda da distinção entre o dativo e o acusativo, tendo em vista que, ao lado das formas apontadas na GT para a pronominalização do OD – algumas inclusive em desuso, como *o* e *a* –, coocorre *lhe*. Essas novas possibilidades de combinação das formas dentro do sistema de pronomes são decorrências da fusão dos paradigmas de segunda e terceira pessoas e ocasionaram a quebra na uniformidade do tratamento, “criando-se novas correspondências para as formas originalmente privativas de certas funções” (MONTEIRO, 1994, p. 195). Assim, mesmo nas variedades em que se usa *você* como forma de tratamento generalizada, é frequente o uso de *te*, como apontamos nos resultados registrados para Salvador (ALMEIDA, 2009). No próximo capítulo, onde trataremos da complementação verbal, abordaremos em mais detalhes as alterações referidas.

1.2.1.3 O paradigma de terceira pessoa

Na terceira, pessoa os processos de mudança estão bastante avançados e a redução do paradigma de clíticos é drástica, como exposto no quadro a seguir:

Quadro 05 – Distribuição dos pronomes pessoais da terceira pessoa do discurso no PB

Número Função	Sujeito	Objeto direto	Objeto indireto	Complemento oblíquo
Singular	ele/ela	ele/ela lhe o/a ∅ ¹³	prep. + ele/ela lhe ∅	ele/ela ∅
Plural	eles/elas	eles/elas os/as ∅	prep. + eles/elas lhes ∅	eles/elas ∅

Fonte: Elaborado pela autora.

Galves (2001, p. 19) afirma que os clíticos de terceira pessoa *o* e *a* “são vestígios na língua e não são mais produzidos pela gramática nuclear da língua”. Tais clíticos são substituídos pelo pronome *e/le* ou pelo objeto nulo. Para apoiar sua hipótese, a autora apresenta algumas evidências: a) esses clíticos não são encontrados entre os falantes jovens; b) aparecem como uma escolha estilística de falantes adultos; c) a forma infinitiva do verbo favorece a sua ocorrência, sobretudo na posição de ênclise e e) as locuções clíticas *mo(s)*, *ma(s)*, *to(s)*, *ta(s)*, *lho(s)*, *lha(s)*, *no-lo(s)*, *no-la(s)* e *se-lhe* inexistem no PB.

Algumas das conclusões de Galves (2001) foram obtidas a partir do importante estudo de Duarte (1989) sobre o uso dos clíticos acusativos anafóricos de terceira pessoa, com base na fala de indivíduos paulistanos, textos de 2º grau, entrevistas de TV e episódios de novelas. A autora registrou apenas 4,9% de clítico acusativo e sugere a existência de uma mudança em progresso, tendo em vista que os resultados obtidos apontam o desaparecimento do clítico acusativo canônico na língua oral (com ausência total na fala de jovens de 15 a 17 anos, residentes na capital paulista). As estratégias mais recorrentes foram o objeto nulo (62,6%), outras formas de objeto (17,1%) e o pronome lexical (15,4%).

¹³ Embora a proposta seja apontar distribuição das formas pronominais, incluímos o apagamento do pronome (∅) por se tratar de uma alternativa ao emprego dos clíticos bastante produtiva na língua.

Duarte (1989) destacou a ausência de clíticos na fala dos jovens, observando que, nas demais faixas etárias, seu uso está ligado ao nível de escolaridade e permanece estável em relação à idade. Segundo a autora, “o uso do pronome lexical, ao contrário, mais frequente na fala dos jovens (23,5%), decresce à medida que escolaridade e faixa etária sobem, chegando a 9,8% entre os informantes com terceiro grau” (DUARTE, 1989, p. 27).

Em todas as faixas, registrou-se preferência pelo objeto nulo, como exemplificado:

(12) Este livro é meu e quero emprestar \emptyset a João.

tendo sido observado que tal estratégia é favorecida pelo traço [-animado] do antecedente. Essa variante, mesmo não encontrando respaldo na abordagem tradicional, não é estigmatizada e seu uso generalizado pode ser considerado como um caso de *prestígio encoberto* (LABOV, 2008 [1972]): o falante rejeita o clítico recomendado pela tradição gramatical, que é estigmatizado por soar pouco natural e revelar certo pedantismo em alguns contextos, e atribui um valor positivo à construção vernácula.

Outra importante alteração entre os clíticos da terceira pessoa diz respeito ao desaparecimento de *lhe* desse paradigma. Berlinck (1997), Gomes (2003), Freire (2000, 2005) e Torres Morais e Berlinck (2007), dentre outros, atestam que *lhe* está em desuso na língua oral como dativo anafórico de terceira pessoa, aparecendo especialmente na escrita ou em contextos formais. Para a expressão do dativo, como estratégia alternativa ao clítico canônico em desuso, o falante tem revelado preferência, em todos os dialetos do PB, pelas formas com preposição ou pelo objeto nulo, como exemplificado a seguir:

(13) a. É o tal transporte solidário, em que você leva várias pessoas em... seu carro, pra dar uma maior utilização **ao carro**? (277.DID.NURC/SSA)¹⁴

¹⁴ Notação usada neste trabalho para a identificação dos inquéritos do NURC/SSA: número do inquérito, tipo de inquérito (DID: diálogo informante – documentador) e nome da cidade (no caso, Salvador).

- b. então, ela, na escola, aprendeu muita coisa que eu não tive condições de ensinar **a ela**. (231.DID.NURC/SSA)
- c. ... o guarda conversou com ele em inglês, disse \emptyset que ele voltasse e estacionasse o carro mais próximo do meio-fio. (100.DID.NURC/SSA)

Diante das informações relatadas, podemos estender ao clítico dativo anafórico *lhe* o raciocínio de que essa forma não é mais é produzida pela gramática do falante. Salienta-se, contudo, que estamos nos referindo à sua função exclusivamente como dativo anafórico, visto que *lhe* só é usado, na língua falada, como correspondente a *você* – como OD e como OI – e não mais em sua função canônica. No próximo capítulo, discutiremos com um pouco mais de detalhes esse uso inovador de *lhe* no PB.

2 COMPLEMENTAÇÃO VERBAL E PRONOMINALIZAÇÃO NO PORTUGUÊS

Este capítulo, assim como o anterior, reúne informações para uma melhor caracterização do objeto de estudo desta tese. Nele, discutiremos a noção de complementação verbal, com base em estudos gramaticais de larga tradição sobre o português contemporâneo (CUNHA; CINTRA, 2002; BECHARA, 2003; ROCHA LIMA, 2011), estabelecendo um contraponto com estudos mais inovadores (MATEUS et al., 2003), para, por fim, rastreamos as transformações que envolvem a sintaxe de complementação e a pronominalização no paradigma de segunda pessoa do PB, nomeadamente o desuso de *lhe* como dativo anafórico de terceira pessoa, o seu emprego como objeto direto e o uso de estratégias inovadoras de dativo.

Considerando que não podemos perder de vista o fato de que as pesquisas linguísticas devem subsidiar o ensino de língua portuguesa, propomos também neste capítulo uma reflexão breve acerca de como a escola pode valer-se dessas contribuições no que respeita à abordagem do quadro pronominal do PB.

2.1 A NOÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO VERBAL NOS ESTUDOS GRAMATICAIS

Na hierarquia dos constituintes sintáticos, os verbos são predicadores¹⁵ que selecionam, a partir de certas restrições, participantes à sua esquerda (argumento externo) e à sua direita (argumento interno) – respectivamente compreendidos pela GT como sujeito, objeto e alguns adjuntos adverbiais –, aos quais atribui *casos* e *papéis temáticos*. Os papéis temáticos designam o tipo de relação semântica especificada pelo verbo a que se encontra associado o argumento (agente, paciente, tema, experienciador, beneficiário, locativo, etc.).

A noção de papéis temáticos, desenvolvida por Fillmore (1968), traduz de maneira mais precisa as relações semânticas dos argumentos, diferentemente do tratamento tradicional em termos de funções sintáticas. Com base em Caçado (2013), é possível depreender que, apesar do inconveniente gerado pelas divergências entre as definições dos papéis temáticos, a insistência em considerar o estudo das funções semânticas como relevante reside na possibilidade de estabelecer relação entre os papéis temáticos e a estrutura sintática. Segundo a autora, há, por exemplo, evidências de que, em diversas línguas, o argumento com papel de agente ocupará a posição de sujeito na voz ativa e o locativo ocupará a posição de objeto indireto ou adjunção.

De acordo com o número de argumentos¹⁶ exigidos, os verbos são classificados em: verbos de três lugares (também chamados ditransitivos) – selecionam um argumento externo e dois argumentos internos; verbos de dois lugares (monotransitivos) – selecionam um argumento externo e um argumento interno; verbos de um lugar – selecionam apenas o argumento externo; verbos de zero lugar (não selecionam argumento). Nas seções 2.1.1 e 2.1.2, nosso interesse estará voltado para os

¹⁵ Os *predicadores* são representados por itens lexicais que fazem um tipo particular de exigência e determinam os elementos que podem satisfazê-la, e os *argumentos*, por sua vez, são os itens que satisfazem as exigências.

¹⁶ Mateus et al. (2003) classificam os argumentos em nucleares e opcionais. Os primeiros são obrigatoriamente selecionados pelo predicados e estes últimos são admitidos pelos predicadores, mas não obrigatórios. Em *O Luís ofereceu um disco ao amigo no aniversário deste*, os argumentos *o Luís*, *um disco* e *ao amigo* são obrigatórios e, por sua vez, *no aniversário deste* é um argumento opcional.

argumentos subcategorizados¹⁷ pelos verbos monotransitivos e ditransitivos, cujas estruturas básicas no português brasileiro estão exemplificadas em (14a – d) e (15a – c), respectivamente:

- (14) a. João e eu vimos **a professora** ontem.
 b. A decisão interessa **aos alunos**.
 c. Eles duvidam **de você**.
 d. Nós vamos **para o Rio** amanhã.
- (15) a. Mamãe vai levar **você ao parque**.
 b. A professora entregou **o convite à criança**.
 c. Ele dividiu **o lanche com o amigo**.

Os conceitos tradicionais apresentados pela GT para os complementos verbais, nomeadamente o objeto direto e o objeto indireto, não atendem com rigor às características sintático-semânticas assumidas por tais categorias no PB. Em (14d), por exemplo, o termo *para o Rio* é tratado como um elemento acessório ao verbo (adjunto adverbial) quando, na verdade, faz parte do grupo de argumentos selecionado por ele. Além disso, em geral, são agrupados sob o mesmo rótulo elementos com características sintático-semânticas distintas, como é o caso de *aos alunos*, em (14b), e *de você*, em (14c), ambos classificados como objeto indireto. O primeiro é introduzido pela preposição *a* e admite cliticização por *lhe*, enquanto o segundo é introduzido por *de* e não admite a substituição por *lhe*.

Nesse sentido, sem desprezar as contribuições dos estudos tradicionais, e, com base na noção de argumento proposta pela lógica, assumimos a posição de Duarte (2007, p. 187), para quem “quando se tem como propósito descrever e entender a estrutura da oração, é mais razoável olhar para o elemento nuclear que dá origem à oração, o ‘predicador’”, a partir do qual – completamos – observamos a relação com os seus argumentos e a posição destes na estrutura da sentença.

¹⁷ Subcategorização diz respeito à propriedade de o verbo selecionar a categoria gramatical dos termos (argumentos) com que ocorre no interior do sintagma verbal.

Por essa análise, do ponto de vista categorial, os argumentos selecionados podem ser sintagma nominal ((14a) e o primeiro argumento de (15a), (15b) e (15c)), sintagma preposicional ((14b), (14c) e o segundo argumento de (15b)) e sintagma adverbial (15c). Do ponto de vista temático, verificamos que o primeiro argumento interno – *você, o convite, o lanche* – é o paciente/tema¹⁸ da oração. O segundo argumento interno desse grupo de orações é introduzido por preposição e, em cada uma dessas sentenças, verifica-se um papel semântico diferente para o argumento: *ao parque*, aparece como locativo; *à criança* representa o beneficiário da ação e *com o amigo*, companhia.

Amparando-nos em estudos tradicionais da língua portuguesa (CUNHA; CINTRA, 2002; BECHARA, 2003 e ROCHA LIMA, 2011) e em uma gramática com um viés mais inovador (MATEUS et al., 2003), faremos uma revisão dos conceitos comumente divulgados e discutiremos as características sintático-semânticas dos complementos verbais, aqui agrupados como *complementos verbais não-preposicionados* e *complementos verbais preposicionados*.

2.1.1 O complemento verbal não-preposicionado

O complemento acusativo do latim corresponde, em geral, à função de objeto direto nas línguas neolatinas. Em português, esse complemento é caracterizado pela ausência de preposição e por sua posição estrutural na oração, conforme definição apresentada por Bechara (2003, p. 416): o complemento direto é “representado por um signo léxico de natureza substantiva (substantivo ou pronome) não introduzido por preposição necessária”. A distinção entre sujeito e objeto apresentada pelo autor leva em conta o fato de o primeiro aparecer à esquerda do verbo, estabelecendo relação de concordância, e o último à direita, sem influenciar na flexão do verbo.

Com base em critério semântico, Cunha e Cintra (2002 p. 141) assinalam que o objeto direto “indica o ser para o qual se dirige a acção verbal”. Esse é também o critério empregado por Rocha Lima (2011), para quem o OD é o paciente da ação

¹⁸ O papel de tema é atribuído à entidade deslocada por uma ação (*você/o convite*). O paciente, por sua vez, sofre o efeito de alguma ação, havendo uma mudança de estado (*o lanche*) (CANÇADO, 2013).

verbal e indica (i) o ser sobre o qual a ação recai, (ii) o resultado da ação e (iii) o conteúdo da ação (cf. (16a), (16b) e (16c), respectivamente)¹⁹.

- (16) a. Castigar **o filho**.
- b. Construir **uma casa**.
- c. Prever **a morte do ditador**.

Os referidos gramáticos agregam, ainda, noções sintáticas e morfológicas a essa definição ao mencionarem que o OD corresponde ao sujeito de construções passivas e, na terceira pessoa, é comutável pelos clíticos *o, a, os, as*.

Bechara (2003), por sua vez, para além de referir-se às estratégias de comutação e de transposição da oração na voz ativa para a voz passiva, com a passagem do sujeito a agente da passiva e do objeto a sujeito paciente, orienta identificar o OD fazendo-se a sua substituição pelos pronomes interrogativos *quem?* [é que] (para pessoas) e [o] *que?* [é que] e topicalizando o complemento direto para a esquerda do verbo. O gramático esclarece que não se trata de estratégias infalíveis e adverte que se deve sempre recorrer a mais de uma delas para identificar o complemento direto, uma vez que nem todo predicado de oração ativa admite a passagem para a passiva e há construções sem o complemento direto que também aceitam a transformação para a passiva. Salienta, ainda, que não soam com naturalidade perguntas com *quem?* ou *o que?* em relação a verbos que indicam medida, peso, tempo, preço (*O corredor mede cinco metros*) e não são frequentes, embora possíveis, pronominalizações com verbos com essa natureza semântica (*O corredor mede-os*).

Mateus et al. (2003) definem o complemento direto como o argumento interno – nominal ou oracional – de predicadores verbais de dois ou três lugares com papel *paciente, tema* ou *objeto*. O OD é imediatamente dominado por SV, à direita do verbo, e assume as seguintes posições argumentais: a) com verbos de dois lugares (Cf. (14a)): [S V OD]; b) com verbos de três lugares (Cf. (15b)): [S V OD OI]; c) com

¹⁹ Exemplos extraídos de Rocha Lima (2011, p. 299)

complemento oblíquo²⁰ (Cf. (15a)): [S V OD OBL]. (MATEUS et al, 2003, p. 163). As autoras citam algumas propriedades dessa categoria, a saber:

a) a possibilidade de não aparecer realizado fonologicamente (objeto nulo);

- (17) a. João leu \emptyset _{OD} toda a noite
 b. Ana está a comer \emptyset _{OD}.

b) o argumento interno aparece incorporado ao verbo formando com este uma predicação monoargumental. Tais verbos, como *ter*, *fazer* e *dar*, cujo conteúdo semântico é esvaziado, recebem do complemento a carga semântica e são conhecidos na literatura como *verbos leves* ou *verbos-suporte* (*dar uma ajuda/ajudar*, *ter medo/temer*, *fazer um discurso/discursar*);

c) o OD representado por um SN é “o argumento que admite mais facilmente um especificador nulo”;

- (18) a. Vi [*miúdos*]_{OD} no jardim.
 b. **[Miúdos]*_{SU} estão a brincar no jardim²¹.

d) pode aparecer antecedido por preposição em casos em que o objeto é representado pelo pronome relativo *quem* (19a), é um clítico pronominal com redobro (19b) e em certas expressões feitas (19c).

- (19) a. Vi o velhote [*a quem*]_{OD} o Luís ajudou.
 b. Vi-*[os]*_{OD} a eles à saída do cinema.
 c. Amar a Deus (mas *amá-Lo*).

Bechara (2003b, p. 31), em sua *Gramática escolar da língua portuguesa*, menciona que esse tipo de objeto direto referido em (19a), (19b) e (19c), o *objeto direto preposicionado*²² (ODP), ocorre quando a preposição aparece, sem ser necessária, acompanhando o complemento verbal objeto direto, podendo, portanto, ser

²⁰ O conceito de complemento oblíquo será apresentado na seção 2.1.2.

²¹ No PB, a construção não é vista como agramatical.

²² Embora o título da subseção se refira a “complementos não-preposicionados”, tratamos aqui do objeto direto preposicionado porque as construções com essa característica são comutáveis pelo clítico acusativo *o(s)/a(s)*.

dispensada. Nessa mesma página, contudo, o autor afirma que há casos em que a preposição junto ao objeto direto é obrigatória:

- a) quando está representado por pronome pessoal oblíquo tônico:
Não vejo *a ela* há meses.
Entendemos *a ele* muito bem.
- b) quando está representado pela expressão de reciprocidade *um ao outro*:
Conhecem-se *um ao outro*.
- c) quando o objeto direto é composto, sendo o segundo núcleo representado por substantivo:
Conheço-o e *ao pai*. (BECHARA, 2010, p. 31).

Cunha e Cintra (2002, p. 143) apontam a obrigatoriedade da preposição em construções de objeto direto apenas quando este for representado por um pronome oblíquo tônico. Afirmam, ainda, que é facultativo o uso da preposição com verbos que exprimem sentimentos, para evitar a ambiguidade ou quando o OD vem antecipado, conforme, exemplificam:

- (20) a. Não amo **a ninguém**, Pedro. (C. dos Anjos)
- b. Sabeis, que **ao Mestre** vai matá-lo. (M. Mesquita)
- c. **A médico, confessor e letrado** nunca enganes.

Para além dos casos apontados por Cunha e Cintra, Rocha Lima (2011, p. 300-301) menciona como obrigatório o uso da preposição: (i) diante do pronome quem, de antecedente expresso (ou pronome relativo) – “(...) perdi meu pai e senhor *a quem* muito amava...”; (ii) diante do nome de Deus – Amar *a Deus* sobre todas as coisas; (iii) diante de um substantivo que se encontra coordenado com um pronome átono – “(...) o reitor o esperava e *aos seus responsáveis*”; (iv) diante do complemento de um verbo transitivo direto usado impessoalmente, acompanhado da partícula *se* – *Aos pais ama-se* com fervor.

Os casos facultativos listados por Rocha Lima (2011, p. 302-305) são: (i) diante de pronomes referentes a pessoas (*ninguém, alguém, todos, outro, etc.*); e pronomes de tratamento; (ii) “com nomes próprios ou comuns – para evitar ambiguidade, ou por fatores (não bem caracterizados)²³ que se condicionam ao sentimento de certas épocas ou de certos escritores”; (iii) com o pronome *quem*, sem antecedente; (iv)

²³ “Benza Deus *aos teus cordeiros*” (Rodrigues Lobo) e “o verdadeiro conselho é calar, e imitar a *santo Antônio*” (Vieira)

com nomes antecédidos de partícula comparativa (*como, que, do que*); (v) quando o objeto direto precede o verbo; (vi) quando a preposição tem valor partitivo; e (vii) em certas construções idiomáticas (*cumprir com o dever/cumprir o dever, puxar da faca/puxar a faca*)²⁴.

As estruturas com ODP foram abundantes no português do século XVI, XVII e XVIII e no estágio atual do PB estão em decréscimo, fato que, de acordo com Ramos (1992), se relaciona à perda da preposição *a*. Fica a indagação se o uso do clítico *lhe* como OD não poderia se ligar de alguma forma ao declínio do ODP.

2.1.2 O complemento verbal preposicionado

Na maioria das gramáticas pedagógicas e tradicionais, o complemento verbal regido de preposição é incluído na categoria objeto indireto. É essa a definição que se verifica em Cunha e Cintra (2002, p. 144), onde se lê que o objeto indireto é o “complemento que se liga ao verbo por meio de [qualquer] preposição”. Por essa definição, termos de natureza sintático-semântica diferente, como os destacados em (21a) e (21b), são tratados sob o mesmo rótulo de OI.

- (21) a. As crianças **gostam de bolo de chocolate**.
 b. Entreguei a carta **ao rapaz**.

Em (21a), o verbo psicológico *gostar* projeta uma estrutura com um experienciador – *as crianças* – e uma fonte desencadeadora da experiência – *bolo de chocolate*. Em (21b) o verbo *entregar* seleciona um argumento com papel beneficiário comutável por *lhe*, diferentemente de *de bolo de chocolate*, que não admite a substituição pelo clítico.

Cunha e Cintra (2002) assinalam ainda que o pronome oblíquo *lhe/lhes* representa essencialmente o objeto indireto ao lado de outros pronomes (*me, te, nos e vos*), que oscilam entre as funções de OD e OI, dependendo do verbo a que estejam

²⁴ Bechara (2003) chama a preposição usada nesses contextos de *posvérbio*. A preposição acrescenta um “um novo matiz de sentido”.

ligados. Os autores informam que nesses casos, em que o OI é representado pelo pronome oblíquo, não ocorre o emprego da preposição.

Rocha Lima (2011) e Bechara (2003), divergindo de Cunha e Cintra (2002), expressam certa semelhança ao definirem o objeto indireto como o complemento que se refere quase sempre a um ser animado, introduzido pela preposição *a* e, mais raramente, *para* e que expressa o papel de *beneficiário*, *destinatário*, sendo comutável pelo pronome pessoal *lhe/lhes*. Dessa forma, o segundo argumento interno em (21b) é tratado como OI por atender a essas condições, ao contrário do argumento interno de (21a), chamado por esses autores de *complemento relativo*. Rocha Lima (2011) assim distingue o complemento relativo do objeto indireto tradicional:

Não representa a pessoa ou coisa a que se destina a ação, ou em cujo proveito ou prejuízo ela se realiza. Antes denota, como o objeto direto, o ser sobre o qual recai a ação; não corresponde, na 3ª pessoa, às formas pronominais átonas *lhe*, *lhes*, mas às formas tônicas *ele*, *ela*, *eles*, *elas*, precedidas de preposição [...]. (ROCHA LIMA, 2011, p. 252).

Bechara (2003) apresenta o complemento relativo como complemento de verbos de grande extensão semântica e a preposição que introduz o complemento, diferentemente daquela que introduz o OI, constitui uma extensão do verbo e sua escolha está condicionada à norma estabelecida pela tradição, podendo, inclusive, haver o emprego de mais de uma preposição. O autor lembra, porém, que certos usos são gramaticalmente previsíveis como *concorrer com*, *agregar a*, *depende de*, que apresentam identidade entre o prefixo e a preposição, ou o emprego da preposição *de* com verbos pronominais. Bechara (2003) assinala que a identidade funcional entre o complemento relativo e o objeto direto explica a possibilidade de muitos verbos receberem o objeto direto no lugar do complemento relativo (*atender ao telefone/atender o telefone*; *presidir à sessão/presidir a sessão*; *satisfazer o pedido/satisfazer ao pedido*).

Outra divergência encontrada nos estudos tradicionais diz respeito à natureza do argumento de verbos como *ir* e *chegar* nos exemplos a seguir:

(22) a. Irei **ao Rio de Janeiro**.

b. Chegarei a **Salvador** ainda hoje.

Embora comumente definidos como intransitivos, nossa intuição de falante nos mostra que tais verbos não têm “significação completa”, necessitando, portanto, de um termo que indique *aonde alguém vai ou chegou*. Bechara (2003) inclui os argumentos desses verbos entre os complementos relativos, advertindo-nos, contudo, que:

Não há unanimidade entre os estudiosos em considerar tais argumentos do predicado complexo como complemento relativo. Levando em conta exclusivamente o aspecto semântico, muitos preferem considerar tais termos como adjuntos circunstanciais ou adverbiais [...]. Pelas mesmas razões, também não é unânime a identificação como objeto direto argumentos do predicado complexo que têm por núcleos verbos que significam medida, peso, preço e tempo. A verdade é que significados gramaticais [“agente”, “paciente”, “locativo”, “direção”, etc.] se manifestam mediante esquemas sintáticos muito variados. Repare-se que, numa oração como *O policial acompanhou o idoso ao banco na hora do tumulto*, o termo indicativo do lugar (ao banco) é inerente ao predicado, e, portanto, não pode ser dispensado, como ocorre com na hora do tumulto. [E. Paiva, 71 e ss.]. (BECHARA, 2003, p.421).

Rocha Lima (2011) trata complementos como os exemplificados em (22a) e (22b) como complementos circunstanciais, atribuindo-lhes a mesma importância dos demais como elemento indispensável à construção do significado do verbo. Bechara (2003) utiliza ainda a designação dativos livres, que são para ele “construções especiais de objeto indireto”, definidas como:

[...] argumentos sintático-semânticos extensivos da função predicativa do conteúdo comunicado nas respectivas orações.
 [...] remanescentes de construções, algumas das quais da sintaxe latina, aparecem sob forma de objeto indireto, nominal ou pronominal, alguns termos que não estão direta ou indiretamente ligados à esfera do predicado – são os chamados *dativos livres* [...] (BECHARA, 2003, p. 423-4, grifos do autor).

Em princípio, Bechara (2003, p. 424) trata os dativos livres como objetos indiretos, mas reconhece que não estão ligados ao verbo. Para o autor, os dativos livres são representados pelos: a) dativo de interesse (*dativus commodi et incommodi*) – “a quem aproveita ou prejudica a ação verbal”: beneficiário (Ele só trabalha *para os seus*); b) dativo ético – variedade do anterior, “representa aquele pelo qual o falante tenta captar a benevolência do seu interlocutor na execução de um desejo” (Não *me* enviem cartões a essas pessoas); c) dativo de posse – exprime o possuidor (Doe-*me*

as costas); d) dativo de opinião – exprime a opinião de uma pessoa (*Para nós, ela é a culpada*).

Mateus et al. (2003, p. 289) definem o objeto indireto como “o argumento interno de verbos de dois ou três lugares²⁵ com o papel semântico Alvo ou Fonte”. Introduzido pela preposição *a*, frequentemente está associado ao traço [+ animado] (Cf. (23a) e (23b), mas pode ocorrer com o traço [- animado] (Cf. (23c)).

- (23) a. O Pedro não obedeceu [à Maria] _{OI}
 b. O João ofereceu um CD [ao Pedro] _{OI}
 c. As crianças sobreviveram [ao incêndio] _{OI}

O objeto indireto pode ser um argumento [- animado], segundo Mateus et al. (2003), com alguns predicadores de dois lugares, como *obedecer* (*obedecer ao regulamento*), *sobreviver* (*sobreviver ao massacre*) ou com verbos como *dar* e *fazer*, quando seguidos de um objeto direto cujo núcleo seja um nome deverbal: *Maria deu [uma pintura] às estantes*. Além disso, para as autoras, o _{OI} apresenta a forma dativa da flexão casual, quando o objeto indireto é um pronome pessoal, e ocorre imediatamente à direita do objeto direto, adjacente ao verbo, quando é um pronome clítico ou imediatamente à direita do verbo, se o objeto indireto for um sintagma nominal pesado ou uma frase.

Mateus et al. (2003, p. 294) distinguem o complemento indireto do complemento oblíquo, definindo estas últimas como “[...] relações gramaticais que não são centrais”, as quais podem ser representadas por argumentos obrigatórios, como em (24a) e opcionais, como em (24b), e por adjuntos, como em (24c). Os complementos oblíquos definidos por Mateus et al. (2003) correspondem aos complementos circunstanciais e relativos descritos por Rocha Lima (2011).

- (24) a. O João pôs o livro [na estante] _{OBL}
 b. O Pedro viajou [do México] [para Lisboa] _{OBL}

²⁵ Os verbos ditransitivos selecionam dois complementos internos, em geral, um deles é um complemento preposicionado frequentemente associado ao objeto indireto, mas pode ser, segundo Mateus et al. (2003), um complemento oblíquo.

c. O meu amigo pintou esse quadro [para a Maria] _{OBL}

Em (24a) e (24b), os verbos selecionam complementos circunstanciais – *na estante e do México para Lisboa* –, que, de acordo com a GT, são adjuntos adverbiais. Mateus et al. (2003), ao enquadrarem esses termos entre os complementos oblíquos obrigatórios, argumentam que os adjuntos, diferentemente dos complementos oblíquos obrigatórios, “são unidades que fazem parte da interpretação situacional, mas não dependem de nenhum item lexical presente na frase, como acontece com expressões de tempo e muitas expressões de localização espacial.” (MATEUS et al., 2003, p. 184). Ainda a respeito da diferença entre adjuntos e complementos oblíquos, as autoras observam que:

(i) Os constituintes com relações gramaticais oblíquas que são complementos do verbo não podem ocorrer numa interrogativa segundo o esquema *O que é que SU fez OBL?/O que é que aconteceu a SU OBL?*, sendo a resposta mínima não redundante o SV constituído pelo verbo e pelos respectivos complementos.

P: *O que é que o João fez [na estante] _{OBL}?/R: *Pôs o livro; *O que é que o Pedro fez [do México] [para Lisboa]?/*R: Viajou.

(ii) os constituintes com relações gramaticais oblíquas que sejam adjuntos podem ocorrer numa interrogativa segundo o esquema *O que é que SU fez OBL?/O que é que aconteceu a SU OBL?*, sendo a resposta mínima não redundante o SV constituído pelo verbo e pelos respectivos complementos.

P: O que é que o meu amigo fez [para a Maria] _{OBL}?/R: Pintou esse quadro.

Outra característica que diferencia o objeto indireto do complemento oblíquo diz respeito à natureza da preposição introdutora. Os complementos oblíquos podem ser introduzidos por diferentes preposições (*em, para, a*) e expressam relações semânticas diversas, tais como *instrumento, beneficiário, tempo, duração, frequência, situacional, causa, instrumento, companhia, locativo, etc.* O objeto indireto é introduzido pela preposição *a*, esvaziada semanticamente e que funciona apenas como um marcador morfológico do caso dativo.

Até aqui revisamos alguns conceitos e apresentamos esclarecimentos que consideramos necessários à compreensão da abordagem que faremos a seguir acerca das inovações na sintaxe de complementação.

2.2 ASPECTOS INOVADORES NA SINTAXE DA COMPLEMENTAÇÃO VERBAL

Para além dos fatos conhecidos acerca das inovações na sintaxe de complementação no PB, como a substituição das formas clíticas pelo pronome lexical na representação do objeto direto anafórico, de que tratamos brevemente no Capítulo 1, nesta seção destacaremos outros aspectos inovadores que nos interessam, como: o desuso do pronome dativo anafórico de terceira pessoa em favor uso das estratégias preposicionadas *para/a* com pronome lexical e do objeto nulo, e a implementação de *lhe* como forma acusativa com verbos monotransitivos e ditransitivos.

2.2.1 A perda da preposição *a* na expressão do dativo e a implementação de estratégias inovadoras no PB

Modificando a terminologia utilizada por Mateus et al. (2003) na distinção entre objeto indireto e complemento oblíquo, Torres Morais (2006; 2007), Torres Morais e Berlinck (2006; 2007) e Torres Morais e Sales (2009) consideram a existência de dois tipos de construções com objeto indireto: as configurações dativas e as construções ditransitivas preposicionadas. O argumento dativo caracteriza-se pela presença obrigatória da preposição *a* e pela possibilidade de substituição por *lhe(s)*.

Do ponto de vista semântico, esse argumento é interpretado como recipiente, fonte, beneficiário e possuidor. A preposição *a*, desprovida de conteúdo semântico, funciona apenas como um marcador morfológico de Caso (a-DP)²⁶ e, diferentemente de uma preposição plena, não atribui papel temático. Este é atribuído pelo verbo.

Pela perspectiva gerativista, há preposições plenas (lexicais) e fracas (gramaticais/ funcionais) ou desprovidas de significado. As primeiras selecionam semanticamente os complementos e lhes atribuem casos, ao passo que as segundas são apenas atribuidoras de caso, devido à incapacidade de o SN atuar como marcador. O SN atribui caso inerentemente, mas não o realiza, do que decorre a necessidade de um elemento sem conteúdo semântico que faça tal marcação. Esse marcador funciona como um afixo. As preposições plenas ou predicadoras introduzem complementos

²⁶ Sintagma Determinante (*Determiner Phrase – DP*).

oblíquos ou adjuntos circunstanciais enquanto as preposições funcionais não têm conteúdo semântico e, desempenhando o papel morfológico de marcador de Caso, introduzem os objetos indiretos.

O objeto indireto preposicionado (construção ditransitiva), ao contrário dos dativos, são SPs – complementos oblíquos – introduzidos pelas preposições lexicais *a*, *de*, *para*, que contribuem com o sentido meta/recipiente²⁷ ou locativo (TORRES MORAIS, 2006, 2010). Reproduzimos, a seguir, de Torres Morais (2010, p. 253) os exemplos (25a), (26a) e (27a), que ilustram as configurações dativas, e (25b), (26b) e (27b) as ditransitivas preposicionais:

- (25) a. O José *enviou* uma carta à Maria/*enviou-lhe* uma carta. (*recipiente*)
 b. O José *enviou* uma carta para a Maria/ para Lisboa/ao Banco de Portugal
- (26) a. O José *roubou* o relógio ao Pedro/*roubou-lhe* o relógio. (*fonte*)
 b. O José *roubou* o relógio do Pedro.
- (27) a. O José *fez* um jantar à Maria/ *fez-lhe* um jantar. (*beneficiário*)
 b. O José *fez* um jantar para a Maria.

Segundo Torres Morais (2006, 2010), diferentemente do PE, que apresenta construções ditransitivas dativas e construções preposicionadas, no PB o OI aparece apenas com função oblíqua, o que se justifica pela quase ausência do clítico dativo *lhe* e o aumento do uso de *para* em lugar de *a*. Assim, uma vez que o dativo é reanalisado como um SP, o PB estaria passando por uma mudança paramétrica. Os estudos realizados sobre a expressão do dativo no PB têm assinalado que, para além da existência da estratégia canônica com o clítico *lhe*, vigoram três outras alternativas na língua: a) preposição seguida do pronome lexical; b) preposição seguida do SN; e c) objeto nulo, exemplificadas a seguir:

- (28) a. então, ela, na escola, aprendeu muita coisa que eu não tive condições de ensinar **a ela**. (231.DID.NURC/SSA)

²⁷ Corresponde ao destinatário da ação expressa pelo predicador.

- b. É o tal transporte solidário, em que você leva várias pessoas em... seu carro, pra dar uma maior utilização **ao carro**? (277.DID.NURC/SSA)
- c. ... o guarda conversou com ele em inglês, disse \emptyset que ele voltasse e estacionasse o carro mais próximo do meio-fio. (100.DID.NURC/SSA)

Diferentemente do PB, no português europeu, o dativo somente é recuperado por um SP nas estratégias de redobro de clítico, com o emprego de *a ele(s)*, *a ela(s)*; entretanto o clítico não pode ocorrer com a presença de *para*.

- (29) a. O João deu-**lhe** uma dúzia de rosas **a ela** (não a ele). (PE/*PB)
- b. *O José deu-**lhe** uma dúzia de rosas **para ela**

As sentenças com redobro de clítico dativo de terceira pessoa (Cf. (29a)) já foram usuais no PB, mas na contemporaneidade são julgadas agramaticais. Diante disso, compartilhamos da reflexão feita por Lucas (2008), que questiona se o apagamento do clítico *lhe* nesses contextos não teria ligação com a propagação das estratégias dativas com a preposição seguida do pronome tônico. Essa é apenas uma reflexão, que não constitui o interesse de investigação nesta tese.

Sobre a estratégia com objeto dativo nulo, Torres Morais (2012) observa que, em várias línguas, é bastante comum que o termo que representa o recipiente/destinatário, nas construções com verbos bitransitivos (*dizer, falar, perguntar, etc.*), não seja realizado, como em (30a), (30b). Esses casos não são computados como contextos de apagamento de OI anafórico, diferentemente do exemplo (30c):

- (30) a. O José falou a verdade, sem medo.
- b. O governo anunciou um novo plano econômico.
- c. Você deu flores **para a Maria**?
- Sim, dei uma dúzia de rosas vermelhas \emptyset (PB)

Na próxima seção, reuniremos alguns resultados de estudos sobre o dativo anafórico no PB.

2.2.1.1 Alguns estudos sobre a variação na expressão do dativo anafórico de terceira pessoa no português brasileiro

Em estudo de 1996, Berlinck aponta que o complemento dativo ocorre em quatro tipos de estruturas transitivas, podendo ser interpretado como *recipiente/fonte/beneficiário*. São elas: a) verbos de transferência material – o verbo prototípico é *dar*. Inclui ainda: *alugar, atribuir, confiar, comprar, devolver, distribuir, emprestar, entregar, fornecer, legar, mandar, oferecer, pagar, passar, restituir, transferir*; b) verbos de transferência verbal/perceptual – o verbo prototípico é *dizer*. Inserem-se neste grupo: *aconselhar; anunciar; assegurar; augurar; comunicar; confessar; cantar; declarar; ensinar; escrever; falar; jurar; narrar; ordenar; perguntar; prometer; protestar; provar; repetir; responder; revelar; sugerir; telefonar*; c) verbos de movimento físico – o verbo prototípico é *levar*, ao qual se juntam: *acrescentar; atirar; conduzir; dirigir; encaminhar; enviar; instilar; lançar; levar; mandar; pôr; trazer*; e d) verbos de movimento abstrato – o verbo prototípico é *submeter*. Neste grupo também estão incluídos: *acrescentar; adaptar; anexar; atribuir; conferir; consagrar; dedicar; destinar; filiar; imputar; incorporar; juntar; pôr; sensibilizar; subordinar; trazer*.

Com base em amostras de fala de jovens universitários curitibanos, Berlinck (1996b) analisa o emprego das estratégias de dativo no PB, e encontra 58% de preferência pelos clíticos. Ao fazer a análise em função da pessoa gramatical, obtém 83% e 78% para a primeira e a segunda pessoa, respectivamente, e 3% para a terceira pessoa. Esse resultado permite a autora afirmar que “se há uma tendência ao desaparecimento do clítico dativo, esse processo parece afetar essencialmente a referência de 3ª pessoa” (BERLINCK, 1996b, p. 02). Em relação ao emprego das preposições introdutoras do OI lexical, foram obtidas 90% de ocorrências de *para*, 7% de *a* e 3% das preposições *de* e *em*. A preposição *a* ocorreu apenas na terceira pessoa, o que, segundo a autora, revela uma alternativa mais formal em comparação à estratégia *para* + SN.

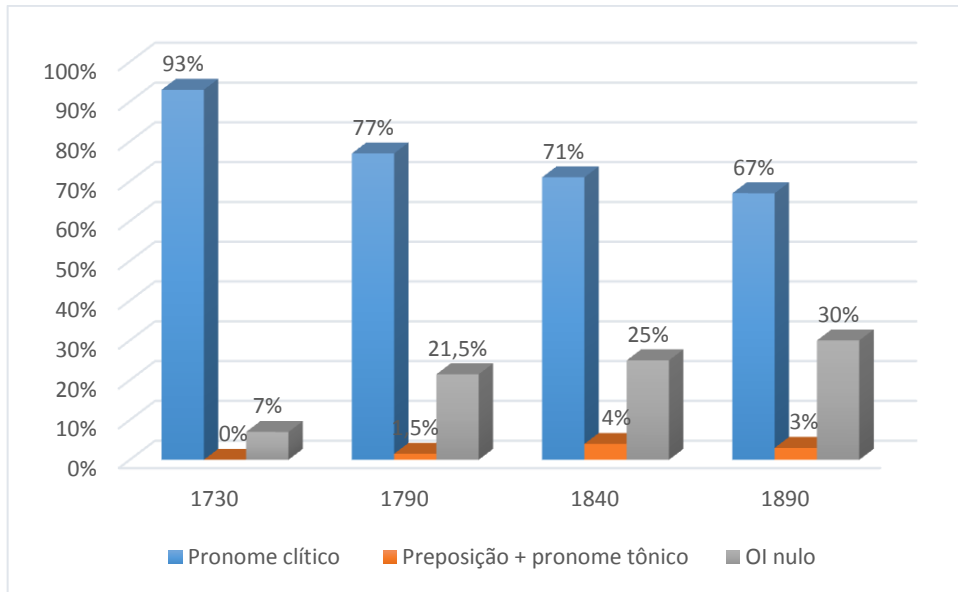
Posteriormente, Berlinck (1997) analisou a expressão do OI anafórico com base na mesma amostra do estudo anterior e registra, para a terceira pessoa, índices de 71% de dativo nulo, 28% de SP e apenas 1% de uso de *lhe* nos dados do PB. A

autora encontrou uma única ocorrência para esta variante. Para a segunda pessoa, foram obtidos 61% de pronome clítico, 18% de pronome tônico e 21% da categoria vazia. Para a primeira pessoa, foram 38% das ocorrências de pronome clítico, 8% de pronome tônico e 54% de dativo nulo. As ocorrências de objeto nulo consideradas pela autora contemplam tanto aquelas em que o complemento nulo é correferente de um elemento já citado (31a) como as que permitem uma interpretação mais arbitrária do referente (31b):

- (31) a. O Luís faz um ano que liga pra mim e eu não ligo pra ele. *E eu preciso ligar Ø*, mas é que eu sou tão relapsa.
- b. Você escutou rock'n roll do Jerry Adriani? Não é comercial. Você escutou do Jerry Adriani só o que é comercial. *Eles só mostravam o que vendia Ø*.

Berlinck (1999) analisou a expressão do dativo em *corpora* oral e escrito. O primeiro *corpus* era composto por entrevistas dos jovens curitibanos e amostras de fala do PEUL, e o segundo por peças teatrais de Martins Pena e Simões Lopes Neto, ambos autores do século XIX. Na amostra do século XIX, destacou-se o expressivo índice do clítico dativo anafórico, seguido do nulo anafórico e do sintagma preposicionado. Os dados orais do português contemporâneo revelaram um resultado bem diferente: alto índice de dativo nulo, seguido da estratégia com o SP e baixo índice do clítico dativo.

Em trabalho posterior, Berlinck (2001) traçou um percurso diacrônico da expressão pronominal do dativo, analisando dados de relatos e cartas do século XVIII e peças de teatro do século XIX. A autora destacou, para a primeira metade do século XVIII, a predominância do clítico e a completa ausência da variante preposicionada. O índice de objeto nulo aumenta significativamente entre as duas décadas analisadas. No século XIX, há um significativo aumento das ocorrências de objeto nulo ao passo que diminuem as estratégias com o clítico dativo. As formas preposicionadas revelam crescimento discreto, mostrando-se estáveis nas duas décadas do século XIX.



Fonte: Berlinck (2001, p. 87).

É notória a alta produtividade do dativo nulo nos estudos apresentados e, paralelamente, a diminuição das estratégias com o clítico canônico. Segundo Berlinck (1997, 2001), é a partir da segunda metade do século XIX que essa estratégia começa a se estabelecer no PB, principalmente na referência à terceira pessoa, nos contextos de verbos de *transferência verbal/perceptual*. Em amostras do século XX, os índices de ocorrência de dativo nulo se ampliam para os contextos de verbos de *transferência material* (45,5%) e verbos de *transferência verbal/perceptual* (83%).

Gomes (2007) investigou a variação na expressão do dativo anafórico e a alternância da preposição em amostras de textos de jornais escritos coletados do *corpus* organizado pelo PEUL/UFRJ. O clítico mostrou-se a variante mais frequente em todas as pessoas (1ª: 79%, 2ª: 60% e 3ª: 48%). Como nos lembra a autora, esse resultado reflete o uso conservador e, ao mesmo tempo, inovador no uso de pronomes nos jornais. A inovação a que a autora se refere diz respeito ao emprego de *Ihe* com referência à segunda pessoa, o que foi registrado apenas na seção *Horóscopo*. A segunda pessoa foi a que revelou maior índice de objeto nulo (32%) e, para as demais pessoas foram registrados 17% (primeira pessoa) e 20% (terceira pessoa).

O emprego de SP em contextos em que há mais de uma retomada anafórica de SN na posição de OI é maior. A autora explica essa preferência como uma estratégia para evitar repetição em um curto trecho. As referências à segunda pessoa utilizando SP ocorreram apenas com o pronome *você* e correspondem a 8% do total. Na terceira pessoa, esse índice foi de 32% e 4% para a primeira pessoa. Quanto à alternância da preposição, a autora registrou a predominância de *a*, diferentemente da língua falada. A correlação do fenômeno com o gênero textual revelou a predominância da variante formal, observando-se, porém, um decréscimo em direção aos gêneros menos formais, como notícias esportivas e horóscopo.

Os resultados verificados nos diferentes estudos sobre o PB atual evidenciam que, mesmo entre os considerados falantes cultos, não há recuperação do clítico dativo na oralidade. Como já citamos, na escrita, por sua vez, a influência do fator escolaridade dá-se de forma mais evidente. De acordo com o já citado trabalho de Averbug (2000) sobre o uso do objeto anafórico na escrita de estudantes da classe de alfabetização, séries finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e de estudantes universitários, a frequência de uso do clítico cresce à proporção que aumentam os anos de escolarização, atingindo 40% no Ensino Superior.

O trabalho de Freire (2005) também atestou a influência dos anos de escolarização nos usos dos clíticos acusativo e dativo na escrita. O autor destacou, contudo, que essa aprendizagem é conflitante, visto serem frequentes os casos em que os alunos demonstram inabilidade para o uso da variante prestigiada, que se revela, por exemplo, no uso do acusativo pelo dativo ou do dativo pelo acusativo, fatos exemplificados em (32a) e (32b)²⁸, respectivamente.

- (32) a. Muitos acabam deixando de lado o seu valor de corpo perfeito e saudável para satisfazer uma regra que a sociedade **o** impôs, fazendo com que percam sua identidade [...]. (UFRJ, concurso de seleção, 2005).
- b. Muitas delas ficam nas nuvens, eufóricas querendo andar pelas ruas (por toda parte), para mostrar para todos, para ficarem olhando-**lhes**. (UFRJ, concurso de seleção, 2005).

²⁸ Exemplos reproduzidos de Freire (2005, p. 184-5).

Sobre o uso das preposições que introduzem os sintagmas preposicionais dativos, em geral, os estudos destacam a coocorrência de *a* e *para*, com notável predomínio da segunda sobre a primeira, em contextos de verbos de transferência e movimento em que o OI recebe o papel *meta/recipiente*. De acordo com Torres Morais (2012): a) o uso de *para* é categórico no contexto dos verbos de criação/construção (*construir, desenhar, pintar, preparar, etc.*) (Cf. (33a)); b) com base em Torres Morais e Berlinck (2006) e Torres Morais e Salles (2010), a autora afirma que a preposição *a* é substituída por *de* quando o argumento OI expressa *fonte/origem*, no contexto de verbos de movimento e transferência (Cf. (33b) e (33c) e c) a preposição *de* também é categórica em construções em que o OI é interpretado como possuidor, com verbos dinâmicos *beijar, lavar, operar, pentear, preparar, etc.* (Cf. (33d)), e verbos estativos, *admirar, invejar, etc.* (Cf. (33e)).

- (33) a. Pedro preparou/fez um jantar fantástico **para os pais**
 b. João comprou este carro antigo **de um famoso colecionador**
 c. João deu/enviou um livro **ao/para o Pedro**
 d. A mãe lavou/secou/cortou/penteou o cabelo **do filho**
 e. O professor avaliou/admirou/elogiou as provas **dos estudantes**

Com base nos estudos aqui destacados extraímos algumas considerações, assim resumidas: a) no século XVIII, era altamente produtiva a estratégia canônica com o clítico anafórico; b) ao final desse século, começa o declínio dessa estratégia e o aumento das formas alternativas – OI nulo e SP; c) no século XX, desaparece o clítico de terceira pessoa na oralidade e fixam-se as variantes objeto nulo e preposição seguida de pronome tônico; e e) a preposição *a* é substituída por *para* na introdução do SP de verbos dinâmicos e estativos de posse.

Diante dessas alterações Torres Morais (2012) sugere que o PB parece estar perdendo a propriedade de expressar morfologicamente o OI. As mudanças no quadro pronominal, com o consequente aparecimento de outras alternativas em lugar dos clíticos acusativo e dativo anafóricos, fazem o PB perder o traço de Caso dativo abstrato (DAT). Se, por um lado, o *lhe* entra em desuso na função anafórica, por outro, estabelece-se como clítico dativo de segunda pessoa e, em algumas

variedades do PB, em contextos de verbos acusativos, de modo que Torres Morais

Tu	Eu vi tu ontem na feira, mas tu não me viu/viste/visse.	Eu vou dar de presente a/para tu o celular que tu me pediu/pediste/pedisse.
----	---	---

(2012, p. 41) afirma: “As duas estratégias são igualmente importantes para evidenciar as mudanças na codificação do OI no PB.”

Na próxima seção focalizaremos as alterações que afetam a complementação verbal de segunda pessoa no PB, enfatizando a reanálise do clítico *lhe* no paradigma pronominal.

2.2.2 Estratégias inovadoras para a representação do objeto direto e do objeto indireto no paradigma de segunda pessoa

A inserção de *você* no quadro de pronomes pessoais nos espaços antes exclusivos de *tu* ocasionou a fusão dos paradigmas de segunda e terceira pessoas, de modo que os clíticos desses paradigmas combinam-se indistintamente com *tu* e *você*. A seguir, exemplificamos as estratégias comuns de representação do objeto direto e do objeto indireto de segunda pessoa e a correlação com as formas de tratamento empregadas.

Quadro 06 – Estratégias de representação do OD e do OI no paradigma de segunda pessoa do português brasileiro

	Objeto direto	Objeto indireto
Você	Eu vi você ontem na feira, mas você não me viu.	Eu vou dar de presente a/para você o celular que você me pediu.
	Eu te vi ontem na feira, mas você não me viu.	Eu vou te dar de presente o celular que você me pediu.
	Eu lhe vi ontem na feira, mas você não me viu.	Eu vou lhe dar de presente o celular que você me pediu.
	É um grande prazer recebê- lo/la em nossa casa nova.	

	Eu te vi ontem na feira, mas tu não me viu/viste/visse.	Eu vou dar de presente a/para ti o celular que tu me pediu/pediste/pedisse.
	Eu lhe vi ontem na feira, mas tu não me viu/viste/visse.	Eu vou te dar de presente o celular que tu me pediu/pediste/pedisse.
		Eu vou lhe dar de presente o celular que tu me pediu/pediste/pedisse.
O senhor A senhora	Eu vou acompanhar o sr./a sra. até o elevador.	Eu vou mostrar nossas ofertas ao/para o sr./ à/para a sra.
	Eu vou acompanhá- lo/la até o elevador.	Eu vou lhe mostrar nossas ofertas.
	Eu vou lhe acompanhar até o elevador.	Eu vou te mostrar nossas ofertas.

Quadro 06 – Estratégias de representação do OD e do OI no paradigma de segunda pessoa do português brasileiro
Fonte: Bagno (2011, p. 754).

Visando a uma melhor compreensão da configuração do paradigma das formas objetivas de segunda pessoa apontada no Quadro 06, reproduzimos a seguir algumas importantes observações:

- a) as formas acusativas *o/a* encontram-se em progressivo desaparecimento na língua falada, figurando em contextos de fala monitorada e de língua escrita. Mesmo na fala monitorada, seu uso está restrito a contextos de verbos no infinitivo;
- b) na fala dos jovens, é comum o uso de *te* mesmo quando a forma de tratamento empregada é *o senhor/a senhora*, o que talvez se possa explicar pela informalidade característica dessa geração;
- c) a forma plural *lhes*, tanto na posição de OD ou OI referindo-se à segunda pessoa, não é usual. No estudo que apresentamos em Almeida (2009), não constatamos nenhuma ocorrência dessa estratégia. Todas as vezes em que fez referência a um objeto direto plural, o falante empregou o pronome *vocês*:

(34) No dia que eu não tiver trabalhando, eu pego **vocês** (...) eu canso de pegar, pego dos dois e vamos lá pra Portão. [SSA.25.M.F].

Sobre o uso de *lhe* na referência à segunda pessoa, como exemplificado no quadro, já mencionamos que esse pronome teria acompanhado a forma *você* em seu processo de pronominalização, o que o fez ser reanalisado, no PB, como clítico de segunda pessoa.

Os exemplos apresentados no quadro ilustram o que as gramáticas e livros didáticos tratam como perda da uniformidade ou mistura de tratamento e que aqui, com base em Lopes (2008), preferiremos apontar como uma liberdade permitida pela reorganização do sistema de pronomes, que gerou incompatibilidades entre as propriedades formais e semântico-discursivas. Essa incompatibilidade é assim explicada por Lopes (2008, p. 20):

Com a inserção de *você* no quadro pronominal do português, percebe-se a *persistência* da especificação original de 3ª pessoa, embora a interpretação semântico-discursiva passe a ser de 2ª pessoa [-EU]. Quando se verifica uma mescla ou mistura de tratamento do tipo “Vou *te* dizer uma coisa, *você* tem muito o que aprender com o meu futebol (...) *Tua* mãe já fez *sua* mochila?”, a interpretação semântica é inegavelmente de 2ª pessoa [-EU], mesmo que o pronome *você* esteja ora se combinando a formas de 2ª [-eu] (“*te* dizer”, “*tua* mãe”), ora se correlacionando a formas de 3ª [□eu] pessoas (“*sua* mochila”, “*você* tem”).

Provavelmente, uma das causas de tal incompatibilidade é o fato de que a inserção de *você* não tenha ocorrido da mesma forma em todas as posições da sentença. Segundo Lopes (2011), o complemento acusativo e o complemento dativo são mais resistentes à entrada de *você*, por isso conservam formas relacionadas ao pronome *tu*, realizado majoritariamente por meio da forma clítica *te*.

Embora a perda da uniformidade do tratamento seja referida nos livros didáticos e gramáticas como algo a ser evitado na língua, estudos diacrônicos demonstraram a regularidade desse fenômeno em cartas e peças teatrais desde o século XIX. Lopes (2012), em um estudo a partir de cartas de algumas famílias que viveram no Rio de Janeiro de 1870 a 1937, detectou a combinação das formas subjetivas *tu/você* com as formas de complemento acusativo (*o*, *a*, *te*) e dativo (*lhe*, *para/a* *você*). Os dados obtidos para as formas do complemento acusativo estão na Tabela 04 e foram citados a partir de Lopes (2012, p. 130).

Tabela 04 - Correlação do complemento acusativo (OD) de 2ª pessoa com o sujeito em cartas do Rio de Janeiro (1870- 1937)

Sujeito Acusativo	Te	Você	Ø	Clítico a	Total
Tu (exclusivo)²⁹	72/99%	-	-	1/1%	73
Você (exclusivo)	03/75%	01/25%	-	-	04
Tu/você (misto)	82/90%	7/8%	2/2%	-	91
Total	157	08	02	01	168

Fonte: Lopes (2012, p. 130)

A tabela acima demonstra que o uso do clítico *te* prevaleceu entre as formas de acusativo empregadas nas cartas, aparecendo, inclusive, com uma frequência de 75% quando o remetente optou exclusivamente pelo *você* na posição de sujeito. Consideremos, porém, que esse resultado é apenas sugestivo, tendo em vista que estamos lidando com uma amostra reduzida, que forneceu apenas três ocorrências de uso exclusivo de *você*. Quando a escolha do remetente foi apenas o *tu*, a combinação com o acusativo *te* foi quase categórica, mas o que queremos destacar é que a combinação *você~te* já estava presente na língua. A seguir, expomos os resultados para a correlação *de tu e você* com o dativo de segunda pessoa:

Tabela 05 - Correlação do complemento dativo (OI) de 2ª pessoa com o sujeito em cartas do Rio de Janeiro (1870- 1937)

Sujeito Dativo	Te	Lhe	Ø	A você	Para você	Para ti	Total
Tu (exclusivo)	115/88%	01/1%	05/4%	01/1%	01/1%	07/5%	130
Você (exclusivo)	15/27%	16/29%	17/30%	06/11%	02/4%	-	56
Tu/você (misto)	100/69%	7/5%	21/14%	01/1%	12/8%	5/3%	146
Total	230	24	43	8	15	12	332

Fonte: Lopes (2012, p. 130)

Assim como para a função acusativa, na correlação com o dativo, o *te* também figurou como a estratégia mais produtiva quando o sujeito usado era *tu* (88%) e *você/tu* (69%). As formas *lhe* e *a você* também apareceram combinadas com o *tu* e com *você/tu*. Quando o sujeito usado era exclusivamente *você*, os remetentes

²⁹ A denominação “exclusivo” significa que o remetente usou apenas a forma indicada e “misto”, que oscilou entre *tu* e *você*.

recorreram a uma maior quantidade de estratégias de dativo, com prevalência da variante objeto dativo nulo (30%). As variantes *te* e *lhe* tiveram frequências muito próximas – 27 e 29%, respectivamente. Nas cartas com sujeito misto, também foi o dativo nulo uma forma produtiva (14%), seguida de *para você* (12%). Novamente introduzimos a ressalva quanto ao número reduzido de algumas estratégias, o que dificulta um parecer mais preciso.

Lopes (2008, p. 13, grifos nossos) assinala que recentemente “o emprego de *você* e *tu* como sujeito será determinado ou favorecido por fatores diversos: sociais, regionais, etários, etc. Como acusativo, entretanto, o *te* mostra-se produtivo, seja ao lado do *você* ou do *tu-sujeito*.”. Esse é também o quadro da variação em Santo Antônio de Jesus, mas na função acusativa a disputa é notória entre *lhe* e *te*, da mesma forma que observamos para a variedade soteropolitana em Almeida (2009).

Apesar de não se tratar de uma tendência atual na língua, poucos estudos se empenharam na tarefa de empreender uma análise sistemática sobre a questão do dito *lheísmo* brasileiro. Na próxima seção, destacaremos algumas contribuições que vêm sendo dadas para a compreensão da extensão do fenômeno no PB.

2.2.2.1 O emprego de *lhe* como acusativo no paradigma de segunda pessoa

Já assinalamos que, no paradigma pronominal do PB, as formas clíticas átonas de primeira e de segunda pessoas representam, igualmente, o objeto indireto e o objeto direto, ligando-se, respectivamente, a verbos que selecionam obrigatoriamente uma preposição (transitivos indiretos) ou a verbos que não selecionam a preposição (transitivos diretos), conforme exemplificado em (35) e (36). Na terceira pessoa, existem formas exclusivas para cada uma dessas funções: *o/a/os/as*, para objeto direto, e *lhe/lhes*, para objeto indireto (Cf. (36)).

(35) a. Alice **me/nos** levou ao cinema ontem. (OD – 1ª pessoa)

b. Alice **me/nos** entregou a encomenda. (OI – 1ª pessoa)

(36) a. Alice **te/vos** levou ao cinema ontem. (OD – 2ª pessoa)

b. Alice **te/vos** entregou a encomenda. (OI – 2ª pessoa)

(37) a. Alice **o / as** levou ao cinema ontem. (OD – 3ª pessoa)

b. Alice **lhe/lhes** entregou a encomenda. (OI – 3ª pessoa)

As alterações na terceira pessoa têm sido relatadas em diversos estudos, como já demonstramos aqui. Em relação ao clítico *lhe*, tem sido evidenciado que essa forma experimenta – e não é uma tendência atual – um sincretismo de pessoa e de função, tendo em vista que alterna entre a segunda e a terceira pessoas e entre o dativo e o acusativo, como exemplificamos a seguir:

(38) a. Se o encontrarem, não **lhe** digam nada ainda. (OI – 3ª pessoa)

b. Meu filho, vou **lhe** contar uma história. (OI – 2ª pessoa)

c. O falante opta por uma forma que não **lhe** comprometa. (OD – 3ª pessoa)

d. Eu **lhe** vi no cinema ontem.

A gramática tradicional, embora não incluía *lhe* no paradigma de segunda pessoa, prevê seu uso como clítico dativo de *você*.³⁰ Segundo Galves (2001), a subida de *lhe* para essa posição está ligada à introdução de *você* no paradigma pronominal, que faz o verbo perder a marcação de segunda pessoa e cria um contexto favorável ao deslocamento desse clítico. O caráter de forma de tratamento associado ao pronome *você* possibilita a sua combinação com as formas clíticas e possessivas de terceira pessoa.

De acordo com Freire (2005, p. 02), o item *lhe* passa por um processo de especialização no sentido de que “[...] estaria deixando de ser uma forma tanto de terceira quanto de segunda pessoa para figurar exclusivamente na referência à segunda pessoa, seja na função dativa seja na acusativa”. É indiscutível que o *lhe* venha passando por um processo de especialização, mas é temerário afirmar que seja em direção ‘exclusivamente’ à segunda pessoa. Pelos estudos de Ramos (1999) e Lucas (2008), esse item pronominal tem sido usado também como

³⁰ À exceção de Rocha Lima (2011), conforme já mencionado em 1.2.

complemento direto anafórico de terceira pessoa: “[...] cabe ainda observar que *quando o falante do PB preenche a posição de objeto* – opção cada vez menos freqüente em nosso dialeto –, ele o faz usando ou o pronome tônico *ele*, estratégia favorecida na grande maioria dos casos, ou *a forma dativa lhe*, estratégia menos usada” (RAMOS, 1999, p. 16, grifos nossos). Assim, o objeto direto anafórico pode ser expresso, no PB, das seguintes maneiras:

- (39) a. João ainda não chegou por aqui, não sei se vou esperá-**lo**.
 b. João ainda não chegou por aqui, não sei se vou esperar **ele**.
 c. João ainda não chegou por aqui, não sei se vou esperar **Ø**.
 d. João ainda não chegou por aqui, não sei se vou **lhe** esperar.

Em Almeida (2009), não verificamos a existência de *lhe* como objeto direto de terceira pessoa e sugerimos a hipótese de que esse emprego do clítico no PB seja mais frequente em situações de fala monitorada e na escrita, configurando-se uma tentativa de evitar o preenchimento do objeto, por um lado, com o pronome lexical *ele/ela*, estigmatizados, e, por outro, com o clítico canônico *o/a*, também estigmatizado por denotar pouca naturalidade e certo pedantismo.

Ramos (1999) sublinha que, no PB, assim como nas variedades africanas e no galego – onde também se verifica o emprego de *lhe* como nos casos exemplificados em (38c), (38d) e (39d) – o traço [+humano] do antecedente condicionaria o uso do clítico, de modo que soaria estranho ao falante uma construção como (40):

- (40) *Está vendo aquele caderno, (**lhe**) pegue-**lhe** para mim.

A autora adverte que, no caso do PB, o estranhamento quando o *lhe* tem um referente [-humano] é mais evidente na língua falada e na escrita espontânea do que na língua falada e escrita monitoradas.

Nascentes (1953 [1922]), na primeira metade do século passado, já havia registrado a existência do uso de *lhe*, em todo o país, para pronominalizar o objeto direto de segunda pessoa, comparando-o ao *lheísmo* em espanhol. Para ele, o funcionamento de *lhe* como objeto acusativo está correlacionado à diminuição do uso deste clítico

como dativo e à analogia com os pronomes *me*, *te*, *nos*, *vos*, que podem funcionar na frase como objeto direto e como objeto indireto. O autor destaca ainda a correlação entre o desaparecimento do clítico acusativo *o/a* e o uso de *lhe* como acusativo: “Desaparecidos *o*, *a*, *os*, *as*, ficou a forma *lhe* (*le*) dona do campo [...]” (NASCENTES, 1953 [1922], p. 128).

Em relação a isso, Abaurre e Galves (2002, p. 290) afirmam que o pronome de terceira pessoa *lhe* “se alinhou no resto do paradigma uma vez desaparecido (ou em vias de desaparecimento) o clítico *o/a*.” Segundo as autoras:

O paradigma dos clíticos é assim praticamente reduzido às formas ambíguas quanto à função e ao caso que lhes é associado (*me*, *te*, *se*, *lhe*): essas formas podem ser objeto direto (acusativo) ou indireto (dativo). Tal ambigüidade, que aparece também nas outras línguas românicas na primeira e segunda pessoa, estende-se no PB à terceira, onde *lhe*, em certos dialetos, pode ser interpretado como um objeto direto [...] (ABAURRE; GALVES, 2002, p. 289).

Mário Marroquim (1996[1934]) registrou o fenômeno na região Nordeste, particularmente nos estados de Alagoas e Pernambuco. A presença de *lhe* no quadro pronominal de segunda pessoa assumindo função acusativa é observada por Monteiro (1994, p. 86), que destaca os seguintes motivos para o fenômeno:

[...] estratégia de fuga ao emprego do clítico acusativo, em fase de franca extinção; manutenção de uma simetria morfossintática com outros pronomes (*me*, *te*, *se*) que funcionam como objetos diretos; ausência da preposição, o que desestabiliza a oposição entre os dois tipos de complemento verbal; recurso para se desfazer a ambigüidade entre as referências à segunda ou à terceira pessoa.

Ramos (1999) examina o uso dos clíticos de terceira pessoa *le/lhe* como acusativo no PB e no Espanhol Peninsular, com vistas a determinar as semelhanças do fenômeno nas duas línguas. A autora atribui o fenômeno à *tensão do sistema pronominal*. Segundo ela, a perda da distinção *tu-você* em algumas regiões do país

[...] fez com que o *lhe* (forma dativa de terceira pessoa) invadisse o domínio acusativo do *te*, e deu sua parcela de contribuição para o desuso pronominal da forma *o*. A esses fatos soma-se um outro, que já se manifestara desde o século XIX: nas variedades do PB que ainda conservam a distinção *tu-você*, a referência direta ao ouvinte numa situação de respeito/cortesia praticamente **especializou** o *lhe* como acusativo de *você*, *senhor/senhora* (RAMOS, 1999, p. 81, grifos no original).

Ramos (1999) descreve a existência de três comportamentos distintos em relação ao uso de *lhe* como acusativo no PB, que, em sua abordagem gerativa, trata como três gramáticas:

i) Gramática A: usa-se *you* como expressão universal de tratamento, *lhe* para a expressão do dativo de segunda pessoa numa relação de respeito/cortesia e *te* para o trato mais familiar e informal. A autora refere-se a esta gramática como sendo a do eixo Rio-São Paulo. Reproduz-se de Ramos (1999, p. 85) o exemplo a seguir:

(41) ... eu vou entrar nesse negócio... se você não me vender... eu tenho poder... e posso concorrer com você... posso concorrer com você e *te* derrubar...
(NURC/RJ)

ii) Gramática B: *you* é a forma de tratamento generalizada e o *lhe* substituiu o *te* como acusativo e como dativo. O *lhe*, nessas regiões, não é limitado às situações de formalidade, respeito/cortesia, mas estende-se ao tratamento familiar e informal. Esse uso corresponde, segundo a autora, aos estados de Maceió, Recife, Salvador e João Pessoa;

iii) Gramática C: manteve-se a distinção *tu-você* para tratamento íntimo/familiar e de respeito/cortesia, respectivamente. O uso de *te* e *lhe* obedece a essa mesma distinção. Usa-se o primeiro como clítico de *tu* e este último como clítico de *você*, *senhor/senhora*, tanto para o dativo como o acusativo. Esta gramática inclui a região Norte e o estado do Maranhão. Os exemplos a seguir, reenumerados aqui como (42a) e (42b), são reproduzidos de Ramos (1999) e referem-se à fala de São Luís (Maranhão):

(42) a. Tia, mamãe está **lhe** chamando.

b. Mana, **queres** que **te** telefone à noite?

É bom informar que a autora, em nota, esclarece que esse mapeamento é superficial e seria necessário um estudo mais abrangente para fazer afirmações mais categóricas. Espera-se saber com o trabalho que ora se apresenta se o uso de *lhe* em Salvador corresponderia à descrição apresentada acima.

No *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul – ALERS* – (KOCH; KLASSMAN; ALTENHOFEN, 2002), a carta 62, que corresponde à questão 09 do questionário morfossintático (QMS), registra o uso de *lhe* – “*lhe (picou)*” – como objeto direto em alternância com “(picou) você” e “te (picou)”. Pelos dados apresentados, a variante preferida é *te* em todas as capitais, seguida de *você*.

Lucas (2006) investiga a expressão do *lhe* acusativo na escrita de jovens da zona urbana do Distrito Federal com base em mensagens postadas no site de relacionamentos *Orkut* e registra 25,8% de *lhe* nessa posição. O fenômeno também foi investigado por Nascimento (2001) em cartas escritas por jovens escolarizados e peças teatrais de autores alagoanos.

Ramos (1999), dentre outros estudos já citados, identifica o Nordeste do Brasil como a área em que o fenômeno ocorre com mais intensidade, de modo que passa a ser esse uso de *lhe* descrito por alguns pesquisadores como marca dialetal no PB. Esses estudos ratificam a ideia presente em Oliveira (2004), onde se lê que o pronome *lhe* para verbos transitivos é um fenômeno presente em diferentes regiões do país, embora seja mais evidente em dialetos nordestinos. A autora assume a hipótese de que o uso de *lhe* para pronominalizar o objeto direto deriva da reanálise do objeto direto preposicionado, que é favorecido pelo traço [+humano] do objeto no século XIX. Segundo a pesquisadora, no século XIX, o índice de ODP na Bahia era muito alto, ao contrário da tendência geral do português, o que explicaria a alta produtividade de *lhe* como OD nessa região.

Almeida e Deus (2011), investigando a expressão da segunda pessoa em cartas dos séculos XIX e início do XX, escritas por brasileiros cultos e semi-cultos – estes, em sua maioria, baianos – chamam a atenção para o comportamento do clítico *lhe*, especialmente entre os dados da amostra dos falantes semi-cultos. Nessas cartas, com frequência, *lhe* aparece em função acusativa tanto para pronominalizar o objeto direto de segunda pessoa como o de terceira.

As autoras observam que, entre os remetentes cultos, o uso de *lhe* como acusativo é irrelevante (1,7%) e só acontece na terceira pessoa, o que sugere maior

preservação dos clíticos anafóricos, dativo e acusativo, nessa modalidade. Os falantes semi-cultos revelam 23,3% de uso de *lhe* como forma acusativa contra 76,7% do uso dessa forma como dativo, destacando-se que, das 13 ocorrências, 10 foram de *lhe* como pronome interlocutório e 3 como acusativo de terceira pessoa. Embora Almeida e Deus

nesse estudo não tenham feito uma análise acurada da presença do ODP, referem-se ao uso recorrente dessa estrutura nas cartas analisadas. Vejam-se os exemplos de ODP reproduzidos das autoras:

- (43) a. Em primeiro lugar cumprimento a **Vossa Excelência** e Excelentíssima senhora Baroneza e a seus caros Filhos.
 b. Adeus, dê suas ordens lance abençoção a seo afillhado e visite **aos Doutores** com a Família...

Camargo Junior (2007) também analisou a realização do objeto direto em referência ao interlocutor, procurando observar, como descreve o próprio autor, a tipologia pronominal em função dos registros formal e informal e a influência da escolarização na escolha de uma forma ou de outra. Além disso, o autor buscou observar se os resultados obtidos para o clítico de terceira pessoa seriam extensivos aos clíticos de segunda pessoa.

Nesse estudo, o autor constituiu um *corpus* de textos escritos por estudantes de quinta à oitava série, do qual foram obtidas 1.524 ocorrências de realização do objeto direto na referência ao interlocutor, distribuídas entre os contextos formal (595 ocorrências / 40%) e informal (929 ocorrências / 60%). Camargo Júnior avalia esse resultado sugerindo que a diferença alcançada poderia revelar que

na modalidade discursiva informal, o aluno tem maior liberdade no uso da língua, e uma vez que a informalidade produz um contexto semelhante ao da língua oral, o aluno sentiria maior segurança (ou maior liberdade) na escolha da forma a preencher a posição de objeto direto, o que não ocorre na modalidade formal, pois neste contexto o aluno do Ensino Fundamental certamente tentará se valer do sistema e da norma gramatical aprendidas na escola, desde o início do processo de letramento, gerando um contexto não tão livre, no que se refere ao uso corrente da língua. (CAMARGO JÚNIOR, 2007, p. 43).

Na modalidade formal, foram obtidos 46,1% de ocorrência de sintagmas nominais, 41,5% de clíticos, 9,1% de pronome tônico e 3,3% de objeto nulo. Esses números são bem diferentes na modalidade informal, onde o uso de clíticos alcança o índice de 83,2%. Os valores registrados para as demais formas são muito baixos, destacando-se o fato de que o emprego do pronome tônico é maior do que o do objeto nulo e do sintagma nominal.

Quanto ao tipo de clítico empregado, no contexto formal, o autor registrou o uso das formas *te*, e *o*, para a função acusativa, e *lhe*, para o dativo. O clítico *o* apresentou maior percentual de uso (61,5%), o que contrariou as expectativas iniciais do autor, baseadas no fato de que esse clítico tem uso muito restrito no PB. As formas *te* e *lhe* alcançaram 22,7% e 15,8%, respectivamente. Na modalidade informal, o uso do clítico *te* alcançou 84,4%, em oposição ao emprego de *o* (11,3%) e *lhe* (4,3%).

Considerando o tipo de clítico empregado em cada série, na modalidade formal, Camargo Junior (2007) observa que o clítico *o* é mais utilizado pelos alunos de todas as séries, com crescimento notório da quinta (42%) à oitava série (78,8%). Quanto aos clíticos *te* e *lhe* não há “regularidade no uso ao longo das séries, pois, relacionando-se um ao outro, temos na quinta série o maior uso do “*lhe*” (36,9%), na sexta série o maior uso do “*te*” (31,1%) e a estabilidade de ocorrências entre ambos na oitava série, apresentando exatamente o mesmo índice percentual” (CAMARGO JÚNIOR, 2007, p. 50).

Na modalidade informal, prevalece o uso de *te* em todas as séries, com pouca variação no percentual: 81,5% na quinta série, 87% na sexta, 80% na sétima e 89,7% na oitava. Em relação ao uso do clítico acusativo *o* e *lhe* é na 8ª série que se observa o menor índice: 7,5 e 2,8%, respectivamente, o que evidencia, segundo Camargo Júnior (2007), que tais clíticos são residuais na modalidade informal. Na sétima série, o emprego de *o* e *lhe* alcançam, respectivamente, 14,1 e 5,9%. O autor atribui essa oscilação na sétima série ao fato de o aluno não conseguir associar o uso do clítico à modalidade discursiva. É possível que essa explicação seja extensiva à sexta e sétima séries, para as quais foram registrados, respectivamente, 12,4 e 11,2% de uso do clítico *o*.

Em Almeida (2009), investigamos as formas de realização do OD de segunda pessoa em Salvador e constatamos que as formas mais produtivas são os clíticos *lhe* e *te*. A estratégia com o OD nulo também se mostrou com índice de uso bem expressivo na amostra analisada, parecendo configurar-se, em algumas situações, como uma maneira de o falante esquivar-se do uso de uma das formas pronominais: o *você*, que denota intimidade; *senhor/senhora*, que são demasiado formais; *lhe*, por apresentar ao falante a incerteza quanto ao seu status, uma vez que serve a relações solidárias e não-solidárias; e *te*, eminentemente mais íntimo e mais informal.

Em relação ao uso de *lhe* como variante acusativa, o estudo demonstrou que há uma diferenciação estilística da forma, a qual se revelou característica das situações em que se dispensa maior atenção à fala. Apresentamos a hipótese de que essa variante teria sido, por algum tempo, a forma majoritária para expressar o OD de segunda pessoa tanto em situações formais como nas informais, e que a “revitalização” de *te* na comunidade estaria conduzindo o falante a especializar o *lhe* como variante de estilos monitorados. A variável *faixa etária* mostrou-se a mais significativa para explicar a variação entre *lhe* e *te*; pelo estudo em tempo aparente, os resultados obtidos para os grupos etários apontaram para a conservação do *lhe* entre os falantes de 65 a 75 anos e uma conseqüente tendência à mudança em direção à forma *te*.

Em relação à atuação da escolaridade sobre o fenômeno, ficou demonstrado que não é possível apontar a existência de estigmatização, uma vez que nas faixas 2 e 3 há favorecimento de *lhe* nos dois níveis de escolaridade definidos. Assim, ficou evidente que a pressão normatizadora da escola não atua sobre o uso da forma *lhe*. Analisando a atuação do fator sexo, verificamos um comportamento diferenciado entre homens e mulheres no que se refere à escolha da estratégia para preencher o OD de segunda pessoa em Salvador. O uso de *lhe* se mantém entre os homens, que se mostram mais conservadores ao preferirem a variante “mais antiga” e mais formal, e é pouco evidente entre as mulheres.

Até aqui revisitamos alguns conceitos do campo da complementação verbal com base na tradição dos estudos gramaticais e na visão dos estudos linguísticos. A

partir disso, foi-nos possível perceber que há algumas imprecisões, nomeadamente em relação à definição de objeto indireto. Apresentamos, também, informações e resultados de alguns estudos sobre o dativo anafórico de terceira pessoa e sobre as inovações que atingem a sintaxe de complementação da segunda pessoa, sobretudo, o emprego de *lhe* como objeto direto. Na próxima seção, voltaremos a nossa atenção para a abordagem do sistema pronominal no ensino de língua portuguesa.

2.3 POR UMA ABORDAGEM COERENTE DO SISTEMA PRONOMINAL NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Ao longo das seções anteriores, sempre que pertinente, fizemos algumas considerações acerca de como as questões referentes ao sistema pronominal têm sido abordadas no âmbito do ensino. Consideramos importante, contudo, dedicarmos mais algum espaço a essa discussão, tendo em vista que, embora o debate em torno das questões sobre o ensino de língua portuguesa seja antigo – e sempre necessário –, ainda é flagrante a ausência de correlação entre os resultados de estudos empíricos sobre aspectos da língua e o que se ensina nas escolas do país afora.

Celso Cunha, em seu discurso de posse para o Colégio Pedro II, no ano de 1952, já apontava aquilo que tem sido um dos principais inconvenientes no ensino de língua portuguesa: “[...] o que está a matar o estudo do idioma em nossas escolas, principalmente nas primárias e médias, é que todo o ensino se faz na base do certo e do errado, do que é e do que não é vernáculo”. (CUNHA, 1964³¹).

É fato que, juntamente com o problema da ideologia conservadora subjacente ao ensino de língua portuguesa, devemos assumir outras causas para a reconhecida crise do ensino de língua materna, as quais vão desde questões socioculturais e socioeconômicas às eminentemente pedagógicas. Do ponto de vista pedagógico, a

³¹ Texto disponível em <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=394&sid=324>>. Acesso em 12 maio 2014.

problemática está relacionada à escolha adequada do conteúdo (o que ensinar), à metodologia adotada (como ensinar) e à formação docente.

Um professor de língua portuguesa não nasce pronto. Cabe à universidade, por meio de seus cursos de Letras, capacitá-los para o exercício da profissão, a fim de que saibam selecionar os conteúdos e materiais didáticos adequados e elaborar metodologias inovadoras. Na base de tudo isso, está a necessidade de promover discussões relevantes em torno de questões como a concepção de língua e da avaliação social atribuída às variantes que sustenta o preconceito linguístico-social.

A universidade recusa de forma veemente o ensino puramente gramatical ou que se pauta exclusivamente na norma padrão, todavia ainda é insuficiente a quantidade de material produzido que vá além das críticas ao livro didático e compêndios gramaticais. De uma forma muito clara, podemos dizer que carecemos de noções mais concretas que possam guiar o futuro docente, a fim de evitar fatos como o relatado por Leite (1999, p. 200), a seguir:

Outro agravante da questão [a crise do ensino de língua portuguesa] foi o fato de os professores, recém-saídos das Faculdades de Letras, levarem para as salas de 1º e 2º graus, as teorias lingüísticas aprendidas. Trocaram-se as regras e a terminologia da sintaxe tradicional pelas regras terminologia das teorias estruturalistas e gerativistas.

Ano a ano, tem-se ensinado teoria gramatical na escola com a missão clara de se cumprir o plano de ensino estipulado. Assim, deixam-se de lado as dificuldades dos alunos e, em um esforço quase desnecessário, eles são levados a memorizar regras e nomenclaturas que pouco, ou nada, contribuem para o desenvolvimento de sua competência comunicativa. Sobre essa questão, Travaglia (2003, p. 60) propõe que:

o ensino teórico, que muito comumente predomina nas aulas de Português, deve ceder espaço para os outros tipos de atividade, ocupando um mínimo do tempo disponível. Quando se trabalha com o ensino teórico, sugerimos que ele deve ter objetivos, tais como: a) facilitar, no ensino, a referência a elementos da língua, mas não deve ser cobrado dos alunos, sobretudo no Ensino Fundamental e em especial em suas séries iniciais (1ª a 4ª); portanto, ser um instrumento de mediação e não um fim em si; b) ser objeto de uma cultura científica necessária na vida moderna; c) ser usado como um instrumento para ensinar a pensar (objetivo geral da educação e não um objetivo de ensino de língua).

Além da deficiência na formação promovida pelos cursos de Letras, há o problema geral da educação no Brasil, que faz com que o aluno acumule deficiências de aprendizagem ao longo de sua vida escolar. O resultado disso tudo é que nem mesmo os professores de língua portuguesa conseguem observar em seu dialeto a norma linguística que objetivam ensinar aos seus alunos, e, sem dominar o modelo da norma padrão, fica difícil ensiná-lo.

Reconhecemos que é papel da escola ocupar-se preferencialmente do ensino da chamada norma oficial, o que significa, no caso do sistema pronominal, ensinar o emprego dos clíticos acusativos e do dativo de terceira pessoa, por exemplo; entretanto vale lembrar que nem mesmo os considerados falantes cultos utilizam as formas consideradas padrão. Para a escola, há um grande problema, pois, como assinala Possenti (2000),

[...] se trata do ensino do padrão a quem não o fala usualmente, isto é, a questão é particularmente grave, em especial para alunos de classes populares, por mais que também haja alguns problemas decorrentes das diferenças entre fala e escrita, qualquer que seja o dialeto. (POSSENTI, 2000, p. 17-18).

A variedade de prestígio será ensinada, portanto, como uma segunda língua a alunos que já dispõem de uma forma eficiente de comunicação nos espaços em que circulam, mas necessitam ampliar sua competência comunicativa no que se refere ao domínio da norma culta. É importante, contudo, garantir-lhes o acesso a essa modalidade sem que se alimente a falsa ideia de sua incompetência linguística. Para que isso aconteça, é necessário promover um ensino que leve em conta o funcionamento real da língua, o que implica afastar-se do enfoque a questões teóricas e puramente metalinguísticas. Tais aspectos, quando abordados, devem apenas servir de apoio para o desenvolvimento da competência comunicativa.

No que respeita à abordagem do sistema pronominal, tomando de empréstimo aqui a citação de Lopes e Cunha (1994), reproduzida por Lopes (2007, p. 105, já evidenciamos nas seções anteriores que “há algum tempo deixamos de viver no país do *eu, tu, ele, nós, vós, eles*” e trouxemos à discussão alguns fatos linguísticos correlacionados à mudança trazida pelo novo modelo. Resta-nos agora apontar como a escola pode ajustar o ensino a essas transformações.

Se, conforme já dissemos, não é conveniente alterar algumas das definições equivocadas sobre a classe dos pronomes, o mesmo não se pode afirmar acerca de seu conceito tradicional, que remonta aos estudos gramaticais ocidentais, como se verifica na referência a essa categoria na *Téchne grammatiké (Arte da gramática)*, de Dionísio de Trácia (século III a.C.). Por esse conceito, as palavras que atendem pelo rótulo de *pronome* no português incluem formas que “desempenham na oração as funções equivalentes às exercidas pelos elementos nominais” – substantivo e adjetivo³² – e servem “para acompanhar um substantivo determinando-lhe a extensão do significado” (CUNHA; CINTRA, 2002, p. 277). Contudo, a equivalência que os pronomes mantêm em relação aos nomes, embora tenha sido sempre referida como propriedade definidora, é apenas parcial. Como esclarece Jespersen (1924):

[...] é muito artificial para uma mente simples dizer que “eu vejo você” é o mesmo que “Otto Jespersen vê Mary Brown” [...]. Nós podemos dizer também “eu, Otto Jespersen, por meio desta, declaro...”, o que seria irracional se “eu” fosse simplesmente um substituto para o nome. E gramaticalmente vale ressaltar que “eu” é a primeira pessoa, e o nome está na terceira pessoa, como é mostrado em muitas línguas pela forma do verbo. Além disso: ninguém duvida de que *ninguém* e o interrogativo *quem* são pronomes, mas não é fácil ver que nomes podem ser chamados de substitutos³³. (JESPERSEN, 1924, p. 82, tradução nossa).

Nesse sentido, o princípio de equivalência/substituição/acompanhamento que vigora na gramática tradicional (GT) e livros didáticos não deve ser tomada como aspecto essencial na distinção entre nomes e pronomes, uma vez que faz entender, por exemplo, que *eu* e *tu*, que têm caráter essencialmente dêitico, conforme lembra Monteiro (1994), não seriam pronomes, já que tais formas não substituem nem acompanham nomes.

Sobre a noção de “acompanhar” o substantivo, retomamos o que diz Perini (1996, p. 330): “é, se não vaga, pelo menos inadequada”, visto que na frase *Meu velho paletó*

³² Definição clássica de nome.

³³ “[...] it is very unnatural to the unsophisticated mind to say that “I see you” stands instead of “Otto Jespersen sees Mary Brown” [...]. We may also say “I, Otto Jespersen, hereby declare...”, which would be preposterous if “I” were simply a substitute for the name. And grammatically it is very important that “I” is the first person, and the name is in the third, as shown in many languages by the form of the verb. Further: no one doubts that nobody and the interrogative who are pronouns, but it is not easy to see what nouns they can be said to be substitutes for.” (JESPERSEN, 1924, p. 82).

cinza, extraída do autor, *velho* e *cinza*, assim como *meu* (o pronome), acompanham o substantivo *paletó*, sem, contudo, figurarem na classe dos pronomes. Com base em observações de Jespersen (1924), retomadas em Benveniste (2005a [1971]) e Monteiro (1994), é possível afirmar que: i) a capacidade de substituição não é reservada apenas aos pronomes; ii) nem todos os pronomes têm o caráter substitutivo; iii) mesmo os que o têm nem sempre substituem nomes.

Quanto à inserção dos itens gramaticalizados *você* e *a gente*, urge que se faça uma revisão do quadro pronominal exibido nos manuais didáticos e gramáticas tradicionais, tendo em vista que o resultado de pesquisas empíricas mostram a generalização de *você* como pronome pessoal, ao lado de *tu* em algumas regiões, e a acelerada implementação de *a gente* – e suas alterações morfossintáticas – não apenas na oralidade, mas em textos escritos que reproduzem interações mais informais.

Cumpramos salientarmos que, não advogamos em favor da substituição de um quadro por outro, mas da adoção de uma estratégia que introduza as formas inovadoras ao lado das tradicionais. Sobre a necessidade de apresentar ao alunos essas últimas, é oportuno lermos o que diz Lopes (2007, p. 112): “Trata-se de um conhecimento passivo que precisa estar disponível, para que seja possível ler um texto de sincronias passadas (o cancionero medieval ou poesia trovadoresca dos primeiros tempos de nossa história, a ‘Carta de Caminha’, a poesia, os romances de época)”.

A fim de ilustrar a tônica em torno da qual se desenvolvem as aulas de língua portuguesa, apresentamos, a seguir, com base na compilação feita por Freire (2005, p. 181-182), alguns exemplos de atividades presentes em livros didáticos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio para recuperar o uso dos clíticos:

- a) Observe a fala do guarda: “... eu conheço **ele**.” Do ponto de vista da gramática normativa, essa frase está correta? Por quê? CORRIJA-A, se for o caso. [RESPOSTA PARA O PROFESSOR: Não, pois HÁ ERRO no emprego do pronome. Pela gramática normativa, a forma CORRETA seria: eu o conheço]. (FARACO; MOURA, 2004, p.102 – 7ª série, livro do professor);

- b) Observe a frase do texto 2: “Eu ainda não **lhe** conhecia pessoalmente...” O pronome *lhe* equivale a “*a você, a ele, a ela, ao senhor, à senhora...*”. Exerce, em geral, a função de objeto indireto. O verbo **conhecer** é um verbo transitivo direto; pede objeto direto. O texto está escrito em linguagem coloquial, por isso tem a construção “**lhe** conhecia”. REESCREVA A FRASE, ADEQUANDO-A À NORMA CULTA. (FARACO; MOURA, 2004, p.144 – 6ª série, livro do professor);
- c) Evite repetir palavras, SUBSTITUINDO as palavras ou expressões grifadas por um pronome: a) O pagamento das mensalidades estava atrasado. Papai não tinha como pagar as mensalidades da escola. b) Ela admirava os peixinhos. Seguia os peixinhos até perder os peixinhos de vista. [...]. (OLIVEIRA et al., 1999, p. 130 - 6ª série);
- d) Nas orações a seguir, indique se o termo sublinhado funciona como **objeto direto** ou **objeto indireto**. Depois, SUBSTITUA-O adequadamente por um dos seguintes pronomes: *o, a, os, as, lhe* ou *lhes*. a) Foi à cidade e resolveu rapidamente todos os problemas relativos à administração da fazenda. b) Junto com outros envelopes, o carteiro entregou a Mariana uma carta sem o nome do remetente. [...]. (FERREIRA et al., 2003, p. 450 – Ensino Médio, volume único,);
- e) Reescreva as orações, SUBSTITUINDO o termo destacado por *o(s), a(s)* ou *lhe(s)*: a) Ele reconheceu o amigo. b) Ofereceu aos amigos um jantar. [...] (MAIA, 2005, p. 368 – Série novo Ensino Médio, volume único).

As propostas apresentadas enfatizam da correção em direção à norma padrão e a substituição das formas desprestigiadas pelas valorizadas socialmente e, em alguns casos, voltam-se para uma análise teórica da língua, como proposto em *d*. No exemplo mostrado em *c*, é visível como as considerações dos estudos da realidade linguística do país são abstraídas, ao se tratar o uso de *lhe* com função de OD como uma construção em desacordo com a norma culta. Tal informação contradiz a constatação que apresentamos em Almeida (2009) quanto ao uso desse pronome por falantes cultos soteropolitanos.

Os exercícios demonstram a insistência em propostas que visam à recuperação dos usos canônicos dos clíticos, mas o que nos chama atenção é que, ainda assim, há pouca eficácia nessa tarefa. De modo geral, os resultados de estudos linguísticos evidenciam que, mesmo entre os considerados falantes cultos, não há recuperação, na língua oral, dos clíticos – acusativo e dativo – de terceira pessoa. Na escrita, por sua vez, a influência do fator escolaridade dá-se de forma mais marcante. Averbug (2000), investigando o uso do objeto anafórico na escrita de estudantes da classe de alfabetização, séries finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e de estudantes universitários, observa que a frequência de uso do clítico cresce à proporção que aumentam os anos de escolarização, atingindo 40% no Ensino Superior.

O trabalho de Freire (2005) também atesta a influência dos anos de escolarização nos usos dos clíticos acusativo e dativo na escrita, mas destaca que essa aprendizagem não se dá sem conflito, visto serem frequentes os casos em que os alunos demonstram inabilidade para o uso da variante prestigiada, o que se revela, por exemplo, no uso do acusativo pelo dativo ou do dativo pelo acusativo.

Fica evidente que, mais do que fazer exercícios de substituição mecânica e classificação do que é certo ou errado na língua, recorrendo a macetes para facilitar a memorização, é preciso possibilitar ao aluno o contato com situações de comunicação em que apareçam as estruturas a serem internalizadas. Isso pode ser feito através do contato com textos de variados gêneros, atividades de produção de textos e de retextualização para atender a diferentes objetivos comunicativos. Dessa forma, o aluno poderá refletir sobre as construções linguísticas e elaborar hipóteses sobre o uso das diversas normas.

Apresentamos a seguir o exemplo de uma proposta pedagógica³⁴ para a abordagem dos pronomes que parte da concepção de ensino de língua a partir do binômio reflexão-uso.

³⁴ Exemplo de proposta extraído de Mollica e Nascimento (2006, p. 232).

O direito à escola é de todos os brasileiros. Nós todos deveríamos lutar contra qualquer tipo de oposição a esse direito, cobrando dos governantes que a gente mesmo colocou no poder um maior investimento na educação de nossa nação.

Retire todas as formas possíveis de se expressar a primeira pessoa do plural utilizadas no texto acima.
O que você percebeu? Há diferenças entre uma forma e outra? Você usaria ambas as formas em quaisquer situações?

Em atividades dessa natureza, o objetivo é tornar o aluno capaz de usar a língua em função das interações comunicativas e permitir-lhe maior conhecimento sobre as suas variedades.

Freitas (1997a, 1997b), atentando para o tratamento dado aos fatos da língua nas gramáticas pedagógicas, organizou um material de reflexão para professores do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, a partir do estudo dos pronomes pessoais-sujeito. Nesse material, a autora destaca a necessidade de se examinar a teoria gramatical, os exemplos em que se baseia e o método de ensino. O primeiro passo é reconhecer a natureza da língua falada e sua variabilidade para, enfim, confrontá-la com as formas prestigiadas. Em relação aos pronomes, Freitas (1997a, 1997b) propõe que se faça a comparação entre o quadro das formas efetivamente usadas, elaborado com base em amostras reais de fala e aquele apresentado nas GTs. Segundo a autora, “o exame de exemplos dos pronomes que aparecem em textos orais podem fornecer elementos para a atualização da definição apresentada [...]” (FREITAS, 1997b, p. 22).

Para mostrar que os esforços na descrição de um quadro pronominal supletivo não tem sido de todo desconsiderada no ensino de línguas, Lopes (2012), em seu já referido estudo sobre a abordagem do sistema pronominal nos livros didáticos, menciona que, embora em doze dos quatorze livros analisados vigore ainda a apresentação do quadro tradicional dos pronomes – sem as formas *você/vocês* e a *gente* –, há materiais que apresentam dois quadros e outros que, nas palavras da autora, “de certa forma, respeitam a diversidade brasileira incluindo *você* ao lado de *tu* como pronome pessoal de segunda pessoa do singular” (LOPES, 2012, p. 120). As mudanças, em termos de material didático, ainda são incipientes e requerem do professor formação adequada para lidar com elas, o que perpassa pela discussão,

nos cursos de Letras e Pedagogia, não apenas dos fatos da realidade linguística, mas de como abordá-los em sala de aula.

3 A FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS DO BRASIL E O CENÁRIO SOCIOLINGUÍSTICO DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Objetivando compreender a realidade linguística santoantoniense inserida no cenário mais amplo do português brasileiro, procuramos, inicialmente, neste capítulo, inventariar as condições sob as quais ocorreu a construção da identidade da língua portuguesa no Brasil. Nosso ponto de partida é a reconstrução da história social e linguística do Brasil dos últimos cinco séculos, a fim de apresentar uma compreensão do que se denomina português brasileiro com base na ideia, tão bem defendida por Lucchesi (1994, 1998, 2001, 2009), de que o contato do colonizador com os aloglotas – os que aqui se encontravam à época da chegada dos portugueses e aqueles trazidos com a crueldade do tráfico negreiro – “é, sem sombra de dúvida, o principal parâmetro histórico para a contextualização das mudanças linguísticas que afetaram o português brasileiro.” (LUCCHESI, 2009, p. 41).

Neste capítulo, também serão apresentados dados que concorrem para reconstruir alguns aspectos do cenário sócio-histórico e demográfico santoantoniense, dentro do Recôncavo Baiano, a fim de que possamos observar suas possíveis influências para a formação da variedade linguística local e chegarmos a uma compreensão mais abrangente do objeto de investigação desta tese.

3.1 O CENÁRIO PLURIÉTNICO E PLURILÍNGUE DA FORMAÇÃO DO PB: PORTUGUESES, ÍNDIOS E AFRICANOS

A definição do Brasil como uma nação multirracial e pluriétnica sempre foi destacada por antropólogos e historiadores que se ocuparam de descrever a formação histórico-social do povo brasileiro e de sua cultura. As matrizes étnicas que compõem o povo brasileiro são muito bem referidas pelo eminente antropólogo e indigenista brasileiro, Darcy Ribeiro, que, na clássica obra *O povo brasileiro: a*

formação e o sentido do Brasil, soube dar o tom certo em sua tentativa de explicar o Brasil:

Surgimos da confluência, do entrechoque e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e com negros africanos, uns e outros aliciados como escravos.

Nessa confluência, que se dá sob a regência dos portugueses, matrizes raciais díspares, tradições culturais distintas, formações sociais defasadas se enfrentam e se fundem para dar lugar a um *povo novo* (Ribeiro, 1970), num novo modelo de estruturação societária. Novo porque surge como uma etnia nacional, diferenciada culturalmente de suas matrizes formadoras, *fortemente mestiçada*, dinamizada por uma cultura sincrética e singularizada pela redefinição de traços culturais delas oriundos. Também novo porque se vê a si mesmo e é visto como uma gente nova, um novo gênero humano diferente de quantos existam. (RIBEIRO, 1995, p. 20, grifos nossos).

Está evidente nas palavras de Ribeiro (1995) que, a despeito da *regência* da matriz europeia no processo de colonização do Brasil, sua cultura não prevaleceu sobre as demais. Antes, deixou-se influenciar por elas. Do ponto de vista linguístico, essa influência é também flagrante, uma vez que a identidade linguística do Brasil foi construída a partir do contato da língua portuguesa com centenas de línguas de cerca de um milhão e meio de indígenas e outras duas centenas faladas por quatro milhões de negros africanos. Se, por um lado, o cenário pluriétnico/plurilíngue e o modelo de colonização que aqui encontrou lugar contribuíram para a implantação generalizada do português como língua oficial e nacional do Brasil, por outro, moldaram os contornos particulares da variedade do português, possivelmente, mais distante da matriz europeia.

Diferentemente de outros países de colonização portuguesa, onde prevaleceu o uso de línguas crioulas ou de línguas locais, no Brasil, o português tornou-se língua materna da maior parte da população, concentrando-se aqui, inclusive, o seu maior número de falantes. Concorreram para essa suposta “vitória da língua portuguesa” em território nacional “[o] extermínio da população autóctone e [a] colonização massiva pelos portugueses desde o século XVI até o século XIX”. (LUCCHESI, 2012, p. 46).

Lucchesi (1994, 1998, 2001, 2009) defende o ponto de vista de que a realidade linguística brasileira é bipolarizada, na medida em que sua construção deu-se, de um lado, a partir de uma elite colonial reduzida, que cultivava os hábitos linguísticos

e culturais da metrópole, e, de outro, a partir das extensas camadas populares, cuja variedade linguística é caracterizada pelo contato do português com as línguas dos aloglotas.

Como sugere Couto (1999), ao se falar em contato linguístico, deve-se levar em conta, em primeira instância, não a estrutura interna das línguas, mas os povos que as utilizam, uma vez que são estes que, objetivamente, entram em contato. Para além disso, completa o autor, convém investigar as línguas por eles faladas e a força (política, econômica, militar, de prestígio) de cada uma delas no contexto mundial (COUTO, 1999). O pensamento de Couto encontra respaldo em Thomason e Kaufman (1988, p. 35, grifos nossos, tradução nossa), para quem: [...] *é a história sociolinguística dos falantes*, e não a estrutura da língua, que é o principal determinante do resultado do contato linguístico. Considerações puramente linguísticas são globalmente relevantes, mas estritamente secundárias³⁵.”

Por esse ponto de vista, está claro que reconstruir a história do PB implica analisar o cenário em que se deu a sua implantação e a atuação dos povos envolvidos: de um lado, o português, que, do século XVI ao XIX, impôs sua ação colonizadora; do outro, a população autóctone, vitimada pelo genocídio, e quatro milhões de negros africanos trazidos como escravos e que se viram forçados a aprender, em situações bem adversas, a língua do colonizador.

3.1.1 O contato entre índios e portugueses e as repercussões linguísticas

O registro feito por Ribeiro (1995), novamente, servirá como fonte para a descrição do cenário sócio-histórico em que se dá a formação da identidade linguística nacional, dessa vez, ressaltando o multilinguismo inicial e generalizado quando do achamento das terras brasileiras: “Eram, tão-só, uma miríade de povos tribais, falando línguas do mesmo tronco, dialetos de uma mesma língua, cada um dos quais, ao crescer, se bipartia, fazendo dois povos que começavam a se diferenciar e logo se desconheciam e se hostilizavam” (RIBEIRO, 1995, p. 20). Como atesta o

³⁵ “[...] it is the *sociolinguistic history of the speakers*, and not the structure of the language, that is the primary determinant of the linguistic outcome of language contact. Purely linguistic considerations are relevant but strictly secondary overall (THOMASON; KAUFMAN, 1988, p. 35)

relato, os povos indígenas, que se encontravam espalhados do litoral paulista até o Rio Grande do Norte, compartilhavam uma relativa unidade linguístico-cultural, na medida em que utilizavam línguas aparentadas pertencentes à família linguística tupi-guarani.

Outros relatos históricos reiteram essa descrição, ao mencionarem que a costa atlântica brasileira, no início da colonização portuguesa, era habitada por cerca de um milhão e meio de índios, segundo as estimativas mais aceitas, os quais, em sua maioria, pertenciam às tribos do tronco tupi³⁶. Ressalvada a fragilidade estatística do dado, Rodrigues (2000) menciona a existência de cerca de 1273 línguas indígenas no território brasileiro no momento do contato entre portugueses e índios, das quais, atualmente, restam cerca de 180, concentradas principalmente na região Amazônica e faladas por cerca de 350.000 índios. Diante de tais dados, como assevera Mattos e Silva (1987, p. 07), “qualificar de glotocida o processo histórico do contacto entre a língua portuguesa e as línguas indígenas brasileiras não se configura nem como exagerado nem como inexato.”

Diferentemente de outros cenários de contato linguístico, no Brasil, os portugueses inicialmente valeram-se das línguas autóctones para implementar, por um lado, a ação escravizadora dos colonos e, por outro, a ação cristianizadora jesuítica, ambas a serviço do empreendimento colonial da Coroa, como é possível entender nas palavras do Padre Manuel da Nóbrega: “Sujeitando-se o gentio [...] terão serviços e vassalagem dos Índios e a terra se povoará e Nosso Senhor ganhará muitas almas e S.A. terá muita renda nessa terra, porque haverá muitas criações e muitos engenhos já que não haja muito ouro e prata”(Manuel da Nóbrega, *Plano Civilizador*, apud EISENBERG, 2000, p. 112 e 239).

O multilinguismo, visto como uma confusão babélica e uma ameaça à propagação da fé cristã, representava um empecilho ao recrutamento dos índios para o trabalho forçado. Como parte da tarefa de propagação da fé e consolidação do império português em terras nacionais, iniciou-se uma política homogeneizadora, instaurada

³⁶ Como assinalado por Mattos e Silva (2006), havia também no litoral índios das tribos do tronco linguístico tupinambá e tupiniquim, ambos da família tupi-guarani. Em pontos distantes da costa, estavam os *tapuia*, que falavam línguas do tronco macro-jê.

pelas missões jesuíticas e sustentada no sistema de aldeamento indígena. Nas aldeias, punham-se em convivência índios de diferentes etnias, que eram forçados a aprender, além da religião, a língua comum, o tupi, que mais tarde viria a ser conhecida como *língua geral*, termo que, segundo Rodrigues (1996, p. 06), designa “determinada categoria de línguas, que surgiram na América do Sul nos séculos XVI e XVIII em condições especiais de contacto entre europeus e povos indígenas”.

O termo *língua geral* recobre, de acordo com Lucchesi (2012, p. 43), uma série de situações: i) a *koiné* empregada na comunicação entre as tribos de línguas do tronco tupi da costa brasileira; (ii) a sua versão como língua franca usada no intercuro dos colonizadores portugueses e indígenas; (iii) a versão nativizada predominante nos núcleos populacionais mestiços que se estabeleceram no período inicial da colonização; e (iv) a versão “gramaticalizada” pelos jesuítas sob o modelo do português e utilizada largamente na catequese, até de tribos de língua não tupi – chamados por estes de *tapuias*, que significa ‘bárbaro’, em tupi.

A imposição da língua geral, criada a partir de outras línguas do tronco tupi, e sua gramaticalização pelo Padre José de Anchieta na *Gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, tiveram consequências aniquiladoras do ponto de vista linguístico-cultural, como destaca Mattos e Silva (1987, p. 08):

a [...] obra representativa da gramática quinhentista favoreceu o desaparecimento de quantas línguas do litoral brasileiro não se sabe, em proveito de um tupi que veio a ser instrumento da difusão da fé e do império e levou para a morte culturas e línguas, uma vez que a [...] Gramática se tornou essencial para a catequese indígena e manual de ensino de uma língua que poderíamos considerar até certo ponto artificial a populações indígenas aloglotas, dominados e aldeados pelo poder leigo e sagrado e que se descaracterizaram culturalmente. Salvaram-se aquelas populações que fugiram, enquanto outras muitas foram liminarmente dizimadas pelas epidemias transmitidas nos primeiros contatos com os homens do Velho Mundo.

Rodrigues (2006) assinala que houve a formação, em momentos distintos, de duas línguas gerais no cenário colonial brasileiro: a *língua geral paulista* e a *língua geral amazônica*. A primeira, formada por volta de 1532, no litoral paulista, foi corrente por cerca de 250 anos na Capitania de São Vicente, tendo se expandido por Minas Gerais, Mato Grosso e outras províncias, com o empreendimento das expedições dos bandeirantes. A segunda, formada no século XVII, a partir da interação entre os

colonos portugueses e os índios tupinambás, desenvolveu-se no Pará e no Maranhão. A *língua geral amazônica* sofreu modificações, passando depois à condição de língua natural – *nheengatu* –, ainda falada, embora sem a hegemonia de outrora, no território da Amazônia brasileira, onde se refugiaram os índios tupinambás afugentados da costa atlântica.

A miscigenação, consequência da união entre homens brancos e mulheres indígenas, nos primeiros anos da colonização, foi responsável pela propagação da língua geral. As primeiras expedições portuguesas eram compostas exclusivamente por homens, o que os levava a se casarem com índias ou manterem relações de concubinato – práticas, inclusive, estimuladas pela Coroa portuguesa para garantir a eficácia do processo de dominação –, e os filhos daí nascidos eram criados pelas mães, que lhes transmitiam a língua tupi. Dessa forma, a língua geral era nativizada, adquirindo estatuto de língua natural.

A língua geral foi a principal forma de comunicação durante três séculos entre índios, negros, afrodescendentes e brancos e, nas palavras de Holanda (1976, p. 90), em *Raízes do Brasil*, foi “de uso mais corrente, em verdade, do que o próprio português”, sobretudo em São Paulo, enquanto na zona açucareira de Pernambuco e Bahia predominava o português. Sobre o uso generalizado da língua geral pela população paulista, é válido lembrar o conhecido relato do Padre Antônio Vieira:

É certo que as famílias dos portugueses e índios de São Paulo estão tão ligadas hoje umas às outras, que as mulheres e os filhos se criam mystica e domesticamente, e a língua que nas ditas famílias se fala he a dos índios, e a portugueza a vão os meninos aprender à escola... (*Obras Várias*, I, Lisboa 1856, p. 249 apud HOLANDA, 1976, p. 88).

As línguas gerais começam a conhecer a sua derrocada a partir da implantação do projeto civilizatório iniciado no século XVIII, que, com a pretensão de livrar os índios de hábitos, segundo o Marquês de Pombal, prejudiciais ao desenvolvimento da Colônia, instituiu o português como língua oficial e proibiu do uso das línguas gerais. Aliado a isso, os ciclos econômicos cumprem um importante papel na difusão do português (já modificado) país afora.

3.1.2 Em cena, africanos e afrodescendentes

A colonização das terras recém-descobertas na América e nas ilhas da Madeira, Canárias e São Tomé e Príncipe trouxe de volta a utilização em larga escala do trabalho escravo, que no Brasil começaria pelo emprego da mão-de-obra indígena e, posteriormente, alcançaria os negros africanos, com o início do tráfico transatlântico.

De acordo com Marquese (2006), a primeira leva de escravos africanos chegou ao Brasil em meados do século XVI e, por ser esta mão-de-obra utilizada em atividades especializadas nos engenhos, custava cerca de três vezes mais que a de um escravo indígena. A vinda de contingentes africanos fazia parte da tentativa de “salvar” o projeto de colonização do Brasil iniciado em 1530 com o estímulo ao desenvolvimento da produção açucareira, o qual, além da ausência de financiamento dos engenhos, esbarrava na dificuldade de recrutamento de mão-de-obra, esta causada pela morte frequente de indígenas, acometidos por moléstias como sarampo e varíola, e pela pressão dos jesuítas contra a escravização dos índios.

Schwartz (1988) destaca um rápido decréscimo da escravidão indígena no Recôncavo Baiano, a qual, em 1574, alcançava 93% dessa população, em 1591, 63% e, em 1639, não havia registro de índios escravizados na região.

Os números de escravos africanos trazidos para o Brasil durante os três séculos de tráfico não são precisos, mas, frequentemente, aceita-se a estimativa de mais de 4 milhões, assim distribuídos ao longo dos anos:

Tabela 06 – Estimativa do número de africanos desembarcados no Brasil entre 1551 e 1870

Período	Número de africanos desembarcados no Brasil
1551-1600	50.000
1601-1650	200.000
1651-1700	360.000
1701-1740	605.100
1741-1800	1.095.200
1801-1830	1.000.400
1831-1850	712.700
1851-1870	6.400
Total geral	4.029.800

Fonte: Adaptado de Alencastro (2000).

É conveniente lembrar que o primeiro censo da população brasileira foi realizado somente em 1872, de modo que os dados demográficos anteriores a esse período são aproximativos e devem ser vistos com cautela.

Em toda a América escravocrata, nenhuma outra região recebeu tantos escravos traficados quanto o Brasil. E foram estes os responsáveis pela concretização do projeto de colonização português, tendo em vista que o pequeno contingente português no século XVI não era suficiente para garantir a ocupação da colônia. A Tabela 07, a seguir, procura sintetizar as estimativas demográficas do período colonial e pós-colonial, evidenciando que os portugueses e a população descendente não passavam de um terço da população brasileira:

Tabela 07 – Demografia geral do Brasil entre 1538 e 1890

Etnias	1538-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros brasileiros	-	20%	21%	19%	13%
Mulatos	-	10%	19%	34%	42%
Branços brasileiros	-	5%	10%	17%	24%
Europeus	30%	25%	22%	14%	17%
Índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Fonte: Mussa (1991, p. 163).

Já de início impressionam os números referentes à população indígena integrada, que, ao longo de todo o período colonial foi drasticamente dizimada. Os africanos e afrodescendentes, a partir do século XVII, passaram a compor o maior contingente da população brasileira, chegando ao índice de 60%, ou mais, entre os anos de 1601 e 1850. A população branca, nesse período, alcança entre 30 e 32%, com crescimento significativo na segunda metade do século XIX, quando chega a 41%, sendo 17% de europeus e 24% de brancos brasileiros. Esse aumento da etnia branca pode ter se dado graças às políticas de branqueamento da população que impulsionavam a imigração.

Os impactos desses dados serão visíveis não somente na formação cultural e na composição étnica da população mas também na formação da variedade linguística falada pelos colonizados. Quanto a esse último aspecto, observa-se que o

crescimento da população escrava e afrodescendente, a partir do século XVII, comprova que foram estes os que mais contribuíram para a formação de um “português geral brasileiro”, conforme se refere Mattos e Silva (2004) para designar o antecedente histórico do português popular.

De acordo com Lucchesi (2009), é possível que os escravos inicialmente tenham mantido contato com a língua geral, mas a redução do contingente indígena favoreceu o contato com a língua portuguesa desde cedo. Hipotetiza-se também a existência de uma língua franca entre os escravos (MUSSA, 1991), mas não há evidências suficientes sobre ela, principalmente porque grande parte dos escravos africanos acabava por aprender o português, apresentando graus diferentes de aprendizagem, conforme sua posição no quadro social: os escravos domésticos, que habitavam a casa dos senhores, tinham maior acesso à língua alvo e acabavam por abandonar a sua língua materna, enquanto os escravos rurais usavam o português na comunicação com o colonizador, mas conservavam a língua materna nas senzalas. A aprendizagem do português dava-se de forma deficiente, uma vez que, segundo Mattos e Silva (2008, p. 395) “o modelo da língua alvo era defectivo, precário para a aquisição da língua dominante politicamente, a portuguesa”.

Lucchesi (2001; 2009) atribui essa aprendizagem imperfeita do português ao processo de *transmissão linguística irregular*, o qual é caracterizado como um processo de aquisição da língua em situação de contato entre falantes de línguas tipologicamente diferentes em decorrência da ação colonialista. Nessas situações, de acordo com a explicação do autor, a língua de superstrato impõe-se aos falantes, em geral adultos, que se veem forçados a adquiri-la, como segunda língua, sob condições adversas. Essa língua já alterada passa a ser o modelo para aquisição da língua materna pelas gerações seguintes.

O português, com as marcas da aprendizagem imperfeita, chegava aos filhos dos senhores, por influência das amas, da mesma forma que estas também o transmitiam aos seus descendentes. E, impulsionada também pela movimentação dos escravos no território, em decorrência dos ciclos econômicos e do tráfico interno, essa variante chegava a diversos espaços geográficos. Com base em informações

de Mattoso (1990 [1979]), Mattos e Silva (2004, p.129-130) traça a movimentação dos escravos no território brasileiro:

Nos séculos XVI e XVII, se concentravam nas lavouras da cana-de-açúcar nas capitanias litorâneas de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Nos séculos XVII e XVIII, transitou grande parte para as áreas de mineração de ouro e de diamantes, nos interiores paulistas, no centro e centro-oeste do Brasil. Do século XVIII para XIX, diminuindo a mineração referida, em boa parte voltam para o litoral do Rio de Janeiro e de São Paulo, onde ocorre novo impulso açucareiro. No século XIX, concentram-se no Vale do rio Paraíba do Sul, em áreas paulistas, do Rio e de Minas Gerais, locais em que se explorou o novo ouro, o café. Acompanhando seus senhores, seguem para a Amazônia, para a exploração de especiarias. Desde o século XVI, se dispersam os escravos e também os indígenas pelas imensas regiões pastoris interioranas, deslocando-se, a partir do século XVII, aos interiores nordestinos. Já no século XIX, deslocam-se segmentos da população para as charqueadas do Sul do Brasil.

Essa mobilidade no espaço brasileiro fez com que o português avançasse pelo território tanto pela boca do colonizador, em sua variedade nativa, como através das variedades defectivas da língua adquiridas pelos escravos e transmitidas a seus descendentes (LUCCHESI, 2009). Ainda conforme opinião de Lucchesi, o retrocesso da língua geral no Brasil pode ser mais bem explicado por esses processos sociodemográficos do que pelo decreto do Marquês de Pombal, que expulsara os jesuítas do Brasil e tornara o português a língua oficial do país.

3.1.3 A industrialização, a urbanização e o papel dos imigrantes na formação do PB

Como reflexo do vigor econômico da colônia, começam a surgir importantes centros urbanos, mas é no século XIX que o Brasil passa a vivenciar algumas transformações urbanísticas e culturais, devido à chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro. A instalação dos 15 mil portugueses fugidos das guerras napoleônicas na Europa tem um forte impacto demográfico no país, com a diminuição, inclusive, da desproporção entre negros e brancos. Linguisticamente, isso significa maior circulação do português normatizado no país e maior acesso da população escrava e afrodescendente à língua-alvo.

As grandes mudanças estruturais na sociedade brasileira, contudo, dão-se como consequência da Revolução Industrial e da expansão do capitalismo no século XIX.

Assim, nesse século, ocorrem o fim do tráfico oficial, em 1831, a abolição da escravidão, em 1888, e a proclamação da República um ano mais tarde, fatos que terão repercussões sobre a situação sociolinguística do Brasil. Com a abolição, os ex-escravos, que não foram absorvidos pelo sistema produtivo de então, deslocaram-se para o interior ou passaram a viver em grupos nas periferias das grandes cidades, conservando as marcas linguísticas advindas da aquisição defectiva do português. Em casos de comunidades isoladas, desenvolveram uma variedade com marcas crioulizantes, como ocorreu em Helvécia, no sul da Bahia, ou línguas francas de base lexical africana.

Segundo Lucchesi (2009), o cenário socioeconômico brasileiro, instalado desde o século XVI, reunia as condições favoráveis para caracterizar o que ele denomina de *polarização sociolinguística*, definida como uma situação em que coexistem, de um lado, o modelo de língua cultivado nos centros urbanos pela elite colonial e pautado na variedade europeia, e, do outro, o português resultante das alterações promovidas pela situação de intenso contato entre línguas diferenciadas.

Entre os anos de 1889 e 1930, durante a República Velha, a expansão da economia cafeeira e a incipiente industrialização favoreceram as migrações internas e externas, estas últimas financiadas pelo governo brasileiro para substituir o trabalho escravo. Conforme assinala Lucchesi (2009), os imigrantes que vieram para o Brasil, em geral, tinham alguma formação, mas, em razão dos problemas econômicos advindos das guerras, inseriram-se inicialmente nas camadas baixas da população, com as quais interagiam linguisticamente e adquiriam o português já com profundas alterações. A rápida ascensão desses grupos levou-os ao contato com outras camadas sociais e, com eles, foram as estruturas do português popular adquiridas em seu contato inicial com a língua. Na mesma medida, os imigrantes também adquiriam traços do português culto. Dessa maneira, como afirma Lucchesi (2001, p. 109-110), “pode-se perceber [...] o caminho através do qual certas estruturas da fala popular penetraram nas camadas médias e altas, implementando as mudanças ‘para baixo’ que se observam no português culto.”

Outro importante aspecto a considerar é que, a partir dos anos 30, como consequência das grandes taxas de migração interna, a sociedade brasileira

evidenciava um padrão cada vez mais urbano. A tendência à ocupação das cidades pelas populações rurais reflete um cenário já desenhado pelos países da primeira e da segunda Revolução Industrial, cuja taxa de urbanização situa-se entre 85 e 95%. Chama a atenção no caso brasileiro a velocidade desse processo – característica dos países de industrialização tardia –, que resultará em uma série de efeitos indesejados para as cidades, como falta de saneamento urbano, de moradia e de ordenamento urbano. Os dados dos censos, expostos a seguir, mostram a evolução da urbanização no Brasil:

Tabela 08 – Evolução da taxa de urbanização no Brasil

Ano	Taxa de urbanização %
1940	31,24
1950	36,16
1960	44,67
1970	55,92
1980	67,59
1991	75,59
2000	81,23
2007	83,48

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil: IBGE, 1997.

A crescente industrialização experimentada pelo país, sobretudo a partir da década de 1970, promove o crescimento da urbanização, com a criação de grandes rodovias, o desenvolvimento dos meios de comunicação e a democratização do ensino básico, apontados como fatores responsáveis pela eliminação das características mais marcantes das alterações advindas do contato entre línguas e pela atenuação da polarização sociolinguística.

O que se nota, portanto, é uma interinfluência entre o português falado pelas camadas mais baixas da população, o português popular, e aquele característico dos segmentos mais escolarizados da sociedade, o português culto. Se, por um lado, a variedade culta recebeu características do português popular, por outro, há uma tendência de mudança deste em direção ao modelo urbano culto – mudança “para cima” –, favorecida pela grande influência exercida pela televisão, pelo rádio, pela integração campo-cidade e mesmo pelo pouco eficaz ensino público.

3.1.4 Os efeitos da escolarização ou da sua ausência

Se, por um lado, a escolarização das camadas não privilegiadas da sociedade atua como fator para a eliminação das características mais drásticas da simplificação linguística promovida pelo contato, por outro, pode-se creditar à precariedade dessa escolarização ou à sua falta, no dizer de Mattos e Silva (2004), a predominância do português popular no Brasil, “o autêntico português brasileiro” na opinião da autora. Seu ponto de vista fundamenta-se no “precário efeito da escolarização na história brasileira e, conseqüentemente, no pouco eficaz ensino da norma padrão”. (MATTOS E SILVA, 2004, p. 130-131).

A história da escolarização no Brasil inicia-se com a chegada dos jesuítas da Companhia de Jesus em 1549, que se dedicaram à construção de escolas e à educação de seus próprios membros e também de leigos. Assim, atendendo à política colonial da época, que visava à propagação da religião católica através do ensino, os jesuítas fundaram escolas de “ler e escrever” em quase todas as aldeias indígenas, além de estabelecimentos de ensino secundário e seminários. Os colégios jesuítas seguiam um programa de estudos essencialmente humanístico, estabelecido pelo *Ratio atque Instituto Studiorum*, a *Ratio Studiorum*, método elaborado pelos jesuítas no século XVI e disseminado pela Europa e regiões recém-descobertas na América. O *Ratio Studiorum* não era apenas um método educacional, mas pretendia promover valores, formas de comportamento social e salvar almas, o que só seria possível por meio da instrução.

Durante os 210 anos em que a Companhia de Jesus esteve no Brasil, os jesuítas formaram sacerdotes para atuar na catequese, educaram filhos de colonos brancos, instruíram índios e até filhos de escravos. O sistema educacional criado não deixava, porém, de ser elitista, uma vez que o acesso à educação letrada nos colégios era restrito à elite colonial, enquanto aos índios reservava-se apenas a instrução necessária para possibilitar a catequese e a propagação da fé católica, ameaçada pela Reforma Protestante na Europa.

Reproduzimos a seguir um trecho de uma das cartas do professor de grego Luís dos Santos Vilhena, endereçadas aos amigos fictícios, Filopono e Patrífilo, no qual o

mestre descreve a situação da educação no Brasil durante o período em que esteve por cá a Companhia de Jesus:

No tempo em que existiam os jesuítas, incumbidos então de todas as escolas menores, tanto em Portugal, como por todos os seus domínios, havia nos gerais do Colégio desta cidade sete classes em que se instruía a mocidade, não só da capital, como de todas as vilas... na primeira das sete mencionadas classes se ensinava gramática portuguesa, desta passavam os meninos a aprender na segunda os primeiros rudimentos da língua latina, estudavam sintaxe e sílaba na terceira classe, da qual passavam para a quarta, onde aprendiam a construção da mesma língua, a retórica, tal qual se ensinava; na sexta filosofia e na sétima teologia moral. (VILHENA, 1969, p. 273-4).

Apesar de a primeira classe ser dedicada ao ensino de *gramática portuguesa*, como nos esclarece o relato, o currículo desses colégios não priorizava o ensino da língua portuguesa, antes voltava-se para o latim, haja vista que a educação jesuítica intencionava formar a elite letrada do país, que, posteriormente, frequentaria a universidade na Europa.

Em 1759, Marquês de Pombal, primeiro-ministro português, atendendo ao espírito do pensamento iluminista europeu e ao propósito de corrigir o atraso de Portugal em relação às grandes nações, expulsa a Companhia de Jesus do Brasil e põe fim ao único sistema de educação existente. Além disso, como já mencionado, proíbe o uso da língua geral na colônia, oficializando o português como língua de ensino. A responsabilidade da educação deixava de ser da igreja e passava a ser do Estado, que instituiu o sistema de *aulas régias*. Foi essa a primeira forma de ensino público do Brasil, efetivamente implantada em 1774, mas pouca alteração aconteceu de fato, uma vez que a educação continuou restrita às classes mais abastadas. De acordo com Houaiss (1985 apud MATTOS E SILVA, 2004, p. 39), a população de letrados no Brasil até o século XVIII não ultrapassaria 0,5%. Ademais, as aulas régias ofereciam um sistema precário de ensino, muito diferente da proposta de educação laica desenvolvida em Portugal.

A partir da Constituição de 1824, a instrução primária passou a ser pública e, em 15 de outubro de 1827, o Imperador promulgou a principal lei referente à instrução primária pública, organizadora do ensino em todo o Império por meio de decreto. De acordo com Santana (2009), durante o século XIX, o Brasil experimentava o ideal de

educação para todos e vivenciava um momento de padronização linguística, difusão e sedimentação da cultura escrita. Pela lei de 15 de outubro, instituiu-se que, em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haveria as escolas primárias que fossem necessárias. Nessas escolas, ensinava-se leitura, escrita, gramática, noções de geometria, as quatro operações e a doutrina católica. A formação dos professores ficava a cargo deles próprios, o que, sem dúvida, contribuiu para o fracasso da implantação dessas escolas. Santana (2009, p. 76) menciona que:

Na segunda metade do século XIX, muitos professores ainda não tinham formação adequada, além disso eram mal remunerados e tinham de assumir as despesas com os locais de trabalho. Por outro lado, os alunos, embora se matriculassem nas escolas, não frequentavam as aulas, e suas famílias não empreendiam esforços para tal fim.

A garantia de educação para todos estabelecida na Constituição do Império, todavia, não chegava aos escravos, que, por não serem considerados cidadãos, não estavam autorizados a frequentar a escola. Somente com a Lei do Ventre Livre, promulgada em 1871, dava-se garantia de educação aos filhos de escravas entregues ao governo. Por essa lei, os filhos nascidos da mulher escrava ficavam sob a responsabilidade do senhor até que completassem oito anos, quando, então, este poderia entregá-los ao governo, mediante o recebimento de uma indenização, ou permanecer com eles, na condição de “libertos”, até a maioridade. Os dados historiográficos revelam, contudo, que a primeira prática era a mais comum, o que nos faz supor que pouquíssimos eram os filhos de escravos que tinham acesso ao benefício da escolarização garantido pela lei.

As informações expostas até agora ratificam a ideia de que o português adquirido pelos escravos, e posteriormente difundido pelo território, não passou por um processo de normatização, dada a sempre conhecida precariedade do sistema educacional brasileiro, conservando, assim, os traços de uma aprendizagem não-regular.

Ainda sobre os dados da escolarização no Brasil, o censo de 1872 (IBGE, 1872) revela que dos 9.930.478 habitantes, 84,2% eram analfabetos. A população escrava era de 1.510.806 e apenas cerca de 0,1% (1.403) sabia ler e escrever. Na passagem do século XIX para o XX, a população brasileira era estimada em

17.438.434 e 65,3% dos indivíduos com 15 anos ou mais não sabem ler nem escrever. O panorama educacional brasileiro começa a se alterar a partir da década de 1960, quando o ensino passou a alcançar as classes menos privilegiadas e antes excluídas desse processo, o que fez com que a norma popular, característica daquelas camadas, adentrasse os muros da escola, atingindo os falantes ditos cultos (MATTOS E SILVA, 2006). A escola, que se pretendia democrática, contudo, não oferecia a qualificação necessária para os novos ingressos. No que tange ao ensino da língua materna, isso se devia à impossibilidade de os

[...] professores [de português] cada vez mais provenientes das chamadas classes sociais populares e com formação docente precária [...] não terem como transmitir o padrão normativo-prescritivo lusitanizante, idealizado para o ensino da matéria, desde a segunda metade do século XIX. (MATTOS E SILVA, 2006, p. 228).

Somem-se a isso os efeitos de uma educação puramente tecnicista preocupada com a memorização de regras gramaticais, que não refletem usos reais da língua, em prejuízo ao desenvolvimento da capacidade comunicativa. A desatenção ao contexto sociolinguístico e o ensino puramente metalinguístico, como ressaltado na seção 2.3, aliados a outras questões, como a desvalorização do professor, acabam produzindo consequências desastrosas para o ensino, como têm revelado os sistemas de avaliação da educação no Brasil. Em 2011, por exemplo, o Índice de desenvolvimento da educação básica³⁷ – IDEB –, que mede, numa escala de zero a dez, a qualidade da educação no país, registrou nota 5,0 para os primeiros anos do Ensino Fundamental; 4,1 para os anos finais do Ensino Fundamental e 3,7 para o Ensino Médio, segundo os dados do Ministério da Educação (INEP, 2013).

Para os mais otimistas, os números podem parecer animadores, tendo em conta que estão acima das metas estipuladas pelo governo, entretanto, num país que ocupa a 8ª posição em índice de analfabetismo, com treze milhões de analfabetos, segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO –, e com outros muitos milhões vivendo uma exclusão intraescolar, ainda não há o que comemorar. Consta, ainda, do relatório da UNESCO que 22% dos

³⁷ O IDEB, criado em 2007, avalia a qualidade da educação com base em dois conceitos: aprovação e média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática. O cálculo é feito a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e as médias de desempenho nas avaliações do INEP, o SAEB e a Prova Brasil.

alunos saem da escola sem dominar capacidades básicas de leitura e 39% não dominam capacidades matemáticas. (UNESCO, 2014).

Para que se compreenda o distanciamento ainda abissal que separa as normas vernáculas/populares e as normas cultas não se pode perder de vista todo o panorama que circunda a educação (ou a sua falta) no Brasil, o qual, indubitavelmente, tem reflexos claros sobre o ensino da língua. Num país tão desigual quanto este, garantir ao indivíduo o conhecimento das variantes socialmente prestigiadas torna-se particularmente importante, sobretudo quando se considera que, além de ser um instrumento de comunicação, a língua é instrumento de poder. Ademais, essa é uma decisão política com implicações para toda a sociedade, conforme assinalam Naro e Scherre (2006), uma vez que

em toda e qualquer sociedade socialmente estratificada, o conhecimento do padrão ou o conhecimento de variedades de prestígio é, de fato, uma ferramenta de afirmação, enquanto o uso de formas não-padrão ou de formas sem prestígio pode conduzir à dominação e exploração econômica. Enquanto esta ampla situação não mudar, **negligenciar as formas padrão ou as formas de prestígio na educação é quase equivalente a negligenciar os próprios falantes das variedades sem prestígio**, no sentido de dificultar a sua inserção no processo produtivo. (NARO; SCHERRE, 2006, p. 236-237, grifos nossos).

Até aqui revisitamos alguns fatos e informações importantes para a compreensão da realidade sociolinguística brasileira, recuperando dados demográficos, históricos e socioeconômicos que compuseram o cenário de formação da língua no Brasil. Considerando que o Recôncavo Baiano, onde se insere Santo Antônio de Jesus, foi, durante o período colonial, uma das áreas produtoras ligada a toda a rede colonial portuguesa, entendemos que a sua história confunde-se com a história do Brasil, de modo que aquilo que até agora dissemos sobre a formação da variedade linguística nacional ecoa no espaço santoantoniense. Julgamos importante, porém, apurarmos mais de perto a realidade de SAJ, a fim de extrairmos informações que possam fornecer esclarecimentos para a compreensão de fatos e atitudes linguísticos que lhe são peculiares.

3.2 SANTO ANTÔNIO DE JESUS NO CONTEXTO DO RECÔNCAVO BAIANO

O município de Santo Antônio de Jesus está localizado a 187 quilômetros de Salvador, por via terrestre, na região do Recôncavo Baiano, precisamente na porção conhecida como Recôncavo Sul. Com uma população de 90.985 habitantes (IBGE, 2010), distribuídos em 259,21 km², SAJ faz limite com os municípios de Varzedo, Conceição do Almeida, Aratuípe, Laje, Muniz Ferreira, Dom Macedo Costa, e São Miguel das Matas.

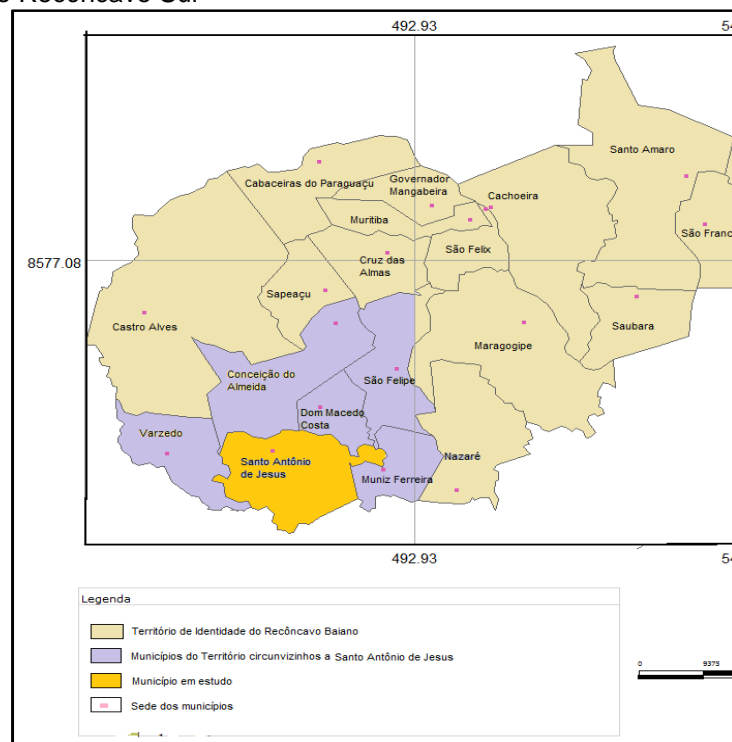
A delimitação da área do Recôncavo não encontra consenso na geopolítica brasileira, fato assinalado por Santos (1998, p. 62), ao afirmar que “o Recôncavo foi sempre mais um conceito histórico que uma unidade fisiográfica”. Se considerada a identidade histórico-cultural, a região do Recôncavo se estenderia por 40 municípios baianos, como lembra Brandão (2007). Nessa perspectiva, consideram-se os seguintes municípios: Amélia Rodrigues, Aratuípe, Cachoeira, Camaçari, Candeias, Catu, Conceição do Almeida, Conceição de Feira, Conceição do Jacuípe, Cruz das Almas, Dias D’Ávila, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Itanagra, Itaparica, Jaguaripe, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Maragogipe, Mata de São João, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Pojuca, Salinas da Margaridas, Santo Amaro da Purificação, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Felix, São Gonçalo dos Campos, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara, Simões Filho, Teodoro Sampaio, Terra Nova, Varzedo, Vera Cruz e Salvador.

A partir da década de 1970, entretanto, dado o interesse cada vez mais crescente do governo federal pela Região Metropolitana de Salvador (RMS), esta região foi excluída da área do Recôncavo Baiano, juntamente com os municípios a norte e a oeste desta. Restaram como parte deste território os municípios ao sul da RMS, acrescentados de 14 municípios ao Sul do Médio Paraguaçu e de parte do vale do Médio Jiquiriçá, alguns já em pleno semiárido e sem maiores afinidades com o Recôncavo”. (BRANDÃO, 2007, p. 55).

A definição da região do Recôncavo altera-se, ao longo do tempo, em função dos ciclos econômicos, fato que se reflete, inclusive, em suas variadas classificações: Recôncavo Canavieiro, Recôncavo Fumageiro, Recôncavo do Petróleo e, atualmente, Recôncavo Sul. De acordo com Santos (1998), tanto as mudanças políticas e econômicas por que tem passado o espaço brasileiro como a complexidade socioespacial da região podem ter contribuído para a dificuldade de

delimitação. Levando em conta a noção de Território de Identidade³⁸, proposta pelo Governo da Bahia, o Recôncavo compreende 20 municípios (Cf. Figura 03) e recobre uma área de 5.221,201 km².

Figura 02 - Localização de Santo Antônio de Jesus no Recôncavo Sul



Fonte: Elaborado por Uelington Peixoto.

3.2.1 Economia e sociedade no Recôncavo Baiano no período colonial e imperial

Considerando que “nenhum espaço urbano consegue se reproduzir de modo isolado” (SANTOS, 1999, p. 14), para que se compreenda a complexidade que caracteriza o desenvolvimento de SAJ, é imprescindível atentar para a sua inserção no contexto regional, o outrora imponente Recôncavo Baiano, um dos espaços de ocupação mais antigos do país.

³⁸ O Governo da Bahia, a partir de 2007, passou a adotar um novo modelo de regionalização, reconhecendo a existência de 27 Territórios de Identidade, cuja definição leva em conta critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos. O Território, nesse caso, “é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial.” (BAHIA, 2014).

O Recôncavo Baiano constitui a primeira área de exploração no Brasil colonial e sua ocupação, ainda no século XVI, foi marcada pela dizimação dos índios tupinambás, que habitavam a região, para a plantação de cana-de-açúcar. A instalação dos engenhos foi grande atrativo para o povoamento da região com a formação das primeiras vilas. Nesse processo de ocupação e exploração do Recôncavo, destacam-se importantes rios, como o Paraguaçu, Jaguaripe e Jequiiricá, que, além de servirem como vias de acesso para o transporte de mercadorias, foram vias de penetração para o interior (OLIVEIRA, 2002) que deram origem a cidades como Cachoeira, Nazaré, Jaguaripe, dentre outras. Segundo Bomfim (2006), no século XIX, além dessas cidades, o Recôncavo contava ainda com os municípios de Candeias, São Francisco do Conde, Santo Amaro, Maragogipe e Aratuípe.

Para remontar ao início do povoamento do Recôncavo, é válido recorrer à descrição de Mattoso (1992, p. 73):

Acompanhados por famílias, agregados, escravos negros e lavradores livres ou obrigados, os senhores de engenho fixaram-se no Recôncavo em grande número: São Francisco da Barra do Rio Sergipe do Conde foi o primeiro de vários núcleos populacionais que então se formaram em torno de capelas pequenas, isoladas e humildes. Em 1659, o povoado contava com 325 fogos (residências) e 2.724 almas, e catorze engenhos tinham se desenvolvido nos seus arredores. São Francisco do Conde recebeu seu foro em 1693, junto com a vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira, que prosperara na margem esquerda do Paraguaçu, por onde passava o caminho que ligava Salvador ao Sertão do São Francisco e que servia como centro comercial para os engenhos de açúcar do Iguape e para as plantações de fumo da região de São Gonçalo dos Campos.

A produção açucareira do Recôncavo era sustentada pela servidão de negros e mestiços, uma vez fracassada a tentativa de escravizar os índios, e reforçava o incipiente capitalismo português, fazendo da província da Bahia a mais próspera de toda a América.

Conforme apontado em Andrade (2011), o Recôncavo Baiano, durante o período colonial, destacou-se por sua importância a) econômica, como área de produção e de abastecimento do mercado interno e externo; b) política, dado que sua importante rede flúvio-marítima estabelecia a ligação com a capital e outras importantes áreas da colônia e c) sócio-cultural, graças à influência cultural da população escrava. A

opulência que caracterizou o Recôncavo de outrora e a sua importância como principal fonte da economia baiana durante o período colonial são sintetizados pelo estudioso americano Schwartz (1988, p. 94 e 120 apud ANDRADE, 2011, p. 07):

[...] O Recôncavo conferiu a Salvador sua existência econômica e estimulou a colonização e o desenvolvimento do sertão; seus senhores de engenho dominaram a vida social e política da capitania por toda a sua história. Falar da Bahia era falar do Recôncavo, e este foi sempre sinônimo de engenhos, açúcar e escravos. [...] Por mais de três séculos, o ciclo da safra [da cana] marcou o ritmo da vida no Recôncavo.

Santos (1998, p. 63), referindo-se à importância do Recôncavo Baiano para o desenvolvimento da economia colonial e do Império, destaca as atividades econômicas que davam sustentação ao sistema capitalista da metrópole europeia:

Os solos pobres do cristalino serviram a culturas alimentares, tanto no norte quanto no sul. Os tabuleiros terciários foram o habitat ideal para o fumo. A série Santo Amaro deu o fôfo massapê, onde há quatrocentos anos se planta incessantemente a cana-de-açúcar. Esta, aliás, em período de maior procura, desbordou seu limite ecológico e avançou por áreas diferentes, sobretudo as da formação São Sebastião, mas tem recuado, conquanto as usinas continuem guardando essas terras como reserva de lenha para suas fornalhas. Salvador presidia a esse espaço, coordenando as suas funções diretoras.

Embora a cana-de-açúcar tenha sido a base da economia colonial, o Recôncavo concentrou outras importantes lavouras, como o fumo, que empregava mão-de-obra livre e era usado como moeda de troca para a compra de escravos. No sul do Recôncavo, cultivava-se mandioca, café, feijão e milho para subsistência. Em Jaguaripe, destacava-se a produção de piaçava, madeira, dendê e coco, além do desenvolvimento de olarias às margens do rio, que lhe davam destaque econômico durante o século XVIII.

O Recôncavo abastecia as atividades comerciais de Salvador com a produção de açúcar, tabaco, farinha e gêneros de subsistência, mas, no final do século XIX, as alterações políticas e econômicas trazidas pela abolição e pela instalação da república afetaram fortemente o desenvolvimento da região, que “perdeu progressivamente sua antiga importância econômica e política, passando a ocupar uma posição marginal nos processos que então marcariam a vida nacional.” (BRANDÃO, 1998, p. 34).

Com o fim do tráfico internacional em 1850, fortalece-se o tráfico interprovincial, que, na opinião de Barickman (2003, p. 60), teve influência sobre a crise da produção açucareira: “[...] a indústria açucareira entra em depressão, desta vez definitiva, ao menos na Bahia, e se traduz muito naturalmente pela continuada transferência de mão-de-obra, que atinge seu máximo entre 1860 e 1874”.

Entre 1872 e 1897, como resultado da nova dinâmica que começava a existir, o Recôncavo assistiu à formação de onze vilas, dentre as quais a Vila de Santo Antônio de Jesus³⁹. Erguida em torno de uma capela construída por Padre Matheus Vieira de Azevedo, pároco de Nazaré, município a que pertenceu até 1880, quando foi elevada à categoria de Vila, SAJ ocupa uma área do Recôncavo historicamente caracterizada pelo desenvolvimento de uma economia de subsistência, além do cultivo de fumo e café e da produção de farinha e material de construção, para o abastecimento de Salvador e pequenas exportações (QUADROS, 2009). Em, 30 de junho de 1891, a Vila é elevada à condição de cidade, passando a se chamar Santo Antônio de Jesus, cuja população, de acordo com o recenseamento de 1872, era de 9.654 habitantes, dos quais 4000 eram escravos.

3.2.2 Urbanização, crescimento econômico e modo de vida em Santo Antônio de Jesus

A aptidão para o comércio já era perceptível desde o surgimento do pequeno núcleo urbano em torno da capela do Padre Matheus, haja vista que em seus arredores desenvolveu-se uma feira livre, na qual eram comercializados, dentre outros produtos, café, milho, feijão e mandioca. Além das atividades comerciais, desenvolveram-se pequenas indústrias de gêneros alimentícios e beneficiamento de produtos agropecuários para exportação. Existiam ainda serrarias, oficinas, alambiques, fábricas de pólvoras, engenhos de açúcar e empresas beneficiadoras de fumo e café, cuja produção era destinada à exportação. Toda a produção era

³⁹ As outras vilas formadas nessa época foram: a Vila da Nossa Senhora da Conceição do Almeida, a Vila de São Vicente Ferrer de Areia, atual Ubaíra, a Vila de Nossa Senhora da Conceição do Curralinho, hoje Castro Alves, a Vila de São Félix, a Vila de Nossa Senhora da Conceição do Sapé, a Vila de Santana do Aratuípe, a Vila de São Francisco do Cajueiro, atual Elísio Medrado, a Vila de São Miguel das Matas, a Vila de Capela Nova de Jiquiriçá e a Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso da Cruz das Almas.

escoada até o porto de Salvador através dos saveiros, mas o crescimento da produção da região do Recôncavo impunha a criação de um sistema de transportes que atendesse com mais eficiência à circulação de pessoas e de mercadorias.

No mesmo ano em que Santo Antônio foi elevada à categoria de cidade, foi inaugurada a ferrovia *Tram-Road*, da qual, durante dez anos, SAJ foi fim-de-linha dos trilhos, fato que garantiu o início de seu processo de urbanização. Santo Antônio faz parte, portanto, da geração de cidades que se desenvolveu pela força do sistema de transporte. A ferrovia facilitou o acesso a Salvador e promoveu, segundo Santos (1998), modificações na hierarquia dos núcleos urbanos da região, haja vista, por exemplo, que Santo Antônio passa a comandar as relações comerciais, o que antes era feito por Nazaré.

A importância da estrada de ferro para o desenvolvimento do município é também apontada por Quadros (2009, p. 19):

Com a *Tram-Road*, o município passou a integrar uma expressiva rede de comércio e de passageiros, fora da área de influência da Estrada de Ferro Central da Bahia, o que o tornava um importante centro de convergência e circulação de pessoas, com vistas a atender às mais diversas necessidades, como o escoamento do café, fumo, açúcar e farinha de mandioca, cereais, madeiras e do minério de manganês. Durante os dez anos em que Santo Antônio de Jesus foi ponta de trilhos, a estrada trouxe prosperidade para o município, que em pouco tempo tornou-se um dos principais centros comerciais da redondeza.

A posição privilegiada de SAJ – entroncamento de estradas e proximidade ao porto de Nazaré – garantia a facilidade no escoamento de sua produção e uma maior influência econômica dentro de sua região. A implantação da *Tram Road* fez de Santo Antônio um importante entreposto comercial, ligando esta cidade a Nazaré, Cruz das Almas, São Félix, Cachoeira, São Roque do Paraguaçu, em Maragogipe, e Salvador, e promoveu o desenvolvimento do comércio e de serviços, para atender à população que passava pela cidade.

Conforme assinala Quadros (2009), a partir de 1940, começa a implantação da malha rodoviária, que configura novos circuitos comerciais e de comunicação. Santo Antônio de Jesus, estrategicamente bem localizada, será beneficiada com um importante crescimento urbano, tornando-se polo de comércio e serviços.

Situado no entroncamento rodoviário constituído pelas rodovias BR-101, BA-026 e BA-046, o município mantém ligação com importantes centros urbanos como Feira de Santana – através da junção da BR-101 com a BR-324 –, e Salvador – através da articulação das BA-001 e 046 com o sistema *ferry boat* e da BR-101 com a BR-324. Mantém ainda conexão, através das BA- 542 e 245, com Valença, na microrregião do Baixo Sul. Essa localização privilegiada, ademais de outros aspectos a serem ainda referidos, confere a Santo Antônio de Jesus a posição de centro financeiro e de serviços da região, com importante influência sobre os municípios limítrofes e outros circunvizinhos. Dessa forma, a cidade passa a ser atrativo para migrantes do campo e da microrregião, apresentando, desde a década de 1970, um crescimento populacional bastante acelerado.

Se Cachoeira e Nazaré, no período colonial, tiveram destaque como pontos de recepção e distribuição de mercadorias, graças à sua localização às margens dos rios Paraguaçu e Jaguaripe, respectivamente, hoje, destacam-se na paisagem regional Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas. Ambas começaram a projetar-se no cenário local a partir de 1970 graças, principalmente, ao desenvolvimento do sistema de transporte, o grande motor do desenvolvimento urbano da região.

Outro fator responsável pela acelerada urbanização de SAJ foi a construção da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, que, nos anos de 1960, viabilizou a energia elétrica para o município, gerando uma intensa transformação social promovida pelo progresso. Acrescentem-se a isso os efeitos da modernização proporcionada pela descoberta do petróleo na Bahia, os quais também se farão sentir em SAJ, sobretudo com a implementação do transporte rodoviário. O município manteve seu crescimento mesmo com a decadência da economia do Recôncavo, o que deve explicar a intensa evolução de sua população urbana nas três primeiras décadas demonstradas na Tabela 09:

Tabela 09 – Indicadores demográficos de SAJ entre os anos de 1970 e 2010

Ano	População			Taxa de urbanização	Densidade demográfica
	total	urbana	rural		
1970	39.726	21.702	18.024	54.63	118.94
1980	46.784	34.613	16.970	67.10	154.44

1991	64.331	52.770	11.428	82.20	254.80
1996	71.932	60.378	11.554	83.94	285.44
2010	90.985	72.271	11.714	87.16	348.14

Fonte: SEI, 2000.

O ideal de urbanização que caracterizava outros espaços brasileiros e fazia rejeitar “o velho” para dar lugar “ao novo”, ao moderno, em SAJ, fez-se evidente com o advento da energia elétrica, o que, de acordo com Souza e Souza (2012, p. 07) é um divisor de águas para o desenvolvimento do município, “pois, além de possibilitar à iniciativa privada o investimento em pequenas indústrias e fortalecer o comércio que já era um dos mais movimentados da região, condicionou modificações decisivas de cenário, de práticas sociais e de hábitos santo-antoniense.”

A cidade brigava para se encaixar nos ideais da modernidade e para isso conclamava os cidadãos a cultivar a ordem, a limpeza e o progresso, como testemunha o relato a seguir, extraído de *O Palládio*, jornal que circulava em SAJ:

Não podem ficar os cidadãos da nossa amada cidade inertes diante dos novos tempos. Uma nova era de progresso se anuncia!! O facho de luz emanado pelos novos ares deve inebriar a todos e lançá-los ao exercício primoroso de construção da ordem pública. [...] se a administração pública faz a sua parte, custeando reformas não é outro o motivo: dar uma feição moderna a esta gleba – já elogiada por seus visitantes. [...] nós também temos que fazer o que nos cabe para que a limpeza, a ordem e o progresso sejam máximas da nossa terra. (O PALÁDIO, 1939, p. 02 apud RANGEL, 2010, p. 25).

Na tentativa de inaugurar um novo modo de vida que renegasse tudo quanto representasse o atraso e o passado, para que a cidade abandonasse seus ares de “grande fazenda”, uma das investidas do poder municipal foi a criação do *Código de Posturas Municipais*, de 1965. Segundo Quadros (2009, p. 67), “sua dimensão coercitiva sugere a coexistência de costumes rurais e citadinos na pequena cidade que começava a urbanizar-se, o que muito desagradava àqueles que queriam imprimir-lhe uma imagem ‘civilizada’”.

O testemunho dessa transformação a que Santo Antônio foi submetida em prol da modernização de suas vias e de sua gente pode ser acompanhada no relato de um morador da cidade:

Seu Gregório, morador do bairro do São Benedito, sempre viveu entre a roça e a cidade. Quando chegou a Santo Antonio de Jesus, vindo de Conceição do Almeida, encontrou muitos sítios e roças, que viu, aos poucos, serem substituídos por ruas e avenidas. Lembra-se do tempo em que o bairro de São Benedito e a Avenida Barros e Almeida, que liga seu bairro ao centro, comportavam chácaras, roças, pastagens e matas que, com o tempo, cederam espaço a casas e ruas, que aos poucos estenderam-se até o pequeno sítio onde ainda reside, na localidade do Casco, próximo à rodovia BA 028, que liga Santo Antonio de Jesus a Nazaré. Teve sua terra cortada pela estrada, tomando-lhe duas tarefas, pelas quais recebeu indenização que, segundo ele “era coisa muito pouca [...], uma bagatela”, que não cobriu as “benfeitorias de bananeiras, manga, jaqueiras suprimidas. (QUADROS, 2009, p. 68-9).

É, ainda, *Seu Gregório* quem nos apresenta o cenário santoantoniense marcado por elementos rurais, antes da chegada do progresso:

Quando cheguei pra aqui só tinha um carro. Era desse [...] Sinval Martim. Tinha também Irineu, mas vinha de Cruz das Armas com caminhão, fazia linha né. O pessoal viajava tudo no carro dele do Armeida, de Sapé tudo pra aqui. [...] Tinha estrada, agora era cascalho [...] quando chovia tinha lugar que o carro não passava. Argum que tinha bicicleta, era pouquinha mesmo. [...] o povo não tinha dinheiro pra comprar [...] o povo era muito fraco. (Depoimento de um morador da cidade apud QUADROS, 2009, p. 69).

O crescimento urbano acelerado veio acompanhado de inúmeras benesses, que não chegaram para todos, como a geração de serviços, emprego e renda, mas também tornou visíveis problemas de infraestrutura urbana, como a carência de moradia. No que concerne à organização social da cidade, houve a ampliação dos espaços femininos, e as mulheres foram, paulatinamente, inserindo-se no mercado de trabalho, exercendo ocupações de ganhadeira, vendedora nas barracas da feira, professora, costureira, bordadeira, parteira.

Atualmente, SAJ é considerada uma cidade de médio porte no interior da Bahia. Sua economia é sustentada pela oferta de serviços e pelo dinâmico comércio, que atrai comerciantes e compradores das cidades circunvizinhas e até de outras áreas do estado e do país. A rede comercial do município é composta de grandes e pequenas lojas, galerias e um *shopping center*. Além disso, o município conserva, como atividade econômica das áreas rurais, a pecuária e a agricultura de subsistência, desenvolvida desde o século XVII. A feira livre, que na década de 1960 foi retirada da Praça Padre Matheus para uma área mais afastada da cidade, é uma das atividades comerciais mais importantes do município, funcionando não apenas como espaço de compra e venda de produtos mas também como espaço de sociabilidade, onde o homem do campo e o da cidade se encontram.

Quadros (2009, p. 24), ao observar os impactos da urbanização em SAJ, destaca que, ainda que “esse espírito de modernidade possa ter motivado alguns projetos do poder público local, a cidade carregava sua própria temporalidade.” Segundo a autora, a população não se identificava com as mudanças e não pretendia romper com os seus costumes de forma abrupta. A cidade, recentemente urbanizada, vivenciava a dualidade entre a tradição e o moderno: este representado pelo calçamento, pelo automóvel, pela energia elétrica e pela micareta, descrita como “a nota elegante que invade nossas ruas, dando sinceras provas do gosto pelas coisas modernas” (O PALÁDIO, 1934, p. 01 apud RANGEL, 2010, p. 25); aquela, visível na feira livre, na figura dos trabalhadores da farinha e nos trilhos, que outrora representavam a modernidade.

Justificando seu *status* de cidade mais importante do Recôncavo Sul, SAJ atende às demandas dos municípios vizinhos também no que concerne a saúde e educação. No primeiro caso, para atender às necessidades de consultas, exames e internamentos, a cidade dispõe de várias clínicas médicas particulares, postos de saúde, uma maternidade pública e o Hospital Regional, inaugurado em 2011. No segundo, oferece vagas tanto no Ensino Superior como em sua rede de Ensino Fundamental e Médio.

Segundo dados do Censo Educacional (INEP, 2012), a rede educacional básica de SAJ conta com 73 escolas de pré-escolar, sendo 38 municipais e 35 privadas; 82 escolas de Ensino Fundamental, sendo 49 públicas e 33 privadas; 7 escolas de Ensino Médio, das quais 3 são públicas e 4 privadas. As vagas ofertadas nesses estabelecimentos de ensino podem ser observadas na Tabela 10 a seguir:

Tabela 10 – Vagas ofertadas na rede de ensino básico de Santo Antônio de Jesus

Nível de Ensino	Nº de estabelecimentos	Nº de matrículas
Pré-escolar	73	2.651
Fundamental	82	14.610
Médio	7	3.506
Total	162	20.767

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012.

No sistema de ensino de SAJ, destacam-se, ainda, duas universidades públicas: a Universidade do Estado da Bahia – UNEB – e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. A UNEB, instalada na cidade desde 1984, oferece seis cursos de graduação – Letras/Língua Portuguesa, Letras/Língua Inglesa, Letras/Língua Espanhola, História, Geografia e Administração – além de dois cursos de Mestrado – História Regional e Local e Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS). A UFRB foi inaugurada em 2006 e conta com os cursos de Enfermagem, Nutrição, Psicologia e Bacharelado Interdisciplinar em Saúde.

A sócio-história de Santo Antônio de Jesus bem como as redes de relações estabelecidas entre os seus habitantes nos levam a sugerir que a variedade linguística desse município guarde marcas conservadoras do português, entendidas aqui como a manutenção de características linguísticas desenvolvidas nos primeiros séculos da colonização. Contudo, não perdemos de vista que a urbanização e a industrialização, e todos os fatores decorrentes desses processos, têm afetado esse conservadorismo no Brasil como um todo. Nas palavras de Lucchesi (2001):

[...] já há algumas décadas, o Brasil é um país eminentemente urbano, cujas grandes metrópoles exercem uma profunda e extensa influência sobre as demais regiões. Essa influência cultural e linguística passa pela enorme expansão da malha rodoviária, pelo vertiginoso desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e pela massificação do ensino básico, em que pese toda a precariedade do sistema de educação pública. Assim, configura-se a tendência da mudança do português popular em direção aos modelos da norma culta, que atingem e influenciam as camadas mais baixas da população através da televisão, do rádio ou pelo contato direto, ou mesmo através do precário sistema de ensino. (LUCCHESI, 2001, p. 107).

Dada a integração entre campo e cidade bem evidente no município, podemos supor que o comportamento linguístico da comunidade investigada neste trabalho estaria no meio do contínuo rural-urbano proposto por Bortoni-Ricardo (2004). Segundo esta autora:

Os grupos rurbanos são formados pelos migrantes de origem rural que preservam muito de seus antecedentes culturais, principalmente no seu repertório linguístico, e as comunidades interioranas residentes em distritos ou núcleos semi-rurais, que estão submetidas à influência urbana, seja pela

mídia seja pela absorção da tecnologia agropecuária. (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 52)

Os novos costumes e comportamentos que passam a compor a paisagem de SAJ rompem com a relação dicotômica campo *versus* cidade e podem ser mais bem interpretados sob a ótica do *continuum* socioespacial rural-urbano, tendo em vista que os limites entre esses dois espaços tornam-se cada vez mais difusos, dada a expansão do tecido urbano sobre a zona rural e, da mesma forma, pela manifestação do espaço urbano como uma extensão do rural. Os efeitos da urbanização, portanto, não se restringem ao espaço da cidade e este, numa inter-relação, também não deixa de guardar as influências das relações sociais que permeiam a vida dos seus novos moradores vindos do campo.

3.3 ASPECTOS LINGUÍSTICOS DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Como informamos em outros momentos deste texto, a fala santoantoniense já foi objeto de observação de algumas pesquisas. Tais estudos desenvolveram-se especialmente no âmbito do *Projeto Vertentes do Português Popular do Português do Estado da Bahia*, cujo objetivo é traçar um panorama sociolinguístico do português popular da Bahia, considerando a relevância do contato entre línguas na sua formação histórica e os processos atuais de difusão linguística a partir dos centros urbanos. Nesta seção retomaremos alguns resultados evidenciados nesses trabalhos (ANTONINO, 2007; MENDES, 2009; ASSIS, 2010) na tentativa de apresentar, de maneira aproximada, uma caracterização linguística dessa comunidade, no que diz respeito a alguns aspectos morfossintáticos. Vale ressaltar que tais estudos não tratam exclusivamente da variedade linguística de SAJ, antes a consideram em contraste com outra variedade do português popular do interior da Bahia (Poções).

Informamos que foi testada a interferência de fatores linguísticos nas análises realizadas, mas demos preferência apenas à exposição dos resultados dos fatores sociais, uma vez que nos interessa a inserção dos fenômenos na estrutura social da comunidade.

Antonino (2007) analisou a concordância de gênero e número em estruturas passivas e de predicativo do sujeito (*as coisa estão **cara** ~ **caro**; a criança não foi **atendida** ~ **atendido***) com base em amostras de Santo Antônio de Jesus e Poções. Ao todo, a autora analisou 48 entrevistas, sendo 24 de cada município, as quais se distribuíram igualmente entre falantes urbanos e rurais. O percentual de variação desse fenômeno é bastante baixo, tendo em vista que a frequência registrada para a aplicação da concordância foi de 96%, o que sugere, de acordo com a autora, que o não uso da regra tenha sido mais evidente no passado.

A ausência de dados sobre esse fenômeno em variedades urbanas do PB, que, para a autora, é um indicativo da inexistência de variação significativa, aliada à frequência de não-concordância em torno de 20% em comunidades isoladas e ao resultado obtido em seu estudo, constituem de acordo com Antonino (2005), evidências de que se pode tomar o fenômeno em questão como uma característica resultante do processo de transmissão linguística irregular. Em síntese, “quanto mais intensa for a relação da comunidade de fala com o contato entre línguas, maior o nível de variação que se observa atualmente no uso das regras de concordância nominal e verbal” (ANTONINO, 2005, p. 96).

Antonino controlou a atuação de fatores sociais como *sexo, faixa etária (25 a 35 anos, 45 a 55 anos e acima de 65), escolaridade (analfabetos e semianalfabetos), localidade de procedência do falante (rural ou urbana) e estada fora da comunidade (por, no mínimo, seis meses)*, mas na análise estatística para a concordância de gênero foi considerada relevante apenas esta última. Assim, o estudo demonstrou que os falantes que passaram mais de seis meses fora da comunidade lideram o processo de mudança em relação à recuperação da concordância padrão. A autora atribuiu esse resultado ao contato dos falantes com outras realidades linguísticas.

As demais variáveis, embora sem significância estatística, foram discutidas pela autora. Para a variável *faixa etária*, foi observado que os falantes mais jovens (faixa 1 – 25 a 35 anos) realizam mais a concordância de gênero, o que é justificável, tendo em vista que esse grupo tem maior contato com a escolarização. Em relação à variável *sexo*, era esperado que os homens residentes na zona urbana se aproximassem mais da aplicação da regra padrão da concordância nominal de

gênero, uma vez que, segundo o estudo, apresentariam maior inserção em ambientes em que esse uso é requerido, a exemplo do ambiente escolar, mercado de trabalho e centros urbanos. Entretanto, os resultados evidenciaram que as mulheres lideram o processo de mudança em relação à concordância de gênero. Acreditamos que o processo de urbanização, sobre o qual falamos anteriormente, aliado ao fato de que as mulheres começam a exercer novos papéis sociais, possam explicar esse resultado.

A análise estatística não considerou relevantes também a escolaridade e a procedência geográfica do falante, demonstrando, nesse último caso, que a integração, cada vez mais frequente, entre as populações urbana e rural dos municípios pode estar interferindo na realização da concordância de gênero e diminuindo as diferenças.

Quanto à variação na concordância de número em estruturas passivas e predicativas, o estudo de Antonino (2005) apontou a ocorrência de aplicação da regra de plural em apenas 4% do total de 307 ocorrências analisadas. A autora compara esse resultado à frequência de 1% registrada por Lucchesi (2008) para comunidades isoladas e a 46% registrados por Scherre (1991) em dados do Rio de Janeiro, de modo que é possível reforçar a existência de uma polarização linguística no português brasileiro.

Na correlação do fenômeno com a variável *faixa etária*, a autora observou que os falantes mais jovens – 25 a 35 anos – são os que mais realizam a concordância de número, o que, segundo ela, pode significar um processo de implementação da variante liderado por esse grupo de falantes.

Antonino (2005) compara os resultados de seu estudo com aqueles obtidos por Scherre (1991), que detectou um processo de variação estável, caracterizado pelo favorecimento da norma no grupo etário intermediário e desfavorecimento desta entre os falantes mais jovens e mais velhos. A partir dessa observação, Antonino (2005) sugere que seu estudo reafirma a hipótese da polarização sociolinguística do PB, uma vez que os falantes do interior do país estariam ainda caminhando para a

implementação da regra de concordância nominal de número, ao passo que os falantes de centros urbanos tendem a manter o padrão.

A análise da interferência do sexo confirma o resultado já apontado para essa variável no estudo da concordância de gênero, no que diz respeito ao fato de que os novos papéis sociais femininos, advindos da emancipação da mulher, estão influenciando em um maior uso das formas padrão por esse segmento social. Em termos quantitativos, detectou-se a frequência de 8% entre as mulheres e apenas 1% entre os homens.

As variáveis *estada fora da comunidade, escolaridade e procedência geográfica do falante* não foram consideradas relevantes na análise estatística, mas Antonino (2005) apresenta algumas considerações sobre elas. De acordo com a autora, os falantes que estiveram fora da comunidade por, no mínimo seis meses, tendem a apresentar maior uso das marcas de plural em estruturas passivas e predicativas, com 7% de frequência em oposição a 1% dos que nunca se ausentaram da comunidade, ou o fizeram em um intervalo menor do que seis meses. Em termos de escolaridade, a autora credits a não interferência dessa variável ao fato de os falantes pesquisados, que são analfabetos ou semianalfabetos, terem tido pouco acesso à educação formal. Quando feita a correlação da variável dependente com a origem geográfica do informante, foi detectado que os falantes da zona urbana usam mais a marca formal de número do que os residentes na zona rural.

Com base no mesmo *corpus* utilizado por Antonino (2005), Mendes (2009) buscou descrever a morfologia flexional de casos dos pronomes pessoais, definindo como variantes *o uso do pronome flexionado (ele gosta de mim)* *o uso do pronome não flexionado (ele gosta de eu)*. A autora informa-nos que a sua análise variacionista será limitada à 1ª e a 2ª pessoas do singular, tendo em vista que, para as demais pessoas, predominam as formas não flexionadas em todas as funções sintáticas; em outras, palavras quase inexistente a variação.

As frequências registradas para o uso de formas não flexionadas foram 91% e 59%, respectivamente, para a 1ª e a 2ª pessoa. A autora adverte-nos que na segunda pessoa, a maior parte das estratégias de complemento verbal e adverbial é

construída com o pronome *você*, que não constitui variantes estigmatizadas, uma vez que o traço nominal desse pronome *lhe* permite figurar em diversas posições sintáticas. Assim, foram eliminados da análise também os dados de segunda pessoa.

Do total de 1127 ocorrências consideradas, 9% correspondem ao uso de formas não flexionadas e 91% de formas flexionadas. De acordo com Mendes (2009), esse resultado é semelhante ao que se encontrou para o português afro-brasileiro. A autora menciona que, ainda que a frequência da variante de prestígio seja elevada, reforça a hipótese da polarização linguística do PB, visto que, nos dados de norma culta, essa variante praticamente inexistente. Mendes (2009) estudou a interferência dos mesmos fatores sociais estudados por Antonino (2005), acrescidos do grupo de fatores *discurso laico/religioso*.

Na correlação com os fatores sociais, foi verificada a relevância das variáveis *discurso laico/religioso* e *localidade*. No primeiro caso, ficou constatado que, no discurso de cunho religioso, o falante tem maior probabilidade de recorrer a variantes padrão – *pronome flexionado* –, tendo em vista o seu caráter mais conservador. No segundo, verificou-se que a variante padrão apresenta maior produtividade entre os falantes oriundos da sede dos municípios. Para Mendes (2009), este resultado está em conformidade com a ideia de que há um *continuum* e os falantes do português popular da sede dos municípios pesquisados ocupam uma posição mais próxima à das variedades urbanas culta e semi-culta do PB. A autora afirma ainda que “as redes de relações sociais que caracterizam essas localidades influenciam nos seus comportamentos lingüísticos, uma vez que as zonas rurais com *alta densidade* e rede de relações *multiplex* apresentam um alto grau de coesão interna, sendo, portanto, menos sensível às influências externas, e conservando os padrões mais arcaicos de comportamento social e lingüístico da comunidade” (MENDES, 2009, p. 106).

As variáveis *sexo*, *estada fora da comunidade*, *faixa etária* e *escolaridade* não apresentaram relevância estatística no estudo; entretanto, são apresentadas algumas considerações sobre elas. Diferentemente do que Antonino (2007) constatou, o estudo de Mendes revela que os homens apresentam um padrão de

comportamento mais voltado para a escolha das formas padrão. A autora atribui esse desvio em relação ao que comumente é verificado para os estudos centrados em comunidades de fala urbana à inserção masculina no mercado de trabalho ou ao seu deslocamento para grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida. O resultado encontrado por Mendes (2007) traduz o comportamento habitual de comunidades rurais, onde as variantes prestigiadas provêm de fora da comunidade, a partir do contato com os centros urbanos, e as mulheres, que têm círculo social mais restrito, estão menos expostas a essas formas.

Os resultados para a variável *estada fora da comunidade* sugerem que os falantes que se ausentaram da comunidade por pelo menos seis meses apresentam maior propensão à escolha das formas flexionadas do pronome, enquanto os que nunca saíram da comunidade mostram-se mais resistentes às influências externas. Em relação à faixa etária, as frequências registradas foram: 90% de realização da forma flexionada do pronome, na faixa I, 91%, na faixa III, e 93%, na faixa II. A variável *escolaridade* nesse estudo revelou que há uma tendência de os falantes semialfabetizados fazerem uso das formas flexionadas, ao contrário dos analfabetos, entre os quais prevalecem as formas não-flexionadas.

Assis (2010), também no âmbito dos estudos do Projeto Vertentes, investigou a regência variável dos verbos de movimento no português popular do interior da Bahia, considerando também dados de Santo Antônio de Jesus e Poções. Nesse estudo, a princípio foram tomadas como formas variantes as preposições *a* (vou à cidade), *para* (vou *para* a cidade), *em* (vou *na* cidade), *até* (eu fui *até* a feira), todavia, dado o baixo número de ocorrências de *a* e *até* no *corpus*, o que demonstra que tais formas não fazem parte da gramática dos falantes pesquisados, foram consideradas apenas as preposições *para* e *em*. Das 1.356 ocorrências levantadas, 787 correspondem ao uso da preposição *para* – 58% do total –, e 569 da preposição *em* – 42% do total. Além de variáveis linguísticas, a autora controla a interferência das variáveis *sexo*, *faixa etária*, *escolarização* e *estada fora da comunidade*, cujos resultados retomaremos a seguir.

No estudo da variável *faixa etária*, Assis (2010) detectou que a forma inovadora na comunidade – a preposição *para* – é predominante entre os falantes mais jovens, ao

passo que, nas faixas 2 e 3, predomina o uso de *em*, variante mais estigmatizada. A autora observa que seus resultados contrastam com os de Ribeiro (1996), que, tomando para análise dados de norma urbana culta, revela a implementação da preposição *em* entre falantes mais jovens, especialmente os do sexo masculino. Mollica (1998) também indica, de acordo com Assis (2010), igual tendência de mudança para a norma urbana semi-culta. A comparação entre os estudos, colocando de um lado a norma urbana culta e semi-culta, com a implementação da preposição *em*, e, de outro, a norma popular do interior do país, com a implementação da preposição *para*, confirmam, de acordo com Assis, o cenário de polarização sociolinguística do Brasil. Na correlação da variável dependente com o sexo do informante, verificou-se o predomínio da variante inovadora *para* na fala dos homens, enquanto as mulheres demonstram usar a preposição *em*. De acordo com Assis (2010, p. 120),

Esse perfil mais conservador da variante *em* pode refletir o passado de contato entre línguas dessas comunidades. Ou seja, no passado os complementos locativos deveriam ser regidos por uma única preposição, no caso o *em*, na sua forma fonética CV *ni*. Com o tempo, a preposição *para* foi sendo introduzida na comunidade.

Em relação à interferência da comunidade de que provém o falante – Santo Antônio de Jesus e Poções –, ficou evidenciado que Poções revela maior tendência ao uso da variante conservadora *em* em oposição ao aspecto inovador de SAJ. Assis (2010) sugere que o comportamento linguístico dos santoantonienses está relacionado ao fato de ser a cidade um polo comercial abastecedor da região e, portanto, “o processo de difusão da variante inovadora, a partir dos grandes centros urbanos, atinge inicialmente os centros urbanos mais próximos e mais integrados economicamente, para depois alcançar os pequenos centros urbanos, mais distantes e economicamente mais atrasados.” (ASSIS, 2010, p. 121).

Quando comparados os estudos de Antonino (2007), Mendes (2009) e Assis (2010), podemos sugerir algumas observações sobre o comportamento linguístico do interior da Bahia, representado pelas comunidades rural e urbana de Santo Antônio de Jesus; todavia, adiantamos, não há padrões de comportamento fixos, uma vez que é necessário considerar a dinâmica de cada comunidade.

Os estudos aqui apresentados reforçam a hipótese da polarização linguística do PB. Mesmo quando apontam que a frequência de uso das variantes não estigmatizadas suplanta a das formas estigmatizadas, é preciso considerar que o emprego das formas desprestigiadas é muito menor nas variedades cultas. Quanto à análise dos fenômenos morfossintáticos em correlação com a variável *sexo*, é notória a impossibilidade de estabelecer um padrão de comportamento linguístico para homens e mulheres, uma vez que, no estudo de Antonino (2007), as mulheres mostraram-se mais propensas à realização da concordância, ao passo que nos estudos de Mendes (2009) e Assis (2010), os homens demonstraram predileção pelas formas não estigmatizadas.

É preciso levar em conta que os estudos consideraram falantes de procedência rural e urbana, que, em geral, têm comportamentos linguísticos diferentes. Na observação da *faixa etária*, vimos que os falantes mais jovens deram preferência às formas menos estigmatizadas, comportamento que pode estar relacionado ao maior contato que esses falantes têm com a escola ou mesmo com a mídia. A variável *estada fora da comunidade* também revelou uma tendência semelhante nos três estudos: os falantes que se ausentaram da comunidade demonstram predileção pelas formas não estigmatizadas.

4 O MODELO TEÓRICO: A TEORIA DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

O objeto de estudo deste trabalho é a realização variável dos complementos acusativos e dativo em referência ao interlocutor, observada em situações reais de interação em uma comunidade de fala: Santo Antônio de Jesus, na Bahia. O modelo teórico mais apropriado para tratar de um fenômeno como este é o da Teoria da Variação, ou Sociolinguística Variacionista (LABOV, 1994, 2008 [1972]; WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]), iniciado por William Labov, nos Estados Unidos, uma vez que dispõe de um aparato teórico-metodológico capaz de evidenciar que as escolhas linguísticas feitas pelos falantes seguem regras e têm uma lógica perfeitamente demonstrável.

Neste capítulo, apresentam-se os conceitos básicos desse modelo, os quais, posteriormente, subsidiarão a análise do fenômeno proposto para estudo.

4.1 DE ONDE PARTE O OLHAR DO SOCIOLINGUISTA: O PRINCÍPIO DA HETEROGENEIDADE DA LÍNGUA E A ESTRUTURA SOCIAL

Como relembra Possenti (2000), o fato de que as línguas estão em permanente mutação é uma verdade indiscutível, sobre a qual não pode haver dúvida. Assim, em diferentes épocas, esse caráter inexorável da mudança linguística esteve presente na consciência de muitos daqueles que se dedicaram a reflexões e estudos sobre a linguagem humana. Saussure (2006 [1916], p. 91), apesar da opção pelo corte metodológico que relegaria ao esquecimento o estudo da fala, traduziu bem esse pensamento ao afirmar: “o tempo altera todas as coisas; não existe razão para que a língua escape a essa lei universal”.

A própria criação da Gramática Tradicional como instrumento homogeneizador reflete esse ponto de vista. Foi a consciência de que as línguas se transformam que guiou o gramático hindu Panini, há cerca de 2000 a.C, no estabelecimento de regras para assegurar a conservação dos textos sagrados escritos em sânscrito, e, tempos depois, Dionísio de Trácia, em sua *Téchne grammatiké (Arte da gramática)*, na busca por estabelecer um modelo de língua acima das diferenças regionais e sociais que o grego assumiu durante a expansão do império de Alexandre.

Em verdade, um olhar atento sobre os usos linguísticos de uma comunidade ou de um grupo social é capaz de evidenciar que, diferentemente da imagem de objeto imutável, pronto, a serviço dos falantes, que a alguns interessa manter, a língua está em constante estado de evolução, sendo construída e reconstruída na interação entre os seus utentes. Tal concepção foi solidamente defendida pelo linguista romeno Eugênio Coseriu, para quem: “A língua muda justamente *porque não está feita*, mas faz-se continuamente pela atividade lingüística” (COSERIU, 1979, p. 63, grifo do original).

O princípio da heterogeneidade repousa no entendimento de que, sendo instrumento de interação, a língua está intimamente ligada à cultura e à história social do grupo que a utiliza ou, nas palavras de Borges Neto (2004), “não ‘páira’ sobre a sociedade, mas está presente nela e com ela se confunde” (BORGES NETO, 2004, p. 19). Resulta daí que as escolhas linguísticas de uma comunidade refletem elementos de sua cultura, de suas experiências históricas e de sua organização social.

As alterações do quadro pronominal do português – assunto de interesse deste texto – refletem sobremaneira como a configuração do contexto histórico-social pode

determinar hábitos linguísticos e a própria mudança linguística. A inserção das formas nominais de tratamento associadas ao possessivo e combinadas com o verbo na terceira pessoa – *Vossa Mercê, Vossa Senhoria, Vossa Excelência, Vossa Majestade* – para tratamento da realeza portuguesa, a partir do século XV, em lugar do arcaico e popularizado *vós*, atendia ao desejo de se manter a diferenciação hierárquica entre a figura do rei e a burguesia recém-surgida. De acordo com Rumeu (2008), diante da reestruturação da sociedade portuguesa, as novas relações interpessoais daí decorrentes deveriam também ser demarcadas do ponto de vista linguístico, de modo que as formas de tratamento respeitadas evidenciassem a soberania do rei.

As formas nominais de tratamento da nobreza foram instituídas em Portugal por Felipe I, em 1597, na *Provisão del Rei Sobre o estilo e modo de falar e escrever*. De acordo com a legislação, o uso de *Vossa Majestade* era destinado ao casal real, *Vossa Alteza* aos Príncipes, Princesas e seus sucessores, *Vossa Excelência* aos sucessores dos Infantes e ao Duque de Bragança e *Vossa Senhoria* ao Clero e autoridades do Império Português.

A concepção de língua como comportamento social, conforme ilustrado na descrição anterior, constitui a orientação ideológica da *Sociolinguística Variacionista* ou *Teoria da Variação*, modelo teórico de descrição e análise dos fenômenos linguísticos, inaugurado por William Labov na década de 1960, dando continuidade ao pensamento da Antropologia Linguística de Franz Boas, Edward Sapir e Benjamin L. Whorf.

Franz Boas (1858-1942), iniciador da Antropologia linguística, opôs-se ao *determinismo linguístico*. A partir de seus estudos sobre línguas ameríndias, evidenciou que o modo como as línguas categorizam a realidade é arbitrária. A ausência de um determinado signo para expressar um conceito em determinado grupo social revela que tal conceito é dispensável para aquela cultura e nada tem a ver com deficiência cognitiva. Franz Boas influenciou importantes linguistas como Edward Sapir e Benjamin L. Whorf.

Sapir defende a relação entre língua e sociedade, afirmando que a estrutura linguística determina o pensamento. Whorf, discípulo de Sapir, desenvolveu um

importante estudo sobre as noções de *tempo* e *espaço* na língua hopi, tribo americana, destacando que, diferentemente das línguas indo-europeias ocidentais, seus falantes conseguiam verbalizar em uma única expressão tais relações. Em suas observações, Whorf concluiu que há uma relação sistemática entre a língua e a maneira como os falantes entendem o mundo: as estruturas que os falantes têm à disposição condicionam a sua visão sobre o mundo. Essa ideia ficou conhecida nos estudos linguísticos como hipótese Sapir-Whorf.

Labov desenvolveu importantes estudos no campo fonético-fonológico em que procurou demonstrar a relação não casual entre variação/mudança linguística e fatores sociais. Embora não aceite inteiramente a hipótese Sapir-Whorf, advoga que o comportamento linguístico dos falantes mantém estreita relação com a cultura em que estão inseridos, como demonstrado em seus clássicos estudos: *The social stratification of English in New York city*, em 1964, sobre a estratificação social do inglês da cidade de Nova Iorque e, em 1966, sobre a realização dos ditongos [ay] e [aw] na Ilha de Martha's Vineyard, em Massachusetts. Dentre as considerações labovianas, lê-se que:

[...] não se pode entender o desenvolvimento da mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre. Ou, dizendo de outro modo, as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de ponto remoto no passado, mas como uma força social imanente agindo no presente vivo (LABOV, 2008 [1972], p. 21).

No texto fundador *As dimensões da Sociolinguística*, publicado, em 1966, como introdução às atas do congresso organizado por William Bright, dois anos antes, na Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA) – do qual participaram nomes como John Gumperz, Dell Hymes, John Fisher, William Labov e José Pedro Rona –, encontra-se definido o escopo da corrente estadunidense: a *diversidade linguística*. Como sublinha Bright (1974, p. 18), a atenção volta-se para o significado social das estruturas linguísticas, uma vez que “uma das maiores tarefas da sociolinguística é mostrar que a variação ou a diversidade não é livre, mas [...] correlata às diferenças sociais sistemáticas.”

Por esse ponto de vista, fica patente que, para determinar as semelhanças e diferenças na configuração do fenômeno linguístico investigado na variedade do

português sob análise neste trabalho, não se pode prescindir do olhar sociológico. É necessário, então, considerar o desenvolvimento histórico do português bem como a organização social da comunidade e o papel⁴⁰ que os falantes desempenham nessa estrutura. Em termos labovianos, deve ser observado o *encaixamento social*⁴¹ dos usos linguísticos dos grupos.

O emprego das formas interlocutórias mal em posição de objeto está em certa medida relacionado às normas sociais que a comunidade estabelece para regular o comportamento dos seus membros. Assim, em uma sociedade hierarquizada, a escolha é feita em função das características dos sujeitos envolvidos, como posição na comunidade, hierarquia profissional, sexo, idade, grau de intimidade, além de questões ligadas à situação discursiva, como o monitoramento.

Para chegar a essa compreensão, o trabalho do linguista deve pautar-se em fundamentos empíricos, o que significa voltar-se para os usos da língua em circunstâncias reais dentro dos grupos sociais. Nesse sentido, interessa à Sociolinguística Variacionista a língua produzida na *comunidade de fala* em sua diversidade funcional e social, entendendo-se por comunidade de fala um conjunto de pessoas que interagem verbalmente e compartilham o mesmo conjunto de normas em relação à língua (LABOV, 2008 [1972]).

A conjugação de fatores linguísticos e sociais não constitui uma inovação dos estudos variacionistas, visto que era evocada antes de a linguística constituir-se como ciência. Como lembram Callou e Barbosa (2009), Fernão de Oliveira, autor da primeira gramática do português, a despeito de sua vinculação ao caráter descritivo e prescritivo, já revelava um pioneirismo no que respeita à consciência da relação entre língua e sociedade, evidenciando fundamentos da linguística contemporânea de base empírica, como as noções acerca da variação e mudança linguística e

⁴⁰ De acordo com Preti (2004, p.180), “O conceito sociológico de papel está ligado ao de *status* e ambos se referem à participação do homem no grupo social. Assim, é natural entender que cada indivíduo tem uma participação dentro de um grupo (seja ele um grupo restrito ou primário, como a família; ou um grande ou secundário, como o Estado, por exemplo). Mas, podendo pertencer a vários grupos sociais, pode ocupar também várias posições sociais. Poderá, por exemplo, ao mesmo tempo, ser o pai, na família; o professor, na escola; o jogador, na equipe esportiva; o pregador, na igreja etc.”

⁴¹ Na seção 1.2, apresentam-se, algumas considerações acerca do *encaixamento social*.

condicionamentos sociais, que hoje são compartilhadas pela dialetologia e pela sociolinguística laboviana.

Estão presentes na obra do referido gramático a noção de variação regional – “os homens da Estremadura são diferentes dos de Entre Douro e Minho, porque, assim como os tempos assim também as terras criam diversas condições e conceitos” (OLIVEIRA, 1975[1536], p. 98) – e da variação etária – “E o velho, como tem o entender mais firme, com o que mais sabe, também suas falas são de peso, e as do mancebo mais leves” (OLIVEIRA, 1975[1536], p. 98).

Também o linguista francês Antoine Meillet, contemporâneo ao estruturalismo, assumindo uma concepção sociológica no campo dos estudos linguísticos, reconhecia a impossibilidade de afastar o estudo da língua das condições externas, distanciando-se, dessa forma, do pensamento de Saussure, de quem havia sido aluno. Meillet (1975), influenciado pela consolidação da sociologia no final do século XIX, afirmava que a língua é um fato social⁴² e, como tal, não existe fora do indivíduo:

Frequentemente, tem-se repetido que as línguas não existem fora dos sujeitos que as falam e, por isso, não há razão para lhes atribuir uma existência autônoma, um ser particular. Esta é uma constatação evidente, mas sem forças, como a maior parte das proposições evidentes. Pois, se a realidade de uma língua não é algo substancial, não significa que seja real. Esta realidade é, ao mesmo tempo, lingüística e social⁴³ (MEILLET, 1975, p. 16, tradução nossa).

Para Meillet (1975, p. 17), resulta daí “que a linguística é uma ciência social, e o único elemento variável ao qual se pode recorrer para dar conta da variação linguística é a mudança social⁴⁴.” Outros linguistas, como William Whitney (1827-1894) e Michel Bréal (1832-1915), também reproduziram em seus estudos uma concepção sociológica dos fatos da língua; entretanto, coube a Meillet uma

⁴² “[...] le langage est éminemment un fait social” (MEILLET, 1975, p. 16).

⁴³ “On a souvent répété que les langues n’existent pas en dehors des sujets qui les parlent, et que par suite on n’est pas fondé à leur attribuer une existence autonome, un être propre. C’est une constatation évidente, mais sans portée, comme la plupart des propositions évidentes. Car si la réalité d’une langue n’est pas quelque chose de substantiel, elle n’en existe pas moins. Cette réalité est à la fois linguistique et sociale” (MEILLET, 1975, p. 16)

⁴⁴ “que la linguistique est une science sociale, et le seul élément variable auquel on puisse recourir pour rendre compte du changement linguistique est le changement social” (MEILLET, 1975, p. 17).

demonstração empírica e mais teórica de como a realidade linguística se relaciona com o contexto sociocultural (FARACO, 1998).

Em estudo sobre o vocabulário das línguas indo-europeias, Meillet demonstrou que termos recorrentes em várias dessas línguas pertenciam originalmente ao léxico da aristocracia indo-europeia, “cujos membros mantinham, de início, relacionamento mais estável e constante entre si, mesmo relativamente afastados no espaço geográfico. Tal situação não se verificava nas populações não-aristocráticas, cujo vocabulário apresentava mais diversidade de lugar para lugar” (FARACO, 1998, p. 98).

As ideias de Meillet (1975) ecoam no pensamento de Labov (2008 [1972]), que, ao lançar os fundamentos da sociolinguística, considerou redundante e equivocada esta denominação, questionando o porquê da existência de uma área específica dentro da linguística para estudar a relação entre os fatos da língua e a estrutura social. Nas palavras de Labov (2008 [1972], p. 215), sendo a língua uma forma de comportamento social, “de que maneira, então, a ‘sociolingüística’ pode ser considerada algo separado da ‘lingüística’?”

Embora seu pensamento esteja assentado na concepção da linguística como ciência eminentemente social, Labov admite a necessidade de manter a dicotomia, uma vez que há um campo que se ocupa exclusivamente das questões internas à língua – linguística interna –, como o fazem o estruturalismo e o gerativismo, em oposição ao estudo da língua em situações reais de interação – linguística externa.

As orientações sociológicas que influenciaram o surgimento da sociolinguística em meados do século XX faziam-se notar desde o século anterior; entretanto, a consolidação da perspectiva imanentista, representada, inicialmente, pelo estruturalismo e, posteriormente, pelo gerativismo, afastou do campo de atuação da linguística os componentes social, cultural, histórico e ideológico.

A perspectiva estruturalista, inaugurada por Saussure na primeira metade do século XX, abandona por completo a noção de língua como objeto sócio-cultural e esta passa a ser analisada como um objeto autônomo e homogêneo, a *langue*, em

oposição à *parole*, individual e heterogênea, sujeita a fatores externos. Para Saussure (2006 [1916], p. 31), “a língua é um sistema que conhece apenas sua ordem própria”, independe, portanto, dos seus falantes e do meio social, o que significa que só interessam aos estudos da linguagem as relações eminentemente internas. Saussure parte do entendimento de que a descoberta das regularidades necessárias ao estudo científico da linguagem só seria possível com a delimitação de um objeto homogêneo.

Na verdade, o referido linguista reconhece que “a linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 16), mas, segundo Labov (2008 [1972], p. 217), “‘social’ não significava [para Saussure e seus discípulos] muito mais do que ‘multiindividual’, sem nenhuma sugestão das implicações mais amplas da interação social”.

Essa postura teórica reflete o fazer científico da tradição cultural em que estavam inseridos os estudos linguísticos. Desde o início dos estudos historicistas, iniciados no século XIX com o método histórico-comparativo, a linguística começa a reivindicar para si um caráter de cientificidade. Na segunda metade do século XIX, guiando-se pelo rigor científico, tão em voga, os neogramáticos atribuíam às línguas as mesmas leis físicas a que se submetiam os seres vivos, procurando estabelecer leis gerais que descrevessem regularidades das línguas, as conhecidas *leis fonéticas*, consideradas regulares e imutáveis, através das quais buscavam reconstruir as famílias linguísticas.

A procura do rigor científico não apenas gerou novas formas de abordar a língua como também “força a definir *um novo objeto para a linguística*, um objeto em que seja possível encontrar regularidades que possam ser enunciadas sob a forma de *leis*” (BORGES NETO, 2004, p. 50, grifos do original). Para os linguistas da época, atender a essa exigência significava adotar um ponto de vista.

O modelo gerativo, iniciado por Noam Chomsky por volta da década de 1950, também desprezou o conceito de língua como comportamento social. Fundamentado numa concepção inatista da linguagem, o gerativismo voltou-se para o estudo da aquisição da linguagem pelas crianças, com vistas a determinar uma

teoria geral que explique esse mecanismo compartilhado por todas as línguas, definido como *gramática universal*. Ademais, opôs os conceitos de *competência*, capacidade de linguagem comum a todos os seres humanos, e *desempenho*, uso individual dessa capacidade. De acordo com essa corrente teórica, deve ser a competência o objeto de estudo da linguística, porque, através dela, pode-se chegar a uma teoria formal que explique o funcionamento da linguagem na mente humana. Não importam, portanto, os aspectos externos à linguagem.

Como já demonstrado, a noção de homogeneidade linguística defendida pelo estruturalismo e pelo gerativismo é categoricamente refutada pela sociolinguística, que defende a variação como uma condição normal do sistema linguístico. Em *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística (Empirical foundations for a theory of language change)*, obra que apresenta o campo teórico do modelo, Weinreich, Labov e Herzog, 2006 [1968] assinalam que a existência de um falante-ouvinte ideal e de uma comunidade linguística homogênea não encontra respaldo na observação empírica.

Também nessa obra, encontram-se respostas a questões sustentadas por uma visão limitada da estrutura linguística, quais sejam: i) a concepção saussuriana sobre a impossibilidade de se relacionarem os sistemas estruturais do presente com as mudanças históricas do passado, sintetizada na dicotomia *sincronia x diacronia*; ii) a impossibilidade de se explicar como a língua, sendo primordialmente um sistema de relações, como apregoava o estruturalismo, poderia mudar sem comprometer sua funcionalidade; iii) o princípio de que a variação não era motivada, mas livre de qualquer condicionamento. Tais problemas foram estabelecidos com base em explicações reducionistas, baseadas, segundo Labov (2008 [1972]), no trabalho com um ou dois informantes ou no exame do próprio conhecimento da língua.

Nas próximas seções, apresentam-se as considerações do pensamento variacionista acerca dessas questões, tendo em vista que se fundamentam em conceitos importantes para o estudo aqui desenvolvido.

4.1.1 Do “caos” linguístico emerge a regularidade: a heterogeneidade ordenada

De acordo com os princípios da Teoria da Variação, para escapar às limitações impostas por uma análise estritamente formalista, o linguista deve partir para uma observação de dados concretos da fala dos indivíduos. É preciso analisar “a língua tal como usada na vida diária por membros da ordem social, este veículo de comunicação com que as pessoas discutem com seus cônjuges, brincam com seus amigos e ludibriam inimigos” (LABOV, 2008 [1972], p. 13). Assim, ao contrário dos estruturalistas que podiam estudar o aspecto social da língua – *langue* – a partir de dados intuitivos fornecidos por um falante ou mesmo pelo próprio pesquisador, os sociolinguistas precisam coletar seus dados no seio da comunidade de fala.

Labov direciona, dessa forma, seu olhar para o vernáculo, visto que é nele que se manifestam de maneira mais regular os dados que interessam ao estudo variacionista, as *regras variáveis*, que se evidenciam quando o falante pode escolher entre diferentes formas – *variantes linguísticas* – para se referir a uma realidade do mundo bio-social.

Os dados de língua falada, com suas frases “mal formadas” constituíam, para o estruturalismo, uma situação caótica, o que impossibilitava o estudo da fala. Como não dispunham de um aparato teórico-metodológico capaz de descrever essa heterogeneidade, não conseguiam explicar como a língua pode passar de um estágio a outro enquanto continua servindo eficientemente a seus usuários e, diante desse paradoxo, cultivaram a equivocada identificação entre estrutura e homogeneidade.

A sociolinguística, em contrapartida, rejeita a incompatibilidade entre estrutura e heterogeneidade e advoga que a ausência desta é que seria disfuncional numa comunidade. O pressuposto defendido é o de que a língua pode variar e ao mesmo tempo continuar a mesma, evidenciando sua coesão interna, porque, como assinalam Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), a variação linguística é inerente e motivada. Nega-se, dessa forma, a noção estruturalista de variação livre, em favor

do princípio de que a variação é sistemática e estruturada, sendo motivada por forças sociais que atuam continuamente sobre a língua. (LABOV, 2008 [1972]).

Os estudos labovianos demonstraram que a superação do paradoxo saussuriano, e a consequente compreensão da variação e da mudança linguísticas, estava na correlação entre os dados linguísticos e a estrutura social: “a chave para uma concepção racional da mudança linguística – e mais, da própria língua – é a possibilidade de descrever a diferenciação ordenada numa língua que serve a uma comunidade” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968], p. 36).

Da mesma forma que a competência linguística de um falante nativo o faz reconhecer como agramatical o “sintagma” *casa a* também o faz reconhecer, ainda que inconscientemente, as diferenças entre formas em variação, permitindo-lhe, por exemplo, escolher entre “Aonde *você* pensa que vai?” e “Aonde *tu* pensa que vai?” numa dada situação comunicativa. Essa escolha não é aleatória, antes acontece de forma sistemática e regulada.

Em resumo, pelo princípio laboviano, o falante é competente para operar com as regras variáveis de sua língua. Weinreich, Labov e Herzog, 2006 [1968], p. 36) seguem argumentando que “[...] o domínio de um falante nativo (*nativelike command*) de estruturas heterogêneas não tem a ver com multidialetalismo nem com o ‘mero’ desempenho, mas é parte da competência monolíngua”. Por esse entendimento, considera-se a competência do falante, igualmente, estruturada e ordenada, na medida em que ele sabe escolher, dentre formas que se alternam no sistema, aquela que melhor atende aos seus objetivos comunicativos

Por esse ponto de vista, quando o falante de Santo Antônio de Jesus, nossa comunidade estudada, escolhe dizer, dentre as possibilidades que o sistema pronominal da língua lhe oferece, “Posso *te* ajudar?”, “Posso *lhe* ajudar?” ou “Posso ajudar *você?*”, não o faz ao acaso. Em certa medida, suas escolhas são previsíveis e regulares, pois são definidas com base em parâmetros da estrutura linguística e social. O estudo cuidadoso desse fenômeno linguístico, através de métodos de investigação rigorosos, revelará os padrões que o regulam, os quais envolvem desde características do contexto linguístico, da situação comunicativa, do contexto sócio-cultural, até características dos indivíduos envolvidos na comunicação.

Para determinar os processos reguladores, teremos, então, de responder a algumas questões: a) em que contexto situacional o falante recorre a cada uma das formas de representação do objeto?; b) comparando-se grupos distintos quanto à faixa etária, ao sexo, à escolaridade e ao nível socioeconômico, é possível observar diferenças quanto à escolha das formas?; c) as formas gozam do mesmo prestígio dentro da comunidade analisada; d) que contextos linguísticos favorecem o fenômeno observado? e e) qual a tendência da variação observada – variação estável ou mudança em curso?

A recorrência da atuação dos fatores condicionantes revela a sistematicidade da variação. Isso quer dizer que é possível medir, matematicamente, a influência de cada fator para a realização de uma forma linguística. Em síntese, o aparato teórico-metodológico da sociolinguística variacionista é capaz de explicar que, em meio ao aparente “caos”, existe regularidade, o que caracteriza a variação como estruturada.

Como nesta tese investigamos uma regra variável morfossintática, julgamos necessário revisitar a clássica discussão entre Lavandera (1978) e Labov (1978) acerca da aplicabilidade da análise sociolinguística a fatos dessa natureza.

O princípio da regra variável passou a ser discutido após a publicação do trabalho de Weiner e Labov (1983), no qual consideraram como covariantes as formas de passiva sem agente (*the closet was broken into*) e de ativa com sujeito genérico (*they broke into the closet*). Os resultados obtidos apontaram para a exclusão dos fatores sociais, o que gerou, por parte de Lavandera, questionamentos acerca da atuação de variáveis sociais em fenômenos não-fonológicos. Além disso, a pesquisadora questionou a adequação do conceito de regras variáveis para unidades acima do nível fonológico, dada a ausência de identidade entre estas, em sua opinião. Assim, Lavandera propôs que a noção de identidade semântica fosse substituída pela de “comparabilidade funcional”, que prevê apenas a existência de mesma função comunicativa – não necessariamente do mesmo significado – ou que se renunciasse a estudos variacionistas além da fonologia.

A respeito da crítica ao alargamento dos estudos sociolinguísticos para além da fonologia, Labov (1978) argumenta que a ausência de motivação social para a mudança não compromete o estudo sociolinguístico, tendo em vista que a preocupação não deve ser apenas medir a atuação de fatores sociais mas também obter dados sobre as restrições da estrutura da língua. Em resposta ao segundo questionamento, Labov (1978) afirma que a manutenção do significado referencial é suficiente para garantir que as formas sejam variantes, independentemente de possuírem significação social ou estilística diversa. Nas palavras do autor, “dois enunciados que se referem ao mesmo estado de coisas têm o mesmo significado representacional ou o mesmo valor de verdade”. (LABOV, 1978, p. 02).

Tomando como exemplo as variantes *te* e *lhe* que constituem formas de realização do acusativo e do dativo em SAJ, constatamos que guardam o mesmo conteúdo informacional, embora seu emprego, de acordo com uma de nossas hipóteses, possa obedecer a uma diferenciação pragmática: a primeira, usariam os falantes em situações de intimidade com o interlocutor, como clítico de *tu*; a segunda, como clítico de *você*, reservada para relações de respeito/cortesia. A diferenciação social que se estabelece entre as variantes pode determinar que uma forma seja considerada mais ou menos prestigiada do que outra, o que, no caso de *lhe* e *te*, por exemplo, não é muito claro. Acreditamos, portanto, que a metodologia variacionista possa ser adequadamente aplicada a este estudo.

4.2 O ESTUDO DA MUDANÇA LINGUÍSTICA

A sociolinguística permite-nos obter um retrato da variação/mudança na comunidade, definindo, por exemplo, a existência de estabilidade entre as formas em variação ou de uma mudança em curso. Para tanto, esse modelo conta com alguns princípios teóricos que fornecerão as respostas ao pesquisador. Tais princípios foram sistematizadas pela primeira vez por Weinreich, Labov e Herzog, em 1968, nos clássicos *problemas da mudança linguística*: o problema das restrições (*constraints problem*), o problema do encaixamento (*embedding problem*), o problema da transição (*transition problem*), o problema da avaliação (*evaluation problem*) e o problema da implementação (*actuation problem*).

Consideramos importante pôr em revista esses princípios, tendo em vista que subsidiarão análise dos dados que propomos no último capítulo deste trabalho.

O *problema das restrições* remete ao fato de se definir “o conjunto de mudanças possíveis e condições possíveis para a mudança”. (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968], p.121). Como Lucchesi (2004) sublinha, esta questão da forma como foi inicialmente formulada remete à ideia de que as línguas seguem princípios gerais ou universais, o que não condiz com a proposta de tratamento dos fatos da língua inseridos na matriz da estrutura linguística e social. Nesse sentido, Labov (1982), negando a possibilidade de uma faculdade inata da linguagem, propõe a retificação do *problema das restrições*, inserindo-o no *problema do encaixamento*:

A busca por uma restrição estritamente “universal” é, portanto, uma busca por uma faculdade da linguagem *isolada*, que não está encaixada na matriz mais ampla da estrutura linguística e social. Nada do que nós descobrimos até agora sobre a linguagem sugere a existência de tais estruturas isoladas. Parece-me, portanto, que a formulação do “problema das restrições” em Weinreich, Labov e Herzog (1968) e em 2.1 estava equivocada, e que o problema das restrições deveria ser fundido com o problema do encaixamento (LABOV, 1982, p. 60, grifo do original).

O *problema do encaixamento* parte do princípio de que a mudança linguística só pode ser compreendida se considerada a sua inserção no sistema linguístico – *encaixamento na estrutura linguística* –, como priorizado pelo Estruturalismo, e na estrutura social da comunidade de fala – *encaixamento na estrutura social*. Como afirma Lucchesi (2004):

O reconhecimento de que uma análise estritamente lingüística é incapaz de dar conta do processo de mudança e a iniciativa de explicar a variação inerente ao sistema lingüístico através da covariação com os fatores sociais conduzem a uma visão mais abrangente e adequada do processo histórico de constituição da língua e da própria língua enquanto objeto de estudo da lingüística (LUCCHESI, 2004, p. 176).

A análise do encaixamento linguístico-social das variáveis dependentes definidas em nosso estudo determinará a correlação entre as variantes – *te, lhe, (para/a) você, Ø* – e as variáveis linguísticas, sociais e pragmático-discursivas. É essa análise que nos permite verificar, dentre outras coisas, os valores pragmáticos atribuídos às formas, além de nos permitir correlacionar o seu uso ao subsistema de tratamento vigente na comunidade, entendendo-se, portanto, que a mudança não se dá

isoladamente, mas como um movimento em que um fenômeno em variação/mudança pode desencadear outras alterações na língua.

Pela sistematização do *problema da transição*, que procura explicar o percurso da mudança – como uma forma *x* passa a uma forma *y* –, encontrou-se a resposta para a incapacidade de observação direta da mudança. Por esse princípio, entende-se que a mudança não é abrupta, antes, há fases intermediárias de coexistência e concorrência das formas. A transição de uma forma a outra não ocorre no plano individual, mas na gramática da comunidade:

A mudança se dá (1) à medida que um falante aprende uma forma alternativa, (2) durante o tempo em que as duas formas existem em contato dentro de sua competência, e (3) quando uma das formas se torna obsoleta. A transferência parece ocorrer entre grupos de pares de faixas etárias levemente diferentes; todas as evidências empíricas reunidas até agora indicam que as crianças não preservam as características dialetais de seus pais, mas sim as do grupo de pares que domina seus anos pré-adolescentes. (WEINREICH; LABOV; HERZOG, (2006 [1968], p.122).

Na equação do *problema da avaliação*, põe-se em destaque o papel do indivíduo na efetivação de uma mudança linguística. Os falantes são, em certa medida, conscientes das mudanças e podem reagir positiva ou negativamente frente a uma variante, o que pode interferir em sua implementação. Nesse sentido, segundo Labov (2008 [1972]), há um complexo jogo de valores sociais que agem sobre a mudança, retardando ou acelerando a expansão de uma variante.

Em todas as sociedades há uma avaliação política e social das formas linguísticas, definindo-se algumas delas como ‘superiores’ e outras como ‘inferiores’, em função da hierarquia entre os grupos sociais que delas fazem uso. Como assinala Gnerre (1998, p. 06), “uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais”. Por meio dessa avaliação, distinguem-se as variantes de prestígio, associadas ao grupo social de *status* considerado superior, e as variantes estigmatizadas e desprestigiadas, empregadas pelos estratos sociais tidos como mais baixos.

Os valores atribuídos a uma forma linguística podem estar no nível da consciência do indivíduo ou acima dela, fazendo com que as variáveis sejam categorizadas

como *estereótipos*, *marcadores* e *indicadores* (LABOV, (2008 [1972])). Os estereótipos estão no nível de consciência do falante e caracterizam-se por serem formas que recebem constantemente uma valoração social, em geral negativa, e, por isso, estão sujeitos à correção. Os marcadores não apresentam o mesmo nível de consciência dos estereótipos, mas sofrem condicionamentos sociais ligados à faixa etária e sexo, por exemplo. Os indicadores não estão no nível de consciência do falante e por isso não recebem valoração estilística; passam despercebidos pelos falantes e mesmo pelos linguistas.

A questão da implementação da mudança, ou o que Labov chamou *problema da implementação*, diz respeito à determinação do *por que uma mudança ocorreu em um momento e lugar determinado, e não em outro momento e/ou em outro lugar?* A resposta a essa questão deve levar em conta os resultados obtidos para os demais problemas, como assinala o linguista:

O problema da implementação está relacionado aos demais problemas, pois, para se entender as causas da mudança é necessário saber pontuar em que parte da estrutura social e da estrutura linguística a mudança teve origem (problema do encaixamento); é necessário saber como se deu a propagação da mudança para outros grupos sociais (problema da transmissão) e, também, é necessário saber quais são os grupos linguísticos e sociais que demonstraram maior resistência ou aceitação a essa mudança (problema da restrição e problema da avaliação). (LABOV, 1994, p. 3).

Na implementação de uma variante, as formas concorrem entre si e os falantes lhes atribuem uma ordenação valorativa, injustificável do ponto de vista linguístico. Quando duas variantes estão em conflito, geralmente, é a mais antiga – conservadora – que goza de maior prestígio, ao passo que a forma inovadora, que pode vir a substituí-la, sofre o estigma. A avaliação social da variante é um aspecto importante a considerar no processo de mudança linguística, visto que sua implementação depende da aceitação por parte do indivíduo.

A aceitação da variante, em geral, ocorre quando a forma inovadora começa a ser usada por grupos socialmente prestigiados em situações de formalidade, fazendo diminuir o estigma, que poderá desaparecer por completo em estágios avançados da mudança. Por vezes, quando estigma é muito grande, acaba surgindo uma estratégia para, por um lado, evitar a forma conservadora, que pode denotar certo

pedantismo, e, por outro, evitar a variante desprestigiada. O uso do objeto nulo para representar o OD anafórico de terceira pessoa no PB exemplifica essa estratégia. Como a forma acusativa *o/a* revela uma formalidade desnecessária e *ele/ela* pode ser avaliada negativamente, o falante acaba recorrendo à estratégia com o objeto nulo.

4.2.1 A mudança em progresso

A mudança não se dá de forma abrupta, mas lenta e gradual, dada a necessidade de os falantes terem a intercomunicação permanentemente garantida: atinge partes da língua até se expandir integralmente, de modo que é possível observar os seus estágios: i) as variantes, reguladas por fatores internos e externos, alternam-se nos usos linguísticos dos falantes; ii) as variantes concorrem entre si, porque uma delas atinge uma posição mais prestigiada na comunidade; iii) uma das formas alternantes suplanta a outra, concretizando-se aí a mudança. Há ainda situações em que as formas podem permanecer em variação por anos ou mesmo séculos, configurando o que se chama de *variação estável*.

É bom lembrar que, diferentemente do que pensavam os estruturalistas, a mudança não é absolutamente regular. Isso quer dizer que a mutação de um determinado segmento fônico, por exemplo, não o atinge em todas as palavras da língua. Ademais, é possível que uma mudança se concretize em determinadas áreas geográficas e em outras não.

A sociolinguística demonstra que o pressuposto da mudança é a variação, ultrapassando, assim, a primeira barreira imposta pela visão estruturalista sintetizada na dicotomia *sincronia x diacronia*. Diferentemente, o método sociolinguístico é pancrônico, na medida em que correlaciona as duas dimensões, pois a ocorrência da mudança pressupõe um estágio prévio de variação. E constatar o vínculo entre variação e mudança, necessariamente, implica aceitar a história e o passado como reflexos do presente, dinamicamente se estruturando e funcionando”.

O percurso da mudança pode ser observado por dois enfoques temporais: a partir do *estudo em tempo aparente* e do *estudo em tempo real*. Para uma investigação

em tempo aparente, parte-se de uma amostra de fala de certo recorte sincrônico, tendo por base o princípio de que os usos linguísticos de cada geração refletem desenvolvimentos diacrônicos. Baseando-se na hipótese clássica, segundo a qual a estabilidade linguística do indivíduo acontece por volta dos 15 anos, os falantes são agrupados em faixas de idade, como as consideradas para esta tese – 25 a 35 anos, 45 a 55 anos e 65 a 84 anos –, o que permite fazer uma projeção temporal dos usos linguísticos de cada grupo etário, a partir da correlação da idade do indivíduo com um dado estado de língua. Não há, contudo, evidências empíricas suficientes que permitam tomar o princípio da estabilidade linguística do falante como absoluto.

Por essa hipótese, é possível descrever a *mudança em curso* na comunidade, ou seja, os padrões da mudança são predizíveis antes que ela possa ter se efetivado. Por meio do estudo dos fenômenos linguísticos nas diferentes faixas etárias, atesta-se a existência de uma mudança em progresso se a variante inovadora em questão é mais frequente entre os jovens e a conservadora entre os idosos. Isso quer dizer que, se na alternância *lhe/te*, uma das variantes ocorre mais frequentemente entre os jovens e diminui sua ocorrência entre os falantes mais velhos, é possível admitir que haja um processo de mudança em curso na comunidade. As formas alternantes competem entre si até que, tendo sido observada a preferência dos falantes por uma delas, o sistema atinja a regularidade com a implementação da forma mais usada.

Nos casos de *variação estável*, uma variante não cede espaço à outra. Em termos de distribuição da variante inovadora nos grupos etários, os jovens e os idosos revelam o mesmo comportamento linguístico – uso mais frequente –, e os indivíduos da faixa intermediária apresentam menor frequência, o que pode ser explicado pelas pressões sociais a que estão expostos e que lhes exigem maior observância ao uso das formas linguísticas. O estudo em tempo aparente, embora importante, nem sempre traz conclusões seguras acerca do fenômeno linguístico em análise, a começar pela falta de aceitação pacífica da hipótese da estabilidade linguística do falante. Ademais, o fato de uma variante ser largamente usada pelos indivíduos mais jovens necessariamente não indica uma mudança em curso. Observem-se, por exemplo, os casos de variação estável e gradação etária.

Labov (2008 [1972]) esclarece que uma maneira mais segura de resolver o problema seria por meio da conjugação das observações em tempo aparente com as evidências fornecidas pelos estudos da *mudança em tempo real*, que se refere ao estudo das transformações por que passam as línguas comparando-se duas sincronias diferentes. Esse tipo de estudo pode ser feito através da comparação entre textos antigos com escritos atuais ou através do recontato dos informantes, mas há de se contar sempre com dificuldades. No primeiro caso elas decorrem, dentre outras questões, do fato de esses textos não transmitirem com realismo as informações linguísticas que se deseja encontrar, uma vez que se sujeitam à hipercorreção, mistura dialetal, erros de escrita e por não revelarem, em geral, os dados sociais. No segundo caso, a dificuldade está no fato de nem sempre ser possível, por motivos diversos, o recontato com os informantes.

Com o advento dos estudos sociolinguísticos, foram constituídas amostras de fala a partir de uma rigorosa metodologia, o que possibilita ao pesquisador realizar análises do estudo de *tendências* e do tipo *painel*. No primeiro caso, tendo decorrido um intervalo de tempo correspondente a uma geração (aproximadamente 18 anos), retorna-se à comunidade e constitui-se uma amostra com características semelhantes às da primeira, porém com outros informantes. No último, volta-se à comunidade depois de um lapso de tempo para entrevistar os mesmos informantes. Nas palavras de Labov (1994, p. 83):

a interpretação dos dados em tempo real, de estudos do tipo em *painel* ou de *tendências*, requer um modelo subjacente de como os indivíduos mudam ou não mudam durante sua vida, como as comunidades mudam ou não mudam ao longo do tempo, e o que pode resultar da combinação dessas possibilidades.

Assim, podemos observar: a) se há estabilidade ou instabilidade no comportamento linguístico do indivíduo e b) se a comunidade muda ou mantém-se estável no período de tempo considerado. A partir da combinação dessas possibilidades, Labov (1994) estabelece quatro padrões de comportamentos distintos:

- a) estabilidade: não há alteração nem no comportamento do indivíduo nem na comunidade durante o período observado;
- b) gradação etária: há alteração no comportamento linguístico do indivíduo, mas a comunidade mantém-se estável;

- c) mudança geracional: o comportamento linguístico individual mantém-se estável, mas há mudança na comunidade;
- d) mudança na comunidade: há mudança na perspectiva individual e na perspectiva da comunidade.

O estudo em tempo aparente não oferece muita precisão para percebermos se estamos diante de uma gradação etária ou de uma mudança geracional tendo em vista a impossibilidade de comparação do comportamento linguístico do indivíduo em momentos diferentes do tempo. Por outro lado, recorrendo ao estudo em tempo real, é possível verificar o comportamento linguístico do indivíduo e da comunidade. Assim, se o indivíduo de uma faixa etária x revela o mesmo comportamento linguístico de falantes dessa mesma faixa na primeira amostra, há um indicativo de que estamos diante de um caso de gradação etária. Se, por outro lado, ao mudar de faixa etária, o indivíduo mantém o mesmo comportamento da faixa anterior, é possível que seja aí uma mudança geracional. Nesse tipo de mudança, o comportamento linguístico do indivíduo mantém-se durante toda a vida. Na mudança comunitária, todos os indivíduos da comunidade alteram seu comportamento linguístico, adquirindo formas novas.

Apresentadas as considerações acerca dos pressupostos da teoria que embasa este trabalho, passa-se, no capítulo seguinte, à descrição do caminho percorrido para a sua efetivação. Além disso, serão apresentadas as hipóteses estabelecidas para os grupos de fatores, de modo que será necessário, em alguns momentos, agregar algumas discussões teóricas.

5 A METODOLOGIA

A utilização de uma metodologia de investigação rigorosa deve estar entre as preocupações de qualquer pesquisador, para que tenha a garantia de que os

resultados obtidos sejam confiáveis e coerentes com o aporte teórico adotado. No caso do linguista, já de início, encontramos uma primeira dificuldade: “a linguagem pouco se presta à experimentação, já que só se manifesta na espécie humana, que é dificilmente manipulável para fins de pesquisa” (SILVA, 2007, p. 117). Dessa forma, para levar a efeito um estudo, devemos coletar os dados a partir de observações, recorrendo a um conjunto de procedimentos metodológicos refinados.

A sociolinguística é uma disciplina de base empírica que oferece uma metodologia diversificada para o tratamento de fenômenos em variação ou mudança linguística e sua inter-relação com a cultura e a sociedade. A diretriz metodológica que se identifica com a proposta de pesquisa dialetal aqui desenvolvida é a da teoria da variação, que, fundamentada na análise quantitativa, opera com um grande volume de dados de situações reais de comunicação, coletados de grupos de indivíduos representativos de uma comunidade. Por realizar uma análise estatística a partir de uma amostra representativa, essa teoria permite projetar à comunidade os resultados obtidos para o grupo considerado.

A sociolinguística quantitativa, como também é conhecido o modelo, é adequada ao tratamento da língua em contexto social heterogêneo, porque, como informam Guy e Zilles (2007, p. 73), “[...] possibilita o estudo da variação linguística, permitindo ao pesquisador apreender sua sistematicidade, seu encaixamento linguístico e social e sua eventual relação com a mudança linguística”. Nesse sentido, a alegação de que a sociolinguística apresenta poucas reflexões teóricas não deve ser vista com relevância, pois o pesquisador que adota tal aporte teórico-metodológico agrega à quantificação dos dados uma análise qualitativa prévia e uma etapa de interpretação dos resultados obtidos com o tratamento estatístico.

Neste capítulo, apresentamos uma descrição minuciosa dos procedimentos metodológicos empregados para a coleta dos dados e a análise das formas objetivas de segunda pessoa em variação no português falado em Santo Antônio de Jesus, obedecendo-se às seguintes etapas: a) seleção dos falantes; b) recolha dos dados; c) transcrição dos dados; d) identificação dos contextos intralinguísticos e extralinguísticos; e) suporte estatístico.

5.1 A SELEÇÃO DOS FALANTES

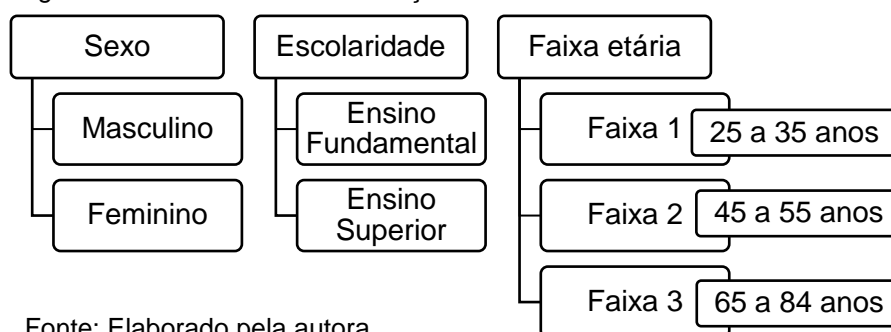
A escolha da comunidade em estudo – zona urbana de Santo Antônio de Jesus, na Bahia – pautou-se no conhecimento prévio de que a fala de seus indivíduos revela variação na realização das formas objetivas de segunda pessoa, a partir do que estabelecemos uma hipótese geral, segundo a qual a frequência de uso das variantes é motivada por fatores linguísticos e extralinguísticos. Feita essa escolha, a nossa preocupação seguinte foi definir a amostra representativa dessa comunidade e como se daria a coleta do material linguístico a ser submetido à análise qualitativa e quantitativa.

Para evitar resultados que não traduzissem a realidade sociolinguística da localidade, organizamos cuidadosamente a amostra observando o princípio da aleatoriedade, segundo o qual o pesquisador pode adotar o que Silva (2007) se refere como método *aleatório simples* ou o método *aleatório estratificado*. O primeiro, usualmente empregado em pesquisas com populações muito grandes e homogêneas, oferece a todos os indivíduos igual probabilidade de serem escolhidos, uma vez que a seleção é feita por uma espécie de sorteio. O segundo, que tem sido frequentemente empregado em pesquisas dialetais, consiste em dividir a população em células compostas cada uma por indivíduos com as mesmas características sociais previamente determinadas. Neste caso, nem todos os sujeitos têm as mesmas chances de serem incluídos na amostra, tendo em vista que há critérios pré-estabelecidos, mas a escolha para compor as células deve se dar ao acaso. A casualidade deve ser rigorosamente respeitada para que a amostra organizada represente com fidelidade o conjunto de todos os falantes e os resultados obtidos possam ser projetados a toda a comunidade.

Como afirma Silva-Corvalán (2001), são os objetivos e a hipótese inicial de trabalho que determinarão o método adequado à seleção da amostra, de modo que, “se atribuímos mais importância aos fatores linguísticos e os consideramos o foco central do estudo, podemos incluir uma amostra homogênea de falantes quanto à

idade, sexo e nível de escolaridade, por exemplo”⁴⁵ (SILVA-CORVALÁN, 2001, p. 43). Dada a natureza do trabalho aqui apresentado, interessa-nos a composição de uma amostra heterogênea, constituída a partir do *método aleatório estratificado*, obedecendo aos critérios apresentados na Figura 03:

Figura 03 - Critérios de estratificação da amostra



Fonte: Elaborado pela autora.

Alguns outros parâmetros foram observados, no intuito de evitar que a fala coletada revelasse marcas sociolinguísticas de outros grupos:

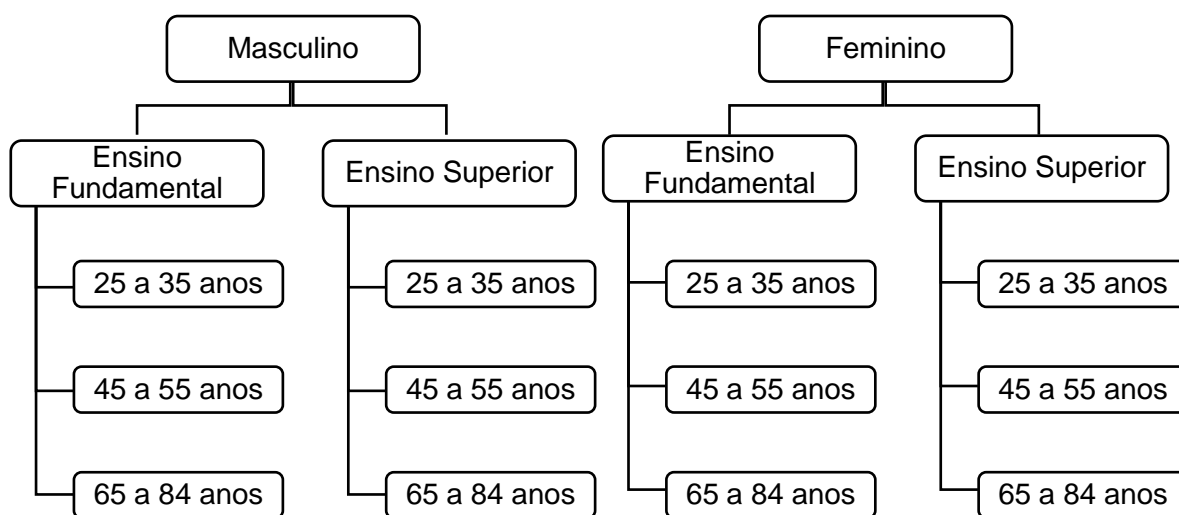
- a) Os indivíduos entrevistados deveriam ser naturais da comunidade ou lá terem chegado com a idade máxima de cinco anos.
- b) Os pais e os cônjuges dos entrevistados deveriam ser, preferencialmente, naturais da mesma localidade. Esse critério precisou ser flexibilizado para os falantes mais velhos, uma vez que encontramos muitas dificuldades para aplicá-lo com rigor. Pelas características sócio-históricas do município, grande parte de sua população urbana mais velha foi constituída a partir dos intensos movimentos migratórios internos ocorridos a partir dos anos de 1950.
- c) O tempo máximo de afastamento da localidade não poderia exceder 1/3 da vida dos informantes.

⁴⁵ “Si asignamos más importancia a los factores lingüísticos y los consideramos el foco central del estudio, podemos incluir una muestra homogénea de hablantes en cuanto a edad, sexo y nivel educacional, por ejemplo” (SILVA-CORVALÁN, 2001, p. 43).

- d) Quanto à escolarização, os informantes com nível fundamental deveriam ter cursado, no mínimo, o sexto ano (antiga 5ª série) e os de nível superior não poderiam ter cursado Letras.
- e) Deixamos um intervalo de dez anos entre os grupos etários, visando garantir maior segurança na caracterização dos indivíduos de cada grupo.

Seguindo os critérios de estratificação definidos na Figura 03 e usando uma análise combinatória⁴⁶, chegamos à composição de doze células – conjunto de fatores sociais que indica o perfil do informante –, ilustradas a seguir, as quais foram preenchidas, como dito, por indivíduos selecionados aleatoriamente.

Figura 04 - Composição das células sociais



Fonte: Elaborado pela

No que se refere ao tamanho da amostra, a literatura sociolinguística costuma indicar como referência a quantidade de informantes sugerida por Labov (2008 [1972]): cinco por célula. É importante observar, porém, que esse número pode ser limitado por alguns fatores, como assinala Silva (2007): a) *a homogeneidade da população* – quanto mais heterogênea a população, maior o tamanho da amostra; b) *o número de variáveis pesquisadas* – a depender da quantidade de variáveis que se use para a estratificação, pode-se obter um número muito alto de informantes e

⁴⁶ Multiplicou-se, um pelo outro, o número total de fatores de cada variável definida para estratificação: sexo (2 fatores), escolaridade (2 fatores), faixa etária (3 fatores).

dificultar a realização da pesquisa; c) *o fenômeno* – alguns fenômenos são mais homogêneos do que outros, não exigindo, assim, uma amostra tão ampla para sua observação d) *o método* – a utilização de métodos estatísticos sofisticados faz com que não seja necessária amostra extensa e e) *o orçamento e outras condições materiais*. Atentando para os fatores citados, a amostragem da cidade de Santo Antônio de Jesus foi composta por três indivíduos para cada célula, totalizando 36 informantes. O Quadro 07, a seguir, apresenta um resumo das informações gerais dos informantes, como sexo, idade, escolaridade, profissão e tempo fora da localidade.

Quadro 07 - Informações gerais sobre os informantes de Santo Antônio de Jesus – Bahia

Sexo	Idade	Escolaridade	Ocupação	Tempo fora da comunidade
Feminino	35	Fundamental	Vendedora	Não
	30	Fundamental	Serviços gerais	Não
	27	Fundamental	Vendedora	Não
	45	Fundamental	Serviços gerais	Não
	52	Fundamental	Doméstica	Não
	55	Fundamental	Dona de casa	Não
	68	Fundamental	Dona de casa	Não
	72	Fundamental	Dona de casa	Não
	79	Fundamental	Dona de casa	Chegou a SAJ em 1945
	28	Superior	Funcionária pública	6 meses em Salvador
	31	Superior	Agente administrativa	Não
	34	Superior	Pedagoga	Não
	49	Superior	Professora	Não
	52	Superior	Professora	02 anos em Salvador
	56	Superior	Professora	Não
	66	Superior	Funcionária pública	6 anos em Salvador
65	Superior	Pedagoga	5 anos em F. de Santana	
75	Superior	Professora aposentada	12 anos em Salvador	
Masculino	31	Fundamental	Pedreiro	Não
	35	Fundamental	Vendedor	Não
	30	Fundamental	Vendedor	Não
	45	Fundamental	Porteiro	Não
	52	Fundamental	Repositor	Não
	55	Fundamental	Comerciante	Não
	65	Fundamental	Comerciante	Não
	70	Fundamental	Aposentado	Não
	72	Fundamental	Almoxarife aposentado	Não
	28	Superior	Repórter	Não
	32	Superior	Funcionário público	Não
	35	Superior	Professor	Não
	45	Superior	Analista de Sistemas	15 anos em Salvador
	49	Superior	Funcionário público	Chegou a SAJ em 1969
	55	Superior	Advogado	15 anos em Salvador
	65	Superior	Contador	10 anos em Salvador
67	Superior	Comerciante	Chegou a SAJ em 1977	
84	Superior	Advogado	Chegou a SAJ em 1952	

Fonte: Elaborado pela autora.

5.2 A RECOLHA DOS DADOS

Para a obtenção do material linguístico deste estudo, utilizamos entrevistas e testes, técnicas de pesquisa consideradas adequadas à análise de fenômenos em variação. As entrevistas sociolinguísticas procuraram promover uma situação natural de comunicação, propícia ao uso do vernáculo. Os testes, por sua vez, normalmente usados como complementação às entrevistas, foram empregados devido à necessidade de se captar um fenômeno específico e de difícil produção pelo falante – as formas objetivas de segunda pessoa – no tipo de texto comumente elaborado durante as entrevistas sociolinguísticas. Ambas as técnicas, diferentemente das interações livres, exigem que direcionemos, em geral com perguntas, os tópicos da “conversa”.

A equipe de entrevistadores contou com a participação de quatro pessoas, sendo três estudantes do curso de Letras do *campus* V da Universidade do Estado da Bahia, localizado em Santo Antônio de Jesus, e a própria pesquisadora. Como parte dos procedimentos metodológicos definidos, realizamos três inquéritos experimentais com o objetivo de testar a eficácia dos questionários bem como a atuação dos documentadores. A constituição dessa amostra piloto também foi importante para possibilitar maior uniformização dos procedimentos e a homogeneidade dos dados recolhidos.

Durante a realização dos inquéritos, adotamos algumas medidas como garantia de obtermos dados confiáveis e de minimizar, o quanto possível, o desconforto causado durante a abordagem ao informante:

- a) Os entrevistadores não deveriam se apresentar como membro de universidade para evitar que os informantes monitorassem excessivamente a fala.
- b) Não houve informações sobre o fenômeno a observar para não comprometer sua ocorrência.

- c) Demos ciência aos informantes de que sua fala seria gravada, solicitando-lhes sua autorização expressa para uso da entrevista. O modelo de termo de autorização encontra-se no Apêndice A.
- d) Escolhemos um ambiente adequado para as gravações a fim de evitar problemas que dificultassem a transcrição, como barulho excessivo e interferência de pessoas alheias à entrevista.
- e) O aparelho para gravação foi posicionado fora do alcance do olhar do entrevistado.

Na realização dos inquéritos definitivos, o contato com os informantes deu-se em duas etapas. No primeiro momento, aplicamos o questionário social e, no segundo, deu-se a coleta do material linguístico através das entrevistas e testes, cujo tempo médio de duração foi de 35 minutos. Por fim, salientamos que todas as entrevistas foram avaliadas, observando-se a sua qualidade sonora e a adequação ao objetivo estabelecido.

5.2.1 O questionário social

É imprescindível que se conheça o falante o melhor possível, o que não significa que deva existir amizade entre entrevistador e informante, mas que o pesquisador deve procurar conhecer o seu informante a fim de ganhar a sua confiança. A situação ideal seria aquela em que o pesquisador mantém longo contato com o sujeito da pesquisa, todavia essa não é uma realidade viável, visto que, por limitações de tempo, não seria possível assim proceder com todos eles. A fim de driblar um pouco essa dificuldade, é aconselhável a utilização de um questionário social – procedimento adotado neste trabalho – através do qual foi possível termos acesso a algumas informações sobre os sujeitos pesquisados.

Assim, antes da realização das entrevistas, estabelecemos um contato prévio com cada potencial informante, cuja localização se deu com a ajuda de membros da comunidade, coletando, através de uma ficha (Apêndice B), informações importantes sobre o seu perfil social e cultural. A aplicação desse procedimento no primeiro

contato entre o documentador e o informante, além de promover um estreitamento da relação entre ambos, serviu para definir se este último adequava-se ao perfil dos sujeitos da pesquisa.

O questionário social utilizado compõe-se de quatro partes. Na primeira delas, registram-se os dados referentes à identificação do inquirido, cujas respostas são de responsabilidade do documentador. Da segunda parte, constam os dados de identificação do informante – nome completo, endereço, data de nascimento –, além de outras informações sobre o seu perfil: grau de instrução, tempo de ausência da comunidade, idade com que chegou à cidade (no caso de informante não natural), estado civil, profissão. As informações sobre o comportamento social do sujeito pesquisado foram coletadas na terceira parte do questionário, através de questões sobre o hábito de assistir à televisão, ouvir rádio, ler. Ainda nesta parte, o documentador, ao fim da entrevista, deveria assinalar a alternativa correspondente ao grau de espontaneidade demonstrado pelo informante: total, médio ou pouco. Por fim, na quarta parte, deveria ser informado o grau de intimidade entre o documentador e o informante. Para além dessas informações, poderiam ser anotadas, em local indicado na ficha, observações consideradas relevantes para a pesquisa, como o número de pessoas presentes no ambiente da entrevista ou alguma ocorrência no momento da gravação.

5.2.2 A entrevista sociolinguística

As entrevistas utilizadas seguem o modelo Informante-Documentador, ideal para tratar de fenômenos morfossintáticos e fonológicos. Dentre as vantagens dessa técnica, estão a facilidade de gravação e, conseqüentemente, de transcrição e a obtenção de contextos com menor nível de monitoramento, ideais para a observação do vernáculo.

Elaboramos um roteiro a ser aplicado a todos os informantes (Apêndice D), para garantir certa homogeneidade e facilitar a produção das formas desejadas. Seguindo as orientações da metodologia laboviana, as entrevistas versavam sobre temas do cotidiano das pessoas envolvidas na pesquisa e fatos de sua vida pessoal, tais como relacionamento familiar; brincadeiras e travessuras da infância; brigas na

escola ou entre irmãos; a violência na cidade; risco de vida. O objetivo desse procedimento foi conseguirmos uma situação natural de comunicação, uma vez que, envolvido emocionalmente, o falante pouco monitora a sua fala, que se aproxima mais do vernáculo.

Conduzimos a entrevista com naturalidade, buscando construir um contexto informal que deixasse o falante à vontade, minimizando, assim, o conhecido *paradoxo do observador*, definido por Labov (2008 [1972]). Como assinala Campoy (2005, p. 115), “a Sociolinguística tem desenvolvido técnicas para superar o paradoxo do observador, ou ao menos reduzir seus efeitos e obter amostras de fala o mais natural possível⁴⁷.” Assim, utilizamos algumas dessas estratégias para alcançar a naturalidade pretendida, como o emprego de uma linguagem sem rebuscamento, com vocabulário e sintaxe adequados a situações informais, e a escolha de temas que despertassem certa emoção no falante e o levassem a prestar atenção mínima à sua fala.

Tomamos o cuidado de não interromper a fala do informante e de manter a atenção à conversa, incentivando-o a desenvolver suas narrativas com fluência e, quando possível, guiando-o na produção de formas objetivas de segunda pessoa. Para isso, pedíamos-lhe que reportasse a própria fala ou a de outrem, conforme ilustramos a seguir:

(44) DOC: E assim... a senhora já comentou... a senhora já recebeu algum conselho importante de alguém, alguém que foi marcante na sua vida... tem como a senhora falar o que essa pessoa disse?

INF: Já... eu... durante... no meio dessa confusão toda, essa... e... e um dia ela encontrou comigo, um dia já na véspera de ir embora ela disse “V. eu vou embora de Santo Antônio, vou embora... mas eu quero **lhe** pedir (um favor)... “você tem um potencial, você pode ser

⁴⁷ “la Sociolingüística há desarrollado técnicas para superar la paradoja del observador, o al menos reducir sus efectos, y obtener muestras de habla lo más natural posible” (CAMPOY, 2005, p. 115).

alguém na vida, não deixe que essa revolta, essa raiva que tá aí dentro destrua seu futuro”[...]. [SAJ.06.F.ES.II]⁴⁸

É conveniente assinalar que a sociolinguística dispõe de técnicas de coletas que podem promover contextos de interação entre os falantes e favorecer a produção das formas interlocutórias desejadas, como as gravações secretas; entretanto, se, optássemos por esse caminho, precisaríamos lidar com outros problemas, como a dificuldade de encontrarmos indivíduos com o perfil exigido para a pesquisa e que se dispusessem a participar de tais situações, a falta de garantia de que se realizariam as ocorrências desejadas e a dificuldade de transcrição decorrente da superposição de vozes. Em razão disso, essas técnicas foram descartadas.

5.2.3 Os testes

Como assinalamos em Almeida (2009), as estratégias de tratamento do interlocutor ocorrem, em geral, em contextos em que há interação entre os participantes da situação comunicativa. No caso das entrevistas sociolinguísticas, que envolvem o informante e o documentador (e, às vezes, um ajudante), a interação é limitada, o que dificulta a produção de tais formas. Para este trabalho, houve, então, a necessidade de recorrermos à técnica de aplicação de testes, cujos modelos são variados, mas, como assinala Silva (2007, p. 125), “o melhor é certamente aquele que é criado para a pesquisa desejada”. Dessa forma, elaboramos dois questionários específicos, descritos a seguir, para permitir a captação das formas interlocutórias em posição de objeto. É importante mencionar que esses formatos foram testados no estudo das formas pronominais objetivas utilizadas em Salvador (cf. ALMEIDA, 2009), tendo sido revistos e ampliados para este trabalho.

O primeiro questionário, composto por vinte perguntas (Apêndice C), foi apresentado como uma espécie de jogo em que o falante era orientado a elaborar respostas rápidas de acordo com a situação fornecida pelo documentador. Antes do início do

⁴⁸ Os exemplos extraídos do *corpus* constituído para esta tese serão identificados com base nas seguintes informações: i) cidade: Santo Antônio de Jesus (SAJ); ii) número da entrevista: de 01 a 36; iii) sexo: masculino (M) e feminino (F); iv) escolaridade: Ensino Fundamental (EF) e ensino superior (ES); v) faixa etária: faixa 1 (I), faixa 2 (II) e faixa três (III). Assim um exemplo identificado como [SAJ.01.F.EF.II] é uma amostra de fala de Santo Antônio de Jesus, da entrevista número 1, pertencente a um indivíduo do sexo feminino, com nível de escolaridade fundamental, com idade entre 45 e 55 anos.

teste, o informante foi cuidadosamente instruído a incluir em suas respostas a palavra final da pergunta, que era sempre um verbo transitivo ou uma locução com verbo transitivo. Vejam-se os exemplos a seguir:

(45) DOC: Ontem eu andei por essas redondezas. Você me *viu*?

INF: Não **te** vi. [SAJ.09. F.ES.II]

(46) DOC: DOC: Onde me *conheceu*?

INF: Aqui... **lhe** conheci aqui no meu escritório. [SAJ.04.M.ES.II]

Algumas vezes, os informantes não produziram as formas linguísticas esperadas, dando respostas curtas como “sim” ou “não” ou outras igualmente não desejadas. Nesses casos, evitávamos insistir excessivamente na obtenção da resposta, passando à pergunta seguinte. Salientamos que, apesar do objetivo primordial de captar as estratégias de realização do objeto de segunda pessoa, guiou a aplicação dos procedimentos de recolha dos dados o princípio de deixar o falante confortável para elaborar a sua fala.

O segundo teste (Apêndice E) fornecia situações hipotéticas ao falante, a partir das quais deveria organizar a sua fala. As 32 perguntas desse questionário apresentavam uma formulação inicial a fim de direcionar o informante para a produção da construção sintática desejada e, tal como no questionário anteriormente descrito, impunha-lhe a elaboração de construções com formas verbais transitivas, mas, dessa vez, direcionadas a um interlocutor hipotético. O falante foi instruído a dirigir-se a interlocutores diversos – pais, irmãos, amigos, desconhecidos, colegas de trabalho, pessoas em posição hierárquica superior, etc. – tendo em vista o nosso intuito de testar o papel do interlocutor na escolha da estratégia de pronominalização do objeto de segunda pessoa. Vejam-se os exemplos:

(47) DOC: Você é um dos representantes da Associação de Moradores daqui do bairro... a gente sabe que aqui no bairro não tem, mas vamos pensar nessa situação, e foi até a Câmara de Vereadores convidar um vereador para fazer uma reunião com os moradores. Como você faria o convite a esse vereador?

INF: Então é época de [política].

DOC: [Isso].

INF: Aí eu ia procurar um vereador... né... candidato a vereador lá nesse local, pra ele vim aqui porque... “olhe... vamos lá porque eu sou a representante lá da rua... né... dos moradores da Cajazeira [...], eu **lhe** garanto... vá, tem umas dez pessoas, então são dez votos pra você.” [SAJ.01.F.EF.I]

(48) DOC: O senhor precisa pedir um dinheiro emprestado a seu irmão. Como convenceria ele a emprestar, mas deixe claro que o senhor pretende pagar.

INF: Estou precisando neste momento de x, mas vê se você pode emprestar, porque eu vou **lhe** pagar daqui a trinta dias... daqui a trinta dias eu tenho um dinheiro pra receber, um extra, e aí me empresta este dinheiro porque estou precisando muito, mas muito, muito agora, mas daqui a trinta dias eu **te** devolvo. [SAJ.10.M.EF.II]

Tivemos o cuidado de elaborar as questões baseadas em situações do cotidiano das pessoas para facilitar a organização das respostas e obter contextos mais naturais. Ademais, elas poderiam se lembrar de fatos vivenciados e reportar a fala produzida nessas situações, o que ocorreu em alguns momentos, como no relato a seguir:

(49) DOC: A filha de sua vizinha estava grávida e teve o bebê há quase dois meses, mas você ainda não teve tempo de visitar ela. Você encontra a vizinha na rua, e como é que você diz a ela que ainda não teve tempo de ir lá fazer uma visita?

INF: De dizer, sê realista, as perguntas que você me faz parece que são todas perguntas que eu já vivenciei, porque sábado passado mesmo, tem um colega meu que a esposa dele... é... teve neném e eu ainda não tinha visitado, feito a visita e aí quando eu fui passando, ela já estava na porta com o bebê. Eu cheguei {risos} já estava o menino com três meses, eu disse, “ó... eu não vim aqui ainda **lhe** vê mas agora você tá na porta eu não vou passar pelo

outro lado do passeio e não vê”. [SAJ.19.M.ES.II]

5.3 A TRANSCRIÇÃO DOS DADOS

A transcrição dos dados é uma importante etapa do trabalho com a fala espontânea e tem por objetivo “transpor o discurso falado, da forma mais fiel possível, para registros gráficos mais permanentes, necessidade que decorre do fato de que não conseguimos estudar o oral através do próprio oral” (PAIVA, 2007a, p. 135). Esse procedimento possibilita-nos um contato direto e frequente com o fenômeno a ser estudado, de modo que aquilo que nos escaparia durante uma audição simples dificilmente passará despercebido depois de o texto ter sido transcrito.

Conforme assinalado em Paiva (2007a), a etapa de transcrição representa uma pré-análise dos dados, tendo em vista a necessidade de se tomarem decisões teóricas quando da definição do conjunto de convenções empregadas. Esclarecemos que as convenções adotadas para este trabalho, apresentadas no Quadro 08, a seguir, procuram atender exclusivamente aos interesses da pesquisa empreendida e baseiam-se em sistemas de transcrições de projetos de natureza semelhante.

Quadro 08 - Convenções adotadas para a transcrição da fala

Símbolos	Ocorrência	Exemplos
DOC	Fala do documentador	DOC: Você me viu ontem?
INF	Fala do informante	INF: Não te vi.
texto	Palavras desconhecidas	[...] e se <i>impocar</i> comigo [...] [SAJ.02.F.EF.II]
(inint.)	Trechos ou palavras ininteligíveis	Não rapaz, quem lhe falou que te trai? Porque (inint.) tão diferente... [SAJ.10.M.EF.II]
...	Pausas e hesitações	Fixe Maria... menina, como tu tá bonita. [SAJ.01.F.EF.I]
“texto”	Discurso direto	eu diria “olha... desculpa pelo som alto... se tô lhe incomodando[...].” [SAJ.31.M.ES.II]
[texto]	Fala superposta	INF: Então é época de [política]. DOC: [Isso] [SAJ.01.F.EF.I]
(texto)	Dúvida sobre a palavra ou trecho transcrito	mas eu quero lhe pedir (um favor)... [SAJ.06.F.ES.II]

{texto}	Indicação de recursos não verbais usados pelo falante	Eu cheguei {risos} já estava o menino com três meses. [SAJ.19.M.ES.II]
---------	---	--

Fonte: Elaborado com base nos critérios de transcrição do Projeto Vertentes (UFBA)

Procuramos ir além do mero registro do conteúdo referencial da fala dos informantes, anotando também aspectos importantes da interação, os quais, posteriormente, permitiriam a identificação de características da situação de fala.

Não houve preocupação com o registro de marcas dialetais no nível fonológico, mas cuidamos de preservar certas características da oralidade, transcrevendo formas reduzidas como “cê”, “tá”, “né”, “tô”, por exemplo, da maneira como pronunciadas. Esse procedimento foi adotado porque a escolha das formas padrão e não-padrão permite identificar características do contexto de uso. Esclarecemos, ainda, que os nomes de pessoas e de estabelecimentos comerciais foram registrados apenas pelas iniciais de modo a não permitir sua identificação e preservar a identidade do informante.

Com os dados transcritos, procedemos a uma primeira análise a fim de fazer uma seleção das ocorrências que seriam de interesse para a pesquisa e representariam as variantes definidas. Ainda nessa análise preliminar, elegemos os grupos de fatores que, por hipótese, teriam influência na realização da variável.

5.4 DESCRIÇÃO DO ENVELOPE DA VARIAÇÃO

A *realização do objeto direto e do objeto indireto de segunda pessoa* comporta várias estratégias. Logo, para tornar possível a execução de todas as etapas do programa Goldvarb, que só calcula pesos relativos em confrontos entre duas variantes, foi necessário construir esquemas binários, observando-se os interesses da pesquisa.

Apresentaremos nesta seção as variáveis dependentes sob análise com suas respectivas variantes e as ocorrências que as exemplificam.

(i) **Uso alternante dos clíticos de referência à segunda pessoa**

a) clítico *lhe*

(50) [...] eu diria “olha... desculpa pelo som alto... se tô **lhe** incomodando... e vamos baixar isso... não vai acontecer mais, tá”... [SAJ.31.M.ES.II].

b) clítico *te*

(51) Não, rapaz, quem *lhe* falou que **te** traí? [SAJ.31.M.ES.II].

(ii) Variação entre clíticos e pronome tônico *você* na representação do objeto direto de segunda pessoa

a) uso do clítico

(52) a. Olha, senhor, eu vim aqui na verdade pra marcar o meu exame, em momento algum eu **o** desacatei. [SAJ.22.F.ES.I].

b. Não posso **te** levar essa semana. [SAJ.22.F.ES.I].

c. Vamos **lhe** buscar de noite. [SAJ.31.M.ES.II]

(53) uso da forma tônica *você*⁴⁹

(54) ... *você* sabe que eu gosto de *você*, *lhe* admiro, acho ***você*** uma pessoa excepcional... [SAJ.12.S.ES.III].

5.4.1 Os grupos de fatores condicionantes para as variáveis dependentes em estudo

Nesta seção, listamos os grupos de fatores, de natureza linguística, social e pragmático-discursiva, que podem interferir no comportamento das variáveis dependentes em estudo. Tais grupos, conforme assinala Brescancini (2002), devem atender a duas importantes condições: (a) serem mutuamente exclusivos, isto é,

⁴⁹ Inicialmente, pretendíamos incluir o pronome *tu* entre as variantes, entretanto, não registramos sua ocorrência como objeto, o que, certamente, se justifica pelo alto grau de estigma atribuído a esse tipo de construção.

nenhum deles deve incluir totalmente ou parcialmente o outro, e (b) representarem uma lista exaustiva de todas as possibilidades para seu grupo. As hipóteses que nos motivaram à escolha desses grupos serão apresentadas durante a análise dos resultados.

5.4.1.1 Os grupos de fatores linguísticos

A análise de aspectos extralinguísticos sempre foi a tônica dos estudos de orientação variacionista em oposição às correntes teóricas que desprezam o componente social; entretanto, como assinala Silva (2007), ao lado desses fatores, o variacionismo sempre se voltou para a investigação de fatores linguísticos. A esse respeito, Schilling-Estes (2002, p. 203 apud DUARTE; PAIVA, 2011, p. 92), afirma que “de todos os subcampos da Sociolinguística, o estudo da variação linguística talvez seja aquele que enfatiza mais fortemente o lado linguístico da sociolinguística⁵⁰.” (SCHILLING-ESTES, 2002, p. 203 apud DUARTE; PAIVA, 2011, p. 92).”

A seguir, listamos os grupos de fatores linguísticos para as variáveis dependentes sob análise. As hipóteses e os exemplos serão apresentados durante a análise dos dados.

1) Preenchimento do sujeito

- a) sujeito preenchido
- b) sujeito não-preenchido

2) Estrutura sintática do SV

- a) verbo transitivo direto + objeto direto
- b) verbo transitivo direto (causativo ou perceptivo) + sujeito marcado com caso acusativo + oração infinita (gerúndio ou infinitivo)

⁵⁰ “of all the subfields of sociolinguistics, the study of linguistic variation is perhaps the one with the strongest emphasis on the “linguistic side” of “sociolinguistics.” (SCHILLING- ESTES, 2002, p. 203 apud DUARTE; PAIVA, 2011, p. 92).

- c) verbo transitivo direto + objeto direto + predicativo ou complemento oblíquo
- d) verbo transitivo direto + objeto direto + complemento oblíquo oracional

3) Tipo de oração

- a) oração absoluta
- b) oração coordenada
- c) oração principal
- d) oração adverbial
- e) oração substantiva
- f) oração relativa

4) Tempo e modo verbais

Os modos considerados são o indicativo e o subjuntivo. Para o tratamento das locuções verbais, considerou-se o tempo do verbo auxiliar. As formas verbais encontradas no *corpus* estão listadas a seguir.

- a) presente do indicativo
- b) pretérito perfeito do indicativo
- c) pretérito imperfeito do indicativo
- d) futuro do presente do indicativo⁵¹
- e) futuro do pretérito do indicativo
- f) pretérito perfeito composto
- g) presente do subjuntivo
- h) pretérito imperfeito do subjuntivo
- i) infinitivo
- j) gerúndio

5) Tipo semântico do verbo

- a) percepção

⁵¹ Consideraram-se a forma simples e a perífrase no mesmo fator, tendo em vista que são semanticamente equivalentes.

- b) psicológicos
- c) atividade mental
- d) comunicação
- e) movimento espacial
- f) localização espacial
- g) posse
- h) produção
- i) transformação
- j) relação

6) Paralelismo discursivo em relação à estratégia de preenchimento do objeto

- a) forma precedida do clítico *lhe*
- b) forma precedida do clítico *te*
- c) forma precedida do pronome *você*
- d) forma precedida do objeto nulo

7) Paralelismo discursivo em relação à escolha da forma de tratamento antecedente em posição subjetiva

- a) pronome *você*
- b) pronome *tu*
- c) pronome *senhor/senhora*

5.4.1.2 Os grupos de fatores pragmático-discursivos

Os fenômenos variáveis revelam uma estratificação estilística, visto que as circunstâncias em que se realiza a situação comunicativa exercem interferência na atividade linguística do indivíduo. Em seu estudo sobre o inglês falado na cidade de Nova Iorque, Labov (2008 [1972]) observou que a pronúncia retroflexa do /r/ pós-vocálico era mais frequente – entre os falantes de qualquer classe – em situações mais formais de fala do que nas menos formais. Com isso, demonstrou que a variação não é determinada apenas em função dos fatores sociais, mas também dos contextos de fala de que o indivíduo participa.

A competência sociocomunicativa construída ao longo das interações que o indivíduo vivencia lhe permite usar a língua de acordo com as normas sociais estabelecidas. A respeito dessa competência, Alkmim (2005, p. 37-38) afirma:

Em termos concretos, é possível afirmar que os falantes aprendem quando podem falar e quando devem permanecer em silêncio, se podem utilizar a forma imperativa para dar uma ordem ou se devem se valer de uma expressão modalizada, como em “saíam daqui, já” ou “por favor, dirijam-se a saída”; se é oportuno dizer “tô fora” ou “não vai ser possível”; ou, ainda, “a gente não sabia” ou “não sabíamos”, ou ainda “desconhecíamos”.

Depreende-se dessa afirmação que os falantes conhecem os padrões de usos linguísticos da sociedade, e, de forma mais ou menos consciente, fazem as escolhas que melhor se adequam às interações verbais em que estão envolvidos. Isso acontece, porque, sendo uma forma de comportamento social, a fala se adapta às diferentes situações comunicativas.

Ao se referir à existência de diferenciação estilística, Labov situa os estilos num *continuum* que se estende da mínima à máxima formalidade. Esses extremos são definidos com base no grau de observância dispensado pelo indivíduo às normas de prestígio da comunidade. Nesse sentido, no estilo informal, é mínima a consciência na seleção das formas linguísticas empregadas; em contrapartida, no estilo formal, essa seleção é mais consciente, “resultando numa linguagem em que é máxima a adesão às regras mais elaboradas do sistema lingüístico, aceitas como prestigiosas pela comunidade” (CAMACHO, 1988, p. 34).

O sociolinguista que se interessa pelo estudo da variação estilística deve ser cuidadoso ao definir os diferentes contextos. Labov (2008 [1972]) apresenta oito diferentes contextos, agrupando-os em *continuum*. O estilo mais monitorado é, para ele, o mais fácil de definir e envolve: resposta à entrevista, estilo de leitura, pronúncia de palavras isoladas.

Para garantir o nível de fala casual, o linguista adverte que é preciso ir além da situação de entrevista “e capturar a fala cotidiana que o falante usará tão logo a porta se feche atrás de nós: o estilo que ele usa para discutir com a mulher, repreender o filho ou conversar com os amigos” (LABOV, 2008 [1972], p. 110).

Esses níveis de fala casual correspondem a: fala fora da entrevista formal (observações e comentários feitos a pessoas da família ou ao próprio entrevistador); fala a uma terceira pessoa em qualquer ponto da entrevista; fala que não responde diretamente a perguntas (o falante dá pouca atenção às perguntas feitas e fala de temas que lhe interessam); parlendas e rimas infantis; narrativas sobre risco de vida. (LABOV, 2008 [1972]).

Camacho (2003) chama a atenção para a necessidade de se destacar a relação estreita entre a variação social e a estilística. A competência linguística do falante deve incluir o conhecimento das formas alternativas padrão e não-padrão que estão à disposição para atingir seus objetivos comunicativos; contudo a capacidade de operar com regras variáveis não é igual para todos, sendo menor em indivíduos com escolarização precária. A falta dessa habilidade para adaptar seu estilo às circunstâncias de interação acaba sendo um mecanismo de exclusão, visto que a garantia de *status* social também depende da capacidade verbal do indivíduo.

Neste trabalho, é de extrema importância avaliar o papel das variáveis pragmático-discursivas, ou contextuais, uma vez que a escolha das formas de tratamento do interlocutor está claramente interligada ao tipo de relação estabelecida entre os participantes da atividade comunicativa, à situação de formalidade, etc. A seguir, apresentam-se os contextos a serem testados com ambas as variáveis dependentes.

1) Tipo de relação entre os interlocutores

As relações observadas na amostra foram agrupadas da seguinte maneira:

- a) relação simétrica/de igualdade – entre pessoas de mesma faixa etária, entre irmãos, entre amigos, colegas etc;
- b) relação assimétrica ascendente – de inferior para superior, de jovem para velhos, de filhos para pai etc.;
- c) relação assimétrica descendente – de superior para inferior, de velho para jovem, de pai para filho, de chefe para funcionário etc;
- d) discurso genérico
- e) relação entre desconhecidos

3) Tipo de relato

- a) fala própria real
- b) fala própria relatada
- c) fala relatada de terceiro
- c) fala própria hipotética
- d) fala hipotética de terceiro

5.4.1.3 Os grupos de fatores sociais

Quando tomados os fatores externos, a variação linguística pode ocorrer motivada por circunstâncias sociais que envolvem o falante – faixa etária, etnia, sexo –, relacionadas a questões sociais propriamente ditas – escolarização, classe social, profissão –, e em função do evento de fala, definindo-se os fatores contextuais – o grau de monitoramento da fala, a relação entre os interlocutores. Na seção anterior, listamos fatores denominados contextuais, nesta, apresentam-se os fatores externos *faixa etária, sexo e escolaridade*, comumente considerados em análises variacionistas como possíveis reguladores do processo da variação estudada. A importância de se analisarem tais fatores repousa no fato de que “para entender as causas da mudança, é necessário conhecer em que ponto da estrutura social a mudança se origina, como ela se espalha para outros grupos sociais e quais os grupos que se mostram mais resistentes a ela⁵²” (LABOV, 1994, p. 3).

A seguir, teceremos algumas considerações acerca dos grupos de fatores sociais a serem analisados nesta tese.

5.4.1.3.1 Faixa etária

A *faixa etária* tem sido uma variável frequentemente testada porque permite determinar, através do estudo em *tempo aparente*, a direção da mudança. Como

⁵² “to understand the causes of change, it is necessary to know where in the social structure the change originated, how it spread to other social groups and which groups showed most resistance to it.” (LABOV, 1994, p. 3).

visto anteriormente, distribuindo-se os falantes em diferentes grupos etários, é possível fazer uma projeção sobre os usos linguísticos de uma comunidade no decorrer do tempo e verificar se houve mudança ou se o fenômeno permaneceu estável.

Entretanto somente um estudo em *tempo real* poderá fornecer conclusões mais definitivas sobre a questão. Dadas as dificuldades de se proceder a esse tipo de estudo, já relatadas, existem outras correlações, segundo Labov (1966), que podem ser feitas a partir do tempo aparente para se chegar a conclusões mais confiáveis, como associação das variáveis *faixa etária*, *classe social* e *sexo*. De acordo com o autor, a mudança sempre é iniciada por um segmento social e a ela são associados os valores sociais desse grupo. Os grupos etários delimitados para o estudo foram:

- a) faixa I (25 a 35 anos)
- b) faixa II (45 a 55 anos)
- c) faixa III (65 a 84 anos)

5.4.1.3.2 Sexo

O fator *sexo* também tem sido objeto de estudo permanente da sociolinguística pela sua importância no processo de evolução linguística. Considerando que homens e mulheres desempenham papéis sociais diferentes, interessa saber de que forma isso interfere em sua maneira de falar.

O estudo dessa variável tem revelado observações importantes acerca do comportamento linguístico de homens e mulheres na comunidade. São as mulheres, por exemplo, que, usualmente, lideram a mudança quando a forma inovadora tem orientação para o prestígio. Isso se justifica, segundo Labov (2008[1972]), porque são mais sensíveis aos valores sociais do que os homens.

Correlacionando a variável *sexo* com outros fatores, podem surgir padrões diferenciados: i) nos grupos sociais intermediários (normalmente a classe média), as diferenças entre a fala de homens e mulheres se revelam mais salientes; ii) no cruzamento das variáveis *sexo* e *estilo de fala*, observa-se que quanto mais formal

for a situação tanto maior será o índice da variante padrão na fala feminina; iii) na interação entre *sexo* e *faixa etária*, o comportamento linguístico entre homens e mulheres é mais semelhante entre os jovens do que entre os mais velhos.

Obviamente todas essas informações devem ser relativizadas, uma vez que cada processo de mudança se dá em condições particulares. É preciso considerar as orientações culturais e ideológicas da comunidade, as quais determinam o papel social da mulher na sociedade e, conseqüentemente, sua atuação no cenário da mudança linguística. Em comunidades rurais, por exemplo, onde as mulheres têm menos contato com o ambiente externo à comunidade, é comum que usem menos a forma de prestígio do que os homens.

5.4.1.3.3 *Escolaridade*

A investigação da variável *escolaridade* nos estudos linguísticos, tanto de língua escrita quanto de língua falada, tem revelado o esforço da instituição escolar em perpetuar a ideia da homogeneização linguística e garantir ao indivíduo a apropriação de formas consideradas padrão, relegando a uma situação de inferioridade aquelas menos prestigiadas socialmente.

Silva e Paiva (1996), no estudo *Visão de conjunto das variáveis sociais*, apontam três tendências quanto ao efeito da variável escolarização sobre o uso das formas padrão: (i) o falante, ao entrar na escola, oscila entre o uso da variante padrão e o uso da variante popular, e a escola age corrigindo sistematicamente as variantes estigmatizadas; (ii) o falante entra na escola sem o domínio da norma padrão, mas a adquire via escolarização, sem que desapareça a variante não-padrão; e (iii) o falante entra na escola dominando apenas a variante não padrão, que vai sendo substituída pela variante padrão.

A influência da escola face à mudança é determinante, visto que a instituição escolar, frequentemente, tem agido como preservadora das formas prestigiadas frente à implementação de uma variante. Se a mudança se dá em direção a uma forma socialmente desprestigiada, o papel da escola tem sido frear o processo, atribuindo à variante que concorre com o padrão o estatuto de erro ou desvio.

No caso da realidade brasileira, em que o acesso à escola de qualidade, pelos inúmeros problemas que cercam a educação no país, não é garantido a todos, a variável *escolaridade*, como afirmam Paiva e Scherre (1999, p. 217), “suplanta as demais, moldando, em grande parte, a heterogeneidade lingüística que se pode constatar no uso do português [...]”. As autoras afirmam que:

É possível também que a influência da variável escolaridade reflita, na verdade, a ação da variável classe social. Se assim for, as conseqüências são ainda mais perversas: não se modificam variantes lingüísticas, mas, sim, se excluem os indivíduos que não possuem determinadas variantes lingüísticas (PAIVA; SCHERRE 1999, p. 217).

Neste trabalho, os informantes foram agrupados em dois níveis de escolaridade:

- a) Ensino Superior
- b) Ensino Fundamental

Depreendidos os grupos de fatores, os dados foram codificados e submetidos ao tratamento quantitativo através do programa GoldVarb. A seção 5.6 fornecerá maiores informações sobre a operacionalização do programa.

5.5 CRITÉRIOS PARA A SELEÇÃO DAS OCORRÊNCIAS

Feita a seleção dos dados, na etapa seguinte, foram aplicadas algumas restrições ao levantamento das variantes a fim de se evitar a produção de resultados distorcidos. Assim, optamos por desconsiderar:

- a) expressões cristalizadas⁵³

- (55) a. Quem te quer por perto? As pessoas que **te amam**⁵⁴. [SAJ.22.F.ES.II]
- b. “Devo, não nego, pago quando eu puder e quiser”. [SAJ.24.M.EF.I]

- b) construções em que o objeto é preenchido duplamente

⁵³ Trata-se de construções fixas bastante usuais na língua e, por isso, “difícilmente, podem retratar aspectos da gramática de uma comunidade de fala” (MENDES, 2009, p. 49).

⁵⁴ Devido à frequência dessa estrutura na mídia, em música, poemas, etc., é possível tratá-la como uma expressão cristalizada no PB.

(56) eu não escuto, então a gente tá ligado em uma coisa assim, tá tão longe que não escuto, aí... “você tá surda?”, eu digo “surda não tô não, só não tava **lhe** escutando **você** chamar”, aí pronto, mai ele, graças a Deus, não tenho o que falar.

c) ocorrências com objeto indireto nulo em que não há possibilidade de recuperar o referente:

(57) quando eu quero uma coisa peço⁵⁵ \emptyset com carinho com amor, então, a mesma coisa que eu dou \emptyset eu quero receber, eu não quero receber na ignorância, e se *impocar* comigo na ignorância, na estupidez, fica os dois (inint.). [SAJ.02.F.EF.II]

Para além disso, assinala-se que a seleção das construções com objeto indireto foi realizada com base nas definições de Rocha Lima (2011) e de Bechara (2003), segundo os quais o objeto indireto é o complemento que se refere quase sempre a um ser animado, introduzido pela preposição *a* e, mais raramente, *para* e que expressa o papel de *beneficiário*, *destinatário*, sendo comutável pelo pronome pessoal *lhe/lhes*.

5.6 O PROCESSAMENTO ESTATÍSTICO DOS DADOS: O GOLDVARB

Já foi enfatizada neste texto a relevância da aplicação de procedimentos estatísticos para medir a influência de fatores linguísticos e extralinguísticos sobre fatos em variação na língua. Como informa Naro (2007, p. 16): “O problema central que se coloca para a Teoria da Variação é a avaliação do *quantum* com que cada categoria postulada contribui para a realização de uma ou de outra variante das formas em competição”.

A análise estatística isola e mede separadamente o efeito de um fator “[...] quando tal fator nunca se apresenta isoladamente nos dados [...]” (NARO, 2007, p. 17), de modo que, como assegura o próprio Labov (2008 [1972]), a aplicação de métodos

⁵⁵ Neste caso, assim como no seguinte, não foi possível saber se o falante estava se referindo a um interlocutor genérico ou a uma terceira pessoa, também, genérica.

quantitativos proporcionam um estudo mais detalhado do processo de mudança linguística.

Neste trabalho, utilizou-se como ferramenta estatística para o tratamento da regra variável o programa Goldvarb, versão para Windows do pacote de programas Varbrul⁵⁶ (SANKOFF, 1988; PINTZUK, 1988), que é descrito por Guy e Zilles (2007, p. 105) como “um conjunto de programas computacionais de análise multivariada, especificamente estruturado para acomodar dados de variação sociolinguística”.

O programa Goldvarb opera de forma semelhante às versões anteriores, possibilitando a realização de análises multidimensionais. Assim, considerando que os fatos linguísticos podem receber influência de um único fator ou de diversos grupos de fatores ao mesmo tempo, o programa testa a influência individual de cada fator. Esse tratamento dos dados é importante, porque determina “a natureza e a extensão de cada um [dos] efeitos condicionadores, permitindo ‘predizer’ probabilisticamente a taxa aproximada de uso [...] dadas as informações sobre as características sociais da pessoa, da situação social e do contexto” (GUY, 1998, p. 28).

Para obter o cálculo das frequências brutas, o Goldvarb fornece três modelos de análises, definidos de acordo com o número de variantes levantadas para a variável dependente: o modelo binário (com duas variantes), o modelo ternário (com três variantes) e o eneário (com quatro ou cinco variantes). Entretanto, os pesos relativos e, conseqüentemente, a seleção dos grupos estatisticamente relevantes para aplicação da regra variável são fornecidos apenas em modelo binário.

O peso relativo (P.R.) é uma medida numérica cujos valores são assim interpretados: quanto mais próximo de 1 for o peso para determinado fator, maior sua atuação na aplicação da regra; por sua vez, quanto mais próximo de zero, menor a influência do fator. Quando o peso relativo é igual a 0,50, significa que aquele fator tem atuação nula para o uso da variante. Embora seja essa a forma comum de interpretar os resultados, o aconselhável é que a análise seja feita

⁵⁶ *Variable Rules Analysis* (Análise de Regras Variáveis).

comparativamente, observando-se a diferença entre os pesos relativos dos fatores de um mesmo grupo.

A variável dependente descrita neste trabalho é eneária, comportando quatro formas alternantes, como visto. A análise multivariada, como já explicitado, será feita através de dois esquemas analíticos: no primeiro, confrontam-se as formas pronominais *lhe* e *te*, por representarem variantes mais produtivas em Santo Antônio de Jesus para a representação do OD e do OI de segunda pessoa, e, no segundo esquema, as formas de OD preenchidas com clíticos em oposição ao preenchimento com o pronome tônico *você*.

Antes de submeter o arquivo ao cálculo dos pesos relativos é necessário eliminar alguns problemas comuns na análise estatística. Um deles é o *knockout*, que ocorre quando um fator apresenta uso ou desuso categórico de uma das variantes. A análise estatística é impedida nesse caso porque esses percentuais indicam inexistência de variação, de modo que não é possível exprimir pesos relativos. O pesquisador pode eliminar o fator ou amalgamá-lo a outro fator. Outro problema com que se pode deparar é a existência de *single group*, terminologia empregada para indicar a existência de um único fator em um grupo. A correção neste caso é feita com a eliminação do grupo, já que só houve ocorrências para um dos fatores considerados.

A confiabilidade dos resultados produzidos pelos cálculos do peso relativo em comparação à frequência bruta reside no fato de que o peso mede o efeito simultâneo de cada fator em relação à aplicação da regra, ao passo que esta última não leva em conta a interação entre os fatores; apenas fornece a taxa real de ocorrências. Naro (2007, p. 19) afirma que “[...] as frequências brutas, embora concretas e intuitivamente bastante ‘reais’, podem ser falaciosas, porque seu cálculo não leva em conta as inter-relações existentes entre as categorias que atuam numa regra variável”.

A seleção dos grupos de fatores é feita com base no nível de significância, que é o modo de medir as probabilidades de atuação dos fatores selecionados e deve ser analisado em relação à hipótese nula, segundo a qual a variação estudada seria

aleatória. Assim, quanto menor o valor obtido, maior será a probabilidade de a hipótese nula ser considerada verdadeira e de os fatores selecionados apresentarem relevância estatística para explicar a variação estudada. Convencionou-se 0,05 como ponto de corte. O grupo que alcançar um valor acima deste deverá ser eliminado por não apresentar relevância estatística.

Em síntese, o programa computacional fornece informações quantitativas importantes para guiar o pesquisador na análise dos fenômenos linguísticos, quais sejam: a) as frequências brutas; b) o peso relativo para cada um dos fatores das variáveis independentes; c) a seleção das variáveis; e d) o nível de significância. É oportuno lembrar que, a estatística é apenas uma ferramenta valiosa que auxilia o pesquisador no entendimento do comportamento de fenômenos linguísticos variáveis. Isso quer dizer que em nada substitui o papel do linguista, a quem cabe a análise qualitativa dos dados.

6 A ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, examinaremos os dados obtidos após o tratamento estatístico provido pelo programa Goldvarb, confrontando-os com as hipóteses aventadas para cada um dos potenciais grupos de fatores condicionantes. A nossa pretensão é, portanto, discutir a significância desses fatores à luz da teoria que embasa esta tese e dos estudos realizados sobre o sistema de pronomes do português brasileiro. A análise aqui empreendida poderá ratificar algumas conclusões importantes acerca da implementação do pronome *você* como forma de tratamento no português bem como delinear o quadro da variação das formas objetivas usadas em referência ao interlocutor em Santo Antônio de Jesus.

Para alcançarmos, o nosso objetivo nos detemos em dois esquemas analíticos, lembrados aqui: o uso alternante dos clíticos *lhe* e *te* e alternância entre os clíticos e o pronome tônico *você* na representação do OD. A insuficiência de dados impossibilitou-nos de compor o terceiro esquema pretendido: a oposição entre clíticos e o SP dativo.

Antes de procedermos à discussão dos grupos de fatores condicionantes em cada um desses esquemas, faremos a descrição geral de como os dados se apresentam na amostra.

6.1 DESCRIÇÃO GERAL DOS DADOS EMPÍRICOS

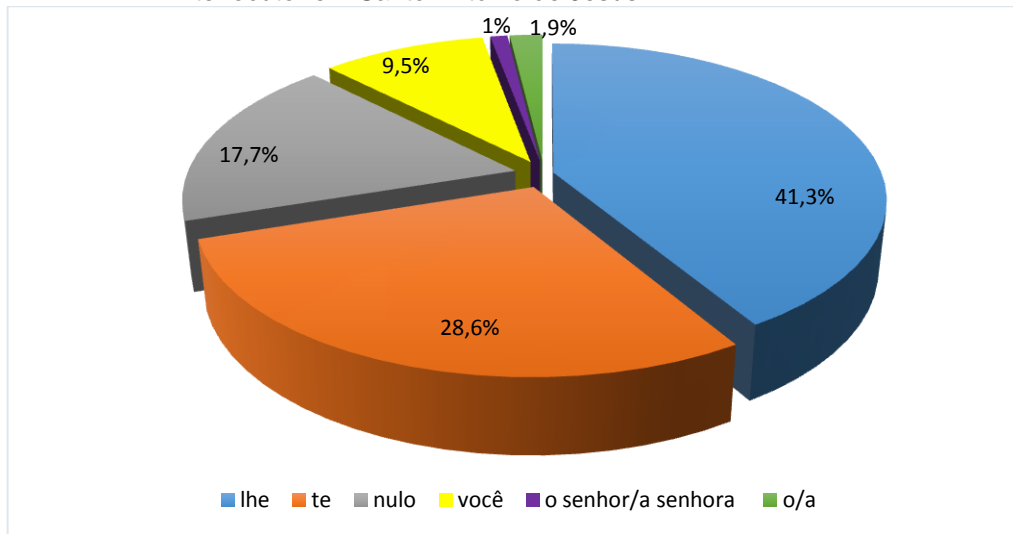
Como assinalamos em Almeida (2009), o trabalho com formas interlocutórias conta com uma limitação que diz respeito à dificuldade de tais formas serem captadas pelo pesquisador, o que, de certa maneira, gera problemas para o estudo variacionista, que precisa contar com uma boa quantidade de dados para garantir a confiabilidade da análise probabilística. Neste trabalho, além das conhecidas entrevistas sociolinguísticas, como detalhado no capítulo *A Metodologia* (Cf. 5.2.2), recorreremos à aplicação de testes de produção (Cf. 5.2.3) para garantir que obtivéssemos o maior número possível de ocorrências do fenômeno em estudo. Nem sempre, porém, o informante respondia às perguntas como esperado pelo pesquisador, de modo que não pudemos contar com a quantidade de dados desejados, sobretudo no que respeita à produção de formas de objeto indireto. Diante disso, advertimos que, embora tenhamos utilizado uma ferramenta estatística precisa, algumas considerações deverão ser vistas com parcimônia quando estendidas à comunidade.

Dos 36 inquéritos dos quais extraímos a amostra utilizada nesta análise, computamos 1185 ocorrências de formas utilizadas em referência ao interlocutor, das quais 895 correspondem às estratégias de expressão do objeto acusativo e 290 às formas de objeto dativo.

6.1.1 As formas de representação do objeto acusativo de segunda pessoa em Santo Antônio de Jesus

As 895 ocorrências de objeto direto encontradas na amostra estão distribuídas no Gráfico 04, a seguir, em função das variantes registradas na comunidade:

Gráfico 04 - Distribuição das formas de expressão do objeto direto em referência ao interlocutor em Santo Antônio de Jesus

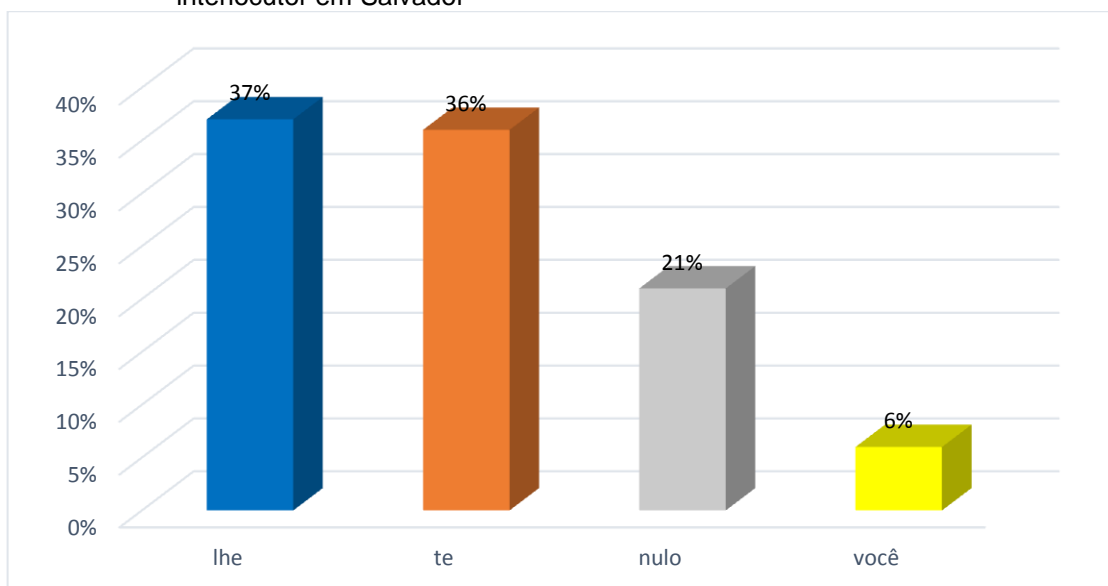


Fonte: Dados coletados pela autora.

Por essa apresentação geral dos dados de OD fornecida pelo Gráfico 04, depreendemos que em SAJ há predileção pelo clítico *lhe* na posição de objeto direto, com 41,3% (370/895). O pronome *te* foi a segunda variante mais utilizada na amostra, com 28,6% (256/895), seguido da estratégia com objeto nulo, que alcançou o percentual de 17,7% (158/895). Quanto ao uso do pronome tônico *você*, registramos 9,5% para a sua ocorrência como OD. A frequência de uso dos pronomes *o senhor/a senhora* em nosso estudo foi muito baixa, chegando apenas 1% do total das ocorrências, sendo inclusive menor do que a dos clíticos canônicos *o/a*, para os quais detectamos o índice de 1,9%.

Na amostra da fala soteropolitana, que examinamos em Almeida (2009), tivemos resultados semelhantes aos encontrados para SAJ, no que respeita à gradação dos valores encontrados para as variantes, como pode ser conferido no Gráfico 05:

Gráfico 05 - Distribuição das formas de expressão do objeto direto em referência ao interlocutor em Salvador



Fonte: Almeida (2009)

Os clíticos *lhe* e *te* também foram as estratégias mais usuais, todavia a frequência de ambas foi bastante equilibrada: 37% para *lhe* e 36% para *te*. Lembramos que, na amostra soteropolitana, não foram computados os valores referentes aos clíticos acusativos *o/a* e *o senhor/a senhora*.

Apesar do uso de *tu* como forma de tratamento em alternância com *você* em Santo Antônio de Jesus, não registramos nessa amostra urbana ocorrências desse pronome como objeto direto ou objeto indireto. Encontramos apenas um registro de *tu* com traço acusativo, mas optamos por não incluí-lo na representação gráfica, dado o seu percentual ínfimo de 0,1%. Na ocorrência registrada (Cf. 58), *tu* representa o sujeito da oração infinitiva marcado com caso acusativo e o núcleo do objeto do verbo perceptivo *ver*.

(58) Não vê que eu tô na cozinha, que eu tô ocupada, não vi **tu** chamar, vou fazer o quê? Não posso fazer nada. [SAJ.01.F.EF.II]

Em resumo, a representação gráfica deixa evidente que, no uso das estratégias interlocutórias em função de objeto direto, em Santo Antônio de Jesus, a concorrência dá-se basicamente entre o objeto nulo e os clíticos.

Conforme já exposto no Capítulo 1, a introdução de *você* no quadro de pronomes pessoais do PB faz o verbo perder a marcação de segunda pessoa, criando, assim, um contexto favorável ao deslocamento de *lhe* para a segunda pessoa. Além desse sincretismo de pessoa, o clítico passa a experimentar um acúmulo de função, dado que, em algumas variedades do português, como em Santo Antônio de Jesus, Salvador (ALMEIDA, 2009) e Feira de Santana, por exemplo, consolida-se também como clítico acusativo. Assim, a franca concorrência, na função de OD, nessas localidades, ocorre entre os clíticos *lhe* e *te*, o pronome lexical *você* e o objeto nulo, o que ratifica a observação de Lopes e Pereira (2008) ao se referirem à questão: “[...] nem o pronome complemento *o/a/os/as* nem o possessivo *vosso* se mantiveram produtivos, em seu lugar, *se empregam com maior freqüência te variando com você, lhe e objeto nulo* [...]” (LOPES; PEREIRA, 2008, p. 350, grifos nossos).

De fato, o nosso estudo também reitera a baixa produtividade dos clíticos acusativos *o/a*, fato já atestado, para a terceira pessoa, em muitos estudos sobre a língua falada (Cf. DUARTE, 1986; FREIRE, 2005). Na amostra que estamos analisando, esses clíticos apareceram como forma de segunda pessoa na fala de cinco mulheres – quatro de nível superior e uma de nível fundamental. A seguir, apresentamos alguns exemplos:

- (59) a. É, e sabe, até as crianças tem necessidade de *lhe* conhecer, de conhecê-**lo**. [SAJ.11.F.ES.III].
- b. Eu sempre fui sua amiga, se *você* diz que eu **a** trai... [SAJ.01.F.EF.II].
- c. Então em que eu poderia ajudá-**la** até agora neste momento o que eu poderia ser útil a senhora, *você* fez esse [SAJ.08.F.ES.II].
- d. Olha, senhor, eu vim aqui na verdade pra marcar o meu exame, em momento algum eu **o** desacatei... mas não que eu tenha **o** desacatado, eu quero que o senhor me desculpe se achou que eu **o** desacatei, que eu **o** respeitei, mas eu tenho plena consciência ... saiba que eu fui muito sincera e que em momento algum eu desrespeitei o senhor ou qualquer um outro. [SAJ.22.F.ES.I].

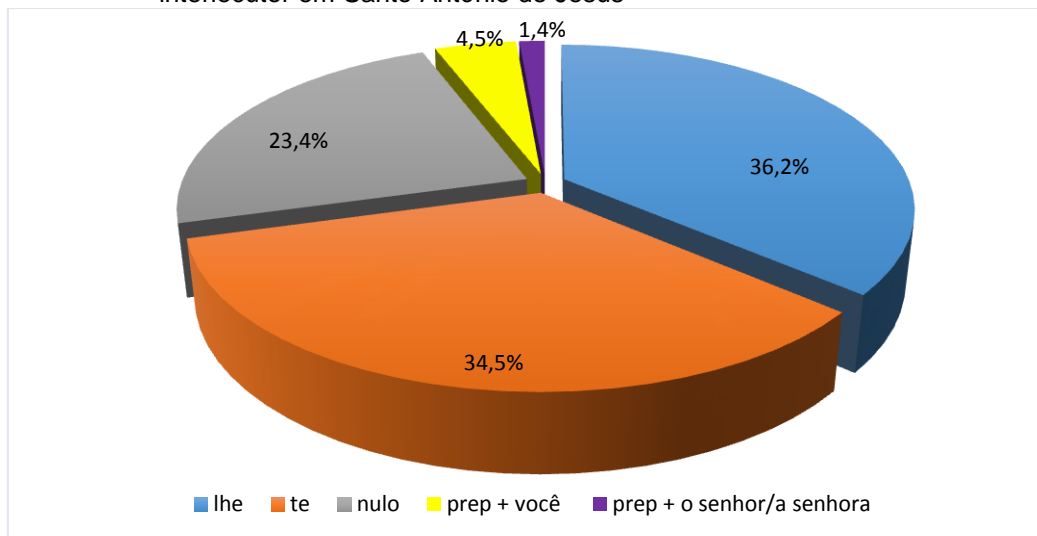
É importante observar que todas as ocorrências foram registradas na terceira parte da entrevista, quando os informantes deveriam elaborar sua fala a partir de uma

situação dada. Supomos haver um maior monitoramento do falante nesse contexto, tendo em vista que precisa deter-se na elaboração de sua fala. Além disso, ao empregarem a forma canônica, quase sempre os informantes se dirigiam a interlocutores fora do seu círculo de convivência e em situações que exigiam mais formalidade.

6.1.2 As formas de representação do objeto dativo de segunda pessoa em Santo Antônio de Jesus

Os dados referentes ao dativo de segunda pessoa foram bem menos expressivos do que aqueles registrados para o acusativo, o que se deve ao fato de o questionário ter sido inicialmente pensado para captar as formas acusativas. As 290 ocorrências de OI extraídas da amostra encontram-se distribuídas em função das variantes no Gráfico 06:

Gráfico 06 - Distribuição das formas de expressão do objeto indireto em referência ao interlocutor em Santo Antônio de Jesus



Fonte: Dados coletados pela autora.

Na distribuição das formas de OI, a gradação dos valores é semelhante à do OD. Registra-se a predileção pelo clítico *lhe*, cuja frequência foi de 36,2% (105/290), seguido do pronome *te*, com 34,5% (100/290). O objeto indireto nulo alcançou um percentual expressivo de 23,4% (68/290) para OI. A forma preposicionada seguida do pronome tônico *você* foi detectada em apenas 4,5% das ocorrências e, quando seguida de *o senhor/a senhora*, em 1,4%.

O que observamos até aqui é que a tendência ao apagamento dos clíticos no PB não atinge com a mesma intensidade a segunda pessoa: em nossa amostra, para a expressão do OD, o índice de clítico chega a quase 80%, e, para o OI, 71%. Além disso, nossos dados corroboram a posição de Figueiredo Silva (2007) contra a hipótese do apagamento de *lhe* no PB. A autora explica que esse clítico é marcado com o traço [+humano/referencial] e um suposto apagamento estaria contrariando a hipótese da hierarquia referencial (CYRINO et al, 2000), segundo a qual o apagamento dos clíticos inicia-se pelos itens [- referenciais/animados]. Segundo Kato (manuscrito apud RAMOS, 1999, p. 75-6), "...o falante (eu) e o ouvinte (tu), sendo inerentemente humanos, são os mais altos na hierarquia, e o pronome de terceira pessoa que se refere a uma proposição, o mais baixo, com a entidade [-animada] numa posição intermediária".

Assim, Figueiredo Silva (2007) defende a hipótese da recategorização de *lhe* em vez de advogar em favor do seu apagamento. A alta produtividade de *lhe* como OD detectada em Santo Antônio de Jesus serve também como argumento para a hipótese de Ramos (1999) de que alguns dialetos do PB estariam apresentando tendência à substituição de um sistema casual por um sistema referencial.

Se, por um lado, *lhe* se encontra em processo de desaparecimento em sua função canônica de dativo anafórico de terceira pessoa, inclusive não sendo mais produzido pela gramática do falante, por outro, está consolidado no paradigma de segunda pessoa, em alternância com *te*, sobretudo, em variedades do Nordeste. Podemos reforçar essa definição de *lhe* como um traço definidor de região quando comparamos os dados apresentados nos gráficos 04 e 05 e os da Tabela 11, a seguir, elaborada a partir do estudo de Dalto (2002) sobre as formas de pronome-objeto usadas em Florianópolis, Curitiba e Porto Alegre:

Tabela 11 – Os pronomes-objeto de segunda pessoa na fala da região Sul

Pronome-objeto de 2ª pessoa	Localidade		
	Florianópolis	Curitiba	Porto Alegre
<i>te</i>	77	121	116
<i>você</i>	-	3	-
<i>vocês</i>	-	-	4
<i>a senhora</i>	1	-	1

<i>lhe</i>	12	4	6
<i>pra ti</i>	29	-	10
<i>a vocês</i>	-	1	-
<i>pra você</i>	5	38	-
<i>pra vocês</i>	3	4	4
<i>pra</i>	1	1	-
<i>senhora</i>	1	1	-
Ø (2ª p)	29	24	23
Total	157	196	164

Fonte: Dalto (2002, p. 95).

Observando, a princípio, apenas os números referentes aos pronomes *te* e *lhe*, é notória a pouca expressividade deste último nas três capitais da região Sul, ao passo que *te* apresenta-se como a variante mais produtiva, mesmo em Curitiba, onde os estudos não registram a forma *tu*. Seguindo para a observação do objeto nulo, percebemos que, em nosso estudo, assim como no de Dalto (2002), essa é uma estratégia bastante usual. Também em Almeida (2009), detectamos significativa produtividade de seu emprego, o que nos permite dizer que pode haver, na segunda pessoa, a mesma tendência de apagamento do objeto destacada em Omena (1978) e Duarte (1989) para o acusativo anafórico de terceira pessoa, em Berlinck (1997) e Torres Morais e Salles (2010), para o dativo anafórico de terceira pessoa, e para a expressão do objeto de primeira e segunda pessoas, mencionada em Dalto (2002) e Lopes e Pereira (2008).

O pronome tônico *você(s)* também é pouco expressivo como OD, mas amplia sua frequência quando constitui o SP, sobretudo em Curitiba. Em nossa análise, a ocorrência do pronome pleno tanto na forma de OD – *você* e *o senhor/a senhora* – como sob a forma de SP na expressão do OI – *para/a você* e *para/a o senhor/a senhora* – representa uma estratégia pouco produtiva, com os menores índices na representação do OI.

Inicialmente tínhamos a pretensão de analisar os condicionamentos em relação ao uso dessas estratégias de SP, tendo em vista a sua recorrência para a expressão do dativo anafórico de terceira pessoa; contudo, tivemos nossas expectativas frustradas diante dos 17 casos que encontramos. Mesmo assim, observando a preposição introdutora desses SPs, registramos 11 casos da preposição canônica *a* contra 6 da preposição *pra* (*para*). Confirmam-se alguns exemplos extraídos da amostra:

- (60) a. [...] eu falo **pra** você, você não abaixa, então eu acho que você não tá pouco ligando, dando importância tá me mandando eu me danar e me lixar [SAJ.02.F.EF.II].
- b. [...] eu digo **a** você, que você está me prejudicando, não pode ter nenhum som e tudo, então obrigação sua é você abaixar seu som. [SAJ.02.F.EF.II].

Embora sejam poucos os dados referentes à estratégia preposicionada, podemos indicar que o resultado de nossa amostra contraria a observação geral quanto à progressiva expansão do emprego da preposição *para* no PB. Em resultados obtidos no estudo das formas de dativo de terceira pessoa destaca-se a variação entre as preposições *a* e *para* na configuração do SP e mesmo a sua eliminação em dialetos mais populares (CAVALCANTE, 2009; SCHER, 1996;). Com frequência, os estudos têm registrado um uso mais expressivo de *para* em detrimento da forma canônica *a*, o que se deve, segundo Gomes (2003), ao caráter de neutralidade de *para* em oposição à preposição *a*, definida com o traço de maior formalidade. Os resultados limitados neste trabalho não nos permitem tecer maiores considerações sobre o uso dessas preposições em Santo Antônio de Jesus.

A seguir registramos as ocorrências de SP encontradas no *corpus*:

a) preposição *a*

- ...então vou **pedir a** você que...
- ...não vou **dizer a** você que...
- ...que eu **digo a** você...
- ...eu não vou **dizer** assim **a** você que...
- ...eu tenho não vou **dizer a** você que não...
- ...se eu for **pedir** uma coisa **a** você...
- ... sempre que eu **peço** uma **coisa a** você...
- ...tá tudo pedindo pra eu **pedir a** você...
- ...então eu vou **fazer** essa pergunta **a** você...

b) preposição *para*

...deixar **pra** **vocês** de herança é o estudo...

...eu **falo pra** **você**...

...estou **ligando pra** **você**...

...entregar essa **carteira pra** **você**...

...se a pessoa disser **para** **você**...

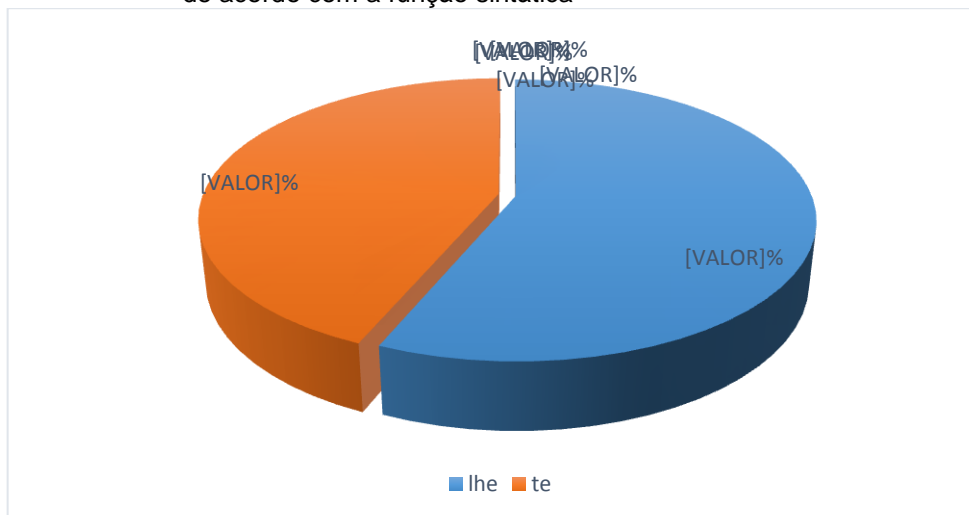
...como eu acabei de falar **pro** **senhor**...

Observamos que, dos SP com preposição *a*, seis ocorrem em contextos de verbos de transferência verbal/perceptual (dizer, ensinar, prometer, falar), quatro ocorrem com o verbo de transferência material (pedir) e uma delas com o verbo *leve* (fazer).

Torres Morais e Berlinck (2007) analisaram dados coletados do *Fórum de Debates do Estado de São Paulo – on line* e, quanto ao uso das preposições que encabeçam o dativo anafórico, registraram o uso da preposição *a* em 82% das ocorrências com verbos de transferência verbal/perceptual e, com os verbos de transferência material, o índice ficou em torno de 67%. Os dados examinados pelas autoras constituem amostras de língua escrita, o que pode explicar a prevalência de *a*, item mais formal e que denota conservadorismo. Queremos destacar também, em relação a esse estudo, que o contexto com verbos de transferência foi favorecedor dessa preposição. Embora os nossos dados sejam pouco expressivos, revelam também a prevalência de *a* com verbos de transferência verbal/perceptual.

Dado que, na expressão do OD de segunda pessoa, os índices para as formas clíticas, tanto na função de OD como de OI, são os mais altos em comparação às demais estratégias, julgamos importante isolá-los e nos determos em sua análise. Assim, desconsiderando as demais alternativas, obtivemos um total de 829 ocorrências de *lhe* e *te*, cuja distribuição fica mais bem visualizada a seguir:

Gráfico 07 - Distribuição das ocorrências de *lhe* e *te*, em Santo Antônio de Jesus, de acordo com a função sintática



Fonte: Dados coletados pela autora.

No presente trabalho, optamos por investigar os condicionamentos do uso desses clíticos, independentemente de sua função sintática, tendo em vista que, por se tratar de uma variável eminentemente sócio-discursiva, nos testes estatísticos iniciais, tais condicionamentos foram os mesmos para *lhe* e *te* em ambas as funções sintáticas. Apresentado esse panorama geral acerca da variação das formas de representação do objeto de segunda pessoa, nas próximas seções examinaremos os contextos condicionadores das formas em variação representadas nos esquemas analíticos definidos.

6.2 USO ALTERNANTE DOS CLÍTICOS *LHE* E *TE* NA REPRESENTAÇÃO DO OBJETO

O primeiro esquema de análise toma como valor de aplicação a variante *lhe* em oposição a *te* como formas para pronominalizar a referência ao interlocutor. Nessa primeira rodada, foram incluídos os 13 grupos de fatores estabelecidos como possíveis condicionantes da variação em estudo (Cf. 5.4.1.3), a fim de que o Goldvarb fornecesse a primeira avaliação dos dados, a qual inclui apenas o número de ocorrências e os percentuais correspondentes. A partir desses resultados iniciais, procedeu-se à eliminação dos casos de *knockouts*, pois, uma vez que não apresentam variação, inviabilizam o uso do programa estatístico. Dessa forma, em alguns momentos foi necessário reunir fatores ou eliminá-los, a depender da análise linguística empreendida, ou, ainda, excluir grupos inteiros.

Realizadas as modificações necessárias nos grupos de fatores, as quais serão mencionadas quando pertinente, chegamos à rodada válida, na qual se fez a seleção dos grupos condicionantes, estabelecendo-se as frequências e os pesos relativos em função da variante definida como valor de aplicação da regra variável. Os sete grupos considerados relevantes para explicar a variação entre *lhe* e *te* estão dispostos a seguir, na ordem de seleção feita pelo Goldvarb, na rodada cujo nível de significância foi 0.044:

- (i) paralelismo discursivo entre as formas objetivas
- (ii) faixa etária
- (iii) tipo de relação entre os interlocutores
- (iv) paralelismo entre os clíticos e as formas de tratamento na função subjetiva
- (v) paralelismo entre os clíticos átonos, oblíquos tônicos e possessivos
- (vi) escolaridade
- (vii) sexo

A apresentação dos resultados será feita levando em consideração a natureza da variável – linguísticas, pragmático-discursivas e sociais – e, em cada grupo, a ordem de seleção.

6.2.1 Condicionamentos linguísticos para o uso de *lhe*

Das oito variáveis linguísticas controladas nesta análise, foram selecionadas três como condicionadoras da variação *lhe* e *te*: *paralelismo entre as formas objetivas*, *paralelismo entre os clíticos e as formas de tratamento na função subjetiva* e *paralelismo entre os clíticos átonos, oblíquos tônicos e possessivos*, cujos resultados obtidos são discutidos a seguir.

6.2.1.1 Paralelismo discursivo entre as formas objetivas

Define-se como paralelismo, nos estudos sociolinguísticos, a repetição de certas escolhas linguísticas ao longo de uma sequência discursiva. De acordo com Scherre (1998), tal repetição pode se dar entre palavras ou em seu interior, no interior do sintagma, no interior da oração ou entre orações. A primeira referência ao uso

desse princípio em estudos do português brasileiro, segundo Paiva e Scherre (1999), encontra-se em Omena (1978) ao estudar as formas pronominais variantes acusativas e, ainda de acordo com as autoras, usando a denominação “efeito gatilho”, a primeira referência é feita por Emmerich (1977). Desde então essa variável tem sido um fator importante na análise variacionista de diversos fenômenos.

A sua atuação foi testada em alguns estudos sobre formas pronominais, tendo-se verificado que a escolha de uma forma na primeira ocorrência de uma série condiciona a sua seleção na estrutura seguinte. Em Almeida (2009), medimos a atuação do paralelismo sobre as formas de representação do OD em Salvador e verificamos que a probabilidade de escolha do clítico *lhe* numa série aumenta quando a escolha anterior foi por este pronome. De igual maneira, quando o antecedente é *te*, há maior probabilidade de se repetir o mesmo pronome.

Assim, partimos do pressuposto de que no estudo em questão o *paralelismo discursivo entre as formas objetivas* também se evidencie como um fator condicionante. Salientamos que selecionamos para a análise apenas as ocorrências de objeto em frases paralelas, e os critérios usados para determinar a sequência discursiva foram os mesmos definidos por Scherre e Naro (1993): 1) a construção analisada deveria se referir ao mesmo sujeito da anterior; 2) deveria ocorrer a uma distância de até dez orações e 3) a mudança de turno seria considerada ruptura da série. Para o exame desta variável, definimos os fatores a seguir:

a) forma precedida do clítico *lhe*

(61) eu não vou mais **lhe** incomodar né, vou... gosto de ouvir música alta, mas como eu sei que tá **lhe** incomodando, eu vou abaixar mais o volume.
[SAJ.01.F.EF.I].

b) forma precedida do clítico *te*

(62) O que eu **te** dava, ah... o que é que eu **te** dava? [SAJ.16.F.EF.III]

c) forma precedida do pronome *você* como objeto

(63) [...] não posso autorizar **você** sair porque você está sobre minha responsabilidade e você pode sair e acontecer qualquer coisa, [...] ia ficar com toda responsabilidade de que acontecesse com você, então no momento eu não posso deixar **você** sair. [SAJ.14.M.EF.III]

d) forma precedida do objeto nulo

(64) Olhe só, hoje dinda não vai poder levar \emptyset , agora pra semana eu levo \emptyset , rapaz, e tu munta em tudo, oxente. [SAJ.01.F.EF.I]

As ocorrências de *o/a* e *o senhor/a senhora* em série foram muito baixas, por isso tais formas não foram controladas. Os percentuais e pesos relativos obtidos para a variável estão expostos na Tabela 12, a seguir:

Tabela 12 - Atuação da variável *paralelismo discursivo* no uso de *lhe* como objeto de segunda pessoa em comparação a *te*, em Santo Antônio de Jesus

Paralelismo formal	Apl./Total	%	P.R.
Forma antecedente <i>lhe</i> (<i>lhe...lhe</i>)	113/125	90,5	0.77
Forma antecedente <i>você</i> (<i>você...lhe</i>)	17/20	85	0.65
Forma antecedente \emptyset ($\emptyset...lhe$)	14/20	70	0.55
Forma antecedente <i>te</i> (<i>te...lhe</i>)	7/68	10	0.08
Total	151/233	64,8	—

Fonte: Dados produzidos pela autora.

O peso relativo para o fator *forma antecedente lhe* é de 0.77, o que confirma a hipótese quanto à repetição da escolha desse pronome numa série discursiva em que aparece como primeira ocorrência. É importante dizer que aqui não se considera essa repetição como um mecanismo estrutural, ou seja, proveniente de uma ação puramente mecânica como proposto em Scherre (1998). A definição deste grupo de fatores leva em conta a manutenção da “harmonia discursiva” (BORGES, 2004). Isso quer dizer que a escolha de uma forma semelhante na sequência discursiva é mais ou menos consciente e condicionada, no caso do fenômeno em questão, por questões pragmáticas, como a natureza da relação entre os

interlocutores, o assunto da conversa, etc. A respeito disso, veja-se o exemplo a seguir, no qual o falante dirige-se a um vereador (interlocutor hipotético):

(65) [...] todo mundo vai **lhe** receber muito bem e aí isso que ia dizer pra ele. Tem umas crianças tudo **lhe** esperando lá pra **lhe** ver. [SAJ.14.M.EF.III].

Não se pode desprezar a hipótese que o falante reconheça a necessidade de marcar o distanciamento em relação ao seu interlocutor e por isso mantenha a repetição do pronome *lhe* na frase. A opção por um *te* denotaria uma relação demasiado solidária, que não existe entre os interlocutores. No exemplo a seguir, o informante altera a forma de tratamento porque parece reconhecer que não há grandes implicações nessa mudança.

(66) Eu **lhe** decepcionei? Então, por favor, a gente senta agora e conversa... mas realmente se você tá falando que eu também **te** magoei, então me fale, comente, eu estou esperando. [SAJ.23.F.ES.I].

Apesar de, em Santo Antônio de Jesus, os falantes recorrerem a combinações diversas para a expressão do objeto: *você-você*, *você-te*, *você-lhe*, *você-nulo*, a expectativa inicial para o fator *forma antecedente* *você* era a de que o *lhe* fosse a escolha majoritária nesse contexto, o que revelaria uma simetria no paradigma. Apesar do número reduzido de ocorrências de *você* em uma série – apenas 20 –, a significativa frequência de 85% para o uso de *lhe* como forma posterior e o peso relativo de 0.65 ratificam a nossa hipótese.

O fator *forma antecedente* *objeto nulo* obteve peso relativo 0.55, o que poderia, a princípio, sugerir uma discreta influência sobre a escolha de *lhe*, visto que seu peso relativo está próximo ao valor neutro – 0.5. Lembramos, contudo, que, na análise dos pesos relativos, não interessam apenas os valores individuais, mas, especialmente, a comparação entre os valores obtidos para cada fator (GUY; ZILLES, 2007). Assim, comparando esse fator com o contexto desfavorecedor *forma antecedente* *te*, percebemos uma enorme distância entre os valores numéricos, de modo que, ainda que a quantidade limitada de dados não nos permita tecer comentários conclusivos, podemos dizer que, ao recorrer à estratégia com objeto

nulo, o falante tem relativa probabilidade de preenchê-lo, na sequência, com o clítico *lhe*. Já era esperado que o fator *forma antecedente te*, cujo peso relativo é 0.08, tivesse atuação irrelevante para a aplicação da regra em questão, uma vez que a expectativa é que, nesse caso, o falante dê preferência ao uso de outro pronome *te*, mantendo também o paralelismo em relação a essa forma.

Uma das discussões que se trava em torno da questão do paralelismo, à qual fizemos referência há pouco, é se a motivação para a repetição de formas seria uma ação puramente mecânica ou resultado da escolha consciente do falante. Em outras palavras, a questão é saber se seria esse um princípio de natureza formal ou funcional. Lopes (1998), ao investigar a atuação do paralelismo, em seu estudo sobre a alternância *nós/a gente*, salienta que a repetição de uma forma em uma série discursiva pode se dar, a depender do fenômeno analisado, por influência de fatores pragmático-discursivos. A autora menciona que a atuação do paralelismo sobre o uso de *a gente* está condicionada à mudança de referência, visto que o falante tem necessidade de explicitar o referente quando a referência não é igual à anterior. Veja-se o que diz a autora:

Interessante observar ainda que a presença do pronome no paralelismo está relacionada à mudança de referência, apresentando-se altos índices de sujeito explícito na 1ª ocorrência de uma série. Isso nos sugere que o falante, a fim de identificar para o ouvinte o referente, necessita explicitá-lo formalmente, quando faz sua primeira alusão a ele, iniciando um tópico. Durante a interlocução, este recurso será utilizado, novamente, quando houver uma mudança de referência (LOPES, 1998, s/p).

De acordo com Gryner (1990, p. 183-184),

[...] as variantes são elementos significativos, o que torna improvável que seu uso repetido seja decorrente de natureza meramente formal [...];
 [...] a identificação de uma função pragmático-discursiva e, portanto, de livre escolha do locutor não é facilmente associada à imagem de um gatilho de revólver que propulsiona automaticamente a bala. Isto porque se omite precisamente quem aciona o gatilho e por que o faz. [...] Assim, parece confirmar-se a hipótese de que a repetição de formas é um fator de coerência textual [...];
 [...] afirmamos anteriormente que a manutenção ou mudança de variantes está relacionada a propósitos discursivos específicos. Assim a) a manutenção de variantes em seqüência [...] expressaria uma intensificação e/ou equivalência – isto é, a manutenção de ‘atitude’
 b) a mudança de variantes em seqüência [...] expressaria uma mudança no plano ou foco – isto é, uma mudança de ‘atitude’ [...]
 [...] De fato, se a mudança de formas expressa a mudança de cenário, foco ou perspectiva, parece razoável supor que a recorrência das formas expressa a sua manutenção. [...]”.

Em relação ao paralelismo das formas aqui estudadas, advogamos que a repetição não é puramente mecânica, antes o indivíduo parece ter consciência de sua escolha e, ao tratar seu interlocutor por *lhe*, por exemplo, reconheceria as implicações de uma possível troca para o tratamento *te*, que sugere a existência de uma relação mais solidária entre os participantes da interação verbal.

6.2.1.2 Paralelismo entre os clíticos e as formas de tratamento na função subjetiva

A fusão dos paradigmas pronominais de segunda e terceira pessoas, conforme já explicamos, gerou no português brasileiro algumas combinações diferentes das do modelo tradicional. No Capítulo 1, já discutimos a ausência de correlação entre a descrição em geral apresentada na GT e os dados linguísticos reais e, apontamos, com base no estudo de Lopes (2012), que a combinação de *você* com as formas correlatas a *tu* e vice-versa já era observada no português brasileiro desde o século XVIII e, no português atual, ocorre em todas as situações e níveis sociais. A autora, inclusive, rejeita o rótulo “mistura de tratamento” para esse fenômeno e defende a existência de um quadro pronominal suplementar.

Em Santo Antônio de Jesus, como também já dissemos, vigoram os pronomes *tu* e *você* para o trato do interlocutor, além de *o senhor/a senhora* para situações mais específicas. Assim, ao definirmos o grupo de fatores *paralelismo entre os clíticos e as formas de tratamento na função subjetiva* desejamos averiguar de que maneira a correlação entre as formas dos paradigmas de *tu* e *você* se apresenta na comunidade. Assim, foram definidos como fatores desse grupo as formas de tratamento encontradas na amostra:

a) Pronome *você*

(67) a. Sim, claro, **você** não lembra? **Lhe** devolvi. [SAJ.22.F.ES.II].

b. **Você** não sabe... vi **você** no *shopping*. [SAJ.22.F.ES.II].

b) Pronome *tu*

(68) **Tu** tava onde? Olhe, chegou outra pessoa aqui **te** procurando.
[SAJ.01.F.EF.I].

c) Pronome *senhor/senhora*

(69) A **senhora** acaba de me dizer que eu a estou prejudicando, mas eu preciso saber em que... em que estou **lhe** prejudicando? [SAJ.22.F.ES.I].

A hipótese aventada é a de que, embora reconheçamos que nessa comunidade ocorra a mesma tendência à correlação entre os paradigmas de segunda e de terceira pessoas observada para o PB em geral, o falante santoantoniense revela maior probabilidade de optar por preencher a posição de objeto com o *lhe* quando o tratamento antecedente for representado por *senhor/senhora* e *você* dado o traço de [+ formalidade/cortesia] do pronome em contraste com o valor de [+ solidariedade/intimidade] de *tu* e *te*. Na Tabela 13, a seguir, expomos os resultados numéricos fornecidos pelo programa computacional:

Tabela 13 - Atuação da variável *forma de tratamento subjetiva* no uso de *lhe* como objeto de segunda pessoa em comparação a *te*, em Santo Antônio de Jesus

Forma de tratamento	Apl./Total	%	P.R.
o senhor/a senhora	28/30	98,3	0.70
você	163/249	65,5	0.52
tu	4/20	20	0.08
Total	195/299	65,2	–

Fonte: Dados produzidos pela autora.

Os resultados apresentados na Tabela 13 revelam algumas questões interessantes acerca do quadro pronominal vigente em SAJ, que poderão ser mais bem examinadas recorrendo-se a alguns conceitos da teoria do *poder* e *solidariedade* defendida por Brown e Gilman (1960). Em linhas gerais, segundo essa visão, as sociedades são caracterizadas por duas forças que se opõem: o poder e a solidariedade, as quais se manifestam na escolha das formas de tratamento, uma vez que papéis sociais estão em jogo no seu uso. Modernamente, porém, nas áreas urbanas, estaria ocorrendo um enfraquecimento dessa polarização com uma

tendência ao predomínio da solidariedade, o que, naturalmente, repercute no trato do interlocutor, haja vista, por exemplo, o uso da forma *você* para tratamento dos pais pela geração mais jovem, em detrimento do *senhor/senhora* de outrora.

A prevalência de *lhe* como clítico de *o senhor/a senhora*, com peso relativo de 0.70 e a frequência quase categórica, além de revelar a preservação da simetria do paradigma, do ponto de vista discursivo, demonstra o reconhecimento de um valor de formalidade/cortesia atribuído ao *lhe*. Note-se que houve apenas dois casos de combinação de *o senhor/a senhora* com *te*, clítico com traço de menor formalidade/cortesia, as quais ocorreram na fala de pessoas jovens, como exemplificado a seguir:

(70) Oh, **senhora**, muito obrigado, de que forma é que eu posso **te** agradecer?
[SAJ.25.M.ES.I].

Em relação à atuação do pronome *tu* na definição do clítico, das 20 ocorrências registradas em série, apenas 4 combinaram-se com o *lhe*, o que corresponde ao valor de 0.08 para o peso relativo. O fator representado pelo pronome *tu*, portanto, não funciona como condicionamento para a aplicação da regra. O que se depreende é que o falante é consciente da incompatibilidade entre os valores pragmáticos de *tu* e *lhe*: não *lhe* parece adequado o emprego da variante *lhe*, mais formal e menos íntima, para dirigir-se a um interlocutor a quem trata por *tu*.

A combinação *você* (sujeito) com *lhe* ocorreu em 65,5% dos casos e o peso relativo registado foi de 0.52, o que nos permite sugerir que, em Santo Antônio de Jesus, a famigerada “mistura de tratamento” ocorra com mais frequência com o pronome *você*, que pode combinar-se com *te* ou *lhe*. O que podemos notar é que, se por um lado, *te* tem um comportamento eminentemente marcado pelo traço [+ informalidade/ solidariedade], *lhe* tem uma natureza de [± formalidade/cortesia].

Esse fato é consequência da fixação de *você* no quadro pronominal do português brasileiro em finais do século XIX e início do XX, quando, acompanhando essa migração, começam também se fixar no paradigma de segunda pessoa os pronomes possessivos e o átono de terceira pessoa. Nesse sentido, Lopes e

Cavalcante (2011), numa analogia ao *voseamento*⁵⁷ espanhol, referem-se à existência de um *voceamento* no Brasil, definido nas palavras das autoras pelo “emprego de formas verbo-pronominais relacionadas a *você* (terceira pessoa formal) com o mesmo objetivo: referir-se à segunda pessoa do singular” (LOPES; CAVALCANTE, 2011, p. 33).

6.2.1.3 Paralelismo entre clíticos átonos, oblíquos tônicos e possessivos

Ainda procurando investigar a correlação entre as formas pronominais em Santo Antônio de Jesus, desta vez voltamos para a combinação entre os clíticos *lhe* e *te* e as formas oblíquas tônicas e os possessivos, para o que definimos os fatores a seguir:

- a) Formas paralelas: construções em que o falante usa *te + teu/tua*, *te + contigo*, *de ti*, *para ti*, *lhe + seu/sua* ou *lhe + com você*, *de você*, *para você*, etc.

(71) a. [...] mais **te** prometo que na próxima semana eu irei **contigo** e não vou só um dia vou dois dias, vou no sábado e domingo. [SAJ.22.F.ES.I].

b. Eu **te** devolvo, ou até transfiro, é o mesmo banco, eu transfiro direto pra **tua** conta. [SAJ.25.M.ES.I].

- b) Formas não-paralelas *lhe + teu/tua*, *te + seu*, *sua*, *lhe + contigo*, *te + de você*, *para você*, etc.

(72) **Te** conheci através de sua amiga Tati, que me falou **sobre você** [SAJ.02.F.EF.II].

Assim como nas duas variáveis anteriores, supúnhamos que, apesar da fusão entre os paradigmas de segunda e de terceira pessoa, o paralelismo entre os clíticos átonos, os oblíquos tônicos e os possessivos seria mantido, já que a introdução de *você* no quadro de pronomes pessoais ocasionou também a subida dos possessivos de terceira pessoa para a segunda. Em sua trajetória de fixação no quadro

⁵⁷ Emprego de formas de segunda pessoa do plural para se referir à segunda pessoa do singular.

pronominal, o *você*, de acordo com Duarte (2003), inseriu-se, inicialmente, como sujeito e como forma oblíqua preposicionada, concorrendo com as formas correlatas a *tu*, que não desapareceram por completo do paradigma.

Quanto aos oblíquos tônicos de terceira pessoa, estes praticamente desapareceram do PB e deram lugar às formas inovadoras *com você* e *para/a você*, etc. As formas oblíquas tônicas *ti* e *contigo* mantiveram-se apenas nas variedades do português em que prevalece o subistema de tratamento *você-tu*, como é o caso de Santo Antônio de Jesus. Esclarecemos, contudo, que registramos apenas algumas poucas ocorrências de *contigo* e do possessivo *tua*, o que demonstra que, cada vez mais, as formas correlatas a *você* ampliam seu raio de atuação. Para efeitos ilustrativos, apresentamos algumas das ocorrências registradas em que o falante fez opção pelas formas tradicionais de segunda pessoa.

- (73) a. 'J., M. teve aí **te** procurando e **tu** não tava, depois ele disse que passa aqui pra falar **contigo**'... e é sempre isso. 'Fulano teve aqui, **tu** não tava, depois ele passa aí pra falar contigo.' [SAJ.06.F.ES.II].
- b. Eu não sei... assim... eu vou... tem que pegar lá é? Em tua casa? Ah... se tivesse combinado... umas quatro hora. [SAJ.16.F.EF.III].

O resultado para o tipo de paralelismo em questão sugere que, em SAJ, há um uso bastante acentuado das formas oblíquas tônicas de terceira pessoa, mas prevalece a simetria com os clíticos *lhe* e *te*. Os dados numéricos podem ser acompanhados na Tabela 14:

Tabela 14 - Atuação da variável *paralelismo entre clíticos átonos, oblíquos tônicos e possessivos* no uso de *lhe* como objeto de segunda pessoa em comparação a *te*, em Santo Antônio de Jesus

Paralelismo	Apl./Total	%	P.R.
Formas paralelas	73/86	84,9	0.76
Formas não-paralelas	2/32	5,9	0.05
Total	75/120	62,5	—

Fonte: Dados produzidos pela autora.

De acordo com o resultado exibido na Tabela 14, temos a confirmação de nossa hipótese inicial. O peso relativo de 0.76 para o fator *formas paralelas* deixa evidente

que *lhe* combina-se com mais frequência com as formas inovadoras de segunda pessoa relacionadas a *você*, como em:

(74) O que foi, minha amiga, que **lhe** decepcionei?... que eu chamei pra conversar **com você**, mas eu chamei porque eu gosto muito **de você** e não quero ver você em perigo. [SAJ.16.F.EF.III].

Foram registradas apenas duas ocorrências do clítico *lhe* correlacionado a formas canônicas de segunda pessoa, o que sugere que a variação em relação ao uso de *lhe* e os oblíquos tônicos e os possessivos praticamente inexistem na comunidade.

(75) Eu vou até ela e falo... Lu, tem alguém **lhe** procurando... alguém quer falar **contigo**. [SSA.07.F.EF.II].

6.2.2 Condicionamento pragmático-discursivo para o uso de *lhe*

Bortoni-Ricardo (2002, p. 336) cita quatro fatores contextuais determinantes do nível de monitoramento do falante: i) a acomodação do falante ao seu interlocutor; ii) o apoio contextual na produção dos enunciados; iii) a complexidade cognitiva envolvida na produção linguística; e iv) a familiaridade do falante com a tarefa comunicativa que está sendo desenvolvida. A autora destaca que o interlocutor é o que parece se configurar como o mais importante determinante para o grau de pressão comunicativa sobre o falante. Em nosso estudo, esse fator também mostrou-se relevante, sendo representado na variável *tipo de relação entre os interlocutores*. A seguir, apresentamos os resultados obtidos.

6.2.2.1 Tipo de relação entre os interlocutores

Para avaliar a acomodação do falante ao interlocutor no que respeita à escolha da forma de tratamento, foi necessário encontrar respaldo em alguns princípios da *teoria das relações simétricas*, que discute as relações de *poder* e *solidariedade* (BROWN; GILMAN, 1960) e da *teoria da polidez* (BROWN; LEVINSON, 1987).

Brown e Gilman (1960), no texto clássico *The pronouns of power and solidarity* sobre os usos das formas de tratamento em várias línguas, como inglês, francês, italiano, alemão etc., assinalam que o emprego de tais formas está intimamente ligado às relações que se constroem entre os participantes das situações comunicativas. De acordo com a teoria desenvolvida pelos autores, a sociedade está assentada em dois polos: *poder* e *solidariedade*. As relações sociais entre os interlocutores comportam, assim, diferentes dimensões de poder e solidariedade a depender de sua posição hierárquica.

Estão em questão os diferentes papéis sociais, que se alternam em consonância com as situações de interação de que o indivíduo participa (filho/pai, patrão/empregado, amigo/amigo, etc.). Com base nessa dicotomia, classificam-se as relações em simétricas e assimétricas. As primeiras são aquelas em que os participantes da interlocução estão no mesmo nível hierárquico, podendo haver, ou não, reciprocidade e solidariedade na relação social. Em contrapartida, as relações assimétricas caracterizam uma situação em que há hierarquia entre os membros da interlocução, ou seja, alguém detém o poder sobre o outro.

Nessas relações hierárquicas, fala-se em uma relação assimétrica ascendente, de superior para inferior, e descendente, de inferior para superior. Consoante Brown e Gilman (1960), o uso da forma V (*vós*) é característico de relações simétricas em que não há solidariedade/intimidade entre os participantes do ato discursivo e das relações assimétricas ascendentes. E o uso da forma T (*tu*) circunscreve-se a relações simétricas solidárias e relações assimétricas descendentes.

Na mesma linha de pensamento de Brown e Gilman (1960), Roncarati (2008, p. 121) afirma que:

As formas de endereçamento – expressões dêiticas que codificam identidades sociais relativas aos papéis dos participantes do discurso – são [...] dotadas de valores sócio-pragmáticos e exigem diferentes alinhamentos discursivos na negociação interativa, sinalizando a atitude que se deve adotar em função do *status* social e de poder a ser observado.

Na maior parte dos estudos sobre o tratamento *tu/você* no PB, registra-se uma distinção de natureza pragmático-discursiva entre as formas, no sentido de que apresentam, respectivamente, os traços [+ solidariedade/intimidade] e [+ respeito/

cortesia]. Advogamos que tais características são estendidas aos pronomes correlatos *lhe* e *te*. Em outras palavras, se *tu* é uma variante usada para contextos de [+ solidariedade/intimidade], *te* também o será; de maneira análoga, se *você*, apesar de ter um caráter de mais neutralidade, na medida em que alterna entre contextos formais e informais, apresenta o traço [- solidariedade/intimidade], *lhe* também receberá essa característica.

Nessa perspectiva, a variável *tipo de relação entre os interlocutores* avalia o uso das formas pronominais em função da relação estabelecida entre os participantes da atividade comunicativa. Para a codificação deste grupo de fatores, fez-se um levantamento exaustivo das relações observadas no *corpus*, que foram assim agrupadas:

- a. Relação simétrica/de igualdade – entre pessoas de uma mesma faixa etária, entre irmãos, entre amigos etc;
- b. Relação assimétrica ascendente – de inferior para superior, de jovem para velhos, de filhos para pai etc.;
- c. Relação assimétrica descendente – de superior para inferior, de velho para jovem, de pai para filho, de chefe para funcionário etc;
- d. Relação entre desconhecidos
- e. Discurso genérico

A relação entre desconhecidos foi codificada separadamente dada a dificuldade de categorizá-la como ascendente ou descendente, visto que nem sempre era possível identificar a faixa etária do interlocutor ou o seu papel social. Quanto ao fator *discurso genérico*, codificamos com esse rótulo as construções em que o falante não se referia a um interlocutor determinado, antes fazia uma referência genérica, como em (89). Assim, hipotetizamos, que pelo seu traço de neutralidade, o *lhe* seria o clítico mais usual em referências mais genéricas.

- (76) [...] porque as vezes você faz uma coisa pensando que tá acertando e você está errando, então precisa de outra pessoa pra **lhe** mostrar isso [SSA.09.F.ES.II].

Com o estudo desta variável, procuramos averiguar, ainda, a hipótese de que o clítico pronominal *lhe*, embora na variedade do português estudada também se estenda a usos em relações solidárias, seria favorecido entre interlocutores não-pares, ou seja, onde as relações denotam menor solidariedade/intimidade, visto que há uma preocupação em preservar a própria face e a do outro, evitando assim o conflito. Pela teoria da polidez (BROWN; LEVINSON, 1987), o conceito de *face* está ligado à imagem pública que o sujeito deseja para si.

Nas situações interativas, os participantes estão sempre em confronto e manifestam o desejo de construir uma imagem positiva de si mesmo, entretanto a situação de ameaça é constante e não é possível controlar a imagem que os interagentes constroem um do outro. Para amenizar um possível conflito e garantir o êxito da conversação, é necessária a aceitação de determinadas linhas de conduta, que incluem a adoção de estratégias de preservação da imagem social. Para isso procuram cultivar a cortesia, a discrição e a solidariedade, atitudes de polidez, que revelam uma preocupação com os sentimentos do outro (HOLMES, 2006).

Nesse sentido, o locutor deve considerar que seu enunciado esteja em consonância com suas intenções e com a categoria e o papel de seu interlocutor. Para manter uma interação cordial, é necessário usar convenientemente todos os meios que a linguagem põe à disposição dos falantes. A polidez é, então, compreendida como “um conjunto de estratégias discursivas destinadas a evitar ou amenizar o conflito”.

Em relação às formas de tratamento, de modo geral existem estratégias que possibilitam a expressão de valores como solidariedade, cortesia, deferência, formalidade, informalidade, etc. Assim, numa comunidade onde há alternância entre formas que denotam tratamento [+solidário/íntimo/informal] e [-solidário/íntimo/informal], o falante numa tentativa de preservar a sua face ou a de seu interlocutor pode alternar o uso de pronome mais formal para um menos informal e vice-versa.

Assim, partimos da hipótese de que em relações assimétricas ascendentes e em relações entre desconhecidos, o falante faria opção pelo uso de *lhe*, dado o valor de cortesia associado à forma, recorrendo, assim, a uma estratégia de polidez para

preservar a face dos interactantes. Os resultados fornecidos pelo Goldvarb estão dispostos na Tabela 15.

Tabela 15 - Atuação da variável *tipo de relação entre os interlocutores* no uso de *lhe* como objeto de segunda pessoa em comparação a *te*, em Santo Antônio de Jesus

Relação entre interlocutores	Apl./Total	%	P.R.
Relação assimétrica ascendente	107/120	89,2	0.78
Relação entre desconhecidos	41/48	85,4	0.73
Discurso genérico	5/8	62,5	0.52
Relação assimétrica descendente	99/180	55	0.43
Relação simétrica	139/267	52,1	0.36
Total	391/623	62,8	—

Fonte: Dados produzidos pela autora.

Os números ratificam as conclusões já apresentadas sobre o traço de respeito/cortesia do *lhe*. Está claro que em SAJ a diferenciação pragmática entre os clíticos *lhe* e *te* é bem acentuada. O peso relativo de 0.78 para o fator *relação assimétrica ascendente* comprova que, quando o falante dirige-se a um interlocutor com quem mantém uma relação assimétrica, dá preferência ao clítico *lhe*.

Para Brown e Gilman (1960), as relações sociais do passado estiveram pautadas no poder, e as formas de tratamento codificavam essa semântica, mas, a partir do século XX, há uma mudança nesse comportamento, verificando-se maior reciprocidade nas relações e na forma de tratar o interlocutor. Afirmando que há favorecimento de um tratamento mais solidário, o que não implica que a semântica do poder tenha desaparecido. Pode-se inferir que as interações atuais estão mais baseadas na informalidade, o que deve refletir sobre as escolhas das formas pronominais de referência ao interlocutor. Decorre daí o emprego de formas de tratamento mais igualitárias na contemporaneidade.

Com base nesse ponto de vista, Biderman (1972-1973, p. 367) afirma que “o tratamento de *o senhor, a senhora* dado a um íntimo (superior), aos pais, p.ex., já não é generalizado no Brasil contemporâneo. Nas áreas urbanas das grandes

idades, em meio à geração jovem, trata-se os pais de *você*.” Santo Antônio de Jesus passou por seu processo mais intenso de urbanização há cerca de 50 anos, mas ainda conserva muito de seus hábitos de cidade do interior, de modo que poderíamos pensar que os resquícios de uma hierarquia familiar patriarcal interferem na escolha da forma de tratamento dos pais. Assim, os pronomes *lhe* e *senhor/senhora* refletem melhor a delimitação das posições sociais.

Em grande parte das relações assimétricas ascendentes envolvendo *filhos/pais*, o *lhe* foi a forma interlocutória mais recorrente, como ilustramos a seguir:

- (77) a. Mãe... é... assim... sua amiga Jacira, ela teve aqui **lhe** procurando, perguntei pra ela se ela queria... gostaria de deixar algum recado, ela disse que não, que mais tarde vem e que conversa pessoalmente com a senhora. [SAJ.22.F.ES.I].
- b. Se fosse minha mãe.... “minha mãe, estão procurando **a senhora** aí, não sei qual é o assunto”. Se ele tivesse me dito qual era o assunto, então, eu diria “fulano de tal tá querendo saber sobre isto ou sobre aquilo” [SAJ.08.F.ES.II].

Nas relações entre desconhecidos, também a preferência é pelo *lhe* em 81,2% dos casos. O peso relativo de 0,73 confirma a influência do fator. Ao optar por essa forma, o falante usa-a como uma estratégia de polidez, evitando uma informalidade desnecessária com quem não conhece e um tratamento demasiado formal com o pronome *senhor/senhora*, que pode desagradar algumas pessoas por estar associado à indicação da faixa etária. Em relações solidárias e assimétricas descendentes, o emprego de *lhe* enfrenta restrições, e o falante prioriza *te*, pronome mais íntimo e menos formal. Os pesos relativos registrados para esses fatores foram 0.36 e 0.46, respectivamente.

Esse resultado reflete a afirmação de Bortoni-Ricardo (2002, p. 02), para quem o falante lança mão de um estilo mais cuidado “diante de interlocutor desconhecido ou de maior poder na hierarquia social ou a quem ele/a precisa ou deseja impressionar”. Naturalmente nas relações mais informais entre iguais, e mesmo nas relações assimétricas de superior para inferior, a pressão comunicativa sobre o

falante é menor, de modo que, não tendo a necessidade de impressionar, delineia-se um estilo menos cuidado.

O discurso genérico também aparece como contexto favorecedor de *lhe*, como hipotetizamos, mas aqui é preciso atentarmos para a limitação dos dados fornecidos pela amostra, de modo que, embora acreditemos na hipótese, não a caracterizamos como irrefutável. Partindo de considerações de Menon (2006), que assinala o uso de *tu* e *você* em referência indeterminada, assumindo valores [+genérico], ou [-determinado], postulamos que as formas objetivas de segunda pessoa também assumam esses valores, podendo, nesse sentido, fazer referência a um interlocutor genérico.

6.2.3 Condicionamentos sociais para o uso de *lhe*

As três variáveis inicialmente sugeridas foram consideradas relevantes: *faixa etária*, *escolaridade* e *sexo*. A discussão dos resultados obtidos está exposta nas seções que seguem.

6.2.3.1 A influência do grupo de fatores *faixa etária*

Para se testar a influência da variável *faixa etária* definimos três grupos: 25 a 35 anos, 45 a 55 anos e 65 a 85 anos e partimos dos resultados obtidos por Divino (2008) para o uso de *tu* e *você* em SAJ. Ao distribuir os dados em função da faixa etária, esta autora observou maior produtividade de *tu* entre os falantes de 15 a 35 anos (91/875) em detrimento de seu uso nas faixas mais velhas, 36-55 anos (46/875) e acima de 56 anos (49/875).

Sabendo que a variante *tu* encontra resistência entre os falantes mais velhos, supõe-se a mesma análise em relação ao seu correlato *te*. Assim, estabelecemos como hipótese, neste trabalho, que os falantes da faixa 3 teriam predileção por *lhe*, dado o comportamento mais conservador atribuído a esse grupo, ao contrário dos jovens, que demonstram em seu comportamento linguístico a informalidade dos dias atuais. É preciso salientar que os limites de idade usados aqui são diferentes daqueles

definidos por Divino (2008), o que, contudo, não inviabiliza a hipótese. Os resultados são apontados na Tabela 16, a seguir:

Tabela 16 - Atuação da variável *faixa etária* no uso de *lhe* como objeto de segunda pessoa em comparação a *te*, em Santo Antônio de Jesus

Faixa etária	Apl./Total	%	P.R.
Faixa 3	151/193	78,2	0.74
Faixa 2	171/293	58,4	0.54
Faixa 1	151/343	44	0.33
Total	473/829	57,1	—

Fonte: Dados produzidos pela autora.

Pela leitura da tabela, verificamos que a retenção de *lhe* ocorre entre os falantes com idade entre 45 e 55 anos (faixa 2) e 65 e 84 anos (faixa 3), cujos pesos relativos para os fatores que representam foram 0.54 e 0.74, respectivamente. Entre os falantes jovens – 25 e 35 anos –, prevalece o uso da variante mais informal. Acredita-se que, com a introdução de *você* na comunidade, os clíticos correspondentes a essa forma tenham se sobreposto ao *te*, de modo que se justifica que falantes mais velhos tenham preferência por esse pronome. A faixa 2, cujos falantes têm entre 45 e 55 anos, também atua favorecendo a ocorrência do pronome, mas em menor proporção, se comparada à faixa 3. A ocorrência de *lhe* entre falantes mais jovens é pouco expressiva, como se observa pelo peso relativo de 0,33. Ressaltamos que os resultados encontrados para a faixa etária em Salvador foram bem semelhantes aos expostos aqui, embora SAJ se apresente como uma área típica de alternância *tu/você*.

Apontamos como influência ao desuso de *lhe* na faixa 1, a tendência à informalidade na sociedade contemporânea de que fala Chaika (1982 apud MENDES, 1998, p. 138) em seu estudo sobre as formas de tratamento no inglês americano: “[...] esta tendência à informalidade é reflexo de uma cultura global que quer ser sempre jovem”.

Com base nessas informações, buscou-se observar o valor pragmático do *lhe* em cada uma das faixas etárias. Para isso fez-se a associação entre os grupos *faixa etária* e *tipo de relação*. Com base no resultado obtido para a fala soteropolitana,

hipotetizamos que, na faixa 3, os falantes santoantonienses também utilizariam *lhe* tanto nas relações solidárias/informais como nas não- solidárias/formais e, a partir da faixa 2, haveria uma diferenciação mais evidente, acentuando-se, sobretudo, na faixa 1. Dessa maneira, assim como sugerido para a amostra soteropolitana, os santoantonienses mais jovens estariam definindo o *lhe* como marca de formalidade na comunidade em oposição ao traço de solidariedade/intimidade/informalidade de *te*.

Na realização desse cruzamento, eliminamos o fator *discurso genérico*, que, pelo baixo número de ocorrências, produziu uma série de *knockouts*. Também eliminamos o resultado do cruzamento entre a faixa 2 e o fator *relação entre desconhecidos*, uma vez que também aí não houve variação: todos os informantes usaram *lhe* nesse contexto. Feitas essas alterações, obtivemos o resultado a seguir:

Tabela 17 - Atuação das variáveis *tipo de relação* e *faixa etária* no uso de *lhe* como objeto de segunda pessoa em comparação a *te*, em Santo Antônio de Jesus

Tipo de relação	Faixa etária	Apl./Total	%	P.R.
Simétrica	faixa 1	35/111	31,5	0.18
	faixa 2	48/88	54,5	0.39
	faixa 3	56/68	82	0.74
Assimétrica ascendente	faixa 1	15/19	78	0.67
	faixa 2	30/33	91	0.77
	faixa 3	20/21	95	0.90
Assimétrica descendente	faixa 1	25/64	39	0,29
	faixa 2	44/71	62	0.55
	faixa 3	30/45	67	0.58
Entre desconhecidos	faixa 1	11/16	69	0.54
	faixa 2	14/4	100	-
	faixa 3	16/18	90	0.79
Total		372/601	62	-

Nível de significância: 0.02

Fonte: Dados produzidos pela autora.

Primeiramente, confirmamos o favorecimento de *lhe* como forma de menos intimidade/informalidade em todas as faixas etárias, haja vista que os pesos relativos para as relações assimétricas ascendentes são 0.67, 0,77 e 0.90, nas faixas 1, 2 e 3, respectivamente. Nas relações entre desconhecidos, os valores foram 0.54 e 0.79, para a faixa 1 e a faixa 3, respectivamente, enquanto na faixa 2, não observamos variação.

Examinando os valores para a faixa 3 em todos os tipos de relação, observamos que o uso de *lhe* é sempre prevalente, o que demonstra uma menor diferenciação pragmática atribuída à forma. Na faixa 1, assim como na faixa 2, o *lhe* tem menos probabilidade de ser usado em *relações simétricas*, haja vista os respectivos pesos relativos de 0.18 e 0.39. Observe-se, porém, que, nas *relações simétricas descendentes*, enquanto os falantes da faixa 1 mantêm maior restrição a *lhe* – peso relativo de 0.29 – na faixa 2, o uso de *lhe* é favorecido nesse tipo de relação. Assim, os dados apresentados na Tabela 17 confirmam a hipótese arrolada, segundo a qual a diferenciação pragmática de *lhe* ocorre sobretudo na faixa 1.

Em outras palavras, esses indivíduos tendem a empregar *te* para o trato com pessoas do mesmo nível hierárquico e/ou com as quais tenham relação de mais envolvimento/solidariedade e *lhe* para o trato com quem não tenham envolvimento, demonstrando cortesia, deferência.

6.2.3.2 A influência do grupo de fatores sexo

Apesar da tendência registrada em alguns estudos quanto à preferência das mulheres pelas formas socialmente prestigiadas quando comparadas com outros membros do mesmo grupo social, não há um padrão fixo de atuação da variável *sexo*, o que significa dizer que tanto homens como mulheres podem liderar processos de mudança.

Para este estudo, estabelecemos a hipótese de que as mulheres usariam com mais frequência a variante que indica mais envolvimento/solidariedade, o *te*, enquanto os homens empregariam com maior frequência o *lhe*, que sugere menos envolvimento/solidariedade. Entretanto, é preciso considerar também a adequação ao interlocutor, daí a necessidade de observar o cruzamento entre os grupos *sexo* e *tipo de relação*.

Os resultados obtidos após o processamento dos dados atestam que a variável *sexo* é importante para explicar a configuração do fenômeno em análise. A Tabela 18, apresentada a seguir, informa os números percentuais e os pesos relativos que

descrevem a atuação dessa variável no uso do pronome *lhe* em Santo Antônio de Jesus:

Tabela 18 - Atuação da variável *sexo* no uso de *lhe* como objeto de segunda pessoa em comparação a *te*, em Santo Antônio de Jesus

Sexo	Apl./Total	%	P.R.
masculino	213/328	65	0.55
feminino	260/501	52	0.46
Total	473/829	57,1	–

Fonte: Dados produzidos pela autora.

Pela leitura da tabela, observa-se que houve comprovação da hipótese inicialmente estabelecida. O peso relativo de 0,55 para o fator *sexo masculino* deixa evidente que há preferência desse grupo pela forma *lhe*, ao passo que as mulheres são mais sensíveis à variante com traço [+ intimidade/solidariedade] nessa comunidade. O estudo de Divino (2008) também evidenciou a predileção do sexo feminino pela variante *tu*, com frequência de 56% contra 44% para os homens.

Como já enfatizado, a sociolinguística descreve dois princípios básicos para a atuação da variável *sexo* sobre os fenômenos em variação: a) os homens usam mais frequentemente as formas “não-padrão” quando há na comunidade uma variação estável; e b) as mulheres mostram-se mais inovadoras, usando formas “não-padrão”, quando se está diante de uma mudança em curso.

No caso do fenômeno aqui investigado, é preciso admitir que há certa dificuldade em caracterizar as variantes como “padrão” e “não padrão”, uma vez que seus usos tais como ocorrem no PB não são prescritos pela tradição gramatical. Salienta-se, contudo, que não parece haver avaliação negativa das variantes na comunidade.

A fim de examinar como se comportam os falantes de ambos os sexos em função da faixa etária, realizamos o cruzamento entre essas duas variáveis. Os resultados obtidos estão expostos na Tabela 19:

Tabela 19 - Atuação das variáveis *sexo* e *faixa etária* no uso de *lhe* como objeto de segunda pessoa em comparação a *te*, em Santo Antônio de Jesus

Sexo	Faixa etária	Apl./Total	%	P.R.
feminino	faixa 1	79/214	37	0.29
	faixa 2	94/174	54	0.52
	faixa 3	87/113	77	0.69
masculino	faixa 1	72/129	56	0.40
	faixa 2	77/119	65	0.56
	faixa 3	64/80	80	0.80
Total		473/829	57	–

Nível de significância: 0.02

Fonte: Dados produzidos pela autora.

Os números obtidos com a conjugação das variáveis *sexo* e *faixa etária* mostram que é mesmo o grupo de falantes acima de 65 anos o responsável pela retenção de *lhe* em SAJ. Homens e mulheres, como demonstram os pesos relativos de 0.80 e 0.69, respectivamente, têm preferência pelo uso de *lhe* nesse grupo. Em Salvador, também ficou demonstrado o fato de que o pronome *lhe* aparece como uma marca linguística característica de falantes mais velhos.

O cruzamento dos fatores evidencia, ainda, que a faixa 1 tem maior resistência ao uso de *lhe*. Para o sexo masculino, o peso relativo foi 0.40 e para o feminino 0.29. Assim como em Salvador, em SAJ, as mulheres mais jovens são mais resistentes à variante mais formal. Isso talvez se justifique pelo fato de que tendem a ser mais solidárias, mas é preciso avaliar ainda o tipo de interlocutor. Na faixa 2, homens e mulheres apresentam comportamento semelhante quanto à preferência por *lhe*. E os pesos relativos obtidos para ambos os sexos são, respectivamente, 0.56 e 0.52

Investigamos também a conjugação das variáveis *sexo* e *tipo de relação*, para o que foi necessário excluir o fator *discurso genérico*, por razão já apresentada. A seguir, apresentamos os valores obtidos:

Tabela 20 - Atuação das variáveis *sexo* e *tipo de relação* no uso de *lhe* como objeto de segunda pessoa em comparação a *te*, em Santo Antônio de Jesus

Tipo de relação	Sexo	Apl./Total	%	P.R.
Simétrica	feminino	69/145	47,5	0.34
	masculino	70/122	57,5	0.39
Assimétrica ascendente	feminino	62/65	95,5	0.92
	masculino	45/55	82	0.66
Assimétrica descendente	feminino	54/112	48	0.37
	masculino	45/68	66	0.51
Entre desconhecidos	feminino	27/34	79,4	0.60
	masculino	14/14	100	–
Total		372/601	62	–

Nível de significância: 0.013

Fonte: Dados produzidos pela autora.

Observando a conjugação entre *sexo* e *tipo de relação*, nota-se que o sexo masculino tende a empregar *lhe* nas relações não solidárias (assimétricas ascendentes e entre desconhecidos). Os homens, inclusive, foram categóricos no uso de *lhe* nas relações entre desconhecidos. Nas relações simétricas e assimétricas descendentes, o sexo feminino apresenta menor probabilidade de empregar o clítico *lhe*, enquanto os homens mostram-se mais resistentes apenas nas relações assimétricas descendentes.

6.2.3.3 A influência do grupo de fatores *escolaridade*

Frequentemente a escola tem atuado na contramão da mudança linguística, no sentido de que reserva às formas não prescritas pela tradição gramatical a condição de ilegitimidade. Assim, a sua função tem sido a de substituir as formas que estão em desacordo com o padrão gramatical pelas formas socialmente prestigiadas. Em relação ao uso de *lhe* como objeto direto, o que se diz normalmente é que a variante não é estigmatizada e, ao contrário, detém um traço de formalidade. Em vista disso a expectativa aqui posta é a de que os indivíduos mais escolarizados, os quais apresentam usos mais próximos da norma gramatical de prestígio, fariam uso da variante *lhe*. Acompanhe-se o resultado na Tabela 20:

Tabela 21 – Atuação das variáveis *escolaridade* no uso de *lhe* como objeto de segunda pessoa em comparação a *te*, em Santo Antônio de Jesus

Escolaridade	Apl./Total	%	P.R
Fundamental	194/307	63	0.57
Superior	279/522	53,5	0.46
Total	473/829	57	–

Fonte: Dados produzidos pela autora.

Vemos que a hipótese inicialmente estabelecida não foi confirmada. Depreende-se da leitura dos pesos relativos que os indivíduos menos escolarizados dão preferência ao uso de *lhe*, enquanto os de nível superior demonstram maior predileção por *te*. Os valores registrados são, respectivamente, 0.57 e 0.46. Supomos que os falantes de nível fundamental, por terem ficado menos à vontade no momento da entrevista, tenham dado preferência à variante mais formal. Dessa forma, reforçamos o caráter diafásico dessa variação.

6.3 VARIAÇÃO ENTRE CLÍTICOS E O PRONOME TÔNICO VOCÊ NA REPRESENTAÇÃO DO OBJETO DIRETO DE SEGUNDA PESSOA

Galves (2001) aponta que a gramática nuclear da língua legitima apenas clíticos de primeira e de segunda pessoa. Os de terceira estão em franco desaparecimento, uma vez que os pronomes tônicos *ele/ela*, desde a segunda metade do século XIX, começaram a inserir-se na posição acusativa. Ainda de acordo com a autora, no PB a tendência é o desaparecimento do clítico puramente acusativo, que, acrescenta, é o menos tônico.

Apesar da preservação dos clíticos de segunda pessoa, de cuja variação nos ocupamos na seção anterior, este paradigma não está imune à concorrência com a forma tônica. Sobre isso, Galves e Abaurre (2002, p. 10) assinalam que “o uso do pronome tônico *você* concorre com o uso do clítico na segunda pessoa, sendo nisso coerente com o uso do pronome *e/le* em posição objeto.”

Com base nessas considerações, apresentamos neste trabalho a análise dos condicionamentos em relação à variação entre o uso das formas clíticas e o pronome tônico *você* para a expressão do objeto direto de segunda pessoa em Santo Antônio de Jesus. Assim, do número total de ocorrências das estratégias de referência ao objeto direto de segunda pessoa, extraímos 618 (88%) correspondentes ao emprego dos clíticos acusativos *lhe* e *te* e 85 (12%) correspondentes ao emprego de *você*. O número de clíticos é bastante expressivo, o que corrobora o que dissemos ainda há pouco sobre a sua preservação no paradigma de segunda pessoa.

Nas próximas seções conheceremos os fatores influenciadores para a opção entre clíticos e não-clíticos. Na rodada, que teve nível de significância 0.08, foram consideradas relevantes pelo Goldvarb as seguintes variáveis:

- (i) Estrutura do sintagma verbal
- (ii) Paralelismo discursivo
- (iii) Escolaridade
- (iv) Tempo e modo verbais
- (v) Tipo de relação entre os interlocutores

Novamente informamos que as variáveis serão tratadas em grupos e, em cada um destes, seguiremos a ordem de seleção do programa estatístico.

6.3.1 Condicionamentos linguísticos para o uso de *você* na alternância com os clíticos

Detectamos a atuação de três grupos de fatores linguísticos para o fenômeno em foco: *estrutura do sintagma verbal*, *paralelismo discursivo* e *tempos e modos verbais*.

6.3.1.1 Estrutura do sintagma verbal

Esta variável analisa a inserção da variante na estrutura da sentença e sua definição pauta-se no interesse de investigar se a configuração do sintagma verbal pode ser

um contexto favorecedor à ocorrência da variante definida como valor de aplicação. Aqui as ocorrências foram agrupadas de acordo com as seguintes configurações:

a) verbo transitivo direto + objeto direto

(78) Eu iria chegar pra ela e dizer assim “poxa fulana... eu não esperava que... que uma coisa tão simples dessa iria **lhe** ofender tanto... [SAJ.01.F.EF.I]

b) verbo transitivo direto (causativo ou perceptivo) + sujeito marcado com caso acusativo + oração infinita (gerúndio ou infinitivo)

(79) Eu tava na cozinha, não ouvi **você** chamar. [SAJ.24.M.EF.I]

c) verbo transitivo direto + objeto direto + predicativo ou complemento oblíquo

(80) Alguma coisa que.. tipo assim, que **lhe** deixe feliz... você estar em casa, né. [SAJ.08.F.ES.II]

d) verbo transitivo direto + objeto direto + complemento oblíquo oracional

(81) Olha, a gente discutiu, você sabe que eu tinha razão, você acha que tem razão, então [...] nem eu vou conseguir **lhe** convencer que a razão é minha. [SAJ.04.M.ES.II]

Quando avaliada por Freire (2000, 2005), sob o rótulo de *transitividade verbal*, em estudos sobre a realização do acusativo anafórico de terceira pessoa, o exame desta variável revelou que as estruturas descritas em *b*, *c* e *d* favorecem o uso do pronome lexical, enquanto estruturas simples (SVO) favorecem o emprego do clítico. Assim, buscamos analisar se é possível notar alguma similaridade no estudo da segunda pessoa. A análise probabilística forneceu-nos o seguinte resultado:

Tabela 22 - Atuação da variável *estrutura do sintagma verbal* no uso de clíticos em alternância com o pronome tônico *você* em Santo Antônio de Jesus

Estrutura do sintagma verbal	Apl./Total	%	P.R.
VT+OD	566/611	92,5	0.58
VTD + OD + oblíquo oracional	12/17	70,5	0.22
VTD + OD + predicat. ou OBL	28/42	67	0.09
VTD (causativo ou perceptivo) + SU (acusativo) + oração infinita	12/33	36,5	0.06
Total	618/703	88	–

Fonte: Dados produzidos pela autora.

Os pesos relativos expostos na Tabela 22 apontam uma polarização entre estruturas simples e estruturas complexas no condicionamento do uso dos clíticos. Assim, a estrutura simples constituída por VT + OD é a única que favorece a ocorrência dos clíticos de segunda pessoa, com peso relativo de 0.58. Nas estruturas complexas em que o OD é seguido por complemento oblíquo oracional, o peso relativo foi 0.22; quando, seguindo o OD, aparece um predicativo ou oblíquo não-oracional, o emprego do clítico é ainda mais restringido, da mesma forma que nas estruturas com verbos causativos e perceptivos seguidos de sujeito com traço acusativo e oração infinita. Para esses fatores, a ocorrência de um OD não-clítico é quase categórica, haja vista os valores de 0.09 e 0.06, respectivamente, para os pesos relativos.

No caso dessa última estrutura, a própria descrição gramatical tradicional prevê o emprego do pronome tônico na posição de sujeito de orações infinitas de verbos causativos e perceptivos. Freire (2005, p. 134) sublinha que tal configuração favorece “o uso do pronome lexical, que é legitimado pela ocorrência no PB do infinitivo flexionado, de modo que essa legitimidade tende a neutralizar o emprego do clítico acusativo nessas estruturas.” A análise de Freire (2005) é para o acusativo de terceira pessoa, mas entendemos que possa ser estendida à segunda pessoa.

6.3.1.2 Paralelismo discursivo

Na seção 6.2.1.1, já fizemos algumas considerações acerca da atuação dessa variável explanatória, a qual se mostrou atuante também no confronto entre as variantes que estamos analisando. Aqui reunimos as formas antecedentes *lhe* e *te* sob o rótulo *clíticos*, uma vez que a nossa intenção é verificar o paralelismo no preenchimento do OD com formas clíticas, sem distingui-las. Os dados expostos na Tabela 23 confirmam a atuação desse princípio:

Tabela 23 - Atuação da variável *paralelismo discursivo* no uso de clíticos em alternância com o pronome tônico *você* em Santo Antônio de Jesus

Paralelismo discursivo	Apl./Total	%	P.R.
Forma antecedente clítico	140/152	92	0.59
Forma antecedente você	14/25	56	0.20
Forma antecedente Ø	14/19	74	0.21
Total	168/196	86	–

Fonte: Dados produzidos pela autora.

O peso relativo de 0.59 fornecido pela análise probabilística confirma que a ocorrência de um clítico anterior aparece como condicionamento ao emprego de outro clítico na sequência. Os outros dois contextos – *forma antecedente você* e *forma antecedente objeto nulo* – não são propícios à ocorrência de um clítico em posição subsequente.

6.3.1.3 O tempo verbal

A escolha desta variável pautou-se no interesse de mensurar a atuação dos tempos e modo verbais sobre a escolha do falante pelas formas de preenchimento do objeto de segunda pessoa. Para o tratamento das locuções verbais, considerou-se o tempo do verbo auxiliar. As formas verbais encontradas no *corpus* estão exemplificadas a seguir.

a) Presente do indicativo

(82) [...] eu levo **você** até lá sem problema nenhum. [SAJ.14.M.EF.III].

b) Pretérito perfeito do indicativo

(83) Eu ia perguntar realmente qual foi o mal que eu **lhe causei** pra que você viesse ter... é... é... é... ficar magoado comigo. [SAJ.14.M.EF.III]

c) Pretérito imperfeito do indicativo

(84) Eu **lhe pedia** um lápis. [SAJ.02.F.EF.II]

d) Futuro do presente do indicativo⁵⁸

(85) [...] não tô tendo tempo agora, mas se você quiser aguardar para a próxima semana, eu **lhe levarei** com muito prazer. [SAJ.14.M.EF.III].

(86) Estou precisando neste momento de x, mas vê se você pode emprestar, porque eu **vou lhe pagar** daqui a trinta dias. [SAJ.02.F.EF.II].

e) Futuro do pretérito do indicativo

(87) Eu **lhe daria** um lençol. [SAJ.24.M.EF.I]

f) Presente do subjuntivo

(88) É, digo “**te livre** do mal, da violência.” [SAJ.08.F.ES.III]

g) Pretérito imperfeito do subjuntivo

(89) Assim, se **lhe visse** em outro lugar, não lhe conheceria, tá diferente. [SAJ.08.F.ES.III].

h) Infinitivo

⁵⁸ Consideraram-se a forma simples e a perífrase no mesmo fator, tendo em vista que são semanticamente equivalentes.

(90) Eu não tive a intenção de **lhe** magoar, me desculpe, me perdoe, eu não faço mais outra dessa não. [SAJ.16.F.EF.III].

i) Gerúndio

(91) **Lhe** olhando... só Deus, que tudo vê. [SAJ.04.M.ES.II].

Para atender aos requisitos da análise multivariada, foi necessário fazermos alguns ajustes nesse grupo de fatores, que consistiram na eliminação de alguns tempos verbais, cujo número de ocorrências foi inexpressivo, e da forma nominal gerúndio, para a qual não houve variação. Nesse contexto, só houve ocorrência de clíticos. Além disso amalgamamos o futuro do indicativo simples com o futuro perifrástico. O resultado para os tempos e modos verbais restantes está exposto a seguir:

Tabela 24 - Atuação da variável *tempo verbal* no uso de clíticos em alternância com o pronome tônico *você* em Santo Antônio de Jesus

Tempos verbais	Apl./Total	%	P.R.
Presente do indicativo	206/233	88,5	0.52
Pretérito perfeito do indicativo	107/132	81	0.28
Pretérito imperfeito do indicativo	13/15	87	0.29
Futuro do presente do indicativo	58/64	90	0.65
Futuro do pretérito do indicativo	11/14	78,5	0.18
Presente do subjuntivo	65/69	94	0.82
Infinitivo	95/111	85.5	0.49
Total	555/638	87	—

Fonte: Dados produzidos pela autora.

A partir da leitura dos valores numéricos, depreendemos que a opção pelo clítico OD de segunda pessoa em oposição ao pronome tônico tem maior probabilidade de ocorrer em sentenças com verbos no presente do subjuntivo – P.R. 0.82 –, no futuro do presente – P.R. 0.65 – e presente do indicativo – P.R. 0.52. As formas do pretérito e o futuro do pretérito desfavorecem o uso do clítico. A influência das formas de infinitivo revelou-se neutra na amostra.

6.3.2 Condicionamento pragmático-discursivos para o uso de *você* na alternância com os clíticos: *Tipo de relação entre os interlocutores*

Novamente, a variável explanatória mostrou uma atuação importante sobre as estratégias de endereçamento. Para as variantes em análise, consideramos as mesmas relações definidas para a alternância *lhe* e *te*.

Tabela 25 - Atuação da variável *relação entre os interlocutores* no uso de clíticos em alternância com o pronome tônico *você* em Santo Antônio de Jesus

Relação entre interlocutores	Apl./Total	%	P.R.
Relação assimétrica ascendente	93/111	84	0.39
Relação entre desconhecidos	30/31	97	0.67
Discurso genérico	6/10	60	0.22
Relação assimétrica descendente	155/184	84	0.47
Relação simétrica	198/223	89	0.57
Total	482/559	86	—

Fonte: Dados produzidos pela autora.

As relações entre desconhecidos apresentam-se como favorecedoras do clítico, com o peso relativo de 0.67. Nesse caso, com base no resultado que apresentamos para essa variável na seção 6.2.2.1, evidentemente, temos de considerar que a influência deve-se ao clítico *lhe*. Da mesma forma, nas relações simétricas o uso do clítico prevalece. Depreendemos que essa influência também seja devida à atuação do clítico *te*, que, como já demonstrado, é o mais usual em SAJ nesse tipo de relação.

6.3.3 O condicionamento social: *escolaridade*

Dentre as variáveis sociais, *escolaridade* foi a única que se revelou atuante no confronto entre o uso das estratégias com os clíticos e o pronome tônico *você*. A seguir, apresentamos o resultado obtido:

Tabela 26 - Atuação da variável *escolaridade* no uso de clíticos em alternância com o pronome tônico *você* em Santo Antônio de Jesus

Escolaridade	Apl./Total	%	P.R.
Fundamental	233/283	82	0.35
Superior	385/420	92	0.60

Total	618/703	88	–
--------------	---------	----	---

Fonte: Dados produzidos pela autora.

Notamos, por meio dos dados expostos, que os indivíduos mais escolarizados da amostra deram preferência à utilização de clíticos, enquanto aqueles com menor nível de escolarização demonstraram maior probabilidade à utilização do tônico *você* como objeto.

Em trabalhos sobre o uso do pronome lexical de terceira pessoa, o nível de escolaridade é apresentado como o fator mais relevante para o condicionamento do uso do pronome tônico. Os falantes de menor nível de escolaridade são os que demonstram maior probabilidade de uso dessa variante, o que é justificável tendo em vista que os clíticos de terceira pessoa, em geral, são aprendidos via escolarização. Em relação à segunda pessoa, nosso interesse aqui, essa influência da escola na aquisição dos clíticos não pode ser comprovada, uma vez que essas formas estão disponíveis na gramática do falante. Nosso resultado, no que diz respeito ao condicionamento da variável *escolaridade*, contudo, é semelhante ao obtido para o uso do pronome lexical anafórico de terceira pessoa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, procuramos reunir um conjunto de informações e dados que pudessem demonstrar a configuração da variação das formas pronominais objetivas de segunda pessoa em SAJ em posição de objeto direto e objeto indireto. A pretensão era inventariar as formas em variação nessa comunidade, delimitando os contextos favorecedores da forma inovadora *lhe* e os valores pragmáticos e sociais a ela atribuídos. As conclusões obtidas no percurso dessa análise são agora sintetizadas.

Inicialmente traçamos um panorama da reorganização do sistema pronominal brasileiro, partindo do enfoque tradicional de gramáticas de referência (CUNHA; CINTRA, 2002; BECHARA, 2003; ROCHA LIMA, 2011) em contraposição aos resultados obtidos por pesquisas linguísticas atuais. Em Santo Antônio de Jesus, onde o subsistema de tratamento tu-você é usual, verificamos que as formas objetivas de referência à segunda pessoa são *te*, *lhe*, *o/a*, *você* e *o senhor/a senhora*. Nessa comunidade, destaca-se a especialização do clítico *lhe* como acusativo de segunda pessoa, o que reforça a hipótese de que o PB caminha em direção a um sistema [+ referencial]. No Capítulo 2, com base nas considerações de Torres Morais (2012) e Lucas (2008), sinalizamos que essa especialização do clítico insere-se num quadro mais amplo de transformações associadas à perda da preposição *a* e ao desuso de *lhe* como dativo anafórico de terceira pessoa.

Seguindo na construção da nossa argumentação, trouxemos à discussão os princípios norteadores da teoria que embasa este estudo, o que nos possibilitou a análise do encaixamento social e linguístico do fenômeno investigado. Com vistas a uma melhor compreensão das transformações linguísticas encaixadas na estrutura social da comunidade, apresentamos um breve quadro das transformações sócio-

históricas do contexto brasileiro mais amplo e da comunidade em estudo. Nesse sentido, compreendemos que os costumes e comportamentos santoantonienses enquadram-se na ótica do *continnuum* socioespacial, uma vez que os limites entre os dois espaços tornam-se difusos, dada a expansão do tecido urbano sobre a zona rural e, da mesma forma, pela manifestação do espaço urbano como uma extensão do rural. Com base na proposta de Bortoni-Ricardo (2004), podemos supor que o comportamento linguístico dos falantes de SAJ estaria no meio do contínuo rural-urbano.

A análise estatística demonstrou que, nos números da distribuição geral das variantes disponíveis em SAJ para a expressão do dativo e do acusativo de segunda pessoa, o falante tem preferência por *lhe*. Quanto às outras formas concorrentes, a estratégia com o objeto nulo suplanta o uso do pronome *você* em ambas as funções, demonstrando que a segunda pessoa enquadra-se na tendência geral de apagamento do objeto que o PB apresenta. Diante disso, confirma-se que, no paradigma de segunda pessoa, há preservação das formas clíticas, destacando-se a reanálise de *lhe* como forma do acusativo. Esse resultado serve como evidência à hipótese de que o *lhe* se configura como uma marca dialetal do Nordeste.

Mesmo consciente da limitação que esta análise impõe, no que respeita à atuação dos grupos de fatores sugeridos, observou-se a forte influência de fatores linguísticos, sociais e pragmático-discursivos, confirmando-se a hipótese de que há uma variação sistemática na comunidade investigada.

No primeiro esquema de análise, que pôs em confronto os clíticos *lhe* e *te*, verificamos a forte atuação do paralelismo discursivo em relação às formas objetivas, confirmando a hipótese de que a escolha de uma forma para representar o objeto na primeira ocorrência condicionaria sua repetição na sequência discursiva. Atentou-se para o fato de que a opção pela repetição não obedece a um mecanismo puramente mecânico, mas está relacionada à manutenção da atitude do falante, que se mostra, de certa forma, consciente de sua escolha.

Na análise do paralelismo entre os clíticos e as formas de tratamento na função subjetiva, verificamos a prevalência de *lhe* em correlação com os pronomes *o senhor/a senhora* e *você*, o que, além de revelar a preservação da simetria do

paradigma, do ponto de vista discursivo, demonstra o reconhecimento de um valor de formalidade/cortesia atribuído ao *lhe*. Registramos apenas dois casos de combinação de *o senhor/a senhora* com *te*, ocorridos na fala de pessoas jovens. Detectamos, ainda, que o falante é consciente da incompatibilidade entre os valores pragmáticos de *tu* e *lhe*, de modo que essa combinação é bem pouco frequente na comunidade. Ao contrário, a combinação *você* (sujeito) com *lhe* ocorreu em 65,5% dos casos. Na análise do peso relativo (0.52), é possível sugerir que, em Santo Antônio de Jesus, vigora um subistema pronominal supletivo (LOPES, 2011) em que *você* pode combinar-se com *te* ou *lhe*.

Quanto à atuação do paralelismo entre clíticos átonos, oblíquos tônicos e possessivos, o resultado sugere que, em SAJ, há um uso bastante acentuado das formas oblíquas tônicas de terceira pessoa, mas prevalece a simetria entre os clíticos *lhe* e os possessivos e oblíquos de “terceira pessoa”.

Observando a atuação da variável pragmático-discursiva *tipo de relação entre os interlocutores*, é notória a prevalência do clítico *lhe* em relações menos solidárias. Observou-se que, entre os falantes da faixa 3, usa-se *lhe* tanto para relações solidárias como para as não solidárias. Na faixa 1, esse uso indiscriminado do clítico diminui, na medida em que os jovens *lhe* imprimem um traço de formalidade. Assim, revela-se uma tendência à especialização do *lhe* como variante mais formal em oposição a *te*, usada para as relações entre iguais ou de superior para inferior.

Na análise da variável *faixa etária*, observamos a retenção do pronome *lhe* na faixa 3 e a resistência da faixa 1 ao seu uso. Sugerimos a hipótese da fixação de *te* em SAJ pelos falantes mais jovens, sobretudo pelas mulheres. Destacamos a necessidade de um estudo diacrônico que possa definir em que momento o *lhe* é introduzido nessa comunidade e como suplanta o uso de *te*.

Em relação à influência da escolaridade, os resultados apontaram o favorecimento do clítico mais formal entre os falantes de nível fundamental. Supomos que, por terem ficado menos à vontade no momento da entrevista, tenham dado preferência a essa variante.

O segundo esquema de análise proposto buscou analisar exclusivamente as estratégias de OD, pondo em confronto, de um lado, os clíticos *lhe* e *te* e, do outro, o pronome tônico *você*. Na análise matemática dos dados, que tomou como valor de aplicação da regra o uso de clíticos, o programa Goldvarb selecionou cinco variáveis explanatórias: *estrutura do SV*, *paralelismo discursivo*, *tempo verbal*, *tipo de relação entre os interlocutores* e *escolaridade*.

Na análise da influência da variável *estrutura do SV*, observamos que apenas a estrutura simples constituída por VT + OD favorece a ocorrência dos clíticos de segunda pessoa. Nas estruturas complexas em que o OD é seguido por complemento oblíquo oracional, ou quando, seguindo o OD, aparece um predicativo ou oblíquo não-oracional, o emprego do clítico é ainda mais restringido, da mesma forma que nas estruturas com verbos causativos e perceptivos seguidos de sujeito com traço acusativo e oração infinita.

Ao investigar a atuação do *paralelismo discursivo*, ficou evidente a atuação desse princípio. Assim, quando o falante opta pela estrutura com o clítico acusativo, tem probabilidade de repetir essa escolha na sequência discursiva. Na configuração com *forma antecedente você* e *forma antecedente objeto nulo*, há maior probabilidade de ser usado o pronome tônico em detrimento dos clíticos.

Quanto à influência da variável explanatória *tempos e modos verbais*, destacamos que o clítico OD de segunda pessoa tem maior probabilidade de ocorrer em sentenças com verbos no presente do subjuntivo, no futuro do presente e no presente do indicativo. As formas do pretérito e o futuro do pretérito desfavorecem o uso do clítico e as formas de infinitivo revelaram neutralidade no condicionamento do clítico.

O grupo de fatores *tipo de relação entre os interlocutores* também foi considerado relevante na utilização dos clíticos em oposição ao pronome tônico. Nas relações entre desconhecidos, há maior probabilidade de opção por clíticos assim como também nas relações simétricas. Na investigação da influência da variável *escolaridade*, destacamos a preferência dos falantes mais escolarizados – aqueles com nível superior – pelo preenchimento do OD com clíticos.

Considerando o fato de que ainda há poucos trabalhos dedicados à investigação das formas de preenchimento do objeto de segunda pessoa, há ainda muitas questões a serem exploradas. O trabalho aqui apresentado, embora realizado com o rigor científico que se exige para estudos dessa natureza, está longe de oferecer respostas conclusivas para o fenômeno analisado.

REFERÊNCIAS

ABAURRE, Maria Bernadete; GALVES, Charlotte. Os clíticos no português brasileiro: uma abordagem sintático-fonológica. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de; BASÍLIO, Margarida. (Org.). **Gramática do Português Falado**: estudos descritivos. 2. ed. rev. Campinas: Unicamp, 2002. v. 4. p. 267-312.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

ALI, Manuel Said. **Gramática Histórica da Língua Portuguesa**. 7. ed. Rio de Janeiro, Edições Melhoramentos, 1971.

ALKMIM, Tânia Maria. Sociolingüística: parte I. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna C. (Org.). **Introdução à lingüística**: domínios e fronteiras. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005. v. 1.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 45. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

ALMEIDA, Gilce de Souza. **Quem te viu quem lhe vê**: a expressão do objeto acusativo de referência à segunda pessoa na fala de Salvador. 193 f. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

ALMEIDA, Gilce de Souza; DEUS, Viviane Gomes de. A atuação da variável escolaridade na expressão da segunda pessoa em cartas dos séculos XIX e XX. **Revista Inventário**, n. 8. Salvador, 2011. Disponível em: <<http://www.inventario.ufba.br>. > Acesso em: 22 abr. 2011.

ANDRADE, Adriano Bittencourt. Memórias urbanas da rede e núcleos setecentistas do recôncavo baiano. XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA. Salvador, 2011. **Atas...** Disponível em: <<http://xiisimpurb2011.com.br/app/web/arq/trabalhos/96623ac61f40d5708ee5913900dd54bd.pdf>>. Acesso em 22 jan. 2014.

ANTONINO, Vívian. **A concordância nominal em predicativos do sujeito e em estruturas passivas no português popular do interior do estado da Bahia**. 119 f.

2007. Dissertação (Mestrado em Letras). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. **Nosso, da gente e de nós: um estudo sociolinguístico da expressão de posse no português rural afro-brasileiro.** 224 f. 2005. Dissertação (Mestrado em Letras). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

ARRUDA, Niguelme Cardoso. **A realização do objeto direto no português brasileiro culto falado: um estudo sincrônico.** 2006. 201f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2006.

ASSIS, Telma Souza Bispo. **A regência variável dos verbos de movimento no português popular do interior do estado da Bahia.** 134 f. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

AVERBUG, Mayra Cristina. Guimarães. **Objeto direto anafórico e sujeito pronominal na escrita de estudantes.** 2000. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro.** São Paulo: Parábola, 2011.

BAHIA. **Territórios de identidade.** Secretaria do Planejamento. Disponível em <<http://www.seplan.ba.gov.br/territorios-de-identidade>>. Acesso em 12 maio 2014.

BARICKMAN, Bert Jude. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa.** 37. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

BECHARA, Evanildo. **Gramática escolar da língua portuguesa.** 2. ed. ampliada e atualizada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

BENVENISTE, Émile. A natureza dos pronomes. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I.** Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Néri. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005 [1971]. p. 277-283.

BERLINCK, Rosane de Andrade. The dative. In: VAN BELLE, W.; VAN LANGENDOMCK, W. (Org.) **Case and grammatical relations across languages.** Amsterdam: John Benjamins Publ.Co, 1996, v.1: Descriptive studies.

BERLINCK, Rosane de Andrade. **A Expressão do Objeto Indireto no Português do Brasil.** Comunicação apresentada no X Seminário do CELLIP (Centro de Estudos Linguísticos e Literários do Paraná), Londrina, 1996b.

BERLINCK, Rosane de Andrade. Sobre a realização do objeto indireto no português do Brasil. In: ENCONTRO DO CÍRCULO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO SUL, 2., 1997, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 1997.

BERLINCK, Rosane de Andrade. O objeto indireto no português brasileiro do séc. XIX. In: CONGRESSO NACIONAL DA ABRALIN, 2. **Anais**. Florianópolis, 2000.

BERLINCK, Rosane de Andrade. Dativo ou Locativo? Sobre Sentidos e Formas do “Dativo” no Português. **Revista Letras**. n.56. Curitiba: Editora UFPR, jul/dez, p. 159-175, 2001.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Formas de tratamento e estruturas sociais. **Alfa**, Marília, 18-19, p. 339-382, 1972-1973.

BOMFIM, Márcia Virgínia Pinto. **A rede urbana do Recôncavo Baiano e seu funcionamento técnico**. 2006. 119 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

BORGES, Paulo. **A gramaticalização de a gente no português brasileiro**: análise histórico-social linguística da fala das comunidades gaúchas de Jaguarão e Pelotas (Tese de doutorado). UFRS: Porto Alegre, 2004.

BORGES NETO, J. **Ensaio de Filosofia da Linguística**. São Paulo: Parábola, 2004.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Um modelo para a análise sociolingüística do português do Brasil. In: BAGNO, Marcos. (Org.). **Lingüística da norma**. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 333-350.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna**: a sociolingüística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. Introdução. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo. (Org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; ALB; UFBA, 1998.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. Os vários Recôncavos e seus riscos. **Revista Recôncavos**, Centro de Artes, Humanidades e Letras, UFRB, v. 1, Ano I, p. 53-56, 2007.

BRIGHT, William. As dimensões da Sociolingüística. In: FONSECA, M.S.; NEVES, M. F. (Org.). **Sociolingüística**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

BRESCANCINI, Cláudia Regina. A Análise da regra variável e o programa VARBRUL 2S. In: BISOL, Leda; BRESCANCINI, Cláudia Regina. (Org.). **Fonologia e variação**. Porto Alegre: Edipucrs, 2002. p. 13-75.

BROWN, Roger; GILMAN, Albert. The pronouns of power and solidarity. In: SEBEOK, T.A. et al. **Style in language**. Cambridge: The MIT Press, 1960. p. 253-276.

BROWN, Roger; LEVINSON, S. **Politeness**: some universals in language usage. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

CALLOU, Dinah Maria. Insensee; BARBOSA, Afrânio Gonçalves. Fernão de Oliveira: Gramática e (Socio)linguística, **Estudos linguísticos e literários**. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, v. 37-38, p. 53-70, 2009.

CAMACHO, Roberto. Gomes. A variação lingüística. In: SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação, Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e 2º graus**. São Paulo: SE/CENP, 1988. v. 3. p. 29-41.

CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolingüística: parte II. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna C. (Org.). **Introdução à lingüística**: domínios e fronteiras. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003. v. 1. p. 49-75.

CÂMARA JR., J. Mattoso. Morfologia pronominal. In: CÂMARA JR., J. Mattoso. **História e estrutura da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

CÂMARA JR., J. Mattoso. **Estrutura da Língua Portuguesa**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CAMARGO JUNIOR, Arnaldo Rebello. **A realização do objeto direto em referência ao interlocutor**. 98 f. 2007. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CAMPOY, Juan Manuel Hernández; ALMEIDA, Manuel. **Metodología de la investigación sociolingüística**. Málaga: Editorial Comares, 2005.

CANÇADO, Márcia. Os Papéis Temáticos. Manuscrito. Belo Horizonte, UFMG, 2013.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva et al. *Atlas Linguístico do Brasil*. Londrina: Eduel, 2014. v. 2.

CASTILHO, Ataliba. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

CHAIKA, Eliane. **Language, the social mirror**. Rowley Massachussets: Newbury House Publishers Inc., 1982.

CAVALCANTE, Rerisson. Complementos dativos sem preposição no dialeto mineiro. **ReVEL**, v. 7, n. 12, 2009. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_12_complementos_dativos_sem_preposicao_o_no_dialeto_mineiro.pdf>. Acesso: 20 jan. 2012.

CHOMSKY, Noam. **O conhecimento da língua**: sua natureza, origem e uso. Tradução de Anabela Gonçalves e Ana Teresa Alves. Lisboa: Caminho, 1994.

COSERIU, Eugenio. **Sincronia, diacronia e história**: o problema da mudança lingüística. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença; EDUSP, 1979.

COUTO, Hildo Honório. **Contato interlingüístico**: da interação à gramática. 1999. Disponível em: <<http://www.unb.br/il/let/crioul/contato.htm>>. Acesso em: 24 jul. 2013.

CUNHA, Celso. **Uma política do idioma**. S. José, Rio de Janeiro: Tempo Novo, 1964. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=394&sid=324>>. Acesso em: 12 maio 2014.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 17. ed. Lisboa: Sá da Costa, 2002.

CYRINO, Sonia M Lazzarini. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Org.). **Português brasileiro**: uma viagem diacrônica. Campinas: Unicamp, 1996. p. 163 - 184.

DALTO, Cristiane Dias de Lima. **Estudo sociolingüístico dos pronomes-objeto de primeira e de segunda pessoas nas três capitais do Sul do Brasil**. 2002. 132 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

DEMONTE, V. Dative alternation in Spanish, **Probus**, New York: Mouton de Gruyter, n. 7, p. 5-30. 1995

DEUS, Viviane Gomes de. **VOCÊ ou TU? NORDESTE versus SUL**: O tratamento do interlocutor no português do Brasil a partir de dados do Projeto ALiB. 2009. 166 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

DIAS, Edilene Patrícia. **O uso do tu no português brasileiro falado**. 2007. 104 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

DIVINO, Ludinalva do Amor. **Como trato o meu receptor?** (a propósito do uso de tu/você em Santo Antônio de Jesus-BA). 2008. 170 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. In: TARALLO, Fernando. (Org.). **Fotografias sociolingüísticas**. Campinas: Pontes, 1989. p. 19-34.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. A evolução na representação do sujeito pronominal em dois tempos. In: PAIVA, M. da Conceição; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. (Org.). **Mudança lingüística em tempo real**. Rio de Janeiro: Contracapa; Faperj, 2003. p. 115-128.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Termos da Oração. In: VIEIRA Silvia R.; BRANDÃO, Silvia. F. (Org.). **Ensino de Gramática**: descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2007. pp. 186- 204

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia; PAIVA, Maria da Conceição. A variação linguística e o papel dos fatores linguísticos. **Revista da ABRALIN**, v. Eletrônico, n. Especial, p. 91-120. 1ª parte, 2011. Disponível em: <<http://www.abralin.org/revista/RVE1/v11.pdf>>. Acesso: 20 jan. 2012.

EISENBERG, José. **As missões jesuíticas e o pensamento político moderno**: encontros culturais, aventuras teóricas. Belo horizonte: Ed. UFMG, 2000.

EMMERICH, Charlotte. Um traço propulsor numa língua de contato. In: ENCONTRO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA, 2., 1977, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: PUC, 1977. p. 393-399.

FARACO, Carlos Alberto. O tratamento *ocê* em português: uma abordagem histórica. **Fragmenta**, Curitiba: Editora da UFPR, n. 13, p. 51-82, 1996.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística histórica**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1998.

FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina. A perda do marcador dativo e algumas de suas conseqüências. In CASTILHO, Ataliba T. de et alii. (Org.). **Descrição, História e Aquisição do Português Brasileiro**. São Paulo: Fapesp, Campinas: Pontes Editores, 2007. p. 85 a 110.

FILLMORE, C. The Case for Case. In: BACH and HARMS (Ed.): **Universals in Linguistic Theory**. New York: Holt, Rinehart, and Winston, 1968.

FREITAS, Judith. **Os pronomes pessoais-sujeito no ensino fundamental**: teoria gramatical e orientação do professor. Salvador: Edufba, 1997a.

FREITAS, Judith. **Os pronomes pessoais-sujeito no ensino médio**: teoria gramatical e orientação do professor. Salvador: Edufba, 1997b.

FREIRE, Gilson Costa. **Os clíticos de terceira pessoa e as estratégias para sua substituição na fala culta brasileira e lusitana**. 2000. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

FREIRE, Gilson Costa. **A realização do acusativo e do dativo anafóricos de terceira pessoa na fala e na escrita brasileira e lusitana**. 2005. 204 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

GALVES, Charlotte. **Ensaio sobre as gramáticas do português**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

GNERRE, Maurizio. Linguagem, poder e discriminação. In: GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 5-33.

GOMES, Christina Abreu. Variação e mudança na expressão do dativo no português

brasileiro. In: PAIVA, Maria da Conceição; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. (Org.). **Mudança linguística em tempo real**. Rio de Janeiro: Contracapa; Faperj, 2003. v. 1. p. 81-96.

GOMES, Christina Abreu. Uso variável do dativo em textos jornalísticos. **Linguística**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 7-19, junho 2007.

GRYNER, Helena. **A variação de tempo-modo e conexão nas orações condicionais do português**. 1990. 550 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.

GUY, Gregory. Varbrul: análise avançada. Tradução de Ana Maria Stahl Zilles. In: MATTE, Neusa. (Org.). **Cadernos de tradução**. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Instituto de Letras, 1998. p. 27-49.

GUY, Gregory; ZILLES, Ana. **Sociolinguística quantitativa**: instrumental de análise. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HOLMES, Janet. Complimenting: A Positive Politeness Strategy. In: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G.R. **Sociolinguistics**: The Essential readings. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Prefácio de Antonio Candido. 9. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976.

HOUAISS, Antônio. **O português no Brasil**. Rio de Janeiro: UNIBRADE, 1985.

IBGE. **Recenseamento geral do Brasil 1872**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: < <http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em 12 fev. 2014.

IBGE . **Anuário Estatístico do Brasil 1997**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 57,1998.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: < <http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em 12 fev. 2014.

INEP. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica 2011**. Brasília: INEP, 2011. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/home>>. Acesso em 12 fev. 2014.

ILARI, Rodolfo et al. Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para a análise. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de; BASÍLIO, Margarida. (Org.). **Gramática do português falado**: estudos descritivos. 2. ed. rev. Campinas: Unicamp, 2002. v. 4. p. 73-159.

JESPERSEN, O. **The philosophy of grammar**. Londres: G. Allen e Unwin, 1924.

KOCH, Walter; KLASSMAN, Mario S.; ALTENHOFEN, Cleo. **Atlas linguísticoetnográfico da região Sul do Brasil**. Porto Alegre; Florianópolis; Curitiba: UFRGS/UFSC/UFPR, 2002.

LABOV, William. **The social stratification of English in New York city**. Washington, D.C: Center for Applied Linguistics, 1966.

LABOV, William. Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. In: **Sociolinguistics working paper**. Austin: Southwest Educational Development Laboratory, n. 44, 1978. p. 43-88.

LABOV, William. Building on empirical foundations. [1972]. In: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Y. (Ed.). **Perspectives on historical linguistics**. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1982. p. 17-92.

LABOV, William. **Principles of Linguistic Chang: internal factors**. Oxford/Cambridge: Blackwell, 1994.

LABOV, William. **Padrões sociolingüísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LAVANDERA, Beatriz. Where does the sociolinguistic variable stop? **Language in Society**, n. 7, p. 171-183, 1978.

LEITE, Marli Quadros. **Metalinguagem e discurso: a configuração do purismo brasileiro**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.

LEMLE, Miriam; NARO, Anthony Julius. Syntatic diffusion. **Ciência e Cultura**, Rio de Janeiro, v. 28, p. 259-268, 1977.

LEVIN, B.; RAPPAPORT-HOVAV, M. **Unnacusativity: at the Syntax-lexical Semantics Interface**. Cambridge, Massachussets: MIT Press, 1995.

LOPES, Célia Regina dos Santos. *Nós e a gente* no português falado culto do Brasil. **DELTA**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 405-422, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501998000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 11 dez. 2011.

LOPES, Célia Regina dos Santos. **A inserção de a gente no quadro pronominal do português**. Frankfurt am Main/Madrid: Vervuert/Iberoamericana, 2003, v.18. p.174.

LOPES, Célia Regina dos Santos. A gramaticalização de a gente em português em tempo real de longa e de curta duração: retenção e mudança na especificação dos traços intrínsecos. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 4, n.1 (47-80), julho de 2004. Disponível em: <<https://www.journal.ufsc.br/index.php/forum/article/viewFile/7728/7098>>. Acesso 23 jan 2012.

LOPES, Célia Regina dos Santos. Pronomes pessoais. In: BRANDÃO, Silvia Figueiredo; VIEIRA, Silvia Rodrigues. (Org.). **Ensino de gramática: descrição e uso**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2007, v. 1. p. 103-114.

LOPES, Célia Regina dos Santos. Retratos da variação entre "você" e "tu" no português do Brasil: sincronia e diacronia. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara. (Org.). **Português Brasileiro II** - contato lingüístico, heterogeneidade e história. 1 ed. Niterói: EDUFF, 2008, v. 2. p. 55-71.

LOPES, Célia Regina dos Santos. Tradição discursiva e mudança no sistema de tratamento do português brasileiro: definindo perfis comportamentais no início do século XX. **Alfa**, São Paulo, n. 55 (2), p. 361-392, 2011. Disponível em: < <http://piwik.seer.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/4746/4051>>. Acesso em: 08 dez. 2011.

LOPES, Célia Regina dos Santos. O quadro dos pronomes pessoais: descompasso entre pesquisa e ensino. **Matraga**, Rio de Janeiro, v.19, n.30, jan./jun. 2012

LOPES, Célia Regina dos Santos; CAVALCANTE, Sílvia Regina de Oliveira. A cronologia do *Voceamento* no português brasileiro: expansão de *você*-sujeito e retenção do clítico-*te*. **Linguística**, v. 25, p. 30-65, jun. 2011. Disponível em: <http://www.linguisticalfal.org/25_linguistica_030_065.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2011.

LOPES, Célia Regina dos Santos; CUNHA, C. S. Pronomes pessoais: a pesquisa sociolingüística e a atualização da gramática. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA, 1994, Salvador. **Atas...** UFBA, 1994. v. 2

LOPES, Célia Regina dos Santos et al. Quem está do outro lado do túnel? *Tu* ou *você* na cena urbana carioca. **Processos urbanos I: variação linguística em megalópoles latino-americanas**, Neue Romania, 39, 2009, p. 49-66.

LOPES, Célia Regina dos Santos PEREIRA, Rachel de. O "voceamento" no português brasileiro: análise de cartas familiares dos séculos XIX e XX. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALFAL, 15, 2008, Montevideu. **Atas...** Montevideu, 2008. p. 350-370.

LOPES, Célia Regina dos Santos; RUMEU, Márcia de Brito. O quadro de pronomes pessoais do português: as mudanças na especificação dos traços intrínsecos. In: CASTILHO, Ataliba et al. (Org.). **Descrição, história e aquisição do português**. São Paulo: FAPESP; Pontes, 2007. v. 1, p. 419-435.

LUCAS, Elaine Mesquita. A expressão do *lhe* acusativo em textos produzidos no *Orkut* por jovens da zona urbana do Distrito Federal. ENCONTRO NACIONAL DO GELCO, 3., 2006. Brasília. **Anais...** Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

LUCAS, Elaine Mesquita. **Transitividade variável em verbos monotransitivos e o uso inovador do clítico *lhe* no português do Brasil**. 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

LUCCA, Nívia Neves Garcia. **A variação *tu/você* na fala brasiliense**. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

LUCCHESI, Dante. Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolinguística do português do Brasil. **Revista Internacional de Língua Portuguesa**, Lisboa, n.12, p.17-28, 1994.

LUCCHESI, Dante. A constituição histórica do português brasileiro como um processo bipolarizado: tendências atuais de mudança nas normas culta e popular. In: GROßE, S.; ZIMMERMANN, K. (Ed.). **Substandard e mudança no português do Brasil**. Frankfurt am Main: TFM, 1998. p.73-100.

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolingüística do Brasil (1500-2000). **DELTA**, São Paulo, v. 17, n. 1, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502001000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 mar. 2012.

LUCCHESI, Dante. **Sistema, mudança e linguagem**: um percurso na história linguística moderna. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

LUCCHESI, Dante. A concordância nominal em estruturas passivas e de predicativo do sujeito em comunidades rurais afro-brasileiras isoladas no contexto da história sociolingüística do Brasil. In: RONCARATI, Claudia; VOTRE, Sebastião (Org.). **Ensaio em homenagem a Anthony Naro**. Rio de Janeiro: PAPERJ, 2008

LUCCHESI, Dante. História do contato entre línguas no Brasil. In: LUCCHESI, Dante et al. (Org.). **O Português Afro-Brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 41-73.

LUCCHESI, Dante. A diferenciação da língua portuguesa no Brasil e o contato entre línguas. **Estudos de Lingüística Galega**, Santiago de Compostela, n. 4, julho de 2012, p. 45-65. Disponível em: <http://ilg.usc.es/elg/volume/4/pescuda/Pescuda_Lucchesi_ELG04_2012.pdf>. Acesso 11 mar 2014.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 74, mar. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 Nov. 2013.

MARROQUIM, Mário. **A língua do Nordeste**: Alagoas e Pernambuco. 3. ed. Curitiba: HD Livros, 1996 [1934].

MATEUS, Maria Helena Mira et al. **Gramática da língua portuguesa**. 5. ed. revista e aumentada. Lisboa: Caminho, 2003.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Língua portuguesa: novas fronteiras, velhos problemas. **Revista Lusitana**. Lisboa, n.8, p. 5-21, 1987.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Uma compreensão histórica do Português Brasileiro: velhos problemas repensados. In: CARDOSO, Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade Mota; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Org.). **Quinhentos anos de história linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 219-254.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. “Bárbaros à porta”: uma reflexão histórica sobre a língua portuguesa. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara. (Orgs.). **Português brasileiro II: contato linguístico, heterogeneidade e história**. Niterói: EdUFF, 2008. p. 391-398.

MATTOSO, Kátia. (1990[1979]). **Ser escravo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Bahia, século XIX: uma Província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MEILLET, Antoine. L'état actuel des études de linguistique générale. In: MEILLET, Antoine. **Linguistique historique et linguistique générale**. Paris: Honoré Champion, 1975. p. 1-18.

MELO, Gladstone Chaves de. **Gramática fundamental da Língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

MENDES, Eliana Amarante de Mendonça. Você, o senhor ou o quê? **Linguagem e Ensino**, Pelotas, v. I, n. 1, p.135-150, 1998.

MENDES, Elisângela dos Passos. **A flexão de caso dos pronomes pessoais no Português popular do interior do estado da Bahia**. 127 f. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

MENDES, Rute Paranhos Silva. **O perfil da alternância do sujeito nós e a gente em Santo Antônio de Jesus**: um recorte do português popular no interior da Bahia. 141 f. 2007. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

MENON, Odete Pereira. da Silva. O sistema pronominal do Brasil. **Revista Letras**, Curitiba, n. 44, p. 91-106, 1995.

MENON, Odete Pereira da Silva. A indeterminação do sujeito no português do Brasil: NURC-SP e VARSUL. In: VANDRESEN, Paulino. (Org.). **Variação, Mudança e Contato Linguístico no Português da Região Sul**. Pelotas: EDUCAT, 2006. v. 1. p. 125-167

MENON, Odete Pereira da Silva; LOREGIAN-PENKAL, Loregian. Variação no indivíduo e na comunidade: tu/você no sul do Brasil. In: VANDRESEN, Paulino. (Org.). **Variação e mudança na comunidade no português falado da região Sul**. Pelotas: EDUCAT, 2002. p. 147-188.

MOLLICA, Maria Cecília de Magalhães. A regência variável do verbo IR de movimento. In: SILVA, Giselle Machline de Oliveira; SCHERRE, Maria Marta Pereira. (Orgs.). **Padrões Sociolingüísticos**: análises de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: Departamento de Linguística e Filologia, UFRJ, 1998. p. 147-167.

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. (Org.). **Introdução à sociolingüística**: o tratamento da variação. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 9-15.

MOLLICA, Maria Cecília de Magalhães; NASCIMENTO, Rodrigo Alípio do. Monitoramento estilístico entre “nós” e “a gente” na escola. In: GORSKI, Edair. M.; COELHO, Izete Lehmkuhl. (Org.). **Sociolingüística e ensino**: contribuições para a formação do professor de língua. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006. p. 227-233.

MONTEIRO, José Lemos. **Pronomes pessoais**: subsídios para uma gramática do português do Brasil. Fortaleza: UFC, 1994.

MOURA NEVES, Maria Helena de. **Gramática de Usos do Português**. São Paulo, Unesp, 2000.

MUSSA, Alberto. **O papel das línguas africanas na história do português do Brasil**. 1991. Dissertação. (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

NASCENTES, Antenor. **O linguajar carioca**. 2. ed. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953 [1922].

NASCIMENTO, Maria Edna Porangaba do. **O uso do pronome *lhe* como acusativo e como dativo em textos informais**. 2001. Dissertação (Mestrado em Letras e Lingüística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2001.

NARO, Anthony Julius; Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, Maria C.; BRAGA, Maria L. (Org.). **Introdução à sociolingüística**: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2007. p. 15-25.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Variação lingüística, expressividade e tradição gramatical. In: GORSKI, Edair. M.; COELHO, Izete Lehmkuhl. (Org.). **Sociolingüística e ensino**: contribuições para a formação do professor de língua. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006. p. 235-245.

OLIVEIRA, Fernão de. 1536. **Grammatica da lingoagem portuguesa**. Introdução, leitura e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1975 [1536].

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Recôncavo Sul**: terra, homens, economia e poder no século XIX. Salvador: UNEB, 2002.

OLIVEIRA, Marilza de. A perda da preposição *a* e a recategorização de *lhe*. **Estudos linguísticos**, São Paulo, v. 23, p. 292-297, 2004.

OLIVEIRA, Luanda Almeida Figueiredo de. **Tu e você no português rural do estado da Bahia**. Comunicação apresentada no IV Seminário de Pesquisa de Letras da UFBA. Salvador, 2007.

OMENA, Nelize Pereira. **Pronome pessoal de terceira pessoa**: suas formas variantes em função acusativa. 1978. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1978.

OMENA, Nelize Pereira. A referência variável da primeira pessoa do discurso no plural. In: OLIVEIRA e SILVA, G. M. de; SCHERRE, Maria Marta Pereira. (Org.). **Padrões sociolingüísticos**: análises de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 183-215.

OMENA, Nelize Pereira. A referência à primeira pessoa do plural: variação ou mudança? In: PAIVA, Maria da Conceição; DUARTE, Maria Eeugênia Lamoglia. (Orgs.). **Mudança lingüística em tempo real**. Rio de Janeiro: FAPERJ/Contracapa, 2003.

O PALÁDIO. **As festas pagãs**. Santo Antônio de Jesus, p. 01, 26 de mar. 1934.

O PALÁDIO. **Vida Urbana**. Santo Antônio de Jesus, p. 02, 25 de maio 1939.

PAIVA, Maria da Conceição de. Transcrição de dados linguísticos. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. (Org.). **Introdução sociolingüística**: o tratamento da variação. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2007a, p. 135-146.

PAIVA, Maria da Conceição. A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. (Org.). **Introdução à sociolingüística**: o tratamento da variação. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2007b. p. 33-42.

PAIVA, Maria da Conceição; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Retrospectiva Sociolingüística: Contribuições do PEUL. **DELTA**, São Paulo, v.15, p. 201-232, 1999.

PAREDES SILVA, Vera L. O retorno do pronome tu à fala carioca. In: RONCARATI, Cláudia e ABRAÇADO, Jussara. (Org.). **Português brasileiro**: contato lingüístico, heterogeneidade, história. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. p. 160-169.

PERINI, Mário A. **Gramática descritiva do português**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1996.

PINTZUK, Susan. **Programas Varbrul**. Tradução de Ivone Isidoro Pinto. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 1988.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado das Letras, 2000.

PRETI, Dino. **Papeis sociais e formas de tratamento em A ilustre casa de Ramires**, em Eça de Queiroz. In: Estudos de língua oral e escrita. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

PROJETO VERTENTES. Disponível em: <<http://www.vertentes.ufba.br/>>. Acesso em: 25 nov. 2011.

RANGEL, Maitê dos Santos. **Entre Cordões e Batucadas: festas de Momo, urbanização e ideias de modernidade em Santo Antônio de Jesus (1930-1950)**. 2010. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado da Bahia, Programa de Pós-graduação em História Regional e Local, 2010.

QUADROS, Edilma Oliveira Souza. **Transformações na cidade: vivências urbanas em Santo Antônio de Jesus-BA (1950-1970)**. 2009. 153 f. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade do Estado da Bahia, 2009.

RAMOS, Conceição de Maria Araújo. **O clítico de 3ª pessoa: um estudo comparativo português brasileiro / espanhol peninsular**. 1999. Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 1999.

RAMOS, Jânia. **Marcação de Caso e mudança sintática no português do Brasil: uma abordagem gerativa e variacionista**. Tese de doutorado. UNICAMP, Campinas, SP, 1992.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 45. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2011.

RODRIGUES, Aryon. As línguas gerais sul-americanas, **Papia**, 4(2), p. 6-18, 1996.

RODRIGUES, Aryon D. As outras línguas da colonização do Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Org.). **Quinhentos Anos de História Linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006, p.143-162.

RODRIGUES, Aryon. Panorama das Línguas Indígenas da Amazônia. In: QUEIXALÓS, F.; RENAULT-LESCURE. (Orgs). **As línguas amazônicas hoje**. São Paulo, IRD/ISA/MPEG, 2000, p. 15-28.

RONCARATI, Cláudia. Dêixis social – a designação socialmente referenciada: “sabe com quem está falando?” In: RONCARATI, Cláudia; VOTRE, Sebastião. (Org.). **Anthony Julius Naro e a linguística no Brasil: uma homenagem acadêmica**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

RUMEU, Márcia Cristina de Brito. **A implementação do ‘Você’ no Português Brasileiro Oitocentista e Novecentista: Um estudo de painel**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Rio de Janeiro: UFRJ/FL, 2008.

SAUSSURE, F. **Curso de lingüística geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 28. ed. São Paulo: 2006 [1916].

SANKOFF, David. Variable rules. In: AMMON, Ulrich et al. (Eds.). **Sociolinguistics: an international handbook of the science of language and society**. New York: Academic Press, 1988. p. 119-127.

SANTANA, Noemi Pereira de. Escola primária e padronização linguística na Bahia na segunda metade do século XIX. In: OLIVEIRA, Klebson; SOUZA, Hirão F. C.; GOMES, Luiz. (Org.). **Novos tons de rosa**; para Rosa Virgínia Mattos e Silva. 1ed.Salvador: EDUFBA, 2009, v. 1, p. 75-94.

SANTOS, Miguel Cerqueira. **A Dinâmica Urbana de Santo Antônio de Jesus-BA**. 1999. Mestrado (Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

SANTOS, Milton. A Rede Urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo. (Org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

SCHER, Ana Paula. **As construções com dois complementos no inglês e no português do Brasil**: um estudo sintático comparativo. Dissertação (Mestrado). Campinas (SP): Unicamp, 1996.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. **A concordância de número nos predicativos e nos participios passados**. Rio Grande do Sul, Organon, v. 5, n 8, 1991.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Pressupostos teóricos e suporte quantitativo. In: OLIVEIRA e SILVA, G. M. de; SCHERRE, Maria Marta Pereira. (Org.) **Padrões sociolingüísticos**: análises de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 37-50.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Paralelismo lingüístico. **Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte: UFMG, v. 7, n. 2, p. 29-59, 1998.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Aspectos sincrônicos e diacrônicos do imperativo gramatical no português brasileiro. **Alfa**, São Paulo, 51 (1): 189-222, 2007.

SCHERRE, Maria Marta Pereira et al. **Usos dos pronomes você e tu no português brasileiro**. In: II SIMELP, Universidade de Évora, 2009.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony Julius. Duas dimensões do paralelismo formal na concordância verbal no português popular do Brasil. **DELTA**, São Paulo, 1993, v. 9, n.1, p. 1-14.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony Julius. Análise quantitativa e tópicos de interpretação do Varbrul. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. (Org.). **Introdução à sociolingüística**: o tratamento da variação. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 147-177.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. Trad. Laura T. Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SEI. SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Indicadores demográficos de SAJ entre os anos de 1970 e 2010**. Salvador: SEI, 2010.

SILVA-CORVALÁN, Carmen. **Sociolingüística y pragmática del español**. Washington D.C.: Georgetown University Press, 2001. p. 38-82.

SILVA, Gisele Machline de Oliveira; PAIVA, Maria da Conceição. Visão de conjunto das variáveis sociais. In: SILVA, Gisele Machline de Oliveira de; SCHERRE, Maria Marta Pereira. (Org.) **Padrões sociolingüísticos**: análises de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p 334-378.

SILVA, Gisele Machline de Oliveira. Coleta de dados. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. **Introdução à Sociolingüística**: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2007.

SOUZA, Edinelia Maria Oliveira; SOUZA, Edilma Oliveira. **Modernização e vida urbana na cidade de Santo Antônio de Jesus – BA**. SIMPÓSIO INTERNACIONAL GLOBALIZACIÓN, INNOVACIÓN Y CONSTRUCCIÓN DE REDES TÉCNICAS URBANAS EN AMÉRICA Y EUROPA, 1890-1930. Barcelona, 2012.

TARALLO, Fernando. **Tempos lingüísticos**: itinerário histórico da língua portuguesa. São Paulo: Ática, 1994.

TARALLO, Fernando. Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Org.). **Português brasileiro**: uma viagem diacrônica. Campinas: Unicamp, 1996. p. 35-68.

THOMASON, Sarah Grey; KAUFMAN, Terrence. **Language Contact, Creolization, and Genetic Linguistics**. Berkeley: University of California Press, 1988.

TORRES MORAIS, M. A. Um cenário para o núcleo aplicativo no português europeu. **ABRALIN 5**. p. 239-266, 2006.

TORRES MORAIS, Maria Aparecida. **Os dativos**. Tese de Livre Docência. Universidade de São Paulo, 2007.

TORRES MORAIS, Maria Aparecida C. R. Conversando sobre o objeto indireto nulo no português brasileiro. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, v. 8, n. 1 p. 171-185, junho de 2010.

TORRES MORAIS, Maria Aparecida C. R. Sentenças bitransitivas e objeto indireto no português brasileiro. **Linha d'Água**, n. 25 (2), p. 25-50, 2012.

TORRES MORAIS, Maria Aparecida; BERLINCK, Rosane de A. A caracterização do objeto indireto no português: aspectos sincrônicos e diacrônicos.

In: LOBO, Tânia et al. (Org.). **Novos Dados, Novas Análises**. Salvador: EDUFBA, 2006, v. 6, Tomo I, p. 73-106.

TORRES MORAIS, Maria Aparecida C. R.; BERLINCK, Rosane Andrade. “Eu disse pra ele” ou “Disse-lhe a ele”: a expressão do dativo nas variedades brasileira e europeia do português. In: CASTILHO, Ataliba et al. (Org.). **Descrição, história e aquisição do português**. São Paulo: FAPESP; Pontes, 2007. v. 1. p. 61-83.

TORRES MORAIS, Maria Aparecida; SALLES, Heloísa M. L. Parametric change in the grammatical encoding of indirect objects in Brazilian Portuguese. **Probus**, n. 22, p. 181–209, 2010.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

UNESCO. **Relatório Monitoramento Global Educação para Todos**. Brasília: UNESCO, 2014. Disponível em:
< <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002256/225654POR.pdf>>. Acesso em 12 fev. 2014.

VIANNA, Juliana Barbosa de Segadas; LOPES Célia Regina dos Santos. Para um panorama do processo de substituição de *nós* por *a gente* no português brasileiro. In: ABRAÇADO, J. et al. **Português Brasileiro III**, Natal (a sair).

VENDLER, Z. 1. **Linguistics in Philosophy**. Ithaca: Cornell University Press, 1967.

VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no século XVIII**. Salvador: Editora Itapoan, 1969.

WEINER, E.J.; LABOV, William. Constraints on the agentless passive. **Journal of Linguistics**, n. 19, p. 29-58, 1983.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006[1968].

APÊNDICE A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE ENTREVISTA

Pelo presente termo de autorização para uso de entrevista,

_____, _____, _____,

nome

nacionalidade

_____, portador de carteira de identidade RG _____

estado civil

e CPF _____, residente e domiciliado (a) à _____

_____,
Nº _____, na cidade de _____, UF _____, autoriza

expressamente a utilização de sua entrevista no projeto de pesquisa intitulado *Uso variável dos pronomes-objeto na expressão do acusativo de segunda pessoa em Santo Antônio de Jesus – BA* e em outras publicações dele decorrentes.

Pela presente permissão de uso, conforme discriminado nas condições acima referidas, não será pago qualquer valor em moeda corrente ou produtos, dando plena e irrevogável quitação das obrigações assumidas pelo projeto de pesquisa.

A presente autorização de uso abrange, exclusivamente, a concessão de uso da entrevista para os fins aqui estabelecidos, e qualquer outra forma de utilização deverá ser previamente autorizada para tanto.

_____, _____ de _____ de _____

Assinatura

APÊNDICE B – FICHA SOCIAL DO INFORMANTE**1. DADOS DO INQUÉRITO**

Inquérito nº: _____ Duração: _____

Data de realização do inquérito: _____

Documentador: _____

Local de realização do inquérito: _____

2. IDENTIFICAÇÃO DO INFORMANTE

Nome completo: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

Naturalidade: _____ Data de nascimento: ____/____/____

Com quantos anos chegou à cidade (no caso de não ser natural da cidade): ____

Profissão: _____ Outras atividades: _____

Estado civil: _____

Instrução: 2º ao 5º ano () 6º ao 9º ano () Ensino superior ()

Esteve fora da cidade por mais de um ano? Sim () Não ()

Nome do(s) lugar(es) em que morou por mais de um ano: _____

Naturalidade do pai? _____ Onde morou por mais tempo? _____

Naturalidade da mãe? _____ Onde morou por mais tempo? _____

3. COMPORTAMENTO SOCIAL

Costuma ouvir rádio? Sim () Não ()

Quais emissoras? _____

Programa(s) preferido(s)? Noticiário policial () Música () Esporte ()

Novela () Telejornal ()

Vê televisão? Sim () Não () Quais canais? _____

Programa(s) preferido(s) _____

Tem hábito de ler jornal? Não () Diariamente () De vez em quando ()

Qual(is) jornal(is)? _____

Lê revistas? Sim () Não () Quais? _____

Pratica alguma religião? Sim () Não () Qual? _____

Espontaneidade durante a entrevista: Total () Média () Pouca ()

4. GRAU DE INTIMIDADE COM O DOCUMENTADOR

Grande ()

Médio ()

Pouco ()

Nulo ()

OBSERVAÇÕES:

APÊNDICE C – ROTEIRO DO TESTE DE PRODUÇÃO (PARTE A)

Neste momento, vou fazer algumas perguntas rápidas e você pode me responder da forma que quiser, mas deve usar sempre a última palavra que eu disser.

- 1) Há quanto tempo você me **conhece**?
- 2) Onde me **conheceu**?
- 3) Ontem eu andei por essas redondezas. Você me **viu**?
- 4) Se eu falar bem baixinho, alguém aqui me **escuta**?
- 5) Você acha que tem alguém me **olhando**?
- 6) Se eu falasse chinês, você me **entenderia**?
- 7) Combinamos para sair e você vai passar em minha casa. A que horas você me **pega**?
- 8) Quem, neste momento, pode me **abraçar**?
- 9) Seu aniversário está chegando e você vai fazer uma festa? Vai me **convidar**?
- 10) Se eu pedir socorro, acha que alguém pode me **socorrer**?
- 11) Havia alguém me seguindo. Você viu quem me **seguiu**?
- 12) Ontem recebi vários elogios. Por que você acha que me **elogiaram**?
- 13) Quem você acha que gosta de me **ter por perto**?
- 14) Ontem fiquei todo o dia presa em casa? O que me **prende**u?
- 15) Se eu precisar de uma caneta, você me **empresta**?
- 16) O livro que emprestei você me **devolveu**?
- 17) Se hoje fosse meu aniversário e você quisesse me comprar um presente. O que me **daria**?
- 18) Estou com muita fome. Quem tem uma fruta para me **oferecer**?

- 19) Se quisesse me pedir algo, o que iria me **pedir**?
- 20) Tem algo que gostaria de me **perguntar**?

APÊNDICE D – ROTEIRO PARA ENTREVISTA

- 1) Eu gostaria que você falasse um pouco de sua infância? Como foi esse período de sua vida? Você fazia muitas travessuras ou era mais quieto?
- 2) Conte alguma situação que aprontou, uma surra que já levou, um fato marcante que se lembre ainda hoje. Lembre de alguma briga ou confusão com algum primo(a), irmão(ã), vizinho(a).
- 3) E na escola já se envolveu em alguma confusão ou mal-entendido? Relate uma briga em que você ou alguém conhecido tenha se envolvido.
- 4) Lembra-se de alguma conversa da professora ou diretora com você (ou com um colega). Como foi?
- 5) Como foi a sua adolescência? Relate algum fato marcante desse período.
- 6) As famílias, de modo geral, estão orientando seus filhos em relação a problemas como violência, drogas, namoro. Como era em sua época? Que tipo de orientação recebeu? Relembre de alguma conversa entre você e seus pais, avós, tios. Conte como foi.
- 7) Em seu trabalho, já vivenciou ou assistiu a algum desentendimento entre colegas? Como foi?

- 8) Já recebeu algum conselho importante de alguém? Conte.
- 9) A violência está muito grande na sociedade e muitas vezes ela acontece perto de nós. Você já foi assaltado (ou conhece alguém que já tenha sido)? Conte como foi.
- 10) Você já esteve envolvido em alguma situação em que estivesse exposto a risco de vida (pode ser sobre outra pessoa). Como foi? O que aconteceu?

APÊNDICE E – ROTEIRO DO TESTE DE PRODUÇÃO (PARTE B)

Nesta parte serão oferecidas algumas situações hipotéticas aos informantes a fim de que, com base nas instruções fornecidas, organizem a sua fala.

- 1) Aqui no Nordeste, principalmente em famílias mais conservadoras, é muito comum os filhos pedirem a benção aos pais. Se seu sobrinho, filho, afilhado pedisse a benção, o que você diria a ele? Há algo mais que você diria?
- 2) Uma amiga de quem você gostava muito fez algo muito errado e você ficou decepcionado. Você, então, resolveu ir conversar com ela, mas antes de falar de sua decepção, você quer deixar claro que admirava muito ela. Como diria isso?
- 3) Essa mesma amiga, no decorrer da conversa, diz que também ficou decepcionada e magoada com você. Mas você não entende por quê. Que tal perguntar em que você decepcionou e magoou ela?
- 4) A amiga, então, diz que se sentiu traída, mas você não entende e quer saber por que ela está dizendo que você traiu ela. Pergunte isso a ela?
- 5) Você está tomando conta de um sobrinho, filho do vizinho e ele quer sua autorização para sair. Como você diria que não pode autorizar ele a sair de casa.

- 6) Você encontrou carteira de um rapaz na rua e dentro havia o número do telefone. Você liga para ele e explica que encontrou a carteira e gostaria de entregar a ele.
- 7) Agora foi você quem perdeu a sua carteira. Uma senhora encontrou e devolveu. Já com a carteira na mão você decide gratificar a senhora. Diga a ela isso.
- 8) Seu vizinho está se sentindo incomodado com a música alta que você ouve toda tarde. É bom você ouvir música mais baixo e dizer a ela que não vai mais incomodar ele com a barulheira?
- 9) Se uma pessoa no seu trabalho, na igreja, na rua diz que você está prejudicando ela. O que você diria a ela? Fale como se ela estivesse aqui.
- 10) Seu filho, sobrinho, afilhado está pedindo orientação para fazer a tarefa de casa, mas no momento você não pode orientar. Diga a ele que você vai orientar ele mais tarde.
- 11) A filha de sua vizinha estava grávida e teve o bebê há quase dois meses, mas você ainda não foi visitar ela. Você encontra ela na rua e pergunta se pode ir visitar ela no fim de semana.
- 12) O vizinho chegou na sua casa procurando sua mãe/ seu pai/seu filho. Você foi até a cozinha e diz que o vizinho está chamando ele/ela. Como disse?
- 13) Seu filho demora e o vizinho diz que não pode esperar ele porque está com pressa. Grite isso para seu filho/sua mãe/seu pai.
- 14) Alguém esteve em sua casa procurando seu filho/sua mãe/seu pai, mas ele/ela não estava. Minutos depois seu filho/sua mãe/seu pai chegou. Diga que alguém esteve procurando ele/ela.
- 15) Se alguém faz mal a você e depois pede desculpas, o que você diz?

- 16) Se você encontrasse uma amiga da família que não vê há muito tempo. Como você diria que ela está mudada e por isso não está reconhecendo?
- 17) Seu filho/sua mãe/seu pai chamou você algumas vezes, mas você não ouviu. Em seguida, ela/ele chega reclamando. Explique que você estava na cozinha e não a ouviu ele/ela chamar.
- 18) Você vai fazer aniversário e resolveu fazer uma festinha, então vai convidar alguns amigos. Hoje você ligou para a casa de um amigo e deve dizer que quer ele em sua festa.
- 19) Seu(sua) filho(a)/primo(a)/afilhado(a), neto(a) quer ir no fim de semana ao parque que chegou à cidade. Diga a ele que não pode levar naquela semana, mas poderá na semana seguinte?
- 20) Sua amiga vai visitar você e vai embora muito tarde. Pergunte se ela quer que você acompanhe ela até em casa.
- 21) Sua amiga/amigo está terminando de preparar o almoço/consertar um objeto quebrado. Ofereça ajuda.
- 22) Você deveria ir buscar seu (sua) filho(a)/primo(a)/afilhado(a) na escola, mas vai se atrasar um pouco. Ligue para ele (ela) e diga que só poderá ir buscar ele dentro de meia hora.
- 23) Você precisa pedir um dinheiro emprestado a seu irmão (irmã). Como convenceria ele/ela, mas deixe claro quando você pretende pagar.
- 24) Imagine que você tenha brigado com uma colega e depois de alguns dias foi conversar com ele. Explique que não teve a intenção de magoar/ferir/ofender ela.
- 25) Durante a conversa essa colega também pede desculpas a você. O que você diria a ela?

- 26) Como você pediria um dinheiro emprestado/adiantamento a seu cunhado/chefe?
- 27) Ele resolve emprestar o dinheiro, mas quer saber quando você vai pagar.
- 28) Você foi a uma repartição pública e por causa de um mal entendido foi acusado pelo funcionário de desacatar ele. De forma muito calma, você tenta resolver a situação pedindo desculpas e dizendo que não desacatou ele.
- 29) Você é um dos representantes da Associação de Moradores do seu bairro e foi até a Câmara de Vereadores convidar um vereador para fazer uma reunião com os moradores. Como você faria o convite?
- 30) Diga ao vereador que você gostaria de fazer esse convite porque ouviu ele dizer numa entrevista a rádio local que é importante conhecer os problemas do povo.
- 31) Ao final da conversa, você deve dizer que todos os moradores estão esperando ele e que será um prazer receber ele.
- 32) Diga também que até mesmo as crianças do bairro querem ver ele.